



**JÚLIO DE
CASTILHO**
MESTRE DA
LISBOA ANTIGA

Tiago Borges Lourenço
Raquel Seixas

JÚLIO DE CASTILHO
MESTRE DA LISBOA ANTIGA

2024

**JÚLIO DE
CASTILHO**
MESTRE DA
LISBOA ANTIGA

Tiago Borges Lourenço
Raquel Seixas

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Imprensa Nacional é uma marca editorial da **INCM**

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

Av. de António José de Almeida
1000-042 Lisboa

—
imprensanacional.pt
loja.incm.pt
facebook.com/ImprensaNacional
instagram.com/imprensanacional.pt
editorial.apoiocliente@incm.pt

—
© Tiago Borges Lourenço, Raquel Seixas,
Câmara Municipal de Lisboa, Instituto de História da Arte da
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa
e Imprensa Nacional-Casa da Moeda

—
TÍTULO *Júlio de Castilho, Mestre da Lisboa Antiga*

AUTORES Tiago Borges Lourenço, Raquel Seixas

COORDENAÇÃO Câmara Municipal de Lisboa / Pelouro da Cultura /
Direção Municipal de Cultura / Departamento de Património Cultural
Universidade NOVA de Lisboa / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas /
Instituto de História da Arte
Imprensa Nacional-Casa da Moeda

DESIGN Joana Martins da Cunha

REVISÃO DE TEXTO Diogo Silva

APOIO À EDIÇÃO Hélia Silva

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Imprensa Nacional-Casa da Moeda
Composto em Alegreya
Impresso em Chromocard 260 g (capa)
e Arena Natural Smooth 90 g (miolo)

1.ª EDIÇÃO abril, 2024

ISBN 978-972-27-3190-4

DEPÓSITO LEGAL 529579/24

EDIÇÃO Nº 1026485

Este livro foi desenvolvido no âmbito do projeto *Olisipógrafos. Os Cronistas de Lisboa*, financiado pela Câmara Municipal de Lisboa e coordenado por Raquel Henriques da Silva, Professora Catedrática Jubilada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e investigadora integrada do Instituto de História da Arte (IHA-NOVA FCSH).

Para a Madalena e para o Martim.

	Júlio de Castilho e a Invenção da Lisboa Antiga (Raquel Henriques da Silva)	11
	Ao Leitor	18
I	Júlio de Castilho	23
	O Primogénito (1840-1850)	25
	Desenganos (1850-1863)	37
	A Estátua da Saudade (1863-1877)	47
	Deus, o Pai, a Arte (1877-1919)	60
II	Mestre da Lisboa Antiga	103
	O Acaso da Olisipografia?	
	A importância de ser Castilho.	
	O círculo familiar e intelectual	105
	Escrevendo romance, escrevi História.	
	O literato	122
	Desenha com facilidade, fidelidade e gosto.	
	A produção artística	144
	Lisboa	
	Com olhos de antiquário e de artista.	
	As obras	165
	Uma pena ao serviço de Lisboa.	
	Memória e defesa patrimonial	208
	Um Condutor de Almas. O Legado	
	Passagem de testemunho	229
	A Olisipografia depois de Júlio de Castilho	232
	Obras Principais de Júlio de Castilho	268
	Fontes e Bibliografia Citadas	270
	Índice Onomástico e de Obras de Júlio de Castilho	280
	Créditos de Imagens	289
	Agradecimentos	293

JÚLIO DE CASTILHO E A INVENÇÃO DA LISBOA ANTIGA

Depois da leitura do estudo que aqui apresento, a minha primeira conclusão é que Júlio de Castilho, admirado e amado pelos seus contemporâneos, mas depois mais ou menos apequenado, conquistou o amor de dois jovens investigadores no início do século XXI. E de tal modo Raquel Seixas e Tiago Borges Lourenço são convincentes que este livro constitui uma espécie de ressurreição do fundador da Olisipografia, que, durante o século XX, nunca extravasara o culto restrito dos seus herdeiros espirituais. Assim se abre campo para o cumprimento de dois dos objetivos maiores dos autores: repor, no palco dos estudos de Lisboa, o trabalho brilhante de Júlio de Castilho e, simultaneamente, aguçar a vontade de voltar a ler (ou ler pela primeira vez) a sua obra vastíssima.

A primeira parte do volume trata a biografia de Júlio de Castilho. Usando amplamente fontes publicadas e fontes inéditas, os autores colocam a sua personagem numa circulação frenética por Lisboa, assente na frequência, inaudita para nós, com que os pais de Júlio de Castilho mudavam de residência. Assim, a Lisboa do meio do século XIX desfila perante nós, com episódios quase fantásticos narrados pelo próprio Castilho. São memoráveis, por exemplo, em 1844 ou 45, a subida de balão que empreendeu a partir da igreja incompleta do ex-convento de São Francisco, ou o baile no palácio Valladares, onde o jovem se apaixonou pela sua futura mulher, em 1861. Na minuciosa narrativa, citando o próprio biografado, a cidade apresenta-se como campo fecundo para a Sociologia, para a Psicologia, para a História da moda, da decoração e dos costumes sociais, nomeadamente o namoro, o casamento, as suas crises e, no caso de Castilho, o seu fracasso.

Alguns acharão que os autores poderiam ter reduzido a largueza da biografia. Percebe-se que foram conquistados pela massa imensa da documentação muitas vezes inédita, pela qualidade da escrita de biografado e pela sua evocação da vida lisboeta nos tempos do romantismo. O ganho é apreciável: conseguiram montar uma atrativa cenografia em que Castilho e Lisboa se espelham um ao outro, num entendimento apaixonado que foi crescendo através de um tempo longo, intensamente vivido. As viagens que empreendeu fora de Portugal (Paris e Londres, além da passagem por Moçambique a caminho de Zanzibar, onde foi, por poucos meses, cônsul-geral) e, antes, a estadia na Horta, Açores, onde foi governador civil, contribuíram para o entendimento de que Lisboa

era a sua casa, mas permitem também perceber que Portugal oitocentista funcionava numa geografia alargada, possibilitada pelas colónias.

Assim, a narrativa cuidada dos autores e a valorização da documentação, que vai contextualizando a vida de Castilho, fazem da sua biografia uma espécie de retrato alargado da sociedade portuguesa no período final da Monarquia. Castilho foi um indefetível monárquico, próximo da corte e dos seus servidores, chegando a ser professor dos príncipes reais. Odiou a República e os seus valores laicos. Tendo vivido até 1919, foi-se isolando progressivamente sem demonstrar o mínimo interesse pelo novo século, que adivinhava carregado de desgraças.

Os autores deixam-nos o itinerário rigoroso das muitas casas em que habitou, em Lisboa e nos arredores saloios, e o elenco das personalidades com quem se relacionou, numa tessitura de amizades, malquerenças, favores e armadilhas. Ultrapassando brilhantemente a estrita biografia, este livro será um importante manancial para quem estuda, na microescala, a História de Portugal nos alvares da contemporaneidade. Salientam especialmente a importância dos intelectuais na relativa diluição das diferenças sociais e na disseminação dos saberes em diversos domínios. Lisboa era um território aberto para estas elites, que tinham no teatro, nos jornais e em numerosas associações, formais ou informais, uma espécie de instrumentos de formação contínua, individual e grupal. As reuniões mais exclusivas nas próprias residências e a abundante correspondência epistolar completam um quadro vivencial que formou Castilho, incentivado ou pelo empenho familiar ou, em tempos de maturidade, pelas diligências de amizades duradouras e de alianças casuais.

Neste contexto, os autores analisam, com miúdo rigor, a construção precoce da carreira literária do biografado, num trabalho aturado de manejo de fontes. Mas salientam ainda melhor as casualidades que o foram conduzindo para um campo novo: o estudo e divulgação da História de Lisboa, tornando-o o criador da Oisipografia, como ele próprio admitiria e os herdeiros espirituais consagrariam. Este facto integra-se num movimento internacional de que Paris era o exemplo maior: coincidindo com o nascimento do urbanismo higienista e reticular (de que o barão de Haussmann foi o principal promotor), multiplicavam-se os brados românticos pela perda das «cidades antigas» cujo pitoresco e valores vivenciais interessava registar, tanto pela literatura (como fizeram Alexandre Herculano e Almeida Garrett, seguindo o exemplo de Victor Hugo) como, progressivamente, pelos inventários, mais ou menos rigorosos, das perdas e das sobrevivências.

Castilho não ignorava esta genealogia externa do seu interesse pela história da cidade, mas, segundo Raquel Seixas e Tiago Borges Lourenço,

o facto mais decisivo foi a redação da monumental biografia de seu pai, António Feliciano de Castilho, intitulada *Memórias de Castilho*, composta «por onze livros divididos cronologicamente», estendendo-se «ao longo de mais de 2800 páginas escritas entre setembro de 1875 e janeiro de 1899 e sucessivamente retocadas até à morte do autor» (p. 134), parte dos quais continua inédita. Esta obra gigantesca é, segundo a reflexão plausível dos autores, o primeiro ato do exercício da metodologia que será aplicada em *Lisboa Antiga*: o uso de um imenso manancial de fontes históricas, geográficas e literárias que lhe permitem construir a visão de uma época, ancorada em cronologias amplas, mas também em precisos enfoques. A genealogia e a história das famílias têm então um papel fundamental, centralizando a ação, as inércias e as mudanças, na ação de gente concreta, homens ilustres mas também gente modesta. De algum modo, toda a obra literária de Júlio de Castilho se integra neste molde, e, embora a sua importância seja menor, é mérito dos autores caracterizá-la com a exaustividade que escolheram como critério de toda a biografia. Esse enfoque nas vidas concretas que definem uma época amplia o gosto de Castilho pelo memorialismo pessoal. Pela primeira vez, são divulgados os muitos inéditos que o biografado deixou à Torre do Tombo e que incluem as *Memórias* de todas as suas viagens, além das *Memórias íntimas*. Sob este aspeto, a rigorosa investigação realizada é também um repto para estudos posteriores. Mas um dos aspetos mais curiosos da atividade de Júlio de Castilho fica ainda por tratar: a sua prática continuada do desenho, cuja importância se percebe nas ilustrações dos seus livros dedicados a Lisboa. Os autores não conseguiram encontrar esse importantíssimo acervo, mas o alerta fica lançado para acasos felizes ou determinações bem-sucedidas. Há outro facto a destacar: o mestre de desenho do jovem Castilho foi o escultor Francisco Assis Rodrigues, amigo de seu pai e diretor da Academia de Belas-Artes. É muito curiosa esta rede de contactos (que se manifesta também na biografia sobre os pintores Vieira Lusitano e José Rodrigues), permitindo perceber articulações pertinentes entre a História, a Literatura e as Artes Plásticas que antes nunca haviam sido valorizadas. Os autores salientam, a propósito, o destaque dado por Castilho aos museus que visitou, quer o museu Allen no Porto, quer o museu Britânico, o Louvre e o museu do Luxemburgo.

A meio do livro, completada a minuciosa biografia pessoal e autoral de Júlio de Castilho, Raquel Seixas e Tiago Borges Lourenço penetram na Olisipografia. Destacam, também neste campo, a influência determinante do pai do biografado e elencam a obra magna do fundador da Olisipografia: entre a primeira edição de *O Bairro Alto*, em 1879, até à sua reedição, revista e consideravelmente ampliada em 1902-1904, Castilho

«publicou os sete volumes da *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, [e] em 1893, [...] o volume d'A Ribeira de Lisboa, *descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*» (p. 169).

Do ponto de vista metodológico, este imenso labor é sustentado por uma orientação positivista: a elaboração de índices, de sínteses de leitura, de séries estatísticas, notas biográficas e históricas, coleções de gravuras, desenhos e pinturas de diversa autoria foram o chão firme da elaboração de uma história que mescla, em síntese autoral poderosa, a descrição, a evocação, as hipóteses e as ficções, assumindo que Lisboa era uma realidade imensa que escaparia sempre ao conhecimento pleno. Um dos aspetos mais específicos da visão holística de Castilho manifesta-se na abordagem do urbanismo e das arquiteturas que são articuladas (e determinadas) pelas gentes que as edificou e lá foi vivendo, elas próprias inseridas em redes complexas de factos históricos e acasos fecundos. Não posso deixar de citar os autores: «A este respeito, identifica-se uma manifesta necessidade em associar o edificado às pessoas que nele viveram, trabalharam ou foram sepultadas, insuflando-se, por esta via, alma e memória às pedras aparentemente inertes» (p. 174). Acrescentam que, na sua opinião, esta é «uma das ideias-chave da Oligipografia clássica: o estudo da sociedade e dos edifícios enquanto componentes indissociáveis da cidade e dos seus agentes» (p. 174).

Consideram também, e pertinentemente, que Castilho elabora a História de Lisboa sobre uma dupla matriz: a cronológica e a geográfica. Provam que esses referentes, embora essenciais, nos vários volumes da *Lisboa Antiga*, foram muitas vezes boicotados, nomeadamente, segundo o próprio Castilho, porque «gosto muito de ir entrelaçando a Lisboa contemporânea na Lisboa antiga»¹, e que, para o amante da cidade, é indispensável «divagar nos bairros velhos» e «esquadrinhar-os com olhos de antiquário e de artista.»² No entanto, a vertente artística e literária da obra de Castilho não dispensou recursos rigorosos que os autores analisam, nomeadamente a utilização da cartografia disponível, permitindo sobreposições produtivas para entender sucessivos presentes. O biografado é então devedor de levantamentos anteriores realizados pelo arquiteto José Valentim de Freitas. Esta é mais uma pista preciosa, valorizada pelos autores, que carece de desenvolvimento investigativo.

¹ Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. v, Lisboa, Livraria Ferreira, 1887, p. 227.

² Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, Lisboa, Livraria de A. M. Pereira, 1879, p. IV.

Mas, como oportunamente eles salientam, é devedor também de críticas duras de Joaquim de Vasconcelos à primeira edição de *O Bairro Alto*, que não utilizava fontes documentais que depois integrarão as publicações seguintes e a reedição da obra inaugural. Para facilitar o trabalho, Castilho começou a elaborar uma coleção que designou por *olisiponiana*, acervo precioso hoje integrado na Torre do Tombo, resultado de compras suas e de ofertas de amigos que, em conjunto, constituem, sem formulação teórica integradora, o núcleo fundador da Olisipografia. Finalmente os autores salientam o contexto em que *Lisboa Antiga* surge: «conjuntura literária favorecida pela afirmação na imprensa periódica do folhetim-crónica e do romance folhetinesco» (p. 188) cujos modelos eram sobretudo franceses, definindo uma sociedade burguesa que Walter Benjamin caracterizou e que Raquel Seixas e Tiago Borges Lourenço citam adequadamente, alargando o quadro de referências à figura do *flâneur* criada por Baudelaire.

Este enquadramento teórico é magistralmente delineado, centrado na rua que Castilho utiliza como ponto de partida de uma visão holística e palimpséstica. Não posso deixar de os citar: «A rua foi uma das suas moradas, lugar onde tudo o encantou e se tornou objeto de comentário ou descrição. As montras, as arcadas, as tabuletas, o traje, os ofícios, os pregões foram a matéria-prima que enformaram as suas crónicas citadinas e cujo interesse ficou cristalizado na obra literária e na *olisiponiana*. Tal como o *flâneur*, empreendeu e orientou os estudos históricos e sociais de Lisboa a partir da deambulação pela cidade, no decurso da qual registou inúmeros quadros da vida quotidiana e citadina, recolheu impressões e ordenou a informação» (p. 192).

Refira-se também, continuando a seguir Raquel Seixas e Tiago Borges Lourenço, a valorização que Castilho empreende do prédio pombalino (embora o desejasse mais leve e ornamentado) bem como, para a arquitetura mais qualificada, «o palácio seiscentista», caracterizando os seus valores de austeridade e funcionalidade e opondo-os à arquitetura que, nas «avenidas novas», pretendia copiar os modelos parisienses. Este é um momento alto do livro, manifestando uma plena atualização no entendimento da cidade como «facto de civilização» e a convicção de que a Olisipografia de Castilho contém aspetos, aparentemente inesperados, de modernidade, no contexto do século XIX, mas também das dinâmicas investigativas posteriores. E não foram os primeiros a fazê-lo: como bem recordam, George Kubler, para definir as particularidades da arquitetura portuguesa dos séculos XVII e XVIII, foi buscar a designação de Castilho de «estylô chão» (pp. 194-195). Por outro lado, Raquel Seixas

e Tiago Borges Lourenço valorizam também a abertura de Castilho, atento ao crescimento de Lisboa. Considerava as novas avenidas «as leiras da civilização nova.»³

Citando adequadamente um importante artigo de Joana Cunha Leal, eles tratam outro aspeto inovador da descrição de Lisboa realizada por Castilho: a centralidade do que nós designamos por «património urbano», constituído não só por peças de exceção, como palácios, mas por arquiteturas correntes, nomeadamente prediais, e articulando-as com histórias do habitar e viver por parte de comunidades diversificadas. Não é por acaso, alertam, que a obra seminal da olisipografia põe a tónica, mesmo no título, na palavra composto «bairro» (p. 216). Mas este carácter inovador da obra em análise convive com posições tenazes de tardo-romantismo, considerando que o desenvolvimento da cidade a que assiste (desde a abertura da avenida da Liberdade) constitui um empobrecimento imagético de Lisboa. Como caso de estudo de especial envolvimento de Castilho, os autores analisam a sua posição, igualmente conservadora, em relação ao restauro da Sé que ele desejava, em consonância com a teoria e prática de Viollet-le-Duc, restauradora ou criadora de um «puro» estilo ogival.

Os autores tratam ainda o que designam por «passagem de testemunho», valorizando o diálogo entre Castilho e outros nascentes olisipógrafos, sobretudo Gustavo de Matos Sequeira, a propósito da publicação, em 1916, da sua obra *Depois do Terramoto*.

Com ampla documentação e ágil manuseamento de fontes, Raquel Seixas e Tiago Borges Lourenço terminam o seu estudo, propondo a valorização da Olisipografia numa perspetiva contemporânea, a que chamam «científica», distinguindo-a, mas sem qualquer pretensão de superioridade, da Olisipografia «clássica» elaborada pelos discípulos de Castilho ao longo da primeira metade do século xx. É uma proposta interessante que visa continuar a promover os estudos de Lisboa, numa dimensão holística suportada na valorização de crónicas das particularidades. Estas são uma seiva que vai alimentando as cidades de origem difusa e longuíssima história acumulada.

Raquel Henriques da Silva
Carcavelos, dezembro de 2023

3 *Ibidem*, p. 334.



AO LEITOR

*Os homens da grandeza moral e intellectual de
Julio de Castilho não podem dispôr de si em absoluto;
pertencem tambem aos seus amigos, aos seus admiradores
e aos seus compatriotas, e a estes cumpre por dever,
gratidão e justiça, perpetuar-lhes a memoria com
as homenagens de que são dignos.*⁴

Archeologo⁵, bibliófilo, bibliógrafo, bibliólogo, biblioteconomista, biógrafo, burocrata, camonianista, corógrafo, crítico artístico, crítico literário, diplomata, dramaturgo, epistológrafo, filólogo, folhetinista, historiador, humanista, latinista, pedagogo, poeta, polígrafo, revisor literário, romancista, topógrafo, tradutor. E «sempre philanthropo, e sob todos os pontos-de-vista, [...] altruista incansavel.»⁶

À longa lista de atributos e ocupações de Júlio de Castilho que a paciência e a memória do amigo Xavier da Cunha permitiram elaborar, falta acrescentar aquela que o transformou em entidade lisbonense de pleno direito: *olisipógrafo*. É certo que hoje já não se encontra quem, como o marquês de Soveral no princípio do século XX, leve «às vezes consigo algum volume da [*Lisboa Antiga*], em visita a egrejas ou monumentos da Capital»⁷, mas Castilho continua a ser olhado pelos que gostam e estudam a história de Lisboa como um antepassado distante, cujos trabalhos redigidos à pena merecem ainda leitura. Porém, quantos conhecerão hoje as suas obras sem a contaminação da lente do academismo que as reduziu à sua *feição anedótica*? Quantos saberão o que esconde o pano da Olisipografia e arriscarão conhecer a sua poesia ou a enveredar pelos muitos estudos histórico-biográficos que deixou?

4 António César Mena Júnior, «Um Alvitre» in Miguel Trancoso (ed. lit.), *In Memoriam Júlio de Castilho*, Lisboa, [s. n.], 1920, p. 112.

5 Emprega-se propositadamente a grafia oitocentista, por se aplicar aqui o conceito que então se utilizava: «o que se dedica á archeologia ou é versado nela [archeologia: estudo de coisas antigas]» (Cândido de Figueiredo, *Nôvo Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1899, p. 121).

6 Xavier da Cunha, *Homenagem Posthuma ao Visconde Julio de Castilho*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919, p. 14.

7 Júlio de Castilho, «Lições ao Príncipe Real e minhas subsequentes relações com o Paço» (manuscrito), [s. d.], p. 40, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Fundo Júlio de Castilho, Caixa Lacrada n.º 1, Macete 2.

Que conhecerão o fino traço dos seus desenhos e da sua ironia? Ou que compreenderão plenamente a motivação para despendar um quarto de século a compor e a aperfeiçoar as quase 3000 páginas da biografia do pai?

Ávido memorialista, registou a sua vida em diários e nas dezenas de álbuns de desenhos que esboçou. Com o aproximar dos 70 anos, partiu dessa documentação para definir o modo como quis ser recordado, redigindo um conjunto de memórias que só poderia ser «impresso, ou sequer lido, cinquenta annos, pelo menos, depois do fallecimento do autor.»⁸ Acabada a tarefa, destruiu todos os diários: acreditava ter acabado de assegurar a imortalidade. No entanto, não tinha como prever as mudanças decorrentes de um novo tempo que progressivamente reduziu o interesse na sua figura, mas deu uma relevância absolutamente inesperada aos estudos históricos de Lisboa, immortalizando-o como o pai da Olisipografia — um novo género literário que se desenvolveu plenamente depois da sua morte («Castilho [foi] olisipógrafo sem nunca o ter sabido»). Cumprido mais de um século, os livros que escreveu continuam a ser lidos, ao contrário das suas memórias, que se mantêm genericamente desconhecidas do grande público.¹⁰

O projeto *Olisipógrafos. Os Cronistas de Lisboa* apresenta-se como uma oportunidade para recuperar o homem e as suas memórias. Não de forma plena, com a publicação em volumes independentes — como Castilho antecipou —, mas como parte integrante de um estudo biográfico a respeito do autor. Ao permitirem recuperar a sua voz e colocá-lo a falar de si próprio, são uma espécie de fio de Ariadne que nos guia pela labiríntica (mas previsível) vida de Castilho. Assim se justifica, e plenamente se assume, a opção pela inclusão de largas passagens destes seus escritos ao longo do texto, em discurso direto. Quem melhor do que ele para acompanhar o leitor neste percurso, abrindo-lhe a porta da sua intimidade e recriando com mestria os ambientes urbanos e sociais da Lisboa do seu tempo?

Mas, reconhecendo que escritos autobiográficos são contaminados pela falta de distanciamento em relação ao próprio, desde cedo os autores

8 Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscripto), 1910-1911, ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa Lacrada n.º 3, Macete 1, p. 1.

9 Mário Berberan e Santos, «Gustavo de Matos Sequeira: Olisipógrafo Olisiponense ou Olisiponense Olisipógrafo?», *Actas I Colóquio de Olisipografia*, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2012, p. 67.

10 Destacando-se neste particular o papel de Eunice Relvas, em diversas conferências e na publicação de uma brochura intitulada *Muitas Lisboas de Júlio de Castilho (1840-1919)* referente às habitações onde Castilho viveu, desenvolvido maioritariamente com informações recolhidas das memórias que deixou escritas.

deste estudo compreenderam a necessidade de dissecar, criticamente e com distanciamento, a versão de si mesmo que Castilho pretendeu legar às gerações futuras. Foi, por isso, desenvolvido um contínuo trabalho de investigação, que incidiu sobretudo na riquíssima documentação que legou ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nas suas obras, nos seus desenhos e no que sobre si foi escrito. Lendo nas entrelinhas, foi possível criar uma narrativa cruzada entre o que Castilho escreveu e as apreciações de outros a seu respeito, contemporânea ou retrospectivamente. Para o complementar, foi necessário fazer uma análise crítica do tempo em que viveu e das suas obras, retirando rótulos entranhados que há muito teimam em perpetuar-se, revelando metodologias de trabalho e procurando compreender valias e fraquezas. E, por fim, importou trazê-lo para a atualidade e definir o importante legado que nos deixou.

De modo a cumprir o objetivo primordial da sua ideia-base, esta obra foi concebida como um estudo sobre a vida de Júlio de Castilho centrado no seu trabalho como olisipógrafo. Não é, portanto, uma biografia no sentido mais ortodoxo do termo, não só pela forma ativa como o biografado dialoga com o leitor, em períodos de quase narração autodiegética, mas sobretudo pelo modo como a sua vida é percorrida cronologicamente por duas vezes: sobrevoada descritivamente para se desvendar o homem antes de se pousar analiticamente na Olisipografia, o solo que tudo justifica.

Perante a dimensão previamente estipulada para este estudo, os seus objetivos e o caráter simultaneamente científico e de divulgação que se lhe pretendeu imprimir, foi naturalmente necessário fazer escolhas e concessões, aprofundando ângulos e camadas em detrimento de outros. Muito ficou ainda por escrever a respeito da vida e da obra de Júlio de Castilho, leituras e análises que acreditamos poderem vir a ser feitas no futuro, refletindo o crescente interesse pela sua figura neste século que nunca foi seu.

Antes de deixar o leitor avançar, e em forma de apresentação do estudo e do seu objeto, recuamos uma primeira vez a 1919, ano da sua morte, recordando uma profética passagem do *Elogio Académico ao Visconde de Castilho* que Fernandes Costa postumamente proferiu na Academia das Ciências:

«A observação circunstanciada de todos os [seus] trabalhos [...] daria matéria de sobra para larga ocupação de quem se aplicasse a fazê-lo, e ser-lhe gratamente compensado o esforço pelo prazer de quantos dias convivesse no trato com tão ameno cultivador das letras, e tão atraente e tão delicado espírito literário.

Infelizmente [...], como muitos outros artistas da mesma plana, continuará, na morte, a ser estimado pelo mesmo reduzido número de apreciadores que o consideravam em vida, e as suas obras perfilar-se-ão, com bom acolhimento, nas estantes de bibliófilos ciosos delas; lidas umas por amadores da arte pela arte, e consultadas outras, de quanto em quanto, por curiosos e eruditos. Até que num dia, de incerto futuro, algum crítico desinteressado e amante da justiça se entregue a essa obra de reparação, e revele aos seus contemporâneos a existência, em tempos anteriores, de uma subida glória literária nacional que, como tantas outras, passou pouco menos do que despercebida por aqueles que junto dela viveram, mal rompendo a densa atmosfera da geral indiferença.»¹¹

Eis Júlio de Castilho. Conheçamo-lo.

Tiago Borges Lourenço
Raquel Seixas
Lisboa, agosto de 2023

¹¹ Fernandes Costa, «Elogio Académico do Visconde (Júlio) de Castilho», *Boletim da Classe de Letras*, vol. XIII (1918-1919), pp. 193-194.



I

Júlio de Castilho

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Nasci a 30 de Abril de 1840. Meu Pae esperava-me para o 1.º de Maio, a fim de ser o Maio pequenino; antecipei-me. Dizia-me elle depois muita vez:

- Foi o primeiro desgosto que me déste.
- Parece-me que foi o unico — respondia eu.
- Tanto não direi — replicava elle sorrindo.¹²

Sem o saber, ao nascer naquele dia na casa onde a família residia na calçada do Duque, em Lisboa, na *sua Lisboa*, Júlio de Castilho carregava aos ombros um peso do qual nunca se conseguiu libertar.

Os Castilhos, estirpe modesta, são comtudo gente velha em Portugal [...]. O nosso primeiro avoengo, Portuguez adoptivo, foi o Asturiano João de Castilho, ou del Castillo; fundou linha, ainda hoje conservada desde o fim do seculo xvº ou principios do xviº.¹³

Júlio sabia que estas suas palavras eram mais modestas do que a sua estirpe. Ao longo dos séculos, dela constaram notáveis arquitetos, bacharéis, cronistas, guardas-mores da Torre do Tombo, bibliotecários-mores, lentes em Coimbra, governadores de província e António Feliciano de Castilho, simplesmente Castilho. Um daqueles homens a quem a grandeza dispensava nome próprio, à semelhança de Garrett e Herculano, com quem partilhou o Olimpo das letras portuguesas do século xix. A Júlio sobraria o primeiro nome para acompanhar o peso do apelido. E uma vida inteira para o fazer cumprir.

¹² Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), p. 3.

¹³ *Ibidem*, p. 5.

O PRIMOGÊNITO (1840-1850)

«Escrevo a V. S.^a n'uma ocasião verdadeiramente festiva para nós, e que faz epocha n'esta casa. Minha cunhada a Sn.^a D. Carlota teve antes de hontem o seu bom successo pelas cinco horas da tarde, e deu á luz um rapaz fortíssimo e bonitíssimo. O parto foi o mais feliz que se pode imaginar, a ponto que a Mãe chegou por fim a dizer com grande admiração que não cuidava que custasse tão pouco! Receba V. S.^a da mãe e do pai mui affectuosos cumprimentos, assim como da avó, e da thia Leonor, que está nomeada para madrinha.»¹⁴

Ao rapaz *fortíssimo e bonitíssimo* a que alude a carta foi dado o nome de Júlio, Júlio de Castilho.¹⁵ A Mãe era Ana Carlota Xavier de Vidal. E o Pai, António Feliciano de Castilho, nome maior da literatura portuguesa de Oitocentos. Nascido ainda no século XVIII, viveu no XIX e foi esquecido pelo XX. Que seja o XXI o século do reencontro! Mas para já, tomará um lugar onnipresente neste estudo sobre a vida e obra do filho, na mesma medida do que ocupou ao longo da sua existência.

A ascendência dos Castilhos foi cuidadosa e aprofundadamente traçada por Júlio em 1863 e sintetizada em 1916 por Victor Ribeiro: «Júlio de Castilho, é o descendente dessa familia extensa de obreiros da Arte, da Sciência e do Progresso, familia, cujos primeiros membros oriundos das Astúrias, em Portugal se assinalaram, desde os começos do século XVI nas mais formosas obras daquela architectura [...], família que em sua linhagem nos deu repetidos nomes illustres, já como artistas, já cultores da sciência; ora um médico insígne, ora um literato, ora um arquivista, e para últimos representantes brindou a Pátria com o eminente Poeta e prosador inigualável, [António Feliciano de Castilho,] o Primeiro Visconde de Castilho.»¹⁶

Júlio foi o primeiro de sete filhos do segundo casamento de António Feliciano de Castilho, que, em 1837, havia enviuvado de Maria Isabel de Baêna Coimbra Portugal¹⁷, antiga religiosa do Convento de Vairão que se apaixonou pelo poeta na sequência de uma longa e intensa troca de correspondência. Durara pouco esse matrimónio, apenas três anos.

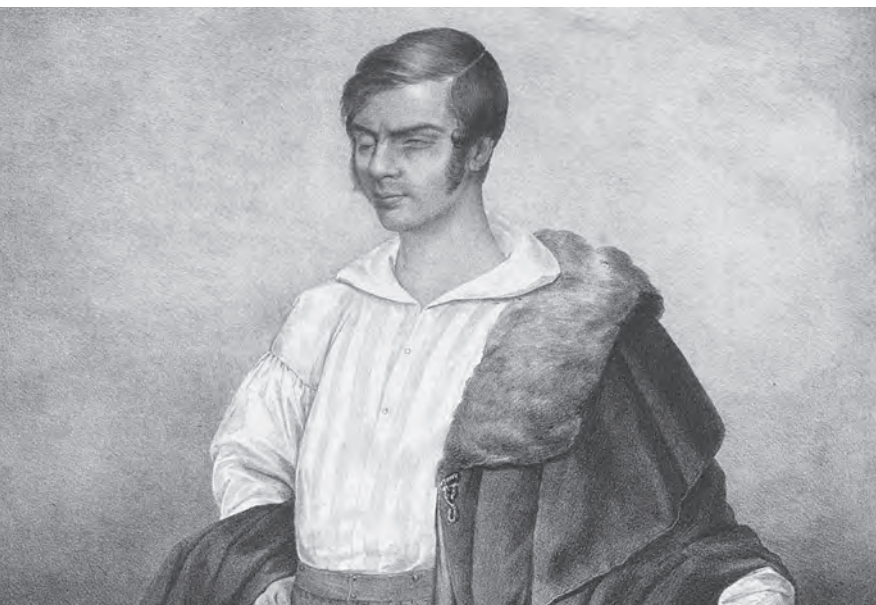
¹⁴ ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 2, Maço 1, Documento 28(7). Carta de Augusto Frederico de Castilho para José de Almeida (2 maio 1840).

¹⁵ Nome que surge em todos os documentos oficiais consultados, ainda que durante a juventude tenha chegado a assinar Júlio Vidal de Castilho.

¹⁶ Victor Ribeiro, *A Velha Lisboa e os Estudos de Arqueologia da Capital*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916, p. 35.

¹⁷ Com quem casou a 29 de novembro de 1834.

Em 1839, o poeta voltou a casar, então com a madeirense Ana Carlota. Até à morte desta, em 1871, viveram uma existência pacífica e feliz. Ela na sombra, ele na luz. A mesma que desde os seis anos apenas vislumbrava por ter cegado por causa do sarampo («O que elle teria produzido se possuisse vista! se podésse [...] ter sempre a penna prompta ao serviço do cerebro!»¹⁸). Esta enorme contrariedade não o travou. Mostrando invulgar inteligência e forte apetência pelas letras, António Feliciano formou-se em Coimbra, na mesma Universidade onde seu pai havia sido lente de Medicina. Logo na década de 1820, a década dos *vintes* para quem, como ele, havia nascido em 1800, tornou-se poeta de renome. Regressou a Lisboa em 1834 e aí viveu quase exclusivamente até à sua morte, em 1875.



—
António Feliciano de
Castilho. Gravura do
desenho de Maurício
José do Carmo
Sendim, 1838.

Apresentado brevemente o pai, conheçamos o filho. Júlio nasceu na calçada do Duque, em Lisboa, numa casa a meia encosta, sobranceira ao Rossio, mas como que esmagada pelo peso da enorme construção da antiga Casa Professa de São Roque. Com quatro décadas de distância, pai e filho escreveram sobre o arruamento. A respeito da casa onde despertou para o mundo, afirmou Júlio:

18 Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, 2.^a ed., t. III, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, p. 264.

—
Casa da calçada
do Duque.
Desenho de Júlio
de Castilho, 1898.



A minha casa natal, um bonito prédio que já não existe, ocupava uma faixa da parte anterior do pátio que é hoje da Escola Académica, na calçada do Duque.¹⁹ Vinte e tres annos conheci essa pequena e elegante casa, intacta, com a sua feição primitiva, até à sua total demolição pelo proprietário da dita Escola, o honrado e activo Antonio Florencio dos Santos, em maio de 1863. Era um edificio moderno, de rez do chão com oito janellas mais a porta, e 1º andar de nove janellas; com o seu ar garrido, desdizia esta frente, aliás de pouco fundo, dos outros prédios velhos da rua.

[...] Na presença do desalinho das ruas lisboenses, o pequeno largo em frente da casa, aberto como um patamar a meio da ingreme calçada que vinha colleando desde o Rocio até S. Roque, era primoroso de aceio, sombreado por tres ou quatro grandes plátanos, e adornado de bancos de madeira e ferro. Isso tudo era obra do sujeito que possuía a casa, e o palacio limítrophe [...], Francisco José Caldas Aulete.²⁰

A 15 de maio de 1840, Júlio foi batizado no oratório particular do vizinho palácio de Caldas Aulete, em cerimónia celebrada por seu tio Augusto Frederico de Castilho. Foram seus padrinhos António Luís de

¹⁹ A Escola Académica a que Júlio alude foi frequentada por outro eminente olisipógrafo, Augusto Vieira da Silva, a partir de 1880. Histórias para outras biografias, mas que provam a forma como, a espaços, a grande urbe se parece transformar numa pequena aldeia.

²⁰ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), pp. 3-4.

Seabra (1.º visconde de Seabra) e Leonor Vidal, tia materna. Crescia bem, manifestando um desenvolvimento precoce: «O Júlio está desmamado; estão-lhe nascendo as presas; vai ótimo, gordo, forte, alegre, muito esperto, muita compreensão e uma manifesta tendência para falar»²¹ — contava então com pouco mais de 10 meses. Por ter cumprido já o segundo aniversário noutra habitação, nenhuma memória reteve da casa da calçada do Duque.

António Feliciano nunca possuiu habitação própria. Acalentou esse desejo até tarde, desistindo dele apenas em 1859, na sequência do gorado projeto de aquisição de um terreno na rua de São Bernardo, à Estrela, para o qual imaginou uma casa à sua imagem, riscada pelo amigo Pierre-Joseph Pezerat. Viu-se, pois, arrastado para o típico movimento lisboeta de *andar com a casa às costas*, que, no final de cada semestre, trazia às ruas uma azáfama de gentes, carroças e pertences. Consigo, ia agora uma família cada vez maior: no final de 1841, mudou-se para o número 12 da rua da Cruz de Pau (atual rua Marechal Saldanha, à Bica), onde um incêndio, sem consequências pessoais, destruiu parte da mobília e da livraria; em outubro de 1842, para o número 55 da rua da Conceição (atual rua Marcos Portugal, à praça das Flores); e, finalmente, em julho de 1843, para o número 17 da rua de São Marçal, em pleno bairro Pombal, onde a família se estabeleceu por um período mais longo, cerca de 4 anos. Se estas localizações revelam uma apetência por uma proximidade ao centro da cidade sem nele chegar a tocar, a escolha dos imóveis demonstra uma invulgar disposição natural de seguir os passos da vida de ilustres antepassados, nomeadamente os do padre António Vieira. Este facto mereceu ao poeta a afirmação de que «o extravagante e fantasioso acaso que preside a tudo que é meu, me tem levado a morar onde escriptores de fama [...] haviam já assistido. [...] Em todas estas vivendas [...] me corria, nas horas quietas, não sei que viração convidativa de meditações, não sei que fragrância vaga de letras e poesia!»²²

Ainda que conservasse breves memórias da casa anterior, é no antigo hospício²³ jesuíta de São Marçal que Júlio colheu as primeiras grandes

²¹ Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, 2.ª ed., t. IV, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, p. 7. Transcrição de carta de António Feliciano de Castilho para o seu irmão José Feliciano de Castilho (8 mar. 1841).

²² António Feliciano de Castilho, *Camões, Estudo Historico-Poetico liberrimamente fundado sobre um Drama francez*, 2.ª ed., t. I, Lisboa, Typographica Franco-Portugueza, 1863, p. 197.

²³ Na época moderna, o termo *hospício* aplicava-se sobretudo a uma habitação de uma ordem religiosa na qual se acolhiam religiosos forasteiros em trânsito para outras localidades, nomeadamente ultramarinas.

sensações de vida. Por diversas vezes descreverá esta «vivenda perfeitamente poética»²⁴, auxiliado pela sua prodigiosa memória que lhe permitia percorrer, retrospectivamente e com impressionante facilidade, cada recanto da casa e do enorme quintalão, *delicioso abraço de bucolismo* que tomou como lugar predileto.



Calçada do Combro,
1907.

Aquella quintal foi o meu primeiro educador. A elle, e á Quinta nova da Charneca, onde no verão habitava meu Avô materno [Manuel Cláudio Xavier Vidal], devo a iniciação no profundo amor, que ainda conservo, à Natureza campestre. As árvores da nossa cêrca jesuitica da rua de S. Marçal, e as da Charneca, os vestígios da vida claustral dos Padres, e a capella da quinta, influíram no meu ânimo infantil inspirações religiosas e eclesiásticas, que nunca se me apagaram. [...] As minucias quasi aldeans, que esta casa lisbonense sabia trazer á minha alma infantil e sequiosa, perfumara-m'a de bucolismo, e desenvolveram-me o don innato de analyse, ou (mais propriamente) da contemplação absôrta.²⁵

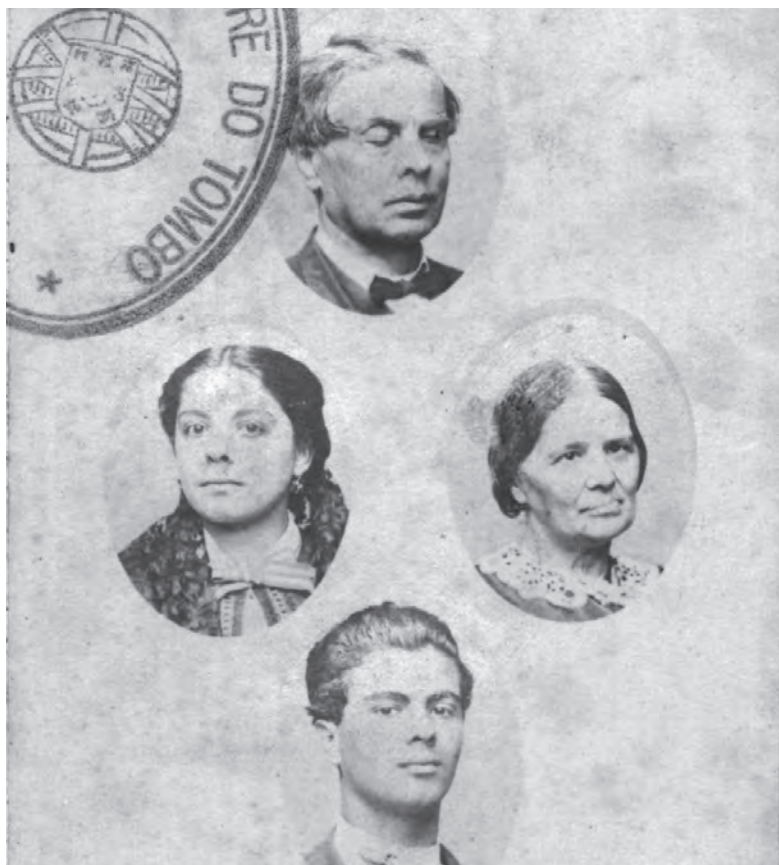
Nos sete anos que separaram o nascimento de Júlio (*Juju*) da saída da casa de São Marçal, a família foi aumentada com o nascimento de Augusto (*Gugu*, 10 de outubro de 1841), Emílio (9 de março de 1843), Manuel (*Neli*, 6 de julho de 1844) e Eugénio (*Geni*, 26 de abril de 1847).

²⁴ Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, 2.ª ed., t. IV, pp. 86-95.

²⁵ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), p. 11.

Somar-se-ia ainda o das gémeas Ida e Cristina (27 de outubro de 1848), já fora de Lisboa.²⁶

Amigos, não tínhamos; convivíamos, meus irmãos e eu, só entre nós, e estudávamos. A nossa vida era dentro de uma redoma; a nossa casa, os nossos Paes, e um ou outro passeio com elles pela cidade e pelo campo, era as nossas distrações únicas. Eu era bom e simples; essas innocentes diversões bastavam-me, e enchiam-me a alma.²⁷



Fotografia de família
(Antônio Feliciano,
Ana Carlota, Ida e
Eugénio de Castilho),
1865.

Nos relatos que Júlio fez das brincadeiras com os irmãos, transparece uma relação cúmplice e próxima, nomeadamente com Augusto, seu grande companheiro de vida. O que não impediu que com eles vincasse a sua a sua personalidade, de quem sentia tudo de forma demasiado intensa e

²⁶ A respeito da vida dos irmãos, consultar Orlando da Rocha Pinto, *Júlio de Castilho — o último dos humanistas de Portugal*, Rio Tinto, Mosaico das Palavras, 2021.

²⁷ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), p. 15.

tinha um apurado e inflexível sentido de justiça. «Tinha de longe em longe uns assomos de pessimo genio; com meu Pae, isso nunca: obedecia-lhe cegamente. Com as criadas e com os manos, em se me figurando que alguém era injusto comigo, possuía-me de fúrias medonhas, que me cegavam; esbravejava, quebrava tudo; um verdadeiro horror. Logo depois cahia em mim, e chorava lagrimas de sangue. Faziam-me pedir perdão e resar; isso acalmava-me.»²⁸ Nesta fase inicial de vida encontramos já presentes traços da sua profunda religiosidade, que sempre o acompanhará.

Por esta altura, António Feliciano não tinha ainda consciência de ter já iniciado o caminho que o tornou num dos principais pedagogos portugueses do século XIX, autor do *Método Castilho para o Ensino do Ler e Escrever*, divulgado e aplicado nas escolas portuguesas no decorrer da segunda metade do século. Foi a responsabilidade e o alento devotado à educação dos filhos que o conduziram nessa direção:

Ouvi-lhe muita vez dizer: — Foi o mal dos meus burricos, que me fez alveitar. Os burricos... eramos nós.

[...] Não me lembra quando comecei a ler; sei que foi cedo. [...] Sabendo ler, e gostando de ler, o resto foi depressa. Tínhamos a Bíblia da infancia [...], os adoráveis livrinhos de [Arnaud] Berquin, opúsculos que só por si valem um systema de educação inicial, são e alimentícios como leite de ama. Tínhamos [...] L'ami des enfans [de Berquin]. Tínhamos o doce coração do poeta [Charles Hubert] Millevoye, manifestado nos versos d'elle, que meu Pae nos recitava e nos comentava [...], para nós verdadeiros cursos de educação. Tínhamos La pauvre fille de [Alexandre] Soumet, Dieu est toujours là, de Victor Hugo. Tínhamos sobre tudo, e por mil modos, os conselhos indulgentes e cariciosos de nossos Paes.

[...] Em casa, com [eles], falavamos sempre francez, liamos e pensavamos em francez; isso facilitou o progresso. No compendio de Abbé Gauthier aprendemos Geographia, e com outros livros Arithmetica, Historia, Calligraphia, Doutrina, etc. Iamos bem, e adiantávamos.²⁹

A infinita e quase religiosa admiração que Júlio nutria pelo pai na infância manteve-se sem mácula ao longo da sua vida, reconhecendo a absoluta importância da sua presença e dos seus ensinamentos na sua própria formação como homem e escritor — «Sê um homem moral; é o primeiro dever. Sê um homem instruído, e de pondonor; é o segundo. Sê bom escriptor, se podéres; é já luxo, mas é optimo», dir-lhe-á aos

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ *Ibidem*, p. 16.

14 anos. Para além do muito que lhe ensinou, António Feliciano foi também o responsável pelo desenvolvimento da sensibilidade artística do filho, que, anos mais tarde, soube aplicar para pintar os *quadros do viver doméstico* dos tempos de São Marçal.

Por essa altura, Júlio era também um dos primeiros alunos do externato que a avó materna (Maria Carlota do Carvalhal) instalou num primeiro andar na calçada da Estrela, onde teve como colegas o seu irmão Augusto e Rodrigo Maria Berquó *Cantagallo*, que se notabilizou como engenheiro e arquiteto.

Mas a formação não se fazia apenas com letras e livros. António Feliciano levava também os filhos em passeios à cidade e ao campo, os últimos de reminiscências distantes, dos tempos em que o poeta cego era apenas criança e seu pai retirou a família de Lisboa para A-da-Beja e Caneças, por ocasião das invasões francesas. Na juventude, passou também longas temporadas na casa da família em Aguim (Anadia) e em Castanheira do Vouga (Águeda), onde o seu irmão Augusto era o pároco. Aí viveu 7 anos. Com o regresso a Lisboa e o nascimento dos filhos, retomou aos arrabaldes seus conhecidos, agora com juvenil companhia.

O espírito e a posição social de António Feliciano permitiram aos filhos obter experiências prodigiosas aos olhos de uma criança, num abrangente leque que tanto incluiu uma subida a bordo de um navio vindo do Brasil, como a participação num extraordinário evento que permitiu a Júlio observar o (seu) mundo de perspetiva única:

A [inacabada] igreja [do Convento de São Francisco], vasto recinto ao ar livre, emprestava-se, ou alugava-se, a arlequins, a domadores de feras, a quaisquer usos afins. Por 1844 ou 45, esteve ahi um Francez, que exhibia ao respeitavel Publico um enorme balão captivo. Acho que era coisa nova entre nós [...]. Enthusiasmado com a ideia da ascensão, pedi instantemente licença a meu Pae, que logo a concedeu. O homem pegou-me ao colo, meteu-me com elle na ligeira barquinha, que era de vêrga... e subimos.

Ainda sinto a minha alegre comoção; ainda contemplo o quadro maravilhoso que presenciei a duas ou três alturas das muralhas.³⁰

À distância de quase duzentos anos, parece difícil imaginar o que terá sentido o pequeno Júlio enquanto ascendia, abarcando cada vez mais da cidade, que a seus olhos crescia em escala. Mesmo estando os lisbonenses habituados às largas panorâmicas dos miradouros, aquela

³⁰ *Ibidem*, pp. 16, 18.

criança teve a oportunidade de uma vida, que só o pleno desenvolvimento das viagens aéreas viria a possibilitar, duas ou três gerações depois.

Da mãe pouco deixou escrito.

Júlio cresceu, assim, num quadro familiar composto por uma mãe carinhosa e um pai extremoso e atento, que incutiu aos filhos o gosto pelas letras e pela natureza e lhes permitiu vivenciar experiências vedadas à maioria dos que foram crianças na Lisboa de 1840.

Nome-maior das artes literárias em Portugal e homem de reconhecido talento e mérito, António Feliciano de Castilho via-se rodeado pelos que compunham o firmamento artístico e social do seu tempo. Alexandre Herculano foi um dos muitos que franquearam os portões de São Marçal, deixando de o fazer ainda na primeira infância de Júlio, que com ele não viria a ter qualquer outra relação futura que não a mera admiração pelas suas obras.

De Herculano, amigo intimíssimo de Castilho, pouquíssimo me lembro também, com quanto elle até 1844 ou 45 frequentou muito a nossa casa. Tenho apenas lembrança de uma manhã passada com ele na Ajuda.

Junto ao sumptuoso paço da Ajuda, inteiramente desabitado, era a morada de Herculano; ahi fomos, n'uma sege, meu Pae, minha Mãe, e nós; e o mestre levou-nos a um vasto gabinete de Physica instalado nas dependências Reaes. Quando penso no Doutor Fausto, vejo essas salas da Ajuda, grandes, escuras, atravancadas de instrumentos; sinto o rodar do disco de vidro de uma alentada machina electrica, e tenho a visão clarissima de minha Mãe [...] tirando com o dedo faiscas vermelhas do cilindro de metal. Todo esse conjunto ainda hoje tem para mim o aspecto de um quadro diabólico; Faiscas dos dedos de minha Mãe!³¹

A fortíssima amizade de Castilho e Herculano tomou um ponto de não retorno em 1845, por motivos que nunca chegaram a ser verdadeiramente compreendidos e acerca dos quais os dois tinham entendimentos diferentes. É, pois, irónico que, em plena avenida da Liberdade, a vereação da Câmara Municipal de Lisboa de 1950 viesse a afrontar as estátuas de ambos, como que a obrigar a resolver uma zanga que em tanto privou a literatura portuguesa.

Estas experiências e percursos fizeram de Júlio uma criança habituada a usufruir do muito que Lisboa oferecia. Não lhe terá sido fácil abandoná-la e embarcar para os Açores com 7 anos, rumo ao desconhecido,

³¹ *Ibidem*, p. 24.

por decisão e necessidade do pai, que, sem o desfogo financeiro de outros tempos, decidiu rumar com a família a Ponta Delgada, por sugestão do visconde da Praia. «Para quê? não o sabia ao certo, mas deixou-se levar de miragens. Pintava[m]-lhe [...] a cidade de Ponta-Delgada como um centro agradabilíssimo, barato, favorável a Letras, e onde meu Pae facilmente poderia agenciar a sua vida; mas como? ninguém o dizia. Crédulo e imaginoso como sempre foi [...], vendeu algumas coisas [...] e abalou com todo o seu mundo para o desconhecido»³², a 17 de agosto de 1847.

A estadia de quase três anos em Ponta Delgada revelar-se-ia fundamental para António Feliciano desenvolver o seu trabalho como pedagogo e delinear e implementar o *Método Castilho*. Para Júlio, foram os tempos do *Robinson Suisse* de Johann David Wyss, o livro de cabeceira durante esse período e que décadas mais tarde ainda recordava como um dos que mais o marcou. Um período de liberdade, descoberta e de plena ligação com a natureza.

Tínhamos de vez em quando licença para ir brincar com alguns outros amigos nossos, e condiscipulos, nas quintas d'elles, ou recebê-los no nosso quintal. Tardes deliciosas aquellas, n'um clima temperado, por entre vegetação luxuriante, e em frente do espantoso panorama do mar. Merendávamos pão e limas, corriamos, chilreávamos, e saboreávamos as delicias da nossa immaculada innocencia. [...] A Natureza nos Açores é tudo que se possa imaginar mais bello [...], tudo isso era para nós, lisboetas da rua de S. Marçal, scenario grandioso que nos enchia a alma por todos os lados, e nos povoava a imaginação.³³

Estudou em casa, onde aprendia, com o pai, História, Botânica, Anatomia e Latim, e no colégio do inglês Rendall, em cuja aula pontuavam rapazes das primeiras famílias da cidade, de entre os quais André e Antero de Quental (o seu *mais antigo amigo*, como afirmará), cuja habitação se situava quase defronte da que os Castilhos haviam tomado de arrendamento, no número 67 da rua do Lameiro.³⁴

Quando André e Anthero não vinham ás tardes para o nosso quintal, iamós nós para lá, e brincávamos todos na quinta, fazendo correrias á sombra das bananeiras e dos milhos colossaes, jogando as escondidas,

³² *Ibidem*, pp. 25-26.

³³ *Ibidem*, pp. 29-30.

³⁴ Em 1885, foi rebatizada rua do Castilho, nome que desde então mantém. No ano seguinte, na fachada da casa foi descerrada uma placa alusiva ao facto de António Feliciano ter nela vivido.

contando histórias, e estreitando a boa amizade que Deus criara, e o diabo se encarregou de estragar.

André, mais velho do que eu, e traquinas, era bruto, e desagradava-me às vezes. Anthero era o meu ídolo, e eu o ídolo d'elle. Ambos mostrávamos certas tendencias literarias; e como fazíamos já uns versinhos, julgávamo-nos uns figurões. Anthero admirava immenso quaesquer regrinhas deseguaes que eu escrevesse [...] sem suspeitar que algum dia havia de subir bem mais alto do que eu, na balança dos juizos publicos.³⁵



Casa de Ponta
Delgada. Desenho de
Júlio de Castilho, 1898.

Esta amizade foi definitivamente quebrada em 1865, na sequência do feroz ataque que Antero desferiu a António Feliciano, no que ficou conhecido como a *Questão do Bom Senso e Bom Gosto*, separando águas

³⁵ *Ibidem*, p. 27-28.

entre as escolas literárias de Lisboa e de Coimbra, e que mereceu pronta e enérgica reação por parte de Júlio.³⁶ Uma afronta ao pai não ficava sem resposta nem lhe merecia perdão.

Ao fim de quase um ano, operou-se nova mudança na sua vida. Considerando ser mais vantajoso para os estudos do filho a sua presença em Lisboa, a 24 de maio de 1848, António Feliciano enviou-o para casa da avó materna, num primeiro andar no número 48 da travessa do Pombal (atual rua da Imprensa Nacional). Uma vez em Lisboa, foi visitado na sua nova morada por alguns dos amigos do pai que se mantiveram na sua vida adulta como mestres, colegas ou íntimos, casos de António da Silva Túlho, António José Viale ou José Maria Grande. Mas também por José M. Ilsley e Francisco Assis Rodrigues. O primeiro foi seu professor de Latim, no Colégio de São Pedro e São Paulo, *dos Inglesinhos*; ao segundo, seu professor de desenho, retomaremos adiante.

Foi uma época penosa na vida de Júlio, esmagado pelas saudades dos pais e dos irmãos. A 11 de fevereiro de 1849, morreu a sua avó materna. Desconhecendo o facto, dias depois, António Feliciano embarcou em negócios para Lisboa, onde encontrou o filho já em casa da madrinha, na rua Nova dos Mártires. Nos três meses que se demorou na cidade, pouco se separou de Júlio, abrindo-lhe definitivamente as portas da sociedade da capital.

A 15 de maio, António Feliciano embarcou de volta a Ponta Delgada. As novas contingências provocadas pela morte da sogra obrigaram a que o filho o acompanhasse, para felicidade de ambos. Dez dias depois, o mesmo *Michaelense* que cerca de um ano antes havia levado o rapaz em lágrimas em direção a Lisboa, desembarcava em Ponta Delgada, num ambiente de festa onde foi recebido triunfalmente por um mar de gente que acolhia o poeta, por entre música e um *chuveiro de flores*. Júlio encontrou e retomou a vida que tinha deixado interrompida cerca de um ano antes. Esta sua segunda estada na ilha acabou marcada pela morte da irmã Cristina, a 26 de junho, em vésperas de cumprir o oitavo mês de vida. Já antes, ainda em Lisboa, havia morrido Emílio. É incerto o impacto que estas perdas provocaram no pequeno Júlio, tema sobre o qual pouco deixou escrito.

A família manteve-se no arquipélago por mais treze meses, regressando definitivamente a Lisboa a 29 de junho de 1850.

³⁶ Júlio de Castilho, *O senhor Antonio Feliciano de Castilho e o senhor Anthero de Quental*, Lisboa, Imp. de J. G. de Sousa Neves, 1865. A este respeito, consultar também António Cabral, *Eça de Queiroz: A sua vida e a sua obra — Cartas e documentos inéditos*, 3.^a ed., Lisboa, Livraria Bertrand, 1945, pp. 281-282, 285-288 (transcrição de duas cartas de Júlio de Castilho datadas de 1915, nas quais aborda a questão).

[Foram] para Lisboa, como poderia[m] ter ido, segundo desejou [António Feliciano], para o Rio de Janeiro. [Foram] para Lisboa, provavelmente por não ter[em] meios para se transportar, mais o seu pequenino mundo, para o outro hemispherio. [...] [Enquanto isso,] Lisboa, a indifferente, sorria ao sol.³⁷

DESENGANOS (1850-1863)

[Chegados a Lisboa] hospedámo-nos na antiga hospedaria da Pomba d'oiro, esquina da rua Nova do Carmo para o Rocio; coração da Capital. Lisboa, pacata como ainda era então [...], parecia-me uma Babilonia. As seges de boleia pelo Rocio, o enxamear da gente a certas horas pelo Chiado, a algazarra dos botequins, a voz solemne dos nossos afinados sinos, o abrir dos theatros, a elegancia dos janotas, tudo isso eram titilações no meu vibrante organismo, que me davam a entrever as supremas elegancias das cidades européias.³⁸

Que profunda impressão ter-lhe-á provocado a troca da floresta açoriana pela selva de mármore e granito lisbonense! Perdera a liberdade e os longos momentos de contemplação, mas recuperara o rebuliço citadino que sempre o deslumbrara. Como numa experiência científica ou social, Lisboa era um objeto de estudo que Júlio, o investigador, observava, tirava notas e firmava conclusões. Esta metodologia acompanhá-lo-á ao longo de toda a sua vida, mas, para já, era apenas uma criança de 10 anos que regressara à sua cidade e se maravilhava e absorvia tudo quanto via.

Na magra bagagem da família vinha a intenção do patriarca de fundar um estabelecimento particular de ensino. Após dois meses num pequeno apartamento na rua do Colégio dos Nobres (atual rua da Escola Politécnica), em setembro de 1850, os Castilhos instalaram-se no palácio do Machadinho, onde António Feliciano estabeleceu o *Colégio do Pórtico*, uma aventura agrídoce que durou três anos noutras tantas localizações. Júlio sentia-se fascinado pelo aspeto senhorial do edifício:

³⁷ Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, 2.^a ed., t. VI, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, p. 22.

³⁸ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), p. 53.

Se o quintalão de S. Marçal, se a quinta da Charneca, se as amenidades de Ponta-Delgada, me tinham influido na alma um violento amor á Natureza, esta nossa casa acordou em mim respeito ás tradições. No meio do dédalo da casaria apinhada e multiforme do bairro do Mocambo [...], o palacio surgia aos meus olhos de criança como um solar de vetustas aristocracias. [...] O meu curioso affecto á Lisboa velha começou talvez n'aquella casa.³⁹

Na verdade, ainda hoje o Machadinho impressiona, com a sua feição apalaçada imposta a uma estreita rua da Madragoa, bairro pouco habituado a manifestações de riqueza. Júlio foi dos últimos a conhecer e a habitar a casa de José Machado Pinto tal como havia sido construída em meados do século XVIII. Dez anos depois, seria totalmente adulterada, para seu profundo desgosto.

No Machadinho, Júlio não foi apenas residente, frequentando também as aulas do *Pórtico*. Foi um período feliz, abruptamente quebrado, em janeiro de 1852, pela passagem do colégio e da residência para o número 50G da rua dos Douradores, em pleno coração da Baixa. A mudança teve em si um efeito profundamente negativo. Consciente do facto, e antecipando males maiores, António Feliciano decidiu enviá-lo para casa da tia Leonor, em Mafra. Resultou.

Em julho, Castilho-pai decidiu tomar o segundo andar do palácio Sarmento, na rua dos Navegantes, à Estrela. Uma vez mais, foi habitação da família e estabelecimento de ensino. E, de novo, por pouco tempo. O pesado esforço despendido com a instrução gratuita, vertente que também tinha, obrigou António Feliciano a encerrar definitivamente as portas do colégio na primavera seguinte e a dedicar-se a outras causas.⁴⁰ A família viu-se então obrigada a mais uma mudança de residência, desta vez para o extremo oposto da rua de Buenos Aires, no número 3 do pequeno beco do Norte, onde se instalaram como quem encontra um oásis depois de uma travessia no deserto.

Parte dos verões dos Castilhos eram passados junto ao Tejo, que ocasionalmente atravessavam em direção a Almada. «Na praia de Santos tomavamos um bote, e navegavamos á vella, ás vezes com bellas nortadas até á enseada da Margueira, ou até aos areaes finissimos do Alfeite.

³⁹ *Ibidem*, p. 58.

⁴⁰ «[No Palácio Sarmento] foi o Portico de cabeça a baixo; e meu Pae, absorvido cada vez mais na poesia das suas tarefas humanitarias, regeu Cursos gratuitos, que deram brado em todo Portugal, aos pobresinhos das ruas. [...] A questão do Methodo portuguez, propriamente dito, não vingou; mas a sementeira ficou feita, e a idéia da Instrução e Educação popular tomou corpo na opinião. Deve-se isso a Elle só.» *Ibidem*, pp. 67-68.

As retoças na praia, os pulos na água, as alegrias ingênuas da mocidade, tudo isso nos enchia umas duas horas, coroadas muita vez com um apetitoso almôço de figos. Ao longe, ao longe, desenhava-se alcantilada e triumphal a nossa esplendida cidade, levando já os olhos e as atenções do futuro chronista da Lisboa Antiga.»⁴¹ Foi também por esta altura que os versos de Júlio começaram a ser publicados.

—
Palácio do
Machadinho,
fachada tardoz.
Desenho de Júlio de
Castilho, 1898.



—
Palácio do
Machadinho, interior.
Desenho de Júlio de
Castilho, 1898.



⁴¹ *Ibidem*, p. 69.

Tudo parecia encaminhado na vida do primogénito de António Feliciano. No entanto, a entrada na adolescência e na Escola Politécnica reservaram-lhe um sabor amargo e inesperadas incertezas.

[O gosto do meu pai] seria mandar-me para Coimbra; [mas,] a sua magra bolsa, por um lado, e o receio de me perder em más companhias, a mim tão innocentemente criado, poseram veto. Pensou em mandar-me [...] para a Escola Polytechnica, e fazer de mim um engenheiro [...] [na qual ingressei com meu irmão Augusto], mais inteligente do que eu, espirito exacto, sem adejos mas firme, [que] abrangia facilmente as materias; eu era bronco, e sentia-me impermeavel às grandezas da Algebra, ás lindezas da Geometria; por mais que fizesse, não entrava com ellas. Foi esse o maior tormento da minha vida; parecia-me hebraico tudo aquillo, e não adiantava.

[...] Criado em casa com Virgilio, Hugo, Metastasio, Byron, achava todas aquellas sabenças demasiado abstruzas e sêccas para a minha intelligencia, e sôbre tudo para o meu coração. [...] Desgostos enormes, que n'aquellas edades tomam proporções sinistras.⁴²

Esta racionalidade de António Feliciano, assente na natural preocupação de pai que quer o melhor para o filho, parece contrariar tudo aquilo que até então havia fomentado na sua prole («vocês são uns poucos; divirtam-se entre si; desenhem, recitem, representem»⁴³). Fiel aos caminhos e aos gostos que vinha trilhando e nutrindo, Júlio revelou apenas competência nas cadeiras de Introdução à História Natural (regida por Francisco António Pereira da Costa) e de Desenho (com Pezerat). Para além da sua natural incapacidade para as ciências exatas, considerava que dois outros motivos o tinham levado ao fracasso na Politécnica: a cada vez mais notória ausência do pai e o grupo de *cábulas* que então tinha como amigos e com quem amiúde faltava às aulas para assistir às sessões da Câmara dos Deputados ou simplesmente apanhar sol na Patriarcal Queimada (atual praça do Príncipe Real) ou em Campo de Ourique.

O cargo de comissário-geral da Instrução Primária e a instituição por todo o país e no Brasil de um *curso normal* para implantação do *Método Castilho* obrigavam António Feliciano a viagens constantes e a longas ausências.⁴⁴ A turbulência típica da adolescência foi ampliada

⁴² *Ibidem*, pp. 56, 78, 82.

⁴³ *Ibidem*, p.84.

⁴⁴ Por vezes, Júlio acompanhava o pai, aproveitando para conhecer o país. A 17 de março de 1854, aquando da sua primeira visita ao Mosteiro de Santa Vitória (Batalha), Bulhão Pato salvou-lhe a vida ao evitar que caísse do Coruchêu da Cegonha. (Bulhão Pato, *Memórias. Quadrinhos de outras epochas*, t. III, Lisboa, Academia Real das Sciencias, pp. 414-415).

por este afastamento ao amor filial, que se tornou no principal aspecto deste período da vida de Júlio. Com um pai ausente, uma mãe que amava, mas que não lhe chegava, um vincado fracasso escolar e uma personalidade carente de contínuo acompanhamento e aprovação, Júlio esmoreceu.⁴⁵ Sobraram-lhe as mesmas amizades que, paradoxalmente, o afastaram do caminho dos estudos. E, embora muitos tivessem sido apenas amigos de ocasião, outros, como Simão Paes de Faria e Xavier da Cunha, acompanharam-no ao longo da vida. E, só por esse facto, Júlio não terá dado por totalmente perdido o tempo passado na Politécnica. Mas, naquele sombrio ano de 1855, era incapaz de vislumbrar qualquer perspectiva de futuro e sentia tudo com a intensidade habitual da idade:

¿Era eu feliz n'esses viçosos quinze annos a desabrochar? Respondo desde já: Não era. [...] Precisava adiantar-me para abrir carreira e ganhar a vida, e os meus estudos frustrados eram remorso diurno e nocturno; precisava dinheiro para andar elegante, segundo m'o pediam os meus instintos artisticos, e não o tinha; desejava escrever, compôr obras, como meu Pae, e não achava em mim o talento criador; via meu irmão immediato adiantar-se na carreira da Marinha, e eu marcava passo, a ler Hugo, a passear sosinho nas terras dos Praseres, e a fazer versinhos. Essas circumstancias todas humilhavam-me; vivia infelicíssimo.⁴⁶

Julgou encontrar a saída num recanto do seu dramático espírito: tomar ordens sacras. Sempre sensato, António Feliciano ouviu o filho e não o contrariou. Prometeu tratar do que fosse preciso para a sua entrada no Seminário de Santarém, chegando mesmo a falar com o pároco de Santa Isabel, seu amigo próximo. E depois esperou. Foi, efetivamente, uma questão de tempo até Júlio desistir da ideia. No entanto, até ao final dos seus dias, não mais deixou de se preocupar com certos traços da personalidade do filho: «Nunca vi creatura de menos amor-proprio que elle. A sua inacção e preguiça [...] não provem senão de estar convencido de que por mais que fizesse, nunca faria coisa que se visse; esta pusilanimidade mata-o; e receio se lhe tenha já convertido em natureza.»⁴⁷

⁴⁵ «Cada vez que do Rio de Janeiro chegava uma carta d'Elle, era lida com lagrimas de todos nós. [...] A ausência d'Elle era um mal insupportavel! Víamos em tudo aquella ausência. Uma noite d'esse Julho triste de 1855, por um luar lindissimo, sósinho, alta noite, em frente do Tejo, escrevi (nem eu sei como) esses versos [A Meu Pae].» Júlio de Castilho, «Memórias de Castilho», livro VIII, *Instituto de Coimbra*, vol. 49 (1902), pp. 493-494.

⁴⁶ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), pp. 98-99.

⁴⁷ ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 18, Maço 1, Documento 15(7). Carta de António Feliciano de Castilho para José Feliciano de Castilho (11 maio 1864).



—
Casa do Beco do
Norte. Desenho de
Júlio de Castilho, 1857.

—
Casa do Beco do
Norte, interior.
Desenho de Júlio
de Castilho, s. d.



—
Casa de São Francisco
de Paula. Desenho de
Júlio de Castilho, 1898.

—
Casa de São Francisco
de Paula, interior.
Desenho de Júlio
de Castilho, 1898.

Inapto para o curso da Politécnica e sem plano alternativo, a vida de Júlio indefinia-se. O pai chegou a ponderar encaminhá-lo para Luanda, para trabalhar com um negociante seu conhecido de apelido Flores, enviando-o primeiro para Mafra, para que seu tio Marcus Dalhunty o auxiliasse nos estudos matemáticos e na conversação em inglês. Acabou por não ter qualquer resultado prático porque, regressado a Lisboa, não mais se falou de Flores nem da ida para Angola. Sobraram-lhe as memórias dos longos passeios na Tapada e do tempo que residiu no edifício do antigo convento, onde seus tios tinham habitação por ser Marcus professor do Colégio Militar.

No outono de 1858 chegou a Lisboa o novo Núncio da Santa Sé em Lisboa, monsenhor Innocenzo Ferrieri. Querendo de pronto aprender português, colocou a tarefa da escolha do mestre nas mãos de António José de Figueiredo, chanceler da Nunciatura. Há muito frequentador da casa de António Feliciano, lembrou-se então do filho mais velho deste. E assim, sem aviso nem preparação, aos 18 anos, Júlio encontrou-se no improvável papel de professor privado de português do representante máximo da Santa Sé em Lisboa. Rapidamente a relação extrapolou a mera duração das lições e o jovem mestre passou a assistir à Missa na Nunciatura, onde travou relações com diversos dos seus elementos.

As aulas prolongaram-se até princípios de 1860. Júlio chegou mesmo a antever a retirada de dividendos desta sua proximidade à Nunciatura, aquando da nomeação do marechal Saldanha como embaixador extraordinário à Santa Sé, em 1862. Por essa ocasião, em conversa com o amigo Saldanha e a pedido do filho, António Feliciano aventou a possibilidade de Júlio o acompanhar como adido. «[E] este feiticeiro, que não sabia pronunciar a palavra não, aprovou muito, afirmou que ia fazer o possível, tudo com mil amabilidades, mas creio que [...] não pensou mais no assumpto. [...] Entretanto, [n]esses mezes de ansiedade e esperança, com a minha crédula imaginação de rapaz, [...] li sobre Roma antiga e moderna tudo quanto encontrei; muni-me de estampas; tirei apontamentos; estudei [...]; exercitei-me em escrever italiano; arejei o meu latim; [...] compenetrei-me tanto do plano da Cidade eterna, que (me parece) achando-me lá não precisaria cicerone.»⁴⁸

E não precisou, porque Saldanha partiu e Júlio ficou. Esfumava-se a primeira oportunidade de uma carreira diplomática que chegaria um quarto de século depois, em paragens mais longínquas e exóticas.

Entretanto, no meio do turbilhão dos seus pensamentos, Júlio havia já iniciado a sua carreira em organismos públicos, onde se manteve até se aposentar.

⁴⁸ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), pp. 151-152.

[Em 1859] abriu-se concurso para os empregados da recém-criada Direcção geral da Instrução publica no Ministerio do Reino; concorri com uma turba-multa de outros inuteis, e fui provido no alto cargo de Amanuense. Julguei-me feliz com os meus 18 mil reis mensais.

[...] [Mas] a minha carreira não adiantava; eu era o mesmo inutil, o mesmo anónimo que sempre fôra; sem acesso, porque não possuía um Curso superior, nem sequer aspirava a sahir d'aquelle provisório. Com a graça concisa e especial do seu epigramma, dizia meu Pae:

— Ser amanuense é estar num bêco a roer uma côdea.⁴⁹

Para Júlio, essa côdea era receber o ordenado («esse dinheiro parecia-me uma California, e chegava-me para me vestir no Catarro, calçar-me no Stelpflug, ter bonitas bengalas, chapeo do Grezielle, e luvas inglesas»⁵⁰) e estreitar as relações com D. António da Costa, o 1.º oficial chefe da Repartição de Instrução Superior e presença habitual no círculo íntimo de António Feliciano, que tomou o jovem amanuense como seu protegido e o tratou com distinção e amizade. Tudo o resto representava um indisfarçável incómodo, desde o súbito convívio com a maioria dos novos colegas até à cópia de *coisas semsabor*.⁵¹ Os tempos passados neste *medonho cárcere* ficaram imortalizados num poema escrito em agosto de 1860, ao qual deu o sugestivo nome de «Na Sibéria».⁵²

O poeta virara burocrata! Mas, por ora, era o caminho a trilhar, por entre um ou outro poema bem acolhido. E foi a propósito de um deles que Júlio César Machado traçou o seu mais belo retrato psicológico:

«Tem vinte annos o meu poeta. É um moço pallido, de physionomia insinuante, sorriso melancolico, e olhos cheios de luz. Herdeiro d'um grande nome, herdeiro d'um grande talento. Não evita a sociedade nem a procura; character mais indifferente do que desdenhoso, sonha acordado, sem reparar no mundo que lhe faz bulha ao redor. Brioso como um palladino, grave como um diplomata, meigo como uma donzella;

⁴⁹ *Ibidem*, p. 124.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 125.

⁵¹ «Tenho tido uma vida de verdadeiro cão. Não se faz idéa. Levanto-me cedo para trabalhar; ás 10h ½ parto para casa do meu Ministro, com quem trabalho até á 1h, pouco mais ou menos. Vamos juntos para a Secretaria, e lá estou até ás 5h, 6h mesmo, ora no gabinete, ora recebendo massadores, ora respondendo a cartas, ora dando seguimento a memoriaes, etc etc etc. Chego a casa em salada, mas salada sem sal, e com muito vinagre. Janto, e cáio a dormir [...]. Ao serão trabalho, até á meia noite, e deito-me, para recommear no dia seguinte.» ANTT, Ávila e Bolama, Caixa 13, Maço 13, Documento 268. Carta de Júlio de Castilho para António José de Ávila (7 ago. [1870]).

⁵² Júlio de Castilho, «Na Sibéria. Desabafo Semi-Satyrico» in *O Ermitério*, Lisboa, Typographia Universal, 1875, pp. 47-52.

um d'esses bellos typos dos vinte annos, em que a gente presente uma existencia que vae ser uma longa dedicacão, e que segundo a predisposicão do genio de cada um, terá por objecto a politica, as mulheres, ou a poesia. [...] É preciso vel-o, o meu joven poeta, debil, melindroso, delicado, varonil no olhar e nos cabellos, effeminado na voz, ora impetuoso, ora tímido, meio collegial, meio heroe! É preciso olhal-o attentamente e adivinhar logo que não póde, aquella fronte melancholica, aquella physionomia juvenil mas triste, aquella sorriso humido, deixar de ter nestes caracteristicos o segredo do seu condão — a poesia!»⁵³

Mas a poesia de poucolhevalia. Ambicionando uma progressão na carreira, em março de 1862, Júlio matriculou-se no Curso Superior de Letras, inaugurado no ano letivo anterior no edificio do suprimido Convento de Jesus. Ainda que fosse tarde demais para salvar a sua adolescência do pesadelo das ciências exatas, o conforto das letras deu-lhe um ânimo que há muito não sentia nos bancos de uma escola. Mas nem por isso a Politécnica deixava de o perseguir e o manietar, obstinada era a cruz que carregava: «Dando continuidade a uma prática historicamente consagrada no ensino superior português, o Regulamento elaborado pela Academia Real das Ciências de Lisboa para o Curso Superior de Letras, previa a existência de duas classes de alunos: ordinários e voluntários. No acto da matrícula os primeiros deveriam apresentar certidões dos exames de todas as disciplinas do ensino secundário. [...] A frequência da classe de voluntários era livre, isenta de encargos e não estava dependente de quaisquer habilitações prévias, mas não poderiam requerer no final da formação a Carta Geral do Curso Superior de Letras.»⁵⁴ Por não ter chegado a concluir a Politécnica, era este último o caso de Júlio.

Na fase inicial de funcionamento, o curso tinha a duração de dois anos letivos, compostos por apenas cinco cadeiras: *História Pátria e Universal* (Prof. Luís Augusto Rebelo da Silva), *Literatura Grega e Latina e Introdução às suas Origens* (Prof. António José Viale), *Literatura Moderna e Especialmente a Portuguesa* (Prof. Luís Augusto Rebelo da Silva, interino), *Filosofia* (Prof. Augusto Maria de Sousa Lobo) e *História Universal Filosófica* (Prof. Levy Maria Jordão).⁵⁵ Por pouco, não chegou a ser aluno do seu próprio pai, primeiro nome pensado para lecionar a cadeira de Literatura Moderna, declinada pelo próprio com a alegação de ser escasso o seu conhecimento em idiomas e manifesta a impreparação para abordar as temáticas contidas no currículo.

53 Júlio César Machado, «Uma Poesia», *Portugal Independente* (14 fev. 1862), p. 3.

54 João Couvaneiro, *O Curso Superior de Letras (1861-1911). Nos primórdios das Ciências Humanas em Portugal*, tese de Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p. 157.

55 *Ibidem*.

Sentindo-se em terreno seu, aplicou-se. Ao longos dos dois anos que aí passou, Júlio partilhou as precárias instalações do velho casarão de Jesus com outros funcionários de repartições estatais, mais ou menos anónimos, de entre os quais Henrique Feijó da Costa (um ano mais adiantado) e Zacarias d'Aça. O momento mais memorável terá ocorrido na aula em que Rebelo da Silva o indicou para dissertar longamente sobre o *Quadro geral da Literatura italiana no século XVI, comparado com o da literatura portuguesa em igual período*. Brillhou.

Quando acabei, e me vi abraçado pelos condiscipulos e por muitos espectadores, Rebelo da Silva desceu do estrado, e veio abraçar-me também. Momentos d'aquelles... só uma vez se experimentam.⁵⁶

Aprovado em todos os exames, quase sempre com distinção, conseguiu a irónica façanha de finalizar um curso superior sem ter o liceu concluído. No entanto, sem o correspondente diploma, pouco préstimo lhe trazia. E, para o obter, precisava da aprovação de algumas disciplinas liceais. O pesadelo da Politécnica teve, assim, um triste epílogo em setembro de 1867, com um derradeiro chumbo no exame de aritmética causado por um *ataque de nervos*. Com ele, arrumaram-se definitivamente as ambições de obter um grau superior que lhe permitisse uma carreira pública de mais altos voos.

A ESTÁTUA DA SAUDADE (1863-1877)

Para 11 de Fevereiro de 1861 estava anunciado, e anciosamente esperado por todos os rapazes da sociedade escolhida, um grande baile no Club Lisbonense, no palacio dos Condes de Valladares, ao Carmo. Eu, como era natural, desejava immenso ir lá, mas não sabia como; era necessário ser socio, e eu não tinha dinheiro para a joia e mezada, que eram pesadinhas. Abri-me com meu Pae. Elle, sempre bondoso, aplanou a diffículdade, dizendo-me que falaria n'isso ao seu amigo e antigo condiscipulo, o elegante Joaquim José Dias Lopes de Vasconcellos, Conselheiro de Estado e membro da Direcção do Club. Vasconcellos respondeu que era negocio feito; que na noite de 11 apparecesse eu em casa d'elle e iriamos juntos. Fiquei alegrissimo.

⁵⁶ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), p. 156.

Com efeito, pelas 8 horas metti-me n'uma traquitana mandada vir de uma cocheira que me servia em ocasiões solenes; e com a minha casaca azul de botões amarelos, collete de casimira branca bordado a retroz branca, camisa com uma leve ruche de folhos ao longo do peitilho, gravata branca e luva gris-perle, dava entrada pelas 8 e 20 em casa do meu amavel apresentante e guia.

[...] Estava já muita gente no Club, e pela escadaria de pedra subiam grupos; succediam-se no largo as filas de carroagens. Não tardou que a orchestra entornasse no ambiente o entusiasmo contagioso das valsas e quadrilhas. Eu exultava.

O meu guia apresentava-me aqui, ali, a uns, a outros, dizendo sempre: — É o filho do nosso Castilho.

Isso doirava de sorrisos amaveis o acolhimento que faziam ao pobre amanuense.

Aquelle baile fez-me profunda impressão. Toda a Lisboa elegante, opulenta, nobre, se achava ali; espectáculo deslumbrante.

[...] Entre muitas senhoras, das quais conheci pouquissimas, vi, já no fim da noite duas physionomias muito sabidas, que era costume encontrar na Missa da Lapa: as filhas do Conselheiro Possidonio Augusto Possolo Picaluga, Director Geral da Secretaria da Camara dos Deputados.

Este homem, abastado e elegante, gosava no bairro certa consideração, pela maneira como vivia no seu bonito palacete da rua das Trinas esquina da rua da Lapa, pela gente com quem era aparentado, pelos seus haveres, pela sua elevada situação burocrática, e até [...] pelo aprumado e garboso da sua figura antiquada. Era um bom exemplo do cavalheiro de 1830.

[...] Eu nunca lhe tinha falado, nem elle era nossa visita, nem conhecia pessoalmente meu Pae; mas o ver ali as filhas foi uma especie de companhia no meu isolamento; repôz-me de repente no meu querido Buenos-ayres.⁵⁷ Ali, no bulicio de um baile grande, entre tanta gente da mais alta plana, parecia-me estar na pacatez do nosso bairro, e escutar os sinos da Lapa chamando á Missa.

Junto a um longo tremó em estylo Imperio, achava-se sentada a mais nova das duas senhoras, criatura naturalmente distinta. Delgada, pallida, absôrta, parecia a estátua da saudade.⁵⁸ Atrahiu-me; olhei

57 Rua de Buenos Aires, à Lapa (próxima da residência dos Castilhos).

58 «Baile! não era baile; era um delirio; / um turbilhão de dança e melodia; / um eden perfumado e innebriante; / um ceo de luz, de amor, e de harmonia! / Lá te vi, toda mimo e toda graça / entre as mil, que eu não via. / Junto ao longo tremó, qual pensativa / melancólica estatua da saudade, / presente inda a memoria te figura. / Oh! mas não toque a musa / nessa viva escultura / o encanto della, a forma peregrina, / o garbo divinal, / sim; tudo isso em si mesma acolha-o, pense-o / e o que a lyra não diz... diga o silencio.» Júlio de Castilho, «Depois do Baile — fragmento» in *Primeiros Versos*, Rio de Janeiro, Livraria de B. L. Garnier, 1867, p. 106.

para ella muito tempo; mas não conhecendo o pae, e não a conhecendo a ella, esperei pela eventualidade de uma apresentação; a apresentação não chegava.

[...] Aproximei-me [então] de vagar, com o meu chapeo de pasta debaixo do braço; e em quanto a orchestra tocava o ritornello de uma quadrilha, perguntava-lhe eu, a meia voz, com uma liberdade indesculpável, e sorrindo com meiguice:

— ¿V. E. já tem par para esta contradança?

— Ainda não — respondeu ella corando.

— ¿Dá-me a honra de dançar comigo?

Ella balbuciou não sei quê, muito corada, e procurando com os olhos o pae, a quem disse o que quer que fosse. Este aproximou-se, e com o modo mais cortez, e inclinando-se,

— Peço perdão; mas é muito tarde; são quasi 2 horas, e minhas filhas sabem que nos recolhemos sempre cedo; desculpa-me, ¿sim?

E apertou-me rápido a mão.

Fiquei com cara á banda; o diabo tinha-me induzido a uma tolice, a um atrevimento, a uma inconveniencia; apanhei uma lição mestra. O praxista ficou corrido; foi justo.

Desappareceram os três, como por encanto; procurei muito pelas salas aquella visão aérea, ;mas debalde!

No dia seguinte uma parenta perguntou-lhe:

— ¿Que recordação trazes do baile?

— Trago um sorriso que me lembra sempre; era um dos Castilhos, mas não lhe sei o nome.⁵⁹

Em vésperas do 21.º aniversário, Júlio tinha já tido suas paixões, platónicas e ingénuas. Mas com Cândida Possolo Picaluga foi diferente. Talvez devido ao atrevimento *induzido pelo diabo*, que no baile o fez quebrar uma barreira habitualmente intransponível à sua timidez. Ou por causa daquele pequeno elemento intangível capaz de tornar certas pessoas irremediavelmente especiais aos olhos de outras.

...bastou, para acordar todo o meu estro,
chegar-te a mim, clamar-me; ouvi-te, e ergui-me;
como á voz do Senhor se ergueu de um tumulto
um Lazaro sublime.⁶⁰

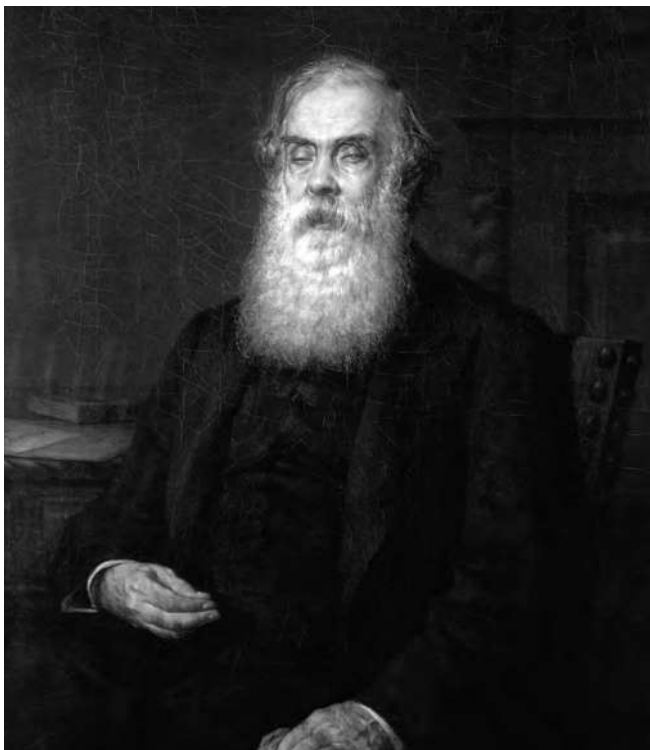
⁵⁹ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), pp. 143, 146-149.

⁶⁰ Júlio de Castilho, «Depois do Baile — fragmento» in *Primeiros Versos*, Rio de Janeiro, Livraria de B. L. Garnier, 1867, p. 111.



—
Júlio de Castilho,
década de 1860.

—
Antônio Feliciano de
Castilho. Retrato de
Miguel Ângelo Lupi,
1873.



—
Cândida Possolo
Picaluga. Retrato de
Miguel Ângelo Lupi,
1874.



As semanas foram passando. «Vi-a na Missa, vi-a no Passeio da Estrella, passei pela sua casa mil vezes, e em poucos dias encontravam-se affectuosamente os nossos olhares. [...] Estas historietas são as de todos os amores: cartas sôbre cartas, o Passeio da Estrella, a Missa ao domingo, o setenario das Dôres, tudo isso são coisas que toda a gente conhece com outros nomes»⁶¹. Por esta altura, Cândida já sabia qual dos Castilhos a fazia sorrir.

Seguiram-se encontros furtivos à porta da casa de Campolide, para onde os Picalugas se haviam mudado, a fim de dificultar os *colóquios nocturnos da sacada para a rua*. Mas, apesar da forte oposição de Possidónio, crescia no casal o desejo de casar. A família de Júlio aprovava a noiva e, por conseguinte, o enlace. Consultado D. António Costa, António Feliciano escreveu uma carta a Picaluga dando conta das intenções de seu filho, recebendo uma resposta ostensivamente negativa. Foi então encetada uma ação judicial de suprimimento do consentimento paterno para permitir a retirada da nubente de casa por justiça, o que ocorreu no princípio de dezembro de 1863. Ainda antes do final do ano, mas já depois de pressionado pelo futuro sogro a assinar um acordo pré-nupcial para salvaguardar a fortuna da filha, Júlio casou com Cândida na Igreja de Santos-o-Velho, numa pouco tradicional quarta-feira, a 30 de dezembro. «Nunca houve noivos mais radiantes; tudo aquillo foi uma delicia de dias, mezes, e annos, sem nuvem.»⁶²

Para primeira habitação em comum, escolheram uma casa no quinhentista bairro da Madragoa, o número 13 da travessa do Pé-de-Ferro. A localização foi criteriosamente decidida, de modo a suavizar o corte com as respetivas famílias. A rua das Trinas, espécie de bastião dos Picalugas, ficava literalmente ao dobrar da esquina; a travessa de São Francisco de Paula (atual rua Ribeiro Sanches), onde se localizava a residência dos Castilhos desde há um par de anos, era um pouco mais longe, mas não o suficiente para impedir as regulares visitas dos que lá moravam. Passado mais de século e meio, a casa ainda existe, conservando as feições, mas faltando-lhe os bustos de António Feliciano e de Garrett que então Júlio tinha no seu escritório.

Ao longo de 1864, o idílio matrimonial foi constantemente sobressaltado pela doença de Cândida, um problema uterino que provocou apreensão em toda a família, a ponto de se ter chegado a antever um desfecho trágico. Cândida sobreviveu infértil. Aceitando o melhor possível a fatalidade de não poder vir a ter descendência, Júlio não deixou de o lamentar.

⁶¹ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), pp. 149-150. Livraria de B. L. Garnier, 1867, p. 111.

⁶² *Ibidem*, p. 179.

É necessariamente difícil de aferir o peso da sombra provocada pela falta de filhos neste casamento. Mas a vida seguiu, segue sempre. E o vazio preencheu-se na medida do possível: «Eu muita vez dizia: — Não tendo um filho, quem me déra um cãosinho!»⁶³ Encontrado pouco depois a vaguear na rua das Trinas, Fido tornou-se no primeiro de uma longa linhagem de fiéis companheiros de diferentes genealogias a quem Júlio dedicou importante parte dos seus dias e dos seus mais sinceros afetos. O amor pelos animais e a defesa intransigente dos seus direitos tornaram-se num dos mais vincados traços da sua personalidade, levando-o a escrever, em nome da Sociedade Protetora dos Animais — da qual foi vogal —, um requerimento a D. Luís solicitando a abolição das touradas⁶⁴, tema que tomou como causa.

Por esta altura, Júlio desmultiplicava-se entre o emprego na Secretaria e a redação da correspondência para jornais brasileiros que o tio José Feliciano lhe havia arranjado como impulso para a sua carreira literária e para o equilíbrio do orçamento familiar. Financeiramente, o casal vivia com tranquilidade, ainda que a manifesta falta de capacidade de Júlio para gerir o dinheiro lhes causasse ocasionais dissabores («eu não sabia administrar os nossos rendimentos; era perfeitamente um mentecapto. [...] Os empréstimos com que auxiliávamos certos amigos [...] eram constantes, e os roubos industriais não faltaram [...]; certo procurador espertalhão, que tivemos annos, complet[ou] a ruína»⁶⁵). Aos 20\$00 do ordenado na Secretaria somava-se outro tanto que recebia pelos textos enviados para jornais brasileiros, ao mesmo tempo que Cândida via limitado, por seu pai, o acesso aos 9 contos de réis do seu quinhão do que a sua mãe haveria deixado.

Apesar de receber no Pé-de-Ferro os amigos íntimos com bastante regularidade, o casal refugiava-se no campo sempre que podia, em passeios mais curtos a Carnide ou à Ameixoeira, ou em estadas de veraneio mais demoradas no vale da Paiã, Casal da Urmeira ou nos Pombais.⁶⁶ Em algumas destas ocasiões, eram acompanhados por António Feliciano, nomeadamente nos aniversários de Júlio, dias sempre muito festejados.

⁶³ *Ibidem*, p. 187.

⁶⁴ Sociedade Protectora dos Animaes, *Requerimento a Sua Magestade El-Rei pedindo a abolição das touradas em Portugal*, Lisboa, Editora de Mattos Moreira, 1876.

⁶⁵ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), p. 246.

⁶⁶ Atualmente todos pertencentes ao concelho de Odivelas. «Procurem entre Nossa Senhora da Luz e Odivellas o valle da Paian e estou certo que os mais incontentaveis desdenhadores do que é nosso hão-de achar ahi uma brilhantissima excepção á tal aridez de que falam os exclusivos entusiastas de Cintra; hão-de achar verdura, sombras profundas, muita fresquidão, linhas grandiosas, e todo o sorriso das eglogas virgilianas. A Paian é um valle privilegiado.» Júlio de Castilho, *Amores de Vieira Lusitano. Apon-tamentos Biographicos*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1901, p. 12.



—
Quinta da Azenha
Velha, Paiã (Odivelas).
Desenho de Júlio de
Castilho, 1898.

No entanto, estes périplos aparentemente inocentes acabaram por revelar uma face perniciososa, da qual Júlio só demasiado tarde se apercebeu:

Chegava Setembro, eu pedia um mez de licença na Secretaria, e abalávamos.⁶⁷ ¿Mas para onde? ¿Para onde ia toda a gente? não; isso nunca; iamos para sitios afastados, campestres, onde ninguém se lembrava de apparecer; essa solidão agradava-me, confesso; os eternos ermitérios, com que tanto se zangavam os meus melhores amigos, eram o meu encanto... e a minha ruína.

A minha ruína, sim; aquelle banho perenne de solidão, sem respeito, sem variedade, fizeram ao nosso lar o que as teimosas calmarias do Oceano fazem ao casco e à mastreação do navio: desengonçaram-n-o. [...] Chegavamos a desleixar relações, a não pagar visitas, a recusar convites, só para não quebrar o tête-à-tête; systema pessimo, e anti-natural. Repito: isso foi a nossa ruína. [...] O homem e a mulher foram feitos para a sociabilidade; fugir ao nosso destino é sempre contraproducente. Usámos e abusámos do idyllio; e o idyllio fez o que faz sempre: fartou-nos, e virou-nos as costas.⁶⁸

67 As férias eram maioritariamente passadas nos arrabaldes da cidade, nomeadamente no Vale da Paiã, Caselas, Odivelas, Caxias, Trafaria, Pedrouços, Costa de Caparica, mas também em casa do amigo Simão Paes de Faria, em Vargos (Torres Novas). Chegaram também a ir para Pedrouços mesmo estando Júlio a trabalhar, fazendo este o percurso diariamente.

68 Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), pp. 186-187, 198-199.

No final da sua vida, Júlio reconhece-lo-á em jeito de balanço. Mas à época, em plena juventude e vivendo intensamente os anos dourados do seu matrimónio, o casal julgava-se encontrar-se a si mesmos a cada nova fuga. Em 1872, Júlio decidiu mesmo comprar «uma casita com um cerrado de oliveiras à borda de um riacho de lavadeiras [na Presa,] [...] aldeola a meio caminho entre Carnide e Caneças [, sobranceiro ao seu adorado Vale da Paiã.]

[...] A casa era velha, mas prestava-se (julgava eu) a melhoramentos que a tornassem habitável. Comecei a fazer planos, projectos, alçados; e depois de ali almoçar no chão, à sombra de oliveiras minhas [...], acordava em mim o architecto. Havia de tapar-se tal porta, abrir-se tal janella, fazer-se um terracinho sôbre o rio, etc.; [...] chamei um mestre de obras de Carnide, meu desconhecido, inculcado por um saloio nosso vizinho limítrophe, entreguei-lhe os meus planos, e dei-lhe carta-branca. A carta-branca sahiu negra, porque o homem era um velhaco ladrão cadímo.

[...] O mez de Outubro d'este anno de 1874 foi de grande faina na Preza; e, depois de mais algumas semanas, a casa, reformada, alindada, recoberta de novo, pintada de vermelho atijolado, forrada de bonitos papeis, e esteirada de esteirões de tabua, tornára-se, graças á mobilia que para lá mandámos, ás cortinas, aos vidros de côr, e aos bibelots, um ninho confortavel, que era a admiração dos saloios do arredor.

Deliciosos dias ahi passámos de vez em quando, levando meu Pae, que lá tinha o seu quarto, e que muito gosava n'aquelle poiso aldeão. Dias feriados, santos ou de gala, eram consagrados á Preza. Ahi levei varios amigos, e com elles explorava os arredores, em passeios alegres cheios de mocidade.

Com a morte de meu adorado Pae tornou-se aquelle sitio muito triste para mim»⁶⁹ e a casa da Presa acabou vendida.

Também em Lisboa houve novas casas na vida do casal, que a 24 de abril de 1869 adquiriu o prédio com os números 28-34 da travessa de Santa Gertrudes (atual rua Dr. Teófilo Braga, à calçada da Estrela).⁷⁰ A compra desta casa resultou num rocambolesco episódio, explicado por Júlio, a quem é devolvida a palavra: «Eu conto. Ou vi annunciada, ou me denunciaram, uma casa antiga e vasta na dita travessa; fui vel-a, e (conforme o meu pessimo costume) ceguei-me, e afoguei-me em pouca agua. Tratava da venda um sujeito Magalhães, Major reformado, ali perto; fui ter com elle; [...] Pediu um conto de reis; annui precipitadamente, e na minha eterna boa-fé estúpida, não mandei, como devia, examinar os títulos por um advogado.»⁷¹

⁶⁹ *Ibidem*, pp. 239-240.

⁷⁰ ANTT, II.º Cartório Notarial de Lisboa — Ofício A, livro de notas n.º 237, f. 91-93v.

⁷¹ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), p. 205.

Escrito pela pena do infeliz comprador, este prelúdio antecipa o penoso desfecho: Júlio viria a descobrir poder ser ainda vivo um herdeiro do antigo proprietário, a qualquer momento capaz de disputar a propriedade da casa. Encetando um árduo trabalho de arquivo que lhe tomou largas semanas, conseguiu finalmente provar que o putativo herdeiro estava há muito morto. Mas o seu temperamento inconstante transformaria este sofrido êxito numa *vitória de Pirro*. O longo caminho a que foi obrigado a percorrer retirou-lhe o entusiasmo pelo cumprimento dos planos há muito traçados pelo casal, que passavam pelo restauro integral do edifício e posterior arrendamento do piso térreo e do segundo andar. Não mais o *architecto* acordou em Júlio, e o edifício acabou vendido com substancial prejuízo.

Abalados nas finanças, e necessitando de um teto e algumas paredes, em setembro seguinte mudaram-se para a modesta mas campestre travessa de Santo Aleixo, a Campo de Ourique, onde Júlio teve o seu primeiro grande desgosto, a morte de sua mãe, em 18 de junho de 1871.

O ano seguinte marcou profundamente o viver do casal. A 21 de março, Júlio foi eleito sócio correspondente da Academia Real das Ciências. Em agosto, concorreu e obteve a nomeação para um lugar de 2.º Oficial da Repartição de História e Literatura da Biblioteca Nacional de Lisboa.⁷² Com a tomada de posse a 12 de outubro, iniciou a sua mais duradoura relação profissional:

«Júlio de Castilho presidia á sala de leitura, na secção de Litteratura e Historia. Estou a vê-lo como se fosse agora, com a cabelleira farta já listrada de alguns cabellos brancos, apartada ao lado por um risco impecável; muito bem posto na sua sobrecasaca correctissima; um ar de grande distincção; amavel para com todos, cheio de deferências e de solicitude para quantos o procuravam e requeriam o auxilio da sua rara competência profissional; e trabalhando sempre, sem malbaratar um minuto, nos serviços a seu cargo. [...] Quando terminava as minhas leituras [eu] ia apresentar a papeleta, com a indicação dos livros requisitados [...]. O Castilho mirava[-a], punha-lhe o visto, e entregava-m'a com uma cortesia muito distincta [...]. Depois, permitia-me uma ou outra vez, fazer-lhe uma consulta erudita, e [, apesar dos meus quinze ou dezasseis anos,] o Julio cheio de bondade, dava-me toda a importancia, como se tratasse com um homem de letras, no que muito me lisonjeava!»⁷³

⁷² Esta nomeação acabou por ir ao encontro de uma velha aspiração de Júlio, que, em 1868, já havia demonstrado interesse em tornar-se *bibliotecário da Academia* (depreende-se que da de Ciências).

⁷³ Tomás de Almeida Manoel Vilhena, «Júlio de Castilho» in Miguel Trancoso (ed. lit.) *In Memoriam Júlio de Castilho*, Lisboa, [s. n.], 1920, pp. 153-154.

Sala de leitura da
Biblioteca Nacional
de Lisboa, antigo
Convento de São
Francisco, ant. 1911.



Apesar deste testemunho abonatório deixado postumamente por um amigo próximo, Júlio não primou por um profissionalismo intocável. Ao longo dos anos que trabalhou na Biblioteca Nacional, colecionou um pouco exemplar número de faltas injustificadas por mês, ao qual foi somando pedidos de licença de vários meses durante o verão, para se poder ausentar de Lisboa.

Finalmente, como epílogo desse ano de 1872, a 8 de novembro, morreu Possidónio Picaluga, no seu palácio de Campolide, trazendo a cada uma das filhas um inesperado aumento de haveres, visto ninguém suspeitar da real dimensão da sua fortuna, repartida por muitos prédios, inscrições, títulos e ações de companhias. Paradoxalmente, a prosperidade resultante da morte de Possidónio marcou o princípio do fim do casamento da filha mais nova.⁷⁴

O derradeiro mês desse agitado ano de 1872 trouxe-os de regresso à Madragoa. Duas ruas abaixo da travessa do Pé-de-Ferro e de novo com a rua das Trinas à distância de uma esquina, Júlio e Cândida mudaram-se para o número 20 da travessa do Convento das Bernardas, uma habitação sem vista de rio, mas *com jardim e bastante largueza*.

⁷⁴ Segundo Júlio, um dos motivos de discórdia residia na forma como considerava que Cândida usava o ascendente financeiro para o emascular. Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), pp. 222-225.

Em abril do ano seguinte, António Feliciano providenciou, junto a D. Luís, a concessão imediata ao primogénito da segunda (e última) vida do seu título de visconde de Castilho⁷⁵. Contrariamente ao pai, que nunca fez qualquer questão em o deter, Júlio usou-o com orgulho até à sua morte, ainda que raramente em contexto literário.

Em 1875, depois de cumprir o 75.º aniversário, a saúde frágil de António Feliciano motivava contínuos sobressaltos aos que lhe eram próximos. Depois de enviuvar, havia sido levado para a casa da irmã, à rua do Sol ao Rato. Foi aí que, no final de maio desse ano, contraiu uma pneumonia que se revelou fatal na tarde do dia 18 de junho seguinte, no qual se assinalava o quarto aniversário da morte da mulher. Sentindo-se profundamente desamparado e dilacerado pela dor, Júlio cumpriu com Cândida um período de nojo na Costa de Caparica e em Setúbal. A 26 de setembro, iniciou a maior empreitada da sua vida, *Memórias de Castilho*, a biografia do pai, cuja escrita se transformou numa catarse permanente que para sempre o acompanhou. Não mais o deixou de procurar em si.

Em 1876, o casal mudou-se uma última vez, para a casa com os números 119-121 da vizinha rua de São João da Mata, no bairro das Trinas. Foram tempos profundamente turbulentos. Afogado na dor e imerso no esmagador trabalho da redação da biografia, Júlio era outro. Mas não foi o único a mudar.



—
Casa da travessa
do Convento das
Bernardas, 2024.

⁷⁵ Em 1885, o monarca concedeu-lhe também o título de Moço Fidalgo da Casa Real.

Casa da rua de São
João da Mata, 2024.



A nossa brilhante existência começou a escurecer, sem que disso suspeitássemos; [...] A morte do meu pobre Pai, que para mim era muito mais que um pai porque era tudo aos meus olhos, quase me fez enlouquecer; senti-me completamente miserável e essa tristeza amargurou o meu carácter; tornei-me egoísta, sombrio; o meu desânimo transformou-se em exasperação doentia; reconhecia-o, mas não o podia evitar. Comecei então a perceber vagamente que a minha esposa, que deveria ser indulgente com as minhas falhas por serem fruto do infortúnio, estava no limite da sua paciência [...], não escondendo que tinha ciúmes do meu pai por me ver monopolizado pela sua sombra adorada.⁷⁶

Por fim atingido o limite, «na triste manhã de 8 de Agosto de 1877, mandei encher de roupa uma mala, e expedi-a para casa de D. Antonio da Costa. Eu tinha todo o empenho em não ver raiar em Lisboa o querido dia 9, aniversário d'ella; e por conselhos, instancias, affectuosas ordens e imposições de Antonio, resolvi fugir para o Porto.

O sahir de casa foi um arranco mortal. Sem me despedir, abri o portão do vestibulo; ella ouviu, e com a Amalia Rocha [a criada] correu á janella. Desci a rua de S. João da Matta, chorando e disfarçando; e quando cá em baixo me revirei, avistei-a ao longe, debruçada, enxugando os olhos com o lenço. Fugi.»⁷⁷

⁷⁶ *Ibidem*, pp. 345-346. Tradução livre de transcrição de carta escrita em francês, enviada por Júlio de Castilho a Mariana Ottolini (18 jul. 1880).

⁷⁷ *Ibidem*, p. 255.

DEUS, O PAI, A ARTE (1877-1919)

Fomos, por conselho do Róxa, ver a nova casa que elle tinha arranjado para mim. É muito boa, e se eu cá estivesse com a [Cândida] achava isto creio que um paraizo. É na rua de Cedofeita 110. Não é hotel, é uma casa particular de uma viuva quesilenta, que quer ter um hospede. Eu estou só no primeiro andar. A entrada, como a de quasi todas as casas do Porto, é linda, e aceedissima. Tenho uma sala muito bonita, um bellissimo quarto com duas sacadas dando para um terracinho d'onde não ha grande vista, mas d'onde ao menos se vê só verdura, tenho outro quarto para lavatorios, uns belissimos arranjos de outro genero, e tudo isto por 300rs por dia! A velha é antipathica, muito doutora, conta a sua vida por extenso, mas eu não me importo, nem tenho que me importar com ella. Estou só.

[...] Fui jantar. Fui jantar! Estas duas palavras significam coisas bem differentes hoje para o mundo, e para mim. Fui jantar! Eu a pensar que todo o Porto jantava áquella hora, que tantos maridos jantavam com as suas mulheres; tantos paes com as suas filhas, tantos filhos com as suas mães, e a ver que eu nem tinha mulher, nem filha, nem mãe! E que entrava sósinho na primeira tasca que me appareceu, e que ninguem tinha nada para me dizer [...]. Engoli como pude as lagrimas que me sufocavam e o jantar que me trouxeram, e saí para as ruas.⁷⁸

Na alta sociedade da segunda metade do século XIX, as *viagens recreativas* ou *de negócios* eram vulgarmente utilizadas para ocultar as pequenas e as grandes tragédias na vida de cada um. Em *Os Maias*, por três vezes Eça de Queiroz recorreu a este artifício para reabilitar as suas personagens perante uma traição conjugal, um incesto e uma humilhação pública. Compreende-se, pois, que ante os problemas conjugais do amigo, D. António da Costa tivesse sugerido a Júlio a discrição de *uma viagem de estudos literários* ao Porto. E que este tivesse aceiteado, convicto de que seria apenas uma solução temporária. Assim, naquele dia 8 de agosto de 1877, enquanto descia a rua de São João da Mata, sabia que haveria de ter de voltar para enfrentar o inverno que entrou pela porta que deixou aberta ao sair. Mas, por ora, os seus passos levavam-no para longe do bairro das Trinas.

⁷⁸ ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 55, Maço 6, Documento 1(12). Carta de Júlio de Castilho para D. António da Costa (10 ago. 1877).

Passou o resto do dia com D. António da Costa, que o acompanhou a Santa Apolónia, onde tomou o comboio da noite para o Porto, mortificado. Chegou à Campanhã na manhã seguinte e instalou-se num quarto alugado na rua da Cedofeita, previamente ajustado pelo seu amigo Pedro Róxa. Aí se manteve até 23 de setembro, profundamente destruído. O tempo foi lentamente ocupado a deambular pela cidade e numa frenética troca de correspondência com amigos e familiares. Cândida havia sido levada pela família para a quinta da Beselga, junto a Tomar. Humilhada, mostrava-se irredutível perante o final da relação. Aos poucos, no seu exílio nortenho, Júlio apercebeu-se que aquele dia de agosto marcaria o segundo (e derradeiro) ponto de rutura da sua vida. Sem ainda o saber, tudo o que se lhe seguiu foi radicalmente diferente.

Depois de uma breve passagem por Coimbra, regressou à cidade natal, arrendando quarto no número 157 da rua de Sant'Ana à Lapa. Tinha regressado tão ou mais perdido quanto havia chegado ao Porto. E Lisboa pesava-lhe. Num arranque romântico, de homem ferido, decidiu então «arranjar um emprêgo qualquer no Ultramar, para lá morrer de febres. Ando tão triste, que nada me entretém. Lisboa aguça-me as saudades do meu mundo arruinado para sempre; preciso fugir do Reino. Embora chamem a este meu plano um suicídio premeditado e consciente, quero e preciso ir para Moçambique, expôr-me e morrer. [...] Estou ansioso por alcançar algum nicho, como escrevente n'uma repartição lá fora, como soldado, como contínuo.»⁷⁹ Pediu ao amigo António José d'Ávila que intercedesse junto do tio, o então presidente do Conselho de Ministros, para que fosse nomeado diretor da Alfândega de Lourenço Marques (atual Maputo). Em pouco dias, é o próprio Ávila (tio) quem o coloca perante uma alternativa mais suave e mais bem posicionada, a meio do Atlântico: tornar-se governador civil da Horta. Perante a aprovação dos que lhe eram próximos (*começas por onde muitos acabam...*, dir-lhe-ão), Júlio aceitou o cargo. Nos dias seguintes, preparou-se o melhor que pôde para a primeira grande viagem de trabalho da sua vida. «Não tem mais que mandar emmalhar o seu fato, e comprar uma banda de governador civil. Leve a sua farda, compre um Código administrativo e abale»⁸⁰, disse-lhe Ávila. E assim o fez. Despendeu 32\$000 reis na sua passagem no vapor para a Horta (e mais 11\$000 na de Vicente, seu criado pessoal,

79 Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), pp. 262-263.

80 Júlio de Castilho, «Recordações da minha viagem à Horta (1877-1878)» (manuscrito), 1908, ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa Lacrada n.º 2, Macete 4, p. 2.

que o acompanhou), 27\$000 na banda de governador civil e 13\$500 no Código Administrativo. O dinheiro *fugia a galope*, como o próprio notava.

Feitas as despedidas dos amigos mais próximos e deixados bilhetes a todos os ministros, pôde enfim partir. A 15 de outubro, e já depois de uma breve conferência com D. Luís em Cascais, seguiu para o Faial a bordo do vapor *Neptuno*. Chegado ao arquipélago, Júlio pisou o solo de cada uma das localidades onde o vapor acostou: Vila do Porto, Ponta Delgada (onde fez simbólica romaria à sua antiga casa da rua do Lameiro), Angra do Heroísmo, Vila da Praia, Velas, Cais do Pico e finalmente Horta, onde chegou a 24 de outubro, ao fim de semana e meia de viagem.

A cidade é pequena, irregular, mas pittoresca. Por qualquer d'aquellas viellas (ou canadas) se avista o Oceano; e dos altos alastra-se o olhar por sobre a extensão das aguas. Sempre o mar; sempre o campo; sempre a ideia d'aquelle apartamento do mundo dos vivos. Isso a um lisboeta é cruel no principio; depois agrada; aquelle afaste não é solidão; tem o que quer que seja de independencia; domina o espirito, e predispõe para as ideias contemplativas e poeticas. [...] As noticias da Capital antes de haver telegraphos electricos, tinham uma importancia que ninguém conhece em Lisboa; as proprias novidades politicas eram acolhidas com entusiasmo. Por isso a chegada do paquete, de quinze em quinze dias, dava mais que falar na Horta do que [a] entrada d'el Rei Eduardo VII no magnifico porto de Lisboa.⁸¹

Foi recebido pelo governador civil cessante, António José Vieira Santa-Rita. Quase mais velho do que o século e em funções há duas décadas, viria a morrer de pneumonia em vésperas de Natal, cabendo a Júlio o elogio fúnebre. Contrariando a opção do antecessor, que há largos anos residia numa quinta, o novo governador decidiu habitar no próprio edifício do Governo Civil, instalado no antigo Colégio jesuíta de São Francisco Xavier, no qual encontrou um pequeno espaço para acomodar o seu quarto, casa de jantar e o criado Vicente. Aí se instalou a 14 de novembro, deixando o Hotel Central onde vivia desde a sua chegada à ilha. Ocupou o antigo colégio por apenas dois meses, até 8 de fevereiro de 1878, data da sua exoneração⁸² na sequência da queda do Governo progressista de Ávila.

⁸¹ *Ibidem*, pp. 70-71.

⁸² Embora a decisão da exoneração tenha sido oficialmente tomada em Lisboa alguns dias antes, só se tornou efetiva quando Júlio tomou conhecimento dela, por carta chegada à Horta pelo paquete. No entanto, não foi tomado de surpresa pela notícia, visto se esperar já a queda do Governo.

O seu regresso a Lisboa, logo no dia seguinte, foi profundamente lamentado. Na Horta, mas também no continente, foi-lhe amplamente reconhecido o mérito pelo muito que procurou fazer no curto espaço de tempo que serviu como governador civil, nomeadamente na revitalização das indústrias locais, na instrução pública e na arborização da ilha. Explicará o próprio Júlio um pouco das suas ideias e do trabalho que desenvolveu para as implementar:

Perguntei o que havia n'esse capitulo [de indústrias locais]; responderam-me: nada, ou coisas insignificantes. Mas eu via sapateiros bellissimos, marceneiros optimos; via construtores navaes, modestos mas apurados; via aquellas delicadissimas obras de miolo de figueira; os lindos tecidos de fio de piteira; as esplendidas colchas das Flores, etc. etc. etc.; e imaginei procurar um mercado para isso tudo, um escoante natural para tanta producção espontanea. Lembrava-me do palacio de crystal, que eu vira e admirára no Porto; rompi no excesso de escrever ao Henrique Burnay, sem o conhecer [...]. Respondeu que approvava, [...] que os operarios enviassem para o Porto os objectos á sua custa [...]. [Mas] não pude dar seguimento à negociação. [...] [O fracasso não me fez esmorecer, decidindo então promover os produtos locais na própria ilha. Notando] que a maior parte dos habitantes do Fayal [...] desconhec[ia] as variadas industriasinhas que por ali vegetam como podem, sem animação, sem meios, e sem futuro [,] pensei pois em reunir amostras de todas ellas n'uma Exposição tão brilhante quanto possível [...], principalmente para ver se a opinião pública [...] podia auxiliar-me no alto empenho que eu tinha, de obter da iniciativa particular e do Governo protecção às industrias locaes.⁸³

Com inauguração simbolicamente prevista para 30 de abril de 1878, data do seu 38.º aniversário, a Exposição Distrital da Horta abriu ao público apenas a 2 de junho, sob o peso da sua ausência. Mas nem por isso os seus méritos deixaram de ser publica e amplamente reconhecidos, tendo a imprensa local frisado, de forma justa, que «o nome do ilustre visconde de Castilho est[ava] indissoluvelmente gravado ao coração do povo fayalense e os louros da sua festa artistica, antes de honrarem os escolhidos do trabalho, nobilita[va]m o iniciador de ideia tam levantada»⁸⁴. A exposição retumbou num enorme sucesso, constituindo-se num dos principais acontecimentos do ano na Horta.

⁸³ *Ibidem*, pp. 77, 78, 95.

⁸⁴ *A Ideia Nova* (1 jun. 1878).



—
Horta, vista geral
a partir do Monte
Queimado,
década de 1870.



—
Rua da Misericórdia
(atual rua Comendador
Ernesto Rebelo), Horta,
década de 1870.

No campo da instrução pública, procurou implementar um conjunto de medidas que incluíam a instituição de um prémio pecuniário anual para o melhor aluno de cada escola do distrito e a sensibilização dos párocos locais para o problema da não frequência e do abandono escolar, procurando aproveitar a sua influência junto da comunidade para *evangelizar o amor às letras*. Chegou mesmo a estabelecer na sua residência uma escola frequentada por onze crianças e adultos analfabetos, que o próprio ensinava diariamente seguindo o *Método Castilho*. Por cumprir ficou a criação da *Biblioteca Popular D. António da Costa* (a sedear na biblioteca do Liceu da Horta e para a qual Júlio chegou a oferecer mais de uma centena de livros) e a constituição de uma *Comissão Promotora de Leituras Populares* para a redação e promoção de folhetos e livros baratos com vista à instrução da população.

E, no que concerne à arborização da ilha, «vendo que havia em roda da cidade muitos sitios desarborizados, onde conviria, como hygiene, e como fonte de receita plantar arvoredos, requisitei ao Ministério das Obras publicas uma porção de penisco [semente de pinheiro]. [...] Espalhei a noticia, e de toda a parte vieram requisitar semente, que o meu criado Vicente tinha ordem de facultar com generosidade. Como fui exonerado do cargo, ignoro se a sementeira deu resultados notaveis; em todo o caso, meia duzia de pinheiros já me dariam grande satisfação.»⁸⁵

Mas a sua ação extrapolou a simples face de decisor político. Se, ao início, evitava sair à rua por sentir incómodo nas *cortesias constantes* dos hortenses, com o passar das semanas, tornou-se um governador próximo da comunidade, chegando a aceitar ser padrinho de uma criança abandonada à nascença, a quem foi dado o seu nome e com quem manteve o contacto ao longo dos anos. Sem qualquer outra experiência no campo administrativo para além dos cargos que havia desempenhado na Secretaria-Geral da Instrução Pública e na Biblioteca Nacional, Júlio superou com distinção qualquer expectativa que sobre si recaísse. Se as medidas no campo da instrução se limitaram a seguir, com indiscutível mérito, o trabalho que durante décadas havia visto o seu pai desenvolver, nos restantes capítulos demonstrou particular sensibilidade e ambição em deixar o seu distrito melhor do que o encontrou. Com a amputação precoce do seu trabalho, ficou por confirmar uma possível vocação neste campo, no qual não mais tornou a desempenhar funções.

Deixado para trás o povo da Horta e desembarcado na capital, foi surpreendido pela notícia da sua nomeação como governador civil de

⁸⁵ Júlio de Castilho, «Recordações da minha viagem à Horta (1877-1878)» (manuscrito), pp.116, 125-126.

Ponta Delgada, por influência do recém-empossado ministro da Marinha, Tomás Ribeiro. Por lealdade a Ávila, pediu exoneração de um cargo que nunca chegou a exercer, mas que manteve oficialmente durante sete meses. No ano seguinte, chegou ainda a estar tudo preparado para ser nomeado para o cargo de governador civil do Funchal, mas declinou por questões profissionais e literárias (tinha em mãos a *Lisboa Antiga*).

Retornou então ao seu posto na Biblioteca Nacional e arrendou um quarto à rua das Flores, onde permaneceu por algumas semanas. Foi aí que, na primavera de 1878, D. António da Costa o procurou com um inesperado pedido. Cândida havia-lhe rogado que sensibilizasse Júlio para retornar à casa de ambos: «Diz ella, e muito bem, que a tua ausência a está comprometendo, e autorizando essa gente a compôr os romances que quer»⁸⁶. Há muito que pesavam sobre Cândida rumores insidiosos, ruído que a ausência de Júlio tinha conseguido abafar. Mas o seu regresso a Lisboa, para um quarto arrendado no Chiado onde era sobejamente visitado pelos amigos, tornara a situação insustentável.⁸⁷ Sabendo da profunda influência que D. António exercia sobre o amigo, Cândida conhecia antecipadamente o desfecho do seu pedido. Júlio cedeu. Como condição, exigiu apenas a separação total dos rendimentos de ambos, o que profundamente desagradou Cândida, que pretendia retomar ao casamento na sua antiga forma. Eram, pois, dois seres irreconciliáveis. Este regresso a casa constituiu o maior arrependimento da vida de Júlio. Ainda assim, foi neste momento absolutamente turbulento que iniciou e redigiu parte substancial de *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, o seu primeiro estudo histórico-literário a respeito da cidade.

Finalmente, a 3 de março de 1879, abandonou definitivamente a casa, outrora lar, de São João da Mata. Instalou-se provisoriamente numa *gaiola mesquinha e caricata* num segundo andar do número 4 da travessa da Bempostinha. Daí passou, em junho, para um outro segundo andar, agora no número 41 da rua de Santa Bárbara, de onde assistiu à publicação da referida obra. E, já em 1880, para uma casa de hóspedes no palácio da travessa de André Valente, à calçada do Combro, onde «moravam muitas pessoas: uns, população flutuante, só habitavam dias, ou semanas, e seguiam depois os seus destinos vários; outros, mais

⁸⁶ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), p. 271.

⁸⁷ A situação era amplamente mal compreendida pela sociedade em que Júlio se movimentava: «Toda a separação de dois casados supõe naturalmente o crime d'um d'elles... / Para se tornarem a unir é pelo menos necessario o perdão do outro... / Ora esse perdão é uma immoralidade. / [...] Mesmo quando se amam? / Se se amassem não se separavam.» Júlio Dantas, *Um Serão nas Laranjeiras. Comédia em três actos*, Lisboa, Viúva Tavares Cardoso, 1904, p. 93.

permanentes, eram estudantes das altas escolas, ou gente a quem esta residência convinha pelo lado económico. [...] A meza comum era para os estudantes; nós outros, os mais graduados, jantavamos á parte, ás horas que nos convinham; insensivelmente a sympathia agremiava-nos, e faziamos rancho.»⁸⁸ O desconforto de não estar numa casa sua foi compensado pela simpatia dos proprietários e de alguns dos hóspedes, com quem travou amizade. Abandonou a hospedaria ao fim de cinco meses, mas, no decurso dos anos seguintes, a ela voltou para temporadas mais ou menos longas.

Nesse mesmo ano de 1880, Cândida iniciou um processo judicial de separação, contratando para o efeito o advogado Manuel de Arriaga, então amigo do marido. Concordando genericamente com a ideia de separação do casal, Júlio mostrou-se profundamente em desacordo com os termos da ação, assentes na fundamentação de que teria uma amante em casa ou que exercia contínua violência física sobre a esposa. O processo avançou, mas perante a ausência de corroboração das acusações por parte das testemunhas, rapidamente caiu. «[Toda esta situação] desinquiet[ou]-me, é bem de crer, mas trouxe[-me] por fim um grande socêgo. [...] Deus escreve direito por linhas tortas. Renasci.»⁸⁹

Júlio vencera a primeira batalha, mas acabaria por perder a guerra. Em abril de 1912, Cândida iniciou novo processo de divórcio, desta vez acompanhada por outro advogado, uma vez que Manuel de Arriaga era o então presidente da recém-inaugurada República Portuguesa. Baseava-se na *Lei do Divórcio*, contida no decreto de 3 de novembro de 1910, em cujo ponto 8.º do artigo 4.º se afirmava ser causa legítima do divórcio litigioso a separação de facto livremente consentida, desde que verificada por um período mínimo de dez anos consecutivos. Sabendo-se à partida derrotado, Júlio redigiu um veemente protesto contra o decreto. Profundamente católico, considerava o casamento indissolúvel por lei divina, não reconhecendo aos homens competências para modificarem as leis de Deus. Como fiel da balança de um país social e ideologicamente dividido, o processo foi seguido atentamente pela imprensa e tomado como paradigma da divergência entre o suposto progressismo republicano e o conservadorismo monárquico. Júlio acabou aplaudido e humilhado na praça pública. Mas a sua maior provação ocorreu a 19 de junho, data da validação das pretensões de Cândida, que então obteve a sua última grande conquista. A 26 de outubro seguinte, o assento de óbito atestou a sua morte na condição de *divorciada*.

⁸⁸ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), p. 280.

⁸⁹ *Ibidem*, pp. 288, 289.

Regressemos desta deriva, recuando as mesmas três décadas que agora avançamos.

Entre março e abril de 1881, Júlio empreendeu a sua única viagem de recreio ao estrangeiro, a Paris e a Londres. A leitura do relato das quase cinco semanas de viagem revela estados de espírito contraditórios, saltando de um sufocante desconforto durante os dias que esteve embarcado para um profundo êxtase ao percorrer as ruas das duas cidades. Como se de uma criança se tratasse.

Embarquemos, também, naquela melancólica manhã de 6 de março.

É domingo. Estamos ancorados em frente dos meus interessantíssimos bairros velhos; oiço uns sinos por ahí vagamente a tocar á Missa, que hoje perdi. Tenho inveja a quem fica em terra, e muita saudade da minha Missa tão serena no Olivaes. ¿Mas quem te manda a ti, meu idiota, correr terras? ¿Não estavas bem onde estavas?⁹⁰

No vapor, Júlio entreteve-se a observar aquele mundo tão próprio e tão distinto do seu, captando coisas tão díspares como os maneirismos dos outros passageiros, os pássaros terrestres trazidos pelo vento ao largo da Bretanha ou o modo de funcionamento das boias de aviso no Canal da Mancha, que lhe merecerão referência numa das muitas e habituais derivas na *Lisboa Antiga*.⁹¹ Conforme se aproximou de Guernsey, a sua mente povoou-se de passagens do *Les Travailleurs de la Mer* de Victor Hugo, que considerava o evangelho profano dos mareantes. O pai, que lho havia apresentado em criança, estava sempre consigo.

Chegado finalmente a Le Havre a 13 de março, aí se demorou dia e meio até apanhar o comboio para a capital francesa, onde desembarcou na Gare de Saint Lazare, ainda hoje ponto de chegada das composições vindas da cidade portuária. Permaneceu em Paris quase duas semanas. «Deslumbrado de luzes, de elegancia, d'este não sei quê que tem Paris, segui, atravessei o largo da Opera, que logo reconheci os boulevards iluminados, e depois de cruzar muitas ruas, qual a qual mais bella, fui parar ao meu destino, que era a rua Monsigny 3, onde, havia annos, estivera D. Antonio da Costa.»⁹² Uma vez mais, procurou reconstituir os passos dos que lhe eram próximos. Havia-o já feito no Porto (quando

⁹⁰ Júlio de Castilho, «Recordações da minha ida a Paris e a Londres (1881)» (manuscrito), 1908, ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa Lacrada n.º 3, Macete 2, pp. 1-3, 5-6.

⁹¹ Júlio de Castilho. *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. 1, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1884, pp. 61-63.

⁹² Júlio de Castilho, «Recordações da minha ida a Paris e a Londres (1881)» (manuscrito), p. 20.

acorreu à praça da Batalha por aí o seu pai ter ficado hospedado em 1834) e em Coimbra, deslocando-se à Lapa dos Esteios (*Lapa dos Poetas*) para testemunhar a placa que o mesmo António Feliciano deixara para a posteridade em 1862, para celebrar o 40.º aniversário da *Festa da Primavera* aí ocorrida.

Em Paris, mostrou-se encantado com tudo. A place Vendôme, a rue Castiglione, a Madeleine («fez-me uma tal impressão aquelle enorme edificio classico, que chorei»⁹³), a Notre Dame, as galerias, os *boulevards*, a place de la Concorde (e o seu obelisco) e, «ao longe desenrolando-se como n'um pano de theatro, os *Champs-Élysées*, e sentia-me aniquilado. Isto é simplesmente estupendo. [...] Tudo aqui, a final de contas, são coisas que muito bem conhecemos desde pequeninos»⁹⁴. Estava, por fim, na Paris de Victor Hugo e de Balzac!



—
Le Panthéon, Paris,
década de 1870.

As comparações com Lisboa surgiam-lhe com naturalidade, mas, durante aquelas duas semanas, era Paris a sua cidade. Almoçou todos os dias na rue de Sainte-Anne e frequentou mais do que um teatro por dia, assistindo a espetáculos dos mais diversos géneros, do *vaudeville* à representação dos grandes clássicos franceses. E deambulou. Muito e sem destino na maior parte das vezes, ao estilo dos *flanêurs* parisienses.

⁹³ *Ibidem*, p. 22.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 21.

Os museus do Louvre e do Luxembourg foram naturalmente visitas obrigatórias, cujos salões povoados pelos primeiros mestres da pintura percorreu «pasmado, nervoso, sensibilizado, doido, triste, sem saber o que mais admirasse entre tantos exemplares primaciaes de escultura, pintura e antiguidades.»⁹⁵

No penúltimo dia, 24 de março, comprou *souvenirs* para levar para Lisboa, como que a provar que viajar não mudou assim tanto desde 1881. Tinha sido uma estadia triunfante, partia rendido a Paris. Se lho tivessem perguntado, responderia que de negativo destacaria apenas o facto de se perder quase todas as noites a caminho de casa, a estátua de Joanne d'Arc (um *cavallão de carroça de mudança, com um manequim escarranchado*) e a profunda solidão trazida de Lisboa, que nunca o largou.

De regresso a Le Havre, cidade que lhe pareceu menos interessante agora que conhecia Paris, tomou o vapor para Southampton, *feio e sujo como os de Cacilhas* — impressão confirmada pela desagradável viagem que nele fez. Com a manhã, a silhueta da ilha de Wight surgiu no horizonte. Desembarcou aliviado em Southampton, onde se demorou apenas o indispensável, passando rapidamente do porto para a vizinha e acanhada estação ferroviária, ainda a primitiva West End. E daí para Londres, onde chegou a Waterloo Station. «Um mundo. Já os seus arredores que percorremos desde tanto tempo, são uma opulenta cidade fabril e commercial. ¿Estou em Londres?! Sinto-me allucinado.»⁹⁶ A estadia na cidade acabará por ser mais curta do que a de Paris, apenas cinco dias.

Por indicação de um inglês com quem partilhou a primeira classe do comboio, instalou-se no Caledonian Hotel, à Strand, junto da estação de Charing Cross. Não fora a rasura e seria seguro afirmar que Júlio não terá achado o conselho enganoso: «É um ~~bom~~ rasoavel hotel, onde vou pagar apenas 5 shillings diarios para dormir e almoçar, jantando sempre fora onde me fizer arranjo.»⁹⁷

Se o seu lado artístico saíra revigorado pela luz de Paris, a sua rigidez de princípios revia-se em Londres. Achou-a uma cidade profundamente distinta da capital francesa, gabando-lhe o rigor e o método: «Isto não é aquelle sorriso perenne (um tanto artificial) da linda Paris; é uma povoação séria, nítida, grandiosa. [...] Atravessei grande parte da cidade, observando sempre, e devorando com os olhos. [...] Em tudo gravidade, conforto, systema. Está-se (e bem se vê) na poderosa e methodica Inglaterra.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 30.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 40.

⁹⁷ *Ibidem*.

Tudo aqui me agrada; muito mais do que em Paris; muito mais. Esta seriedade geral, que se adivinha nas mínimas coisas, diz com o nosso antigo caracter portuguez.»⁹⁸

Uma vez chegado, procurou um grande amigo de seu pai, António Ribeiro Saraiva, convicto miguelista. Recebendo-o como a um filho, foi o seu ciclerone das áreas em torno de Marylebone, onde ainda vivia na casa de Nottingham Street onde D. Miguel havia passado parte do seu exílio. Mostrou-lhe o Regent's Park e o seu Jardim Zoológico (que visitou, tal como o havia feito em Paris) e o museu Madame Tussauds, que não lhe causou mais do que uma *mera impressão passageira e banal*.

A 27 de março, domingo, encontrou uma cidade diferente: «Nem por sombras me tinha ocorrido que os domingos em Londres são como os descreve [Joseph] Méry. Todos os estabelecimentos fecham; as ruas ficam desertas; e o Strand e a Regent street, que eu vira na véspera um turbilhão de carroagens, cavallos e peões, via-os agora perfeitos ermos. [...] Tudo quanto se diga dos domingos de Londres é pouco, e fraco.»⁹⁹ Decidiu então ocupar a manhã com uma visita ao Crystal Palace, que por essa altura havia já sido reconstruído em Sydenham Hill, a sul de Londres. Para o efeito tomou um *cab*, perante a estupefação do cocheiro, pouco habituado a fazer viagens tão longas. Uma vez lá chegado, encontrou o edifício encerrado. Ainda assim, não deu o seu tempo por perdido: «A jornada, com espanto meu, foi enorme, mas muito bonita. O dia estava lindo; saímos fora das barreiras, atravessando campos muito amenos e cultivados, cheios da população domingueira de varias aldeias, e orlados de propriedades ricas.»¹⁰⁰ O regresso foi feito de comboio, depois de o honesto cocheiro o ter avisado ser essa a forma mais rápida e económica de o fazer — ainda hoje serão poucos os que tomam um *cab* para cumprir este trajeto.

Na quarta-feira seguinte, deixou Londres, tomando o inverso do caminho já seu conhecido. Comboio de Waterloo Station para Southampton, vapor para Le Havre e, daí, um outro que finalmente ancorou no Terreiro do Paço, a 7 de abril. A vida pôde, enfim, prosseguir sossegadamente.

⁹⁸ *Ibidem*, pp. 40, 43.

⁹⁹ *Ibidem*, pp. 47, 48. Anos antes, já havia constatado ser este um mal comum às grandes cidades quando afirmou que «o Porto aos Domingos é triste; como Lisboa. [A sua] população essencialmente comercial e laboriosa descança n'estes dias, sai da cidade, vai para essas quintas dos lindos arredores da cidade.» ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 55, Maço 6, Documento 1(12). Carta de Júlio de Castilho para D. António da Costa (17 ago. 1877).

¹⁰⁰ Júlio de Castilho, «Recordações da minha ida a Paris e a Londres (1881)» (manuscrito), p. 47.

Desde a saída definitiva de São João da Mata, Júlio vivia uma nova fase da sua existência. Sem nunca abandonar o convívio dos que sempre lhe foram próximos, passou a frequentar outras casas e a ser presença constante de reuniões íntimas e de grandes *soirées*. «Em summa: a elasticidade do meu character acordou; a mola desdobrou-se; da cysallida passei a borboleta, e fui mundano.»¹⁰¹ Terá, de resto, sido este seu lado mundano (e o interesse em fomentá-lo) que o levou a manter o seu quarto na travessa de André Valente, próximo do centro da ação lisbonense, e a encetar a viagem a Paris e a Londres, cidades que qualquer homem esclarecido da sua posição social deveria conhecer.

Paradoxalmente, começou a demonstrar especial apetência para a misantropia, que se revelou de forma cada vez mais intensa nas derradeiras décadas de vida.

Eu vivo imenso da vida intellectual, e esta dissipação em que me fasem andar mata-me, positivamente mata-me. Estou perto de mais d'estes centros vadios; tenho sempre visitas de *flanneurs* [...]; eu sou condescendente de minha natureza, não lhes sei dizer que não e si-go-os para esses pasmatorios onde se disem senão tolices; mas ao voltar para casa sinto ás vezes titilações no cerebro vasio, como se sentem n'um estomago que não contem senão fome. Isto é positivamente impossivel. Vou experimentar nova ordem de coisas; e em achando *insoutenable* volto, ou mudo para outra coisa. São frutos da minha *fatal independencia*.¹⁰²

Em setembro de 1880, antes ainda da excursão a Londres e Paris, Júlio decidira mudar-se para a quinta de Santo António, em Beirilol, onde deu grande impulso à redação de *Memórias de Castilho* e à preparação da segunda parte da *Lisboa Antiga*, a que deu o subtítulo de *Bairros Orientaes*. «Levantava-me às 5 ou 5 e meia, tomava um banho frio, e às 6 e meia começava a trabalhar. Quando me apetecia, almoçava qualquer bagatella. À 1 hora da tarde jantava; das 2 e meia às 7 trabalhava, e logo sahia a passear. Das 8 às 10 e meia ou 11 de novo trabalhava, afincadamente, e depois deitava-me e dormia bem.»¹⁰³ Esta sua rotina não terá sido excepcionalmente alterada com a transição, em maio de 1881, para a quinta

¹⁰¹ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), p. 291.

¹⁰² ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa lacrada n.º 3. Carta de Júlio de Castilho para Mariana Ottolini (2 set. 1880).

¹⁰³ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), p. 279.

de São Bento, nos Olivais, onde residiu cerca de três anos. Sentia-se profundamente dividido entre a solidão da produção literária em casa e os encantos da Lisboa das *soirées*.

A minha vida era inconstante; eu não podia estar quieto; sentia-me, como Bocage, incapaz de existir n'um só terreno.

Ora me installava no André Valente, com tenção de permanecer, ora levantava vôo e abalava para os Oliveais. André Valente era central, proximo de muitas casas minhas conhecidas e amigas, e á mão de semear para D. Antonio da Costa e outros íntimos; é verdade; mas a quinta de S. Bento, antiga casa de convalescença dos Loyos [...] com o seu ar provinciano, os seus vastos horizontes, o seu grande páteo, a sua capella profanada, e o seu socêgo quasi eremítico, traziam-me sempre um bem-estar delicioso e restaurador.

Ahi estava completamente só, e sem criado. O almôço fabricava-o eu, depois de ter tomado com grande gôsto um banho frio; eram dois ovos quentes, bolaxas, café com leite de latas, tudo preparado n'um réchaud de espirito de vinho. Depois de almoçar tomava o comboio, a dois passos do meu portão, e ia para a Bibliotheca, onde trabalhava como um homem. Ou voltava aos Oliveais, comer um magro e pessimo jantar que de uma taberna proxima me mandavam em latas, ou jantava por Lisboa. Os dias feriados, os de gala, e os furtados aos direitos, utilisava-os no meu sympathico escritório, trabalhando a matar em Lisboa Antiga até ás 2 ou 3 horas da madrugada. Vida innocente, e util.¹⁰⁴

Em junho de 1882, depois de ter estado internado no hospital de São José em rigoroso tratamento, partiu para o Algarve a conselho dos médicos, onde se demorou cerca de um mês, regressando restabelecido. Terá sido este o primeiro episódio verdadeiramente revelador da fragilidade da sua saúde, que se foi tornando cada vez mais notória.

Em janeiro de 1884, por insistência do seu amigo Xavier da Cunha, trocou os Olivais por uma pitoresca casa na rua de São Bartolomeu, ao Castelo, pela qual pagava 12 libras anuais de renda.

Estudava eu então os Bairros Orientaes de Lisboa, reconstruía a Alcáçova, gizava o grande e complicadissimo quadro da tomada de Lissibona aos Moiros por el-Rei D. Affonso Henriques. Para me inspirar, nada melhor que esse sitio moirisco e archeológico [...]. Gosei n'essa estada ali praseres indiziveis de imaginação. Todo o meu tempo livre da

104 *Ibidem*, pp. 352-353.

Bibliotheca era passado a escrever e a estudar; a minha Lisboa Antiga deve imenso a S. Bartholomeu.¹⁰⁵

Dois anos depois, sofreu o mais duro golpe profissional. A 22 de agosto de 1886, com a morte de José Mendes Leal, vagou o cargo de bibliotecário-mor. E «sempre pensei em que algum dia, depois de trabalhar muito, depois de me ilustrar com alguns livros sérios, eu poderia aspirar a ser nomeado Bibliothecario mór, como tinha sido meu tio José Feliciano [entre 1843 e 1847, com um pequeno interregno]. Essa aspiração vaga lisonjeava a minha vaidade, e cifrava todos os meus desejos. Se me nomeassem para qualquer outro cargo, embora mais rendoso, talvez eu recusasse; mas aquelle enchia-me as medidas; era o complemento dos meus longos estudos bibliographicos e bibliotheconómicos, era a continuação de uma tradição de familia, era a cadeira presidencial de um estabelecimento que eu amava, e onde me sentia o peixe dentro na agua: com tantos livros raros, tantas obras uteis, tantos retratos de beneméritos, e tanto por fazer!»¹⁰⁶

Dito isto pelo homem que sempre afirmara ter como grande defeito a falta de ambições, alguma verdade terá! E, efetivamente, depois da morte de Mendes Leal, tudo pareceu encaminhado para a sua nomeação, chegando-lhe mesmo a ser transmitido que faltaria apenas a assinatura régia. No entanto, acabou por triunfar a *traíçoira e tortuosa política* e, por decreto de 16 de setembro seguinte, António Enes acabou nomeado para o lugar, como agradecimento de favores políticos, segundo Júlio acreditava. Incapaz de engolir ou perdoar desaforos, entrou rapidamente em rota de colisão com o novo bibliotecário-mor, acabando por pedir transferência para a Torre do Tombo, para onde transitou *em comissão*. Por sugestão do então diretor da Imprensa Nacional e seu amigo, Venâncio Deslandes, que julgou o trabalho útil para a redação da *Lisboa Antiga*, ficou encarregado da elaboração do índice dos Familiares do Santo Officio. A cada três meses, apresentava o trabalho correspondente a uma folha de impressão de 16 páginas, «assim est[ando] annos, com tarefa obrigada mas sem frequencia certa. Mediocre emprêgo das minhas horas. [...] [Mas] como tinha muito tempo de meu, e pouco interesse tomava na minha obscura e inutil tarefa, estudei muito, trabalhei muito, adiantei a *Lisboa Antiga* e as *Memorias de Castilho*; escrevi *A Ribeira de Lisboa*, etc. etc. São os males que veem por bens.»¹⁰⁷

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 367.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 371.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 375.



—
Júlio de Castilho,
[1900-1919].



—
Júlio de Castilho
e António Ordaz
de Mascarenhas,
[1896-1906].



Júlio de Castilho
no escritório da casa
do Lumiar, 1907.

Ao fim de um breve ano, viu Enes substituído pelo eborense Gabriel Pereira, não sem antes o primeiro ter promovido uma reforma na Biblioteca Nacional que empurrou alguns dos seus funcionários para a classe de adidos. Júlio foi um deles. Não lho perdoará a ele nem a José Luciano de Castro, que assinou o decreto (de cruz, como anos mais tarde assumirá em conversa com Júlio).

Naturalmente, toda esta situação o abalou. «No vigor da idade, [...] achava[-me] estagnado, inutilizado, ignobilmente engaiolado no índice alfabético dos familiares do Santo Officio. Não me convinha semelhante ocupação, que, se se prolongasse, tinha o perigo de me tornar completamente bêsta. Desejava sahir da Torre do Tombo mas não via modo. De repente, por sugestão do [meu amigo Veríssimo] Quintanilha, apparece-me isto.»¹⁰⁸ O *isto* foi um convite formal para ocupar o cargo de cônsul-geral de Portugal em Zanzibar, num delicado momento das relações diplomáticas com o Sultanado local devido à indefinição das fronteiras de Moçambique. Depois de lidos e transcritos diversos relatos do seu desconforto em viajar, da noção clara de ser um homem de rotinas e da tremenda renitência em aproveitar qualquer oportunidade para as quebrar, percebe-se ter sido categórica a motivação para Júlio aceitar esta proposta. Dir-se-á que, perante novo desgosto, procurou uma saída semelhante à que havia encontrado em 1877, embora tenham também pesado a romântica ideia do exotismo das novas paragens¹⁰⁹, as mil libras anuais de ordenado e a possibilidade de reencontrar o seu irmão Augusto, que ocupava o cargo de governador geral de Moçambique e que não via há largo tempo.

Durante semanas, preparou-se meticulosamente para o seu novo cargo, partindo, a 18 de abril de 1887, a bordo do *Hawarden-Castle* na companhia de Hermenegildo Capelo, o responsável pelas negociações com Zanzibar, com quem partilhou a viagem até ao Índico. Não se pode dizer que a sua presença tenha sido apreciada por Júlio: «[Homem de] sorriso forçado, que o não larga nunca, e é n'ele segunda natureza. [...] Não lhe admiro as faculdades intellectuaes, e pouco sei das suas aventuras, porque elle conta pouco, e narra pessimamente, sem nexos, sem calor, com um ar de canguinhas e quasi piegas, interrogo-o sobre coisas de Marinha, de Physica, ou de Sciencias naturaes. Responde quasi sempre, e sempre bem, mas a fugir, e como importunado. [...] Julgava[-o] a phenix dos

¹⁰⁸ Júlio de Castilho, «Recordações da minha ida a Moçambique e Zanzibar» (manuscrito), [s. d.], ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa Lacrada n.º 3, Macete 3, pp. 15-16.

¹⁰⁹ «Vi na imaginação uma terra deliciosa, amena como os Açores, com laranjaes e bananaes, gente innocente e boa [...] e um Sultão muito simples, meio príncipe meio lavrador.» *Ibidem*, p. 2.

companheiros, mas não foi talhado para mim. Lamento hoje a leviandade com que me fiz irmão siamez de um homem como este, sem sombra sequer de Religião [...], um ente sem nervos, sem vibração espiritualista, e para quem a mais vigorosa e bella manifestação literaria ou artistica é letra morta. ¿Como posso eu viver assim amarrado a tal cadaver?»¹¹⁰

Sendo o *Hawarden-Castle* um *palácio naval* com todas as comodidades, o relato desta viagem foi bastante menos opressivo. As horas foram sendo ocupadas entre as conversas (possíveis) com Capelo, os jogos no convés, os bailes e os *meetings* com os muitos ingleses a bordo. E muita leitura. Nomeadamente *Os Lusíadas*, que, «lidos no alto mar, n'esta mesma estrada marinha sulcada pelo Gama, teem um encanto, que eu ainda lhes não descobrira; estão na sua verdadeira luz.»¹¹¹ Seria Camões, e não Capelo, o companheiro de viagem predileto.

Já depois de cumprir o 47.º aniversário a bordo, a 5 de maio, Júlio desembarcou finalmente na Cidade do Cabo, hospedando-se no International Hotel. Seguiu então viagem no *Courland*, vapor de menor categoria. Em terras do império britânico, aportou em Mossel Bay, Port Elisabeth, East-London e Durban, onde ficou dois dias hospedado no Royal Hotel. Embarcando de novo, pisou finalmente terra portuguesa em Lourenço Marques¹¹², seguindo-se Inhambane, Quelimane e ilha de Moçambique, a capital da província, onde reencontrou seu irmão Augusto, sua cunhada e o filho recém-nascido de ambos (Afonso).

Fiquei admirado de tudo quanto via. O maior aceio nas ruas, um ar de luxo, grandeza fidalga nas fachadas; em summa: tudo diversissimo da Moçambique atroz, que os pessimistas nos pintam nos cavacos de Lisboa.¹¹³

A coincidência da chegada de Júlio com o primeiro dia do Ramadão obrigou-o a ficar retido na ilha um mês inteiro. O prolongamento imprevisto da estada acabou por lhe ser bem-vindo, aproveitando o tempo para estar com a família e para se restabelecer da longa viagem. Por diversas vezes foi à costa continental com seu irmão e respetivo ajudante de campo, Eduardo António Prieto Valadim, cujo assassinato, em 1890,

¹¹⁰ *Ibidem*, pp. 6-7, 95-96.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 20.

¹¹² «A villa é pequena, mas risonha. Que tristeza porém faz, comparar isto, com as florescentes colonias inglesas! [...] [Ainda assim] fiquei agradavelmente surpreendido [...] sobre tudo porque esperava encontrar uma Trafaria em ponto maior.» *Ibidem*, pp. 68-69.

¹¹³ *Ibidem*, p. 101.

o transformou num mártir, símbolo do sentimento antibritânico vivido na sequência do *Ultimatum*. Ainda hoje, quase século e meio depois, o *Tenente Valadim* vive amplamente na toponímia portuguesa.

Às 11 horas da manhã do dia 25 de junho, Júlio seguiu viagem para Zanzibar. O vapor *Meca* parou em Ibo e na *destruída Quiloa de Camões*, antes de finalmente aportar em Zanzibar, a 1 de julho.

Estabelecendo-se no Commercial Hotel, iniciou de pronto o pesado trabalho burocrático, que lhe ocupava grande parte dos seus dias.

A minha vida em Zanzibar foi laboriosíssima [...]. Levantava-me antes do sol, revia documentos, organisava aquella desordem, minutava, copiava, e registava, revia e assentava contas, escutava queixas, resolvia rixas diárias entre os subditos portugueses, e applicava a tudo a possível atenção e a possível consciencia. [...] N'isto, e n'uma trabalhadeira medonha, que parecia não dever acabar nunca, foram passando as semanas e os mezes; e eu sentia-me definhar. Os micróbios d'aquelles malditos climas invadiam-me; eu reagia, mas succumbia a pouco e pouco. [...] A doença latente ia prosseguindo na sombra. Um dia [...] achava-me eu no Consulado, e não me sentia senhor de mim; [...] Custava-me immenso a trabalho, por causa de uma dôr aguda nas immediações do hombro direito; parecia-me rheumatismo, ou coisa assim, e a penna cahia-me da mão. [...] [Vendo o meu estado, o vice-consul sugeriu que fosse consultado por um médico.] D'ahi em diante, pouco mais sei. [...]. O que me atormentava, segundo elles [médicos] diziam, era um violento abcesso no figado. [...] Passados dias [...] o abcesso rebent[ou] para fora, e eu expellia (sem o saber) a matéria venenosa; se tivesse rebentado para dentro, a morte teria sido immediata. [...] Deus protegeu-me mais uma vez; parecia estar livre da imminencia do perigo.¹¹⁴

A 7 de setembro, pouco mais de dois meses depois da chegada, foi colocado num navio e enviado para a ilha de Moçambique para se restabelecer. «D'esse periodo da minha triste existência lembro-me como de um pesadelo. Em estado comatoso, sempre a dormir (apparentemente), pensava muito e muito, e sentia-me resignado. Vendo a morte perto, já não lhe tinha horror [...]; o que mais me atormentava era a saudade de Lisboa; essa era horrível.»¹¹⁵ Aí se manteve durante cerca de 3 semanas. Melhorou significativamente, mas não mais tornou a Zanzibar. Fez agora o caminho de regresso, com paragem na Cidade do Cabo antes da chegada a

¹¹⁴ *Ibidem*, pp. 143, 152, 153, 155.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 157.

Lisboa, onde desembarcou a 29 de outubro. Júlio não parecia fadado para largos períodos longe da sua cidade nem para uma carreira diplomática, que aqui começou e acabou. A aventura como cônsul-geral de Portugal em Zanzibar valeu-lhe pouco mais do que uma doença grave e um número superior de dias no mar do que aqueles que esteve no cargo.



Casa da rua
Nova do Loureiro
(3.º prédio da
esquerda),
[1898-1908].

Os seis meses fora marcaram um corte na sua vida. Apesar de instalado em pleno coração do Bairro Alto (no 3.º andar do número 24 da rua do Loureiro), não mais retornou ao seu *lado mundano*. Para o efeito, muito terá contribuído a morte de Mariana Ottolini, de quem se havia tornado bastante próximo no início da década, espécie de paradigma

dos tempos em que se tinha «habitado a essa frívola ocupação de entreter senhoras, de [se] mostrar amável, de contar novidades, e de ser, de longe em longe, parceiro de cassino, e até par de contradanças.»¹¹⁶ Mas, sobretudo, por ter em sua casa a sua sobrinha e afilhada, Maria Luísa, filha de seu irmão Augusto.¹¹⁷ Foi também neste período que contratou Adelaide Máxima Borges para sua governanta, personagem fundamental da sua vida que lealmente o acompanhou durante mais de três décadas, até ao último dos seus dias. Recusando voltar a Zanzibar, regressou ao trabalho na Torre do Tombo, a pouco mais de meia calçada do Combro (e algumas travessas) de distância da sua habitação¹¹⁸, em cuja decoração Júlio se esmerou. Nela, sentia-se bem. «Mande esteirar tudo e forrar as paredes com bonitos papeis. [...] [Era uma casa] encantadora, com um vasto e desembargado prospecto dos bairros occidentais; mas minha sobrinha, para mim verdadeira filha, ou neta, achava-se padecendo de asthma, e aquella gaiola não lhe convinha. Sem pensar no que eu tinha gasto na instalação, [ao fim de meio ano] resolvi sair para o campo [para a Quinta de São Bento, em Beirolas, onde] [...] pouco me demorei. Uma grossaria do Manuel Ferro [senhorio] com a Adelaide obrigou-me a pensar em sahir.»¹¹⁹ Os anos de 1889 e 1890 foram passados na quinta das Varandas, aos Olivais, então propriedade dos Melo Ficalho. E, a 1 de janeiro de 1891, mudou-se uma vez mais, para a quinta da Victoria, em Sacavém¹²⁰, do seu grande amigo Anselmo Braamcamp Freire, onde, um dia, em tom jocoso, afirmou ter nela a ilusão de ser um velho morgado de província. Contava apenas como inconveniente a maior distância para a estação de caminho-de-ferro, meio preferencial nas suas deslocações a Lisboa. Mas nem por isso deixou de ser visitado pelos muitos amigos que conservara ao longo dos seus cinquenta anos, entretanto já cumpridos. De entre esse numeroso grupo, era D. António da Costa o farol que sempre lhe alumiou e guiou os passos, sobretudo depois da morte de António Feliciano. Dois anos depois da morte de Simão Paes de Faria, e perante a cada vez mais frágil saúde do companheiro de todas as horas, Júlio começou a pressentir-lhe a aproximação da noite cerrada, que, por fim, chegou numa manhã de inverno:

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 3.

¹¹⁷ Devido às longas ausências de Augusto no Ultramar, pelo menos até 1895, os filhos deste passam vastas temporadas em casa de Júlio, reduzidas com a sua entrada em colégios.

¹¹⁸ Entre 1757 e 1990, a Torre do Tombo esteve instalada no edifício do antigo Mosteiro de São Bento da Saúde (atual Assembleia da República).

¹¹⁹ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), pp. 380, 381.

¹²⁰ De todas as casas que Júlio habitou na zona oriental da cidade, é a única que ainda hoje existe.

Quinta da Victoria,
Sacavém, interior.
Desenho de Júlio de
Castilho, 1891.



[Era] uma linda manhã serena e muito fria. Em toda a cidade desabrochava o sol de um alegre domingo, um bello ceo sem nuvens; ouviam-se sinos chamando á Missa, e na Baixa, ainda quasi deserta, aquelle vago rumor do movimento urbano, que é o acordar das excursões festivas ao campo. Os pregões principiavam; circulava um ou outro carro; Lisboa acordava a sorrir. ¿Quem pensava nas tristezas mortaes do modesto 2º andar da Cruz de pau¹²¹ [onde D. António da Costa acabara de morrer, aos 67 anos]? [...]

Esta incalculavel perda deixou-me aniquilado por muito tempo. Eu muita vez lhe tinha dito: — Tu, a tua companhia, os teus conselhos, as tuas animações, os teus paradoxos, as tuas catureiras, são-me tão necessarios como o ar e a luz.

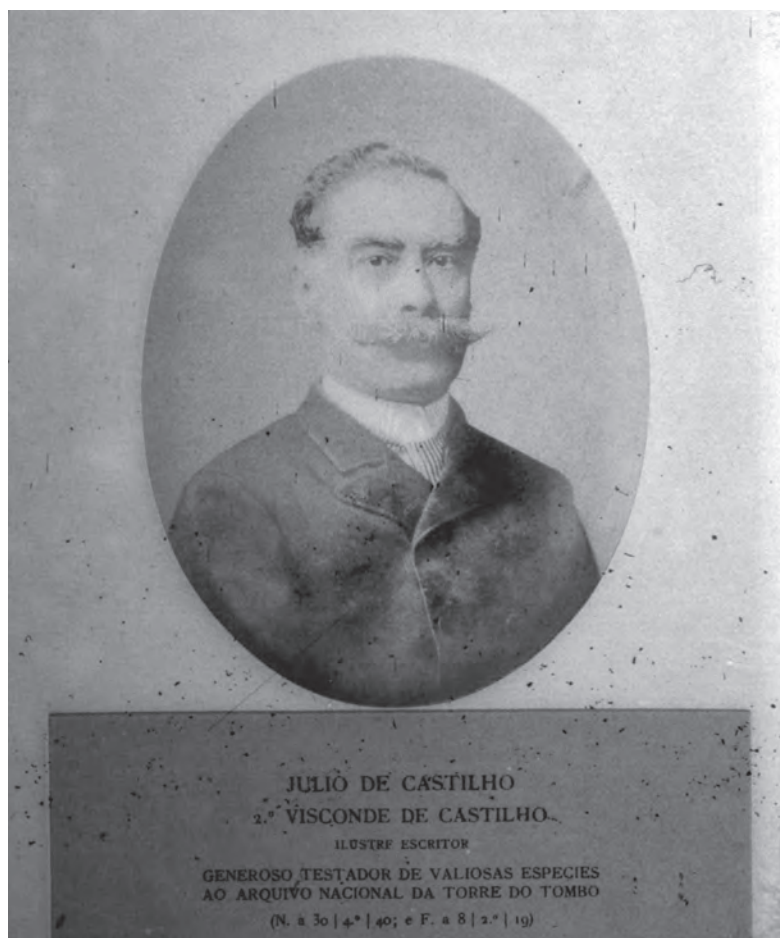
Pois perdi tudo. Mezes a fio deixei de passar no Calhariz, para não ver aquellas janelas, atraz das quaes ficava sepultada a minha mocidade. Pa-deci immenso. Desde a morte de meu adorado Pae, foi este o maior golpe que me deu a desventura.¹²²

A 24 de janeiro de 1892, Júlio ficou de novo órfão.

Por esta altura, há muito que se recolhera ao seu próprio mundo. A sua índole insegura foi largamente ampliada pela constante melancolia que não mais o largou desde a perda do pai e do fracasso do casamento.

¹²¹ Já então designada de rua do Marechal Saldanha.

¹²² *Ibidem*, pp. 390, 395.



Júlio de Castilho,
década de 1890.

Olhando para o seu percurso de vida e para as relações que fomentou com algumas das mais eminentes figuras de diversas áreas da sociedade do seu tempo, resulta claro que poder-se-ia ter movimentado nos mais altos lugares da política ou do mundo literário, mas preferiu sempre a sombra em torno da luz dos holofotes. Dentro do seu mundo encontrou a felicidade possível, rodeado de amigos leais, de livros, de documentos e das personagens de outras eras que neles viviam. Disto tudo deu conta, com uma honestidade desarmante, numa carta enviada a um dos seus mestres, Joaquim Possidónio da Silva, a propósito de uma homenagem que recusou receber:

Não me era possível, por mais que o desejasse, comparecer n'uma sessão solenne como esta nossa vai ser. Oppõe-se a isso a minha indole, que foge e sempre fugiu a demonstrações apparatusas, e a consciencia de que é immerecida e só filha da benevolencia a distincção que eu acho

devia receber das mãos do Príncipe Real [medalha de prata da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes pela Lisboa Antiga]. [...] A minha maior delicia é a solidão, o completo isolamento, a penumbra. [...] Porque tenho eu recusado sempre figurar na politica? porque me oppuz duas vezes com toda a força a que me elegessem deputado? porque deixei sem saudades altos cargos administrativos que exerci? porque não ando no mundo? porque não vou nunca ao Paço? porque prefiro a tudo n'este mundo uma quintasinha nos Olivais, com alguns livros, uns lapis, e uns cães? porque dou ás vezes voltas para não passar pelo Chiado? porque me não divertem os bailes? é porque me sinto doente, melancolico, muito quebrado e gasto, e d'ahi provem esta especie de tedio com que sou obrigado a encarar os esplendores mundanos.¹²³

Júlio continuava à procura de um lugar seu, onde se sentisse verdadeiramente em casa. Após uma temporada passada no apartamento desabitado do seu irmão Eugénio, ao largo de Arroios, no verão de 1893 decidiu tomar de arrendamento a quinta da Costa, em Carnide, onde cerca de vinte anos antes convalescera de uma doença. «Pagava 81\$000 reis. Casa magnífica, muito vasta, onde achando-se meu irmão Augusto no Brazil, tive por hóspedes a filha, os filhos e as enteadas; tempo calamitoso, de desordem e anarchia no meu lar. Nem posso lembrar-me d'esse horror.»¹²⁴ Júlio não se refere naturalmente à presença dos sobrinhos, mas aos graves acontecimentos que então assistiu, a um oceano de distância. Perante uma sublevação de militares brasileiros no Rio de Janeiro, em julho o governo português ordenou o envio de uma frota naval comandada por Augusto de Castilho com o objetivo de proteger os muitos portugueses que aí se encontravam. A *Revolta da Armada* efetivar-se-ia a 6 de setembro e duraria até março do ano seguinte, altura em que o governo da recém-instaurada República dos Estados Unidos do Brasil ordenou a rendição dos amotinados, que cumpriram a exigência. «O asilo [então] concedido pelo comandante Augusto Castilho — em circunstâncias de enorme delicadeza e dificuldade mas que o mesmo decidiu com coragem e determinação, como era seu timbre — [e a subsequente evasão em larga escala dos amotinados criaram] uma situação político-diplomática de grande embaraço para os governos dos dois países, que se saldou numa rotura das relações de Estado-a-Estado, e também comerciais (de grande importância para Portugal), decididas no âmbito de um

123 ANTT, Fundo Joaquim Possidónio Narciso da Silva, t. xvi, Documento 3440. Carta de Júlio de Castilho para Joaquim Possidónio da Silva (18 set. 1885).

124 Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), p. 396.

conjunto de retaliações brasileiras.»¹²⁵ Mas não só. Resultou também na prisão de Augusto, a 29 de maio de 1894, um dia depois do seu desembarque em Lisboa. O cárcere no quartel de Alcântara durou mais de meio ano, até ver decretada a sua absolvição em sessão de Conselho de Guerra de 12 de janeiro do ano seguinte. Júlio sentiu profundamente a injustiça que caiu sobre o irmão, acrescentando à sua longa lista de proscritos o nome de Hintze Ribeiro, que considerou responsável pelo processo movido a Augusto. Durante este período, Júlio visitou o irmão quase todos os dias. Já depois de ter passado para uma outra casa em Carnide (na rua das Freiras), e de modo a facilitar a sua deslocação a Alcântara, regressou à velha e conhecida casa de São Bartolomeu, ao Castelo.

O trabalho na Torre do Tombo mantinha-se sem particular interesse ou entusiasmo. Em 1897, ao fim de mais de uma década como adido, a aposentação do conservador Ramos Coelho trouxe a Júlio a oportunidade de regressar ao quadro de funcionários da Biblioteca Nacional, num cargo do seu interesse. Mas o seu espírito inflexível, de quem prefere quebrar que torcer, repeliu a possibilidade, mesmo depois de ter sido chamado ao gabinete de José Luciano de Castro¹²⁶, por intercessão de Augusto de Castilho: «Não voltarei para o quadro, ainda que seja necessário pedir a minha demissão. [...] Eu estava na Bibliotheca muito por meu gosto, e depois de dois concursos serios: um para 2º official; o outro para 1º official (nome que depois foi trocado em Conservador). [...] Trabalhava de todo o coração, auxiliava o publico tanto quanto podia. Amava a Bibliotheca como se ama uma amante adorada. V. E. arrancou-me d'ali, como se eu fosse um inutil, um mau empregado, um ignorante, e atirou-me para addido, como se atira para a cesta dos papeis velhos um sobrescrito inutilisado. Pode agora, ou em tempo algum, o sobrescrito consentir que o tirem da cesta? Não. [...] Estou há dez annos habituado a não ser nada n'este mundo; estou contente com a minha sorte.»¹²⁷ Não estava, naturalmente, mas nem por isso decidiu cruzar a linha definidora dos seus princípios. Manteve-se, pois, inamovível até ao dia em que decidiu preparar a sua aposentação, em dezembro de 1901. Obteve-a pouco depois.

¹²⁵ João Freire, *Augusto de Castilho e a Revolta da Marinha Brasileira em 1893-94: O conflito entre princípios humanitários, rigor militar, acção política e diplomacia*, Lisboa, Academia de Marinha, 2018, p. 151.

¹²⁶ Por coincidência, José Luciano de Castro ocupou o cargo de Presidente do Conselho de Ministros em 1886-1890 (quando Enes foi nomeado para a Biblioteca Nacional) e, de novo, em 1897-1900 (quando esta ação decorre).

¹²⁷ ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 76. Memória da conversa com José Luciano de Castro, a 7 de setembro de 1897.

Antes, a 26 de janeiro de 1900, cumpriu-se o primeiro centenário sobre o nascimento de António Feliciano de Castilho. Vinte e cinco anos depois da sua morte, já não era o Castilho de outrora, apesar de conservar ainda alguns dos seus indefetíveis admiradores. Novos tempos exigiam novos ídolos, e o romantismo desusado das suas obras afastavam-no das novas gerações. O esquecimento a que viria a ser votado ao longo do século xx teve no cumprimento desta efeméride uma espécie de prólogo, que Júlio muito lastimou:

«De tantos admiradores, de tantos amigos que ainda o tinham conhecido e tratado; parece que nenhum se lembraria já d'essa data célebre, se não fosse a espontânea e humilde sugestão de Antonio Cesar Mena Junior, simples Conductor de Obras publicas, alheio ao mundo das Letras, e meu amigo desde poucos annos. [...] [Foi ele] quem levantou o brado nobilissimo da celebração nacional do centenário de Castilho; foi a sua voz a que, no meio da nossa indiferença geral, acordou a Nação para essa manifestação honrosa de gratidão e aprêço ao grande Morto. [...] Sem ter tido as proporções de um desagravo geral, foi comtudo a manifestação eloquente do sentimento de milhares de Portuguezes.»¹²⁸

Quebrado pela recente morte do seu irmão Eugénio (a 8 de janeiro) e por uma complicada doença infecciosa, que o chegou a fazer perigar de vida no outono anterior, Júlio teve um lugar secundário nas comemorações. «Fiz o que pude, mas pude pouco.»¹²⁹

Mas já tinha feito muito. E muito mais realizou nos anos seguintes: em 1903, por iniciativa de Henrique Marques e da Empresa da História de Portugal que dirigia, encetou-se a publicação das obras completas de António Feliciano de Castilho. «Júlio de Castilho entusiasmou-se com a tarefa, pois — como era natural — fora-lhe confiada a organização dessa preciosa colecção, de que se publicariam, até 1915, oitenta tomos [...]. E para se avaliar do peso que tal encargo representava [...] basta que [...] se saiba que ele com um amor, uma paciência e um escrúpulo nunca igualados, juntou os dispersos, copiou por sua própria letra todos os 80 volumes [...] [e foi quem] os reviu, os anotou, lhes fez os índices, com um cuidado e um esmero que só seria capaz um filho muito dedicado à memória de seu pai.»¹³⁰ E, porque o amor à sua cidade impelia-o também

¹²⁸ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), p. 400.

¹²⁹ *Ibidem*, p. 402.

¹³⁰ Rodrigues Cavalheiro, «Júlio de Castilho, Mestre de Príncipes», *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, vol. 18, 1969, p. 38.

a continuar o trabalho iniciado há mais de duas décadas, encontrava-se simultaneamente embrenhado na estoica investigação para a segunda edição, aumentada, da *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, que publicou entre 1902 e 1904.

Por entre estes *doze trabalhos de Castilho*, em 1903 a sua vida ganhou um novo e inesperado contorno. Vagara o lugar de professor de Literatura Portuguesa e de História do Príncipe Real, D. Luís Filipe, e, em certos círculos, Júlio surgia como o candidato ideal.¹³¹ Assim também pensou Tomás de Melo Breyner, médico da Real Câmara, que o conheceu nos seus tempos de adolescência e que, desde então, por ele nutria profunda admiração e amizade. Sabendo-o preparado para a função, a 18 de outubro promoveu um encontro aparentemente casual entre Júlio e Franz Karasch, o perceptor austríaco dos príncipes. Dez dias depois, chegou o convite oficial.

No dia seguinte, quinta-feira, 29 de outubro, o novo mestre dirigiu-se ao Paço Real de Cascais para agradecer aos pais a incumbência e para se apresentar ao filho. A ocasião não gerou mais do que meras palavras de circunstância por parte de D. Carlos. Pelo contrário, D. Amélia mostrou maior desvelo com a educação do filho, chegando mesmo a incitar Júlio a acompanhar D. Luís Filipe em «passeios de carroagem pela cidade, mostrando-lhe igrejas, palácios, antiguidades. Queria que lhe fizesse amar Lisboa nos seus monumentos.»¹³² Júlio anuiu, encantado com a ideia, traçando logo um roteiro com início na Torre do Tombo e passagens pela Biblioteca Nacional, Sé e Castelo.

— Ahi tambem eu os acompanharei. Quero ver o Castello explicado pela *Lisboa antiga* em pessoa.

— Será oiro sobre azul, minha Senhora.¹³³

A ideia não teve seguimento, mas reflete a forma como, para uma sociedade intelectualmente esclarecida, Lisboa e Júlio de Castilho eram entidades indivisíveis.

¹³¹ Júlio estava ciente deste interesse, pelo menos, desde 1901. Transmitindo-o então ao irmão Augusto, declarou este estar agradavelmente surpreendido com a ideia, visto o cargo ser habitualmente ocupado por «homens mais ou menos em evidencia na politica. De um acto assim tao espontaneo e tão inesperado não tenho noticias, pelo menos recentemente.» ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 2, Maço 1, Documento 32(120), Carta de Augusto de Castilho para Júlio de Castilho (15 abr. 1901).

¹³² Júlio de Castilho, «Lições ao Príncipe Real e minhas subseqüentes relações com o Paço» (manuscrito), p. 4.

¹³³ *Ibidem*, p. 35.



—
D. Luís Filipe.
Retrato oferecido
e autografado pelo
próprio a Júlio de
Castilho, 1905.

As lições tiveram início a 14 de novembro, decorrendo no palácio das Necessidades todas as quartas-feiras e sábados. Júlio encontrou no príncipe um aluno aplicado, ainda que as suas reais obrigações muitas vezes o tenham impedido de dedicar tempo ao estudo. O professor compreendia, mas não deixava de lamentar. As horas das lições eram momentos apreciados por ambos. Respeitavam-se mutuamente, como um jovem que admira um sábio mestre e como um súbdito que admira um futuro rei. Os temas das lições eram muitas vezes extrapolados nas conversas entre ambos, nas quais Júlio nunca traiu os seus princípios morais, mesmo quando sabia que colidiam com os do príncipe. No entanto, no meio ano em que desempenhou tarefas de professor, nunca deixou de se sentir profundamente incomodado:

Apesar de me convir muito na minha pobreza o bom ordenado, 50\$000 reis [mensais], que nunca aliás aceitei sem repugnância, comecei, com a minha inconstância habitual, a pensar no modo como poderia

sem desaire largar o serviço do Paço, e tornar para o meu canto. Esta ocupação levava-me todo o tempo, distrahia-me de qualquer tarefa literaria [...]. Além de tudo isso, outro motivo havia para me desgostar: o sobrado dos paços é escorregadio e falso.

[...] Não tenho a prática do ensino; nunca ensinei; tenho vivido a estudar, sim, mas uma coisa é saber (admitindo que sei), outra e mui diversa é ter o don de transmitir o que sabemos. Creio que não tenho esse don, e falta-me o methodo. [...] Ora eu, que procuro ser sempre consciencioso e cumpridor, oiço cá dentro uma voz, a dizer-me que estou vendendo uma mercadoria avariada, ou insufficiente.¹³⁴

No Paço e na vida, Júlio melindrava-se com facilidade com uma palavra mais brusca ou com algum reparo de um superior seu, ainda que amigável. Colocava então em dúvida o valor do seu trabalho e o seu instinto mais básico impelia-o a desistir ou a fugir. Neste caso particular, sentia-se inferiorizado pela falta de experiência como professor e esmagado pela insegurança que isso lhe provocava. Manietado pelo *social e academicamente aceite*, sempre lhe foi difícil gerir situações fora do seu controlo e, aqui, perante a responsabilidade de trabalhar diretamente para a Família Real, o peso sobre os ombros mal lhe permitia respirar.

Começou então a sua habitual demanda por uma saída airosa. Depois de, em janeiro, ter solicitado ser colocado num período experimental não remunerado, chegou mesmo a pedir demissão por duas ocasiões. Em todas as vezes foi persuadido, mantendo-se a custo no cargo e levando o Príncipe a exame a 30 de abril, data do seu 64.º aniversário. Depois, recusando regressar no ano letivo seguinte, recuperou a sua posição de homem confortavelmente livre.

A relação de profundo respeito com os príncipes ficou intacta. Ao herdeiro do trono dedicou a sua obra *Os Dois Plínios*, nela afirmando o empenho de continuar a acompanhar a sua formação. Mas seria com o mais novo, que desde cedo revelara francas aptidões para as letras, que mais laços estreitou. A correspondência trocada entre ambos revela a enorme estima do infante D. Manuel por Júlio, a quem afetuosamente tratava por *mestre* sem que formalmente dele tivesse sido discípulo. O tema central foi a redação do livro de memórias da viagem ao Mediterrâneo que o infante havia feito com a mãe e com o irmão, em 1903. Júlio instou-o a concluir a obra e, mais tarde, aceitou o seu repto para rever o texto. Depois de recebido o manuscrito e de ter considerado que o seu autor não tinha *caligrafia própria* para o efeito, copiou-o *em boa letra*

¹³⁴ *Ibidem*, pp. 21, 24.

e anotou-o atentamente. Terminada a incumbência, sugeriu um encontro com o seu autor.

Fui às Necessidades no dia e á hora que o Senhor Infante marcou [23 de maio de 1906, ao meio-dia]. Estivemos no seu quarto revendo com atenção, e eu dava conta das alterações dizendo:

— Essa palavra é gallicismo; ou — Essa phrase é longa de mais; pode encurtar-se; ou — Este pensamento não está claramente expresso, etc..

O Infantinho exultava de praser, apertava-me as mãos, e abraçava-me.¹³⁵

Apesar de reconhecer o valor de algumas passagens, Júlio foi da opinião que a obra não deveria ser publicada, ideia corroborada por D. Carlos. Tal percalço não desanimou o jovem infante, que de pronto declarou pretender iniciar novo estudo sobre Vila Viçosa. Uma vez mais, contou com o entusiasmo e com os conselhos do mestre e revisor, que lhe deu verdadeiras lições de metodologia.

A correspondência terminou abruptamente e sem motivo aparente em meados de 1906, retomando-se na sequência do regicídio. Profundamente abalado, Júlio provou, mais do que nunca, a sua irreduzível militância monárquica e absoluta lealdade à Casa Real. Deixá-lo-á expresso em diversas cartas para o agora rei D. Manuel II, num conjunto de artigos que ao longo das semanas seguintes escreveu no diário católico *Portugal* e, de viva-voz, a D. Amélia, na audiência de 23 de dezembro de 1908:

Perguntou[-me] pelos sentimentos dos Lumiaresenses; respondi haver aqui muita republicanagem; e acrescentei:

— Quanto ao meu lar, pode V. M.^e ter a certeza de que está muito firme. Ali até a minha cadellinha, os gatos, e o pintassilgo, são tão monarchicos como eu; e a minha velha governanta ainda é mais realista do que eu.

Riu muito. Falámos em el-Rei, etc.; e depois de uma longa e agradável palestra despediu-me dizendo:

— Castilho, seja sempre muito nosso; não nos abandone.

Respondi o que devia, e sahi.¹³⁶

Ficou certamente satisfeita com a resposta.

Aligação com D. Manuel havia sido retomada, mas, tal como Júlio previra, o tempo do monarca era agora limitado e a troca de correspondência

¹³⁵ Júlio de Castilho, «Lições ao Príncipe Real e minhas subseqüentes relações com o Paço» (manuscrito), p. 60.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 87.

entre ambos acabaria por ser esparsa. Em 1909, tencionou dedicar-lhe os volumes de *Memórias de Castilho* que contava (em vão) imprimir nesse ano, mas a enorme estima entre os dois homens não mais teve reflexo no número de cartas trocadas. Pouco depois, a 5 de outubro de 1910, a Implantação da República representou a derradeira estocada no espírito monárquico de Júlio. O pensamento estava com o seu rei, que nesse dia partiu para Gibraltar e daí para o seu definitivo exílio em Inglaterra. Escreveu-lhe então uma carta lamentando o facto de não ter podido seguir viagem consigo, reafirmando a sua absoluta lealdade. Não mais se encontraram, mas, ao longo dos anos, o monarca deposto perguntou com frequência pelo seu antigo mestre, que nunca esqueceu.

Meio ano depois, em carta enviada a diferente destinatário, Júlio abriu a alma e mostrou o seu espírito turvo: «Vivo n'um perenne tormento; já não sou o que era. Ando triste como a morte. Quero ler, não entendo o que leio; quero escrever, a penna recusa-se. Se podesse sahia de Portugal, mas não posso.»¹³⁷ Escreveu estas palavras a 20 de abril de 1911, data da promulgação da *Lei da separação do Estado das igrejas*. Contrariamente à República Portuguesa, era impossível a Júlio apartar as suas convicções políticas das religiosas, que neste período da sua vida muito se confundiram e lhe valeram o epíteto de *reacionário*, que abraçou com orgulho. Até à sua morte, foi muito requisitado para escrever em jornais monárquicos e católicos, pedidos aos quais frequentemente acedeu.

Estava então em vésperas de cumprir o 71.º aniversário. Não inspirando cuidados constantes, há muito que o seu estado de saúde era precário. Depois das graves enfermidades de 1887, 1892 e 1899-1900, padecia de constantes bronquites e tonturas, e de problemas de fígado e da próstata, nada que valorizasse excessivamente. Tinha também a audição bastante diminuída («o drama não o ouvi, porque estou muito falho de ouvido; quanto muito, posso dizer que assisti á representação»¹³⁸). Talvez reconhecendo não ter à sua frente os anos suficientes para cumprir todos os seus projetos, trabalhava mais, muito mais do que alguma vez fizera na juventude.¹³⁹

137 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 76. Rascunho de carta de Júlio de Castilho para D. João de Almeida (20 abr. 1911).

138 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 76. Rascunho de carta de Júlio de Castilho para Ruy Chianca, a propósito da sua obra «Aljubarrota» (27 nov. 1913).

139 «[...] Disse-me a senhora Adelaide: — O que faz mal a este seu amigo é ter tanta coisa na cabeça. Parece que referve tudo lá dentro e não o deixa socegar.

[...] Era assim. Aquelle trabalhador infatigável tinha a referver lá dentro do prodigioso cérebro muita coisa que ainda não lançára cá para fóra. E que enorme desconolação não seria a do erudito divulgador, lembrando-se de que a sua obra, que podia ser colossal, ficava, embora grande em absoluto, relativamente mínima, por falta de editores ou á mingua de quem dê apreço a livros que não sejam emprestados.» Conde de Bertandios, «O Homem» in Miguel Trancoso (ed. lit.), *In Memoriam Júlio de Castilho*, Lisboa, p. 151.

Júlio de Castilho no
escritório da casa do
Lumiar, ca 1906.



Residia desde dezembro de 1900 no número 11 da travessa do Prior, ao Lumiar (atual rua Pena Monteiro), depois de ter habitado junto da igreja da vizinha Ameixoeira de 1895 a 1899.¹⁴⁰ Olhar para o seu escritório era olhar para o homem que nele trabalhava. Atrás da secretária, dispunham-se duas grandes cómodas com gavetas que se adivinham cheias dos seus documentos. Entre elas, por detrás da sua cadeira e colocado sobre um plinto, velava por si o busto do pai, sobranceiro a toda a divisão. Na parede à qual se encostava, enquadrava-o uma espécie de santíssima trindade da literatura portuguesa, Camões, Garrett e Herculano, representados pelos seus retratos emoldurados. Sem ordem aparente, Júlio havia disposto nessa mesma parede pinturas, gravuras, medalhões e retratos vários, memórias e relíquias de uma vida que já ia longa. E por toda a divisão viam-se globos terrestres, estatuetas e sobretudo livros, muitos e antigos, dispostos ordenadamente em estantes, à exceção de uma edição monumental encadernada dos *Quadros Históricos de Portugal* de António Feliciano, que respeitosa e havia colocado em local de destaque. Sobre a mesa de trabalho, integralmente tapada por uma grande toalha de motivos semelhantes aos do papel de parede, espalhavam-se maços de documentação e um ou outro livro em consulta, numa espécie de caos organizado apenas reconhecível pelo seu proprietário.

¹⁴⁰ Regressou ainda à Quinta da Victoria, em Sacavém (de junho de 1899 a setembro de 1900), antes de retornar uma derradeira vez à Ameixoeira, onde residiu na Horta dos Castelinhos por um curto espaço de tempo (de setembro a dezembro de 1900).



Casa do Lumiar,
post. 1924.



Igreja de São João
Baptista, Lumiar,
post. 1909.

—
Júlio de Castilho no
largo da Duquesa
(atual largo Júlio de
Castilho), Lumiar,
ca 1906.



—
Júlio de Castilho
na sala de jantar da
casa do Lumiar,
[1900-1919].



No chão de tábua corrida, adivinhava-se a presença de Zephyro dormindo aos pés do dono, qual Reverendo Bonifácio canino. E, do lado oposto da secretária, uma cadeira vazia esperava a visita de um dos muitos amigos. Assim foi muito do seu viver nos derradeiros anos de vida.

Perante a noção cada vez mais clara da sua própria finitude, ampliada pelos constantes sobressaltos de saúde, sentiu chegada a hora de zelar pelo seu legado e pela forma como pretendia ser recordado. Entre 1907 e 1911, empreendeu um dos maiores trabalhos da sua vida, que mais de um século depois permanece na obscuridade. Partindo de um trabalho de recolha, revisão e compilação da informação contida nos seus diários, escritos de diversa natureza e nos seus múltiplos álbuns de desenhos, redigiu um conjunto de memórias, composto pelos relatos das suas viagens e por uma autobiografia que abarca os primeiros 60 anos de vida. Terminado o trabalho, destruiu a maior parte da documentação que lhe serviu de base, o que parece confirmar a ideia de ter pretendido construir uma imagem e uma narrativa da sua vida (nem sempre lisonjeiras) para consumo das gerações vindouras. Procedeu também a semelhante processo de organização da documentação pessoal que seu pai, D. António da Costa e Joaquim Possidónio da Silva lhe haviam legado. Mas, para se certificar que todo este trabalho não seria em vão, Júlio tratou de garantir a salvaguarda futura destas coleções, depositando-as na Torre do Tombo, como adiante mais detalhadamente se abordará.

A 30 de março de 1912 sofreu nova provação, causada pela morte de Augusto de Castilho, o único dos irmãos ainda vivo¹⁴¹ e, de entre todos, aquele com quem sempre teve uma relação mais próxima. Ao longo dos últimos anos, e por motivos que sempre se recusou a explicar a Augusto, afastara-se da mulher e dos filhos deste, o que se refletiu na relação com o irmão, que nunca deixou de procurar inverter o rumo da situação. Ainda assim, após duas síncope provocadas pela comoção da notícia, foi aconselhado a sair de Lisboa, procurando então refúgio em Caneças, onde permaneceu por várias semanas. Sobravam-lhe a sempre fiel Adelaide, alguma família e os amigos mais próximos. Aos de sempre que ainda se achavam vivos (Xavier da Cunha, conde de Sabugosa, conde de Bertandos, António José d'Ávila, Bulhão Pato, José Artur Bárcia, António de César Mena...) acrescentara-se a família Trancoso (António, Amélia e os filhos, Joana e Miguel), que conheceu em 1895 durante o curto

141 Emílio (20 fev. 1847, em vésperas do 4.º aniversário) e Cristina (26 jun. 1849, aos 8 meses) morreram durante a sua infância; os restantes, já no decorrer da sua vida adulta: Manuel em 11 nov. 1884 (40 anos), Ida em 19 dez. 1886 (38 anos), Eugénio em 8 jan. 1900 (52 anos) e Augusto em 30 mar. 1912 (70 anos).

período em que residiu na Ameixoeira e de quem se manteve muitíssimo próximo nas suas últimas duas décadas de vida.

Sentia-se cada vez mais desiludido pelo estado do país. Nesse outono, contou por carta ao conde de Sabugosa que se sentiu tentado a aceitar um convite para ser professor de História ou de Literatura no colégio de São Vicente de Paulo¹⁴², no Brasil, país onde mantinha intacto o seu prestígio.



—
Augusto de Castilho,
ca 1908.

Canalizou então as suas energias para a escrita e publicação de *Fastos Portugueses* (cancioneiro parcialmente publicado em 1918, ao fim de um longo e desgastante processo marcado por avanços e recuos por parte das

¹⁴² Instalado, a partir de 1909, no antigo palácio Imperial (museu Imperial desde 1943), em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro.

editoras, chegando mesmo a ser censurado pelo *Instituto de Coimbra* por fazer a apologia de um jesuíta) e da segunda edição, acrescentada, da *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, que não conseguiu cumprir. E, enquanto a saúde lhe foi permitindo, recebeu, na sua casa do Lumiar, amigos, colegas e muitos dos que procuravam o seu grande saber e a reconhecida abnegação para o partilhar¹⁴³, dando-lhes franco acesso à sua coleção de elementos lisboenses e à sua biblioteca, apesar de lamentar os inúmeros livros e documentos que nunca lhe chegaram a ser devolvidos.

A sua vida acabou como a do pai. Venerado pelos que lhe eram próximos, em fidelíssimas relações de amizade ou de apreciação intelectual. E detratado pelos que o acusavam de viver agarrado a um passado decadente, ainda que, no seu caso, mais pelas convicções do que pelo conteúdo da obra que deixou. No entanto, uns e outros terão certamente concordado que, por detrás da suprema inflexibilidade de carácter e do espírito profundamente conservador, estava um homem de desusados modos: «Ainda há *gentlemen*, sem dúvida: são os que veem do fim da geração passada, continuando a tradição gravemente comprometida. Sabem estar, sabem andar, sabem falar. Teem a attitude fina, o olhar claro e vivo, o gesto sobrio, a sciencia rara da phrase *smorzada*, a avaliação intuitiva do peso de uma palavra ou da potencia de uma pausa intercalada na conversa. Figuras eminentemente attractivas no seu tacto, cheias de *nuances* delicadissimas, possuindo o sorriso a proposito e sabendo escutar, elles repoisam dos tristes *dandies* modernos para quem a etiqueta é a tortura suprema, incapazes [...] de pisar um tapete, de não parecer que teem braços postiços quando lhes falta a diversão de uma cadeia de relógio para occuparem as mãos, [ou] de ceder o passo a uma senhora que avança no mesmo *trottoir*.»¹⁴⁴ Mas, como apontou um dos seus mais próximos amigos, «a sua delicadeza era muito mais que habito de boa sociedade e cortezia; vinha do coração.»¹⁴⁵

Já muito doente, a 4 de dezembro de 1918 foi admitido no hospital de São José. No dia seguinte, o diretor geral dos Hospitais Cíveis de Lisboa (Lobo Alves) solicitou ao secretário de Estado do Trabalho a inédita

143 «Os meus conselhos e esclarecimentos, insignificantes como são, estão ás ordens da parte topographica do [seu] novo romance [Os *Orphãos de Calecut*]. Direi o que souber; e quando não souber (e será de certo muita vez) estudaremos.» Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Espólio N53, Documento 346. Carta de Júlio de Castilho para Henrique Lopes de Mendonça (13 out. 1893).

144 Beldemonio (pseud. Alfredo Mesquita), *Viagens no Chiado. Apontamentos de Jornada de um Lisboa Atravez de Lisboa*, Porto, Barros & Filha, 1887, p. 106.

145 Conde de Bertiandos, *op. cit.*, p. 150.

aplicação do artigo 2.º do Decreto n.º 1458, de 30 de março de 1915, que permitia o tratamento gratuito em quarto de 1.ª classe a funcionários civis do Estado cujos méritos relevantes e distintos serviços prestados fossem considerados merecedores desta concessão:

«O Visconde de Castilho deu hontem entrada num quarto particular do Hospital de S. José para aí receber o tratamento de que carece. Sou informado de que nada mais ele possui além da sua pensão da aposentação que, na sua totalidade, não chega para pagar a importância de despêza taxativamente fixada, mesmo em quarto da mais inferior classe, onde a quota diária é de 2\$00 escd.

Ninguém dirá que o Visconde de Castilho não esteja em manifestadas condições de aproveitar-lhe o citado decreto. [...] Tenho por isso a honra de propôr a V. Ex.ª que lhe conceda tratar-se em quarto de 1.ª classe, pagando apenas, para o cofre hospitalar, por meio de desconto, metade da importância líquida da sua pensão de funcionario aposentado.»¹⁴⁶

A resposta, positiva, chegou de seguida. Triste conclusão para a vida de um homem cuja «penna n[unca] se moveu atrás do vil metal [...] [e] por isso não soube nem pôde transformar a sua arte em industria rendosa.»¹⁴⁷

Por pouco, viu ainda nascer o ano de 1919. Morreu na sua casa às 21 horas do dia 8 de fevereiro, em plena *Monarquia do Norte*, estertor do movimento monárquico português. «Logo de manhã [do dia seguinte] fui ao Lumiar e lá vi estendido na sua modesta caminha de ferro o cadáver do querido visconde de Castilho, tendo ao lado a inconsolável criada Adelaide. Parecia um santo e era-o.»¹⁴⁸ Dois dias depois, numa manhã chuvosa, o funeral levou ao cemitério do Lumiar uma *multidão de amigos de todas as categorias*, que viram ser sepultado o corpo apenas embrulhado num lençol¹⁴⁹, em cujo peito foi colocado «o retrato d'aquelle que, durante toda a sua vida jamais de lá sahira.»¹⁵⁰

¹⁴⁶ ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 68, Maço 4, n.º 2. Carta de A. Lobo Alves para o secretário de Estado do Trabalho (5 dez. 1918).

¹⁴⁷ D. Fernando de Almeida, «Recordando o amigo e mestre» in Miguel Trancoso (ed. lit.) *In Memoriam Júlio de Castilho*, Lisboa, [s. n.], 1920, p. 59.

¹⁴⁸ Tomás de Melo Breyner *apud* Margarida de Magalhães Ramalho, *Thomas de Mello Breyner. Relatos de uma Época*, Lisboa, INCM, 2018, p. 353.

¹⁴⁹ Desejo que deixou expresso no testamento.

¹⁵⁰ Miguel Trancoso, «Aos leitores d'este "In Memoriam"» in Miguel Trancoso (ed. lit.) *In Memoriam Júlio de Castilho*, Lisboa, [s. n.], 1920, p. 7.

«Era um Santo amável, e não um catechista façanhudo. Intransigente para consigo proprio, tinha todas as tolerâncias para com os actos dos outros, em quanto não ofendiam a Divindade; não atacavam o seu Pae [...]; e não erravam um verso ou estropeavam a grammatica. Para esses não tinha indulgencia.

O triangulo d'aquella alma assentava firme sobre esses trez sentimentos basilares: *Deus – o Pae – a Arte.*»¹⁵¹

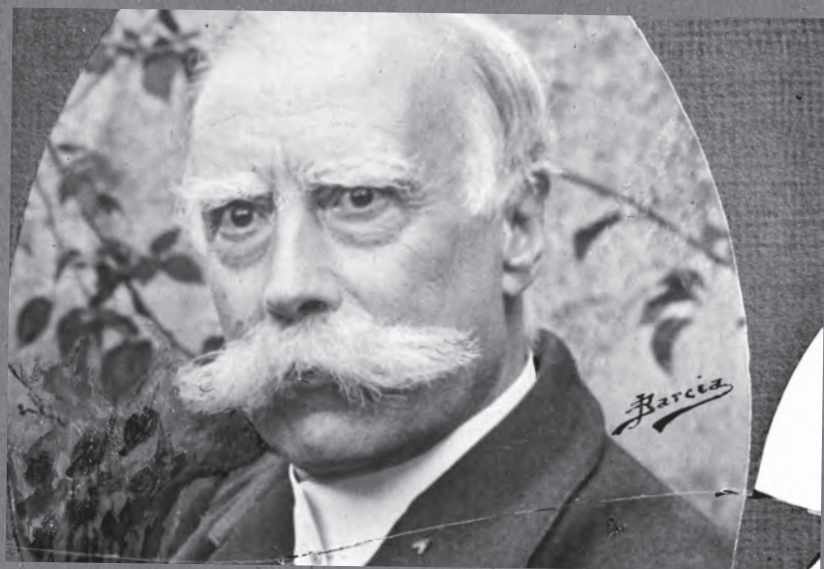


Júlio de Castilho
com retrato do pai,
[1900-1919].

¹⁵¹ Conde de Sabugosa, «Castilho II. Poeta e Santo» in Miguel Trancoso (ed. lit.) *In Memoriam Júlio de Castilho*, p. 97.



Júlio de Castilho e o
cão *Zephyro*, 1907.



II *Mestre da Lisboa Antiga*

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

«É Lisboa uma cidade mui antiga, e bem merece todos os estudos que tenham por objecto esclarecer a sua origem, a sua história e a sua evolução.»¹⁵²

Quando, em 1879, Júlio publicou a primeira parte da *Lisboa Antiga* fê-lo sem imaginar que, com esse ato aparentemente casual, acabara de inaugurar um novo género literário. Tão pouco acreditaria, se lho dissessem, que seria por esta via que o seu nome acabaria imortalizado no seio da rica história da literatura portuguesa, ao lado de tantos outros que aprendera a admirar desde pequeno.

Sem a presença (física) de António Feliciano ou de Cândida, os estudos históricos de Lisboa tornaram-se numa das suas grandes obsessões (a par da perpetuação da memória do pai), à qual dedicou tempo, energia e fé desmesuradas: «Como me dizia sempre meu Pae, devemos tomar as tarefas literarias, não só como cumprimento de dever moral, mas tambem como allivio aos dissabores da existencia. [...] Passando pela provação mais cruel, entrincheirei[-me] com uma valentia sem igual, nas pesquissas extenuantes da *Lisboa Antiga*, da *Ribeira de Lisboa* [...]. Trabalhei como um macho de americano em dia de feira de Belem, mas venci-me a mim proprio, que é a victoria mais difficil de alcançar.»¹⁵³

Trajeto iniciado num acaso que lhe permitiu cumprir um desígnio que não sabia ter, tornou conhecida a história de Lisboa, objeto de estudo que nasceu de uma paixão e redundou num dos seus amores-maiores, ao qual permaneceu para sempre teimosa e enlevadamente fiel.

Percorridos os traços biográficos, observemos agora o caminho que trilhou até se tornar no *Mestre da Lisboa Antiga*, o modo como cumpriu a sua missão e o legado que deixou a todos quantos, depois dele, amaram a sua cidade, estudando-a.

¹⁵² Augusto Vieira da Silva, *Plantas Topográficas de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950, p. 10.

¹⁵³ Carta de Júlio de Castilho para o conde de Sabugosa (1 set. 1914). Coleção particular.

O ACASO DA OLISIPOGRAFIA?

A importância de ser Castilho. O círculo familiar e intelectual.

A tudo preferíamos o lar, o home confortável e intelectual: os serões lendo, desenhando, ouvindo conversações instructivas. Meu Pae, meus irmãos, D. Antonio da Costa, Simão Paes, João Caetano Pato Infante, Antonio d'Avila, o Almirante Celestino, D. Maria Carolina Torre-bella, Bulhão Pato e sua irman, a tia Maria do Carmo, eram certos e sabidos mais de uma vez por semana; e nas pequeninas reuniões que tivemos uma ou outra vez augmentava o número. Como fui recebido de braços abertos pelos Possolos, Picalugas, Folques, e outros novos parentes da vizinhança, frequentavamos as casas d'elles, e davamo-nos ás maravilhas. ¿Que mais podia eu desejar?¹⁵⁴

No decorrer da centúria de oitocentos, o hábito dos convívios íntimos entre a sociedade culta e letrada foi transversal a muitas personalidades e famílias de renome. Com o pai, Júlio frequentou a intimidade das casas de alguns dos seus nomes maiores, num longo elenco que incluía o conselheiro José Maria Grande, o marechal Saldanha, Caldas Aulete, conde de Melo, António da Silva Túlio, Manuel Maria Bordalo Pinheiro, José da Silva Mendes Leal, Latino Coelho, António de Cabedo e Bulhão Pato. Este alargado e multifacetado grupo era composto por membros de diferentes origens sociais e formações, que se destacavam em áreas como a medicina, a matemática e a engenharia militar. E, naturalmente, nos diversos campos das letras, abrangendo a poesia, o romance ou a dramaturgia, mas também as obras de cariz eminentemente científico como enciclopédias e dicionários.

O elenco dos nomes permite-nos confirmar que, desde tenra idade, Júlio circulou no âmbito da elite intelectual portuguesa do século XIX, daí retirando experiências e oportunidades que ajudaram a definir o seu percurso e a sua personalidade.

Estava em pleno século da afirmação dos intelectuais enquanto dignos representantes de uma força social efetiva, apta a intervir nos processos de transformação da sociedade portuguesa. E para se alcançar a tão desejada renovação cultural, política e social fortaleceram-se os antigos

¹⁵⁴ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), p. 184.

aparelhos de sociabilidade, ancorados em novas dinâmicas que permitiam o esbatimento das classes sociais.¹⁵⁵

Foram vários os intelectuais que clamaram por uma nova sociedade, mais aberta e igualitária. Júlio Dinis, no romance póstumo *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, propôs a união entre a plebe e a aristocracia através do casamento. Latino Coelho defendeu que «o talento ainda mesmo o que nasce da origem mais humilde, pôde ascender às mais eminentes posições e dominar com o prestígio da idéa e da palavra, as potencias decaídas, que outr'ora governaram despoticamente a sociedade.»¹⁵⁶ E o próprio António Feliciano de Castilho também considerou que o conhecimento não era predicado da elite e, em resultado, criou associações que permitiam o encontro de intelectuais e trabalhadores manuais, casos da Sociedade dos Amigos das Letras e Artes de São Miguel e do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas. Esteve igualmente envolvido nas importantes reformas pedagógicas que defendiam o ensino público enquanto alavanca fundamental na civilização dos povos e na regeneração da pátria.



—
António Feliciano de Castilho na aula da Associação Promotora de Educação Popular, na presença de D. Pedro V e D. Estefânia. Desenho de Júlio de Castilho, s. d.

¹⁵⁵ Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, «Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)» in *Análise Social*, vol. xv (57), 1979-1.º, pp. 75-76.

¹⁵⁶ Latino Coelho, «Casal Ribeiro», *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, vol. 1, n.º 4, 1859, p. 146.

Embora apoiadas em instituições tradicionais como os salões, as academias e as sociedades secretas, estas novas dinâmicas contribuíram para fortalecer o capital social dos intelectuais, através de novas redes de apoio e de novos laços de solidariedade¹⁵⁷, muitas vezes iniciados na intimidade do lar. Na família Castilho, a tradição de organizar serões instrutivos remontará a José Feliciano, avô paterno de Júlio, médico de formação e frequentador da elite intelectual de Coimbra. Fundou em sua casa uma pequena academia informal destinada a partilhar e discutir ideias e conhecimento:

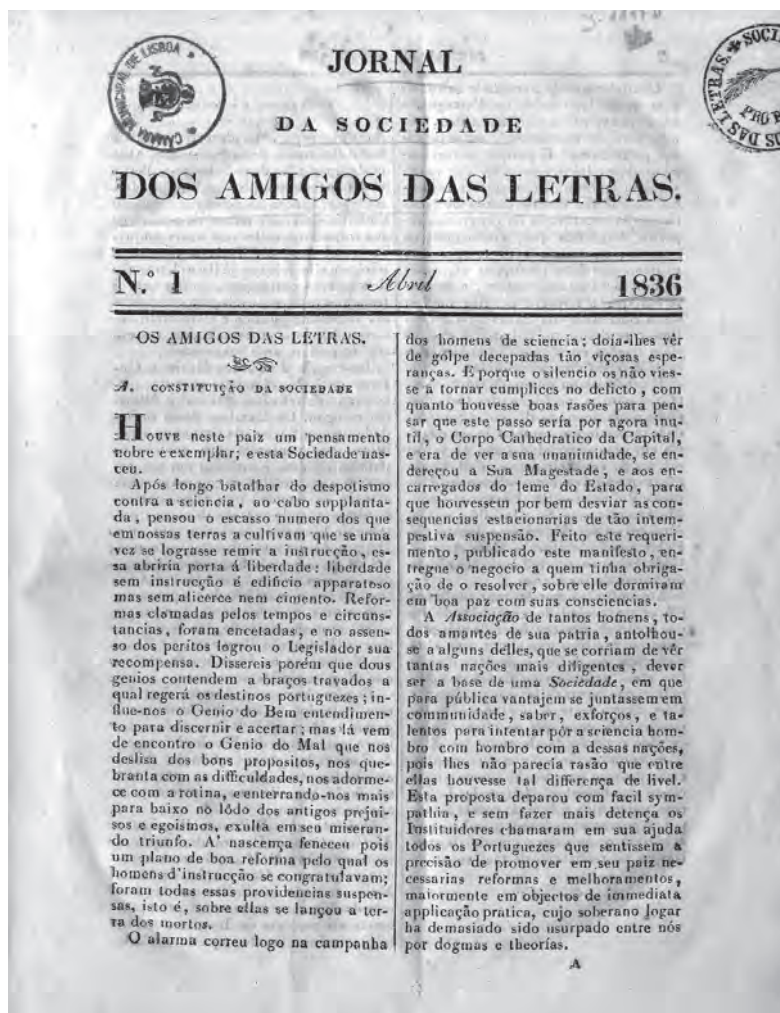
De tão affectuosa convivencia de mestres e discipulos, de doutos e estudiosos, de paes e filhos, nasceu no dono da casa a idéa de fundar (sem presumpções e sem programmas) uma pequenina academia domestica. Reuniu os seus amiguinhos, expoz-lhes o plano, mostrou-lhes quanto bem lhes poderia resultar d'esta convivencia intellectual regulada e sujeita a normas, e criou uma associação com o titulo de *sociedade dos amigos das letras*. [...] Os trabalhos consistiam em dissertações oraes ou escritas sobre pontos de moral, de historia, de sciencias naturaes, etc., tirados á sorte com alguma antecedencia, e na impugnação e defesa das doutrinas apresentadas.¹⁵⁸

Esta *sociedade* lançou a semente para outra, com o mesmo nome, fundada em Lisboa pela geração seguinte, da qual fizeram parte membros insignes provenientes do ensino superior, da literatura, das Belas-Artes, da alta administração, do alto clero e das Câmaras dos Pares e dos Deputados. Em 1836, chegou mesmo a publicar um periódico — *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras* —, caracterizado sugestivamente por Júlio como «uma chronica fidedigna (embora curta) dos trabalhos e intentos da corporação, e como tal um incentivo ao Publico. Além d'isso, vulgarisou conhecimentos, salvou inéditos preciosos, criticou e annunciou livros interessantes, discutiu altos pontos históricos, deu conta de inventos nacionaes de muito alcance, principiou (n'uma palavra) a aplanar os caminhos intellectuais ainda impérvios, que dentro em pouco havia de perlustrar Vilhena Barbosa com o *Universo pittoresco*, Herculano com o *Panorama*, e Castilho com a *Revista Universal*.»¹⁵⁹

¹⁵⁷ Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, *Os intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 17.

¹⁵⁸ Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, t. II, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1881, p. 17.

¹⁵⁹ Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, 2.^a ed., t. III, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, p. 86.



—
Journal da Sociedade dos Amigos das Letras, n.º 1 (abr. 1836).

Durante os anos em que estudou em Coimbra, António Feliciano frequentou a pequena *academia* na casa paterna, o que lhe incutiu no espírito esclarecido a vontade de a continuar na sua própria casa, já em Lisboa.

Aos sabbados á noite, a casa de Castilho abria-se a todos que chegavam; e quem entrava levava sempre saudades á sahida. Era *banida a casaca* (expressão d'elle), e proscrito o jogo; n'este ponto então era inenxorável. Tocava-se, recitava-se, conversava-se e dançava-se; já não era pouco. [...] ;Que reuniões aquelas! intimas e sem cerimonia, mas muito em ordem, e muito intellectuaes.¹⁶⁰

¹⁶⁰ Júlio de Castilho, «Memórias de Castilho», livro IX, *Instituto de Coimbra*, vol. 56, 1909, pp. 615, 671.

Estes encontros permitiram e favoreceram o estreitar de laços e a iniciação dos mais novos nas lides intelectuais, inculcando-lhes a argúcia, a avidez pelo conhecimento e o espírito crítico. Os resultados e repercussões deste vívido contacto no percurso de Júlio são facilmente perscrutáveis, tendo o próprio reconhecido o privilégio de ter podido participar neste tipo de reuniões.¹⁶¹ Por essa razão, deu continuidade à tradição e repetiu a prática assim que casou:

Com o maior gosto te irei ver ao Campo Grande; até te irei raptar para te obrigar a jantar connosco, e a passar connosco um serão. Estamos agora sempre aos sabbados à noite chez nous; é uma tradição lá de casa que eu com o meu Anjo da Guarda quizemos aviventar. Reunem-se connosco alguns amigos, á roda da meza da nossa sala verde, presidida pelo magnifico retrato grande a oleo de meu querido Pae pelo Lupi [...]; as senhoras fazem serão, os homens, quasi todos gente intelligentissima, conversam, lêem, recitam, vêem álbuns, ou fumam em cavaco no meu escritório [...]. Já vês que o meio é artístico, e digno de ti. Entre os frequentadores, alem de senhoras muito distinctas até pelo talento, encontrarás o bom Cordeiro, o Thomaz Ribeiro, o Bulhão Pato, o Tullio, o Thomaz de Carvalho e outros que ainda não conheces, alguns artistas pintores e esculptores, em summa uma companhia agradável, uma atmosphaera intellectual muito de primavera, uma estufa creadora no meio da nossa Siberia litteraria.¹⁶²

Recuemos à sua infância. Já depois de apresentado nos salões da casa paterna, as portas da elite intelectual foram-lhe definitivamente abertas no ano de 1849, em vésperas do seu nono aniversário. Corria o mês de fevereiro quando o pai veio de Ponta Delgada até Lisboa, em negócios. Esta viagem possibilitou o reencontro com o filho, que o levou a privar intimamente com a alta sociedade política, social e literária.

Essa estada d'elle [António Feliciano] em Lisboa foi trabalhosa, mas a mim distrahiu-me. Entrei com meu Pae em muitas casas illustres e amigas [...]. Fui ver a phoca da rua Nova do Carmo, os quadros dissolventes

¹⁶¹ A respeito das reuniões que frequentou em casa do Padre José Jacinto Tavares, pároco de Santa Isabel, à rua de São João Nepomuceno, afirmou Júlio serem, «sem tirar nem pôr, uma amostra das pequeninas academias domestico-litterarias do tempo d'el-Rei D. João V. Já não há nada d'isso, e é pena! Pergunto: qual é a casa onde se lêem hoje aquelles bolorentos massadores dos clássicos?» Júlio de Castilho, «Memórias de Castilho», livro VIII, *Instituto de Coimbra*, vol. 49, 1902, p. 574.

¹⁶² ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 5, Maço 1, n.º 33(7). Carta de Júlio de Castilho para João de Lemos (2 mar. 1877).

(tableaux fondants)¹⁶³ da rua Larga de S. Roque, as Tres cidras do amor em D. Maria II, I masnadiéri em S. Carlos; conheci o grande e incomparável Duque de Saldanha, com quem jantámos uma vez na rua de Santo Ambrosio; o ilustre Marino Miguel Franzini no seu palacio á Boa-Morte; o bom e sabio José Maria Grande, com quem almoçámos na sua casa da Patriarchal queimada, e muitíssima outra gente. Cada visita d'essas abria-me horizontes.

Visitavamos a família Caldas, então moradores no pateo dos Lancastres ao alto de Santa Caterina, o jovem medico Fernandes Branco, ao Chiado, meu tio Alexandre, com quem jantávamos duas vezes por semana na sua bella habitação das Pedras-negras, onde semanalmente recebia gente a jantar, e à noite parceiros do voltarete.

Iamos muitas tardes ao célebre e elegante botequim do Marrare, no Chiado, ponto de reunião diária de toda a gente cultivada e alta. Aquelle café, há annos desaparecido, parecia uma sala mundana, ou antes uma academia. Ali vimos Garrett, Antonio Pereira da Cunha, Silva Tulio, Julio Caldas, Andrade Corvo, o Marquez de Niza, João de Lemos, José Maria Grande, e; quantos mais! tomavamos qualquer beberagem, e conversava-se.

Às quartas feiras jantávamos com Sebastião Ribeiro de Sá na redacção da Revista Universal, á Costa do Castello. Lembro-me tambem de ter assistido ao Gremio, que então era literário, a uma sessão oratória e poética, onde estavam todos os literatos e sábios.¹⁶⁴

A transcrição deste trecho permite perceber que a formação intelectual de Júlio extrapolou, em muito, as reuniões na casa paterna e transporta-nos para as dinâmicas sociais vividas pela elite intelectual oitocentista, na sua dimensão boémia e marcadamente urbana. As referências às salas de teatro, às coletividades culturais e aos cafés apresentam-se como verdadeiros testemunhos de época, ao enumerarem os principais instrumentos de sociabilidade, de promoção e de profissionalização destes intelectuais.

Foquemos o exemplo do teatro que, a par do ensino, pugnou por reformas estruturais ancoradas em preocupações de natureza didáctica e civilizadora, orientadas pelo binómio recreio-instrução¹⁶⁵ («Pode elle, no

¹⁶³ «Os quadros dissolventes, ou *polyoramas* [...] eram projecções luminosas de imagens com recurso a luz natural ou artificial.» Nuno Resende, «As Casas Fotográficas e os Fotógrafos Profissionais do Porto no Século XX» in Nuno Resende (coord.), *Prontuário de fotógrafos e casas comerciais de fotografia no Porto (1840-1980)*, Porto, CITCEM, 2021, p. 147.

¹⁶⁴ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), p. 47.

¹⁶⁵ Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, *Os intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*, p. 198.

meio do prazer e da distração, inocular no seio das multidões as idéas e os princípios, que alli mais facilmente pôdem beber, de que n'outra fonte. [...] É por isso que nos parece ainda que o theatro está destinado a servir em muito a causa social, que há de fazer a gloria deste seculo»¹⁶⁶). De um modo hábil e oportuno, a vertente social e lúdica do teatro ressoou na esfera doméstica através de improvisadas salas de espetáculos montadas em algumas das casas onde se organizavam tertúlias ou saraus literários.¹⁶⁷ António Feliciano deu-lhe também particular atenção, em artigos publicados na *Revista Universal Lisbonense* e no modo como incutiu nos filhos o hábito de ir a São Carlos, sempre depois da leitura e discussão atenta do libreto. Mas, sobretudo, nas muitas traduções de peças de teatro clássico, francês e alemão que fez, levando-as a públicos mais jovens; de forma mais modesta, Júlio também lhe seguirá os passos, com a tradução e adaptação da tragicomédia de Gil Vicente *Amadis de Gaula* (1910), que já não viu representada no teatro D. Maria II, em 1935.¹⁶⁸

Às reuniões íntimas decorridas em ambiente doméstico, somaram-se outras, informais, no espaço público dos cafés e dos jardins, onde várias figuras de renome tinham o hábito de se envolver em longas e frutíferas conversas. Muitas das tardes da adolescência de Júlio foram passadas em grupos que incluíam o pai, António Lopes de Mendonça, Almeida Garrett ou Rebelo da Silva, no referido Marrare (*do Polimento*), ao Chiado, «um dos sustentáculos do paiz, como o Parlamento, como o Poder moderador; ninguém então imaginaria viver sem aquelle botequim celebre, que só por si desfazia e fazia reputações, e concedia os mais authenticos diplomas de elegancia.»¹⁶⁹ Se a meteorologia e a disposição o permitiam, seguia de braço dado com o pai até ao *frondoso e fresquíssimo* Passeio Público que, em fim de vida, lembrará tal qual o pintou Leonel Marques Pereira.

¹⁶⁶ F. Vieira da Silva, [Prefácio] in J. M. da Silva e Albuquerque, *O Operário e a Associação: Comedia-Drama em Dois Actos*, Lisboa, Typ. de M. J. Coelho, 1867, p. III.

¹⁶⁷ Júlio alude ao exemplo da casa da poetisa Francisca Possolo, à rua das Trinas, onde, durante a juventude de seu pai, existiam «bons salões, cheios de todos os commodos de uma existencia elegante no melhor mundo; [...] bom piano, bons livros, muita vez boa musica, um theatrinho muito completo, onde algumas récitas agradáveis se deram; e sobretudo optima e escolhida sociedade [...]. Ali vivia-se; sentia-se correr deliciosamente a vida entre mil occupações intelligentes. Aquella casa, com os seus salões tão hospedeiros, as suas duas renques de altas sacadas, tanta vez iluminadas com os clarões das festas intimas, aquella casa donde ressumbrava calor literário e artistico, tinha-se tornado um como [sic] templosinho da arte.» Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, t. I, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1881, pp. 210-211, 214.

¹⁶⁸ Ver o elenco das suas traduções na lista de obras principais de Júlio de Castilho (páginas 268-269 deste estudo). Acrescentam-se, pelo menos, três outras, nunca publicadas: *Marion Delorme* (Victor Hugo, tradução incompleta de 1861), *O Marido da Viúva* (Alexandre Dumas, pai, tradução de 1898) e *Os Dois Amigos* (Caron de Beaumarchais, tradução sem data).

¹⁶⁹ Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, 2.^a ed., t. v, 1932, p. 225.

«Quando á tarde se chegava, achavam-se as ruas levemente regadas, ouvia-se boa musica, e ali se encontrava toda a gente. Castilho sentava-se, era logo rodeado, e passava-se a tarde em grupo, conversando.»¹⁷⁰



—
Café Marrare
(do Polimento).

À distância de mais de século e meio, não é difícil de antever o enorme peso que Júlio sentiu devido às origens do seu berço. O *morgado de grandes responsabilidades*, como foi apelidado por Tomás Ribeiro, era o filho primogénito de António Feliciano de Castilho, um dos homens mais afamados e respeitados do seu tempo, cujo verdadeiro reconhecimento e importância cultural foram atenuados pelo devir da História. É crível que o ónus do seu apelido lhe tenha retirado a segurança e a confiança necessárias para a sua irredutível afirmação no contexto literário e cultural português e, em função disso, o tenha inicialmente feito experimentar vários caminhos, sem nunca se dedicar com verdadeiro afínco a nenhum deles.

¹⁷⁰ Júlio de Castilho, «Memórias de Castilho», livro VIII, *Instituto de Coimbra*, vol. 49, 1902, p. 562.

Os motivos da dispersão que caracterizou o seu percurso foram oportunamente percecionados pela família, nomeadamente pelo pai e pelo tio José Feliciano. As numerosas cartas trocadas entre eles assim o atestam. Em 1861, o pai confessou ao irmão que Júlio era de «uma inconstância orrível [sic]» e que, para agravar a situação, «a sua perguiza egualla[va] a sua inconstância.»¹⁷¹ Dois anos e meio depois, assumiu não perceber qual o melhor modo de contrariar o espírito pessimista do filho: «É de um acanhamento no ouzar, d'uma desconfiança das proprias forças tão excessiva, de uma modestia tão pudibunda e de uma tão resvaladia inconstancia nas edeias e na vontade, que eu mesmo não atino no que se lhe deve dizer, no como convem aconselha-lo, nem no que se poderá com alguma probabilidade esperar d'elle.»¹⁷² Por fortuna, o privilegiado contexto familiar acabou por desempenhar um papel estruturante na iniciação e orientação do seu futuro profissional, replicando uma prática muito frequente entre os intelectuais oitocentistas que, por exemplo, favoreceu também Almeida Garrett e Andrade Corvo.

Operava-se então um acentuado desenvolvimento no mercado literário, materializado na afirmação de novos géneros (romance e folhetim) e na valorização do jornalismo. Este último foi um instrumento eficaz na construção da reputação e do maior reconhecimento cultural e social das elites intelectuais, razão pela qual se fomentou e concretizou a célere afirmação dos periódicos de cariz jornalístico-literários. O modo como muitos escritores habilmente os souberam aproveitar para publicar e promover os seus trabalhos direcionou este tipo de edições para um público mais alargado, abrindo definitivamente os estudos culturais e históricos, de âmbito até então mais restrito, ao amplo e multifacetado campo social. Neste sentido, pode-se afirmar que a transformação se concretizou tanto na forma e conteúdo, como nos próprios meios de difusão.¹⁷³

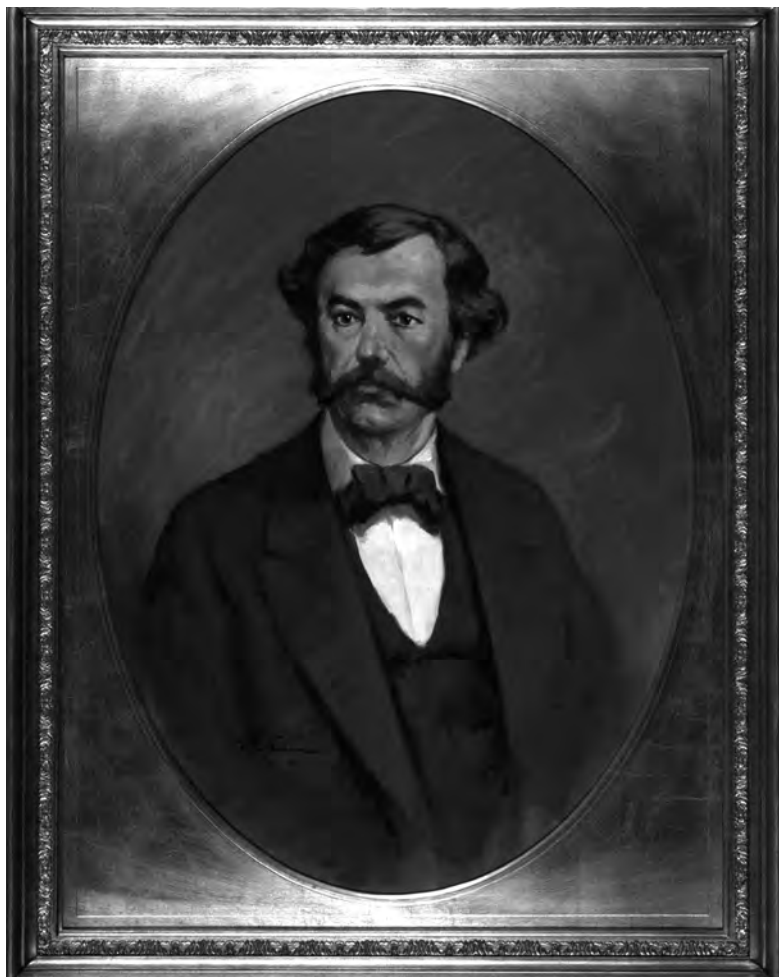
Foi à luz destas premissas que o pai e os tios encorajaram Júlio a enfileirar-se neste tipo de produção literária, vantajosa a vários níveis. A partir do Rio de Janeiro, onde residia, José Feliciano afiançou ao irmão que, «de ora avante, sem aliás prometter cousa alguma, tenciono fazer o impossí.^{el} p^a diligenciar conservar-lhe vantagem de collaboração jornalística, no genero adoptado — já pello lucro d'ahi proveniente — já por ser

¹⁷¹ ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 16, Maço 2, Documento 4(8). Carta de António Feliciano de Castilho para José Feliciano de Castilho (11 nov. 1861).

¹⁷² ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 18, Maço 1, Documento 15(5). Carta de António Feliciano de Castilho para José Feliciano de Castilho (26 mar. 1864).

¹⁷³ Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, *Os intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*, pp. 178-185.

um agulhão, q. obriga o rapaz a trabalhar — já finalm^e porq. esta applicação intellectual lhe garante o espirito com m.^{tos} conhecim.^{tos}, q lhe serão no futuro de grande utilidade.»¹⁷⁴



—
José Feliciano de
Castilho Barreto e
Noronha. Retrato de
Victor Câmara, 1983.

Por esta altura, era já habitual a inclusão dos trabalhos de Júlio nas inúmeras iniciativas literárias a cargo dos Castilhos, que neste meio se moviam com mestria e poder. Numa primeira fase, a sua colaboração limitou-se à poesia, merecendo destaque o poema que dedicou à morte de D. Maria Amélia, princesa do Brasil, impresso na segunda página da edição de 15 de julho de 1853 do jornal carioca *O Globo* e acompanhado por uma nota não assinada: «Esta pequenina composição poetica é obra

174 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 58, Maço 4, Documento 2(12). Carta de José Feliciano de Castilho para Antônio Feliciano de Castilho (21 fev. 1865).

de meu sobrinho Julio de Castilho, de 13 annos de idade, e filho de meu irmão Antonio Feliciano de Castilho.»¹⁷⁵ O nome de Júlio constou também da longuíssima lista de colaboradores dos *Almanacks de Lembranças Luso-Brasileiros* para 1854 e 1856, dirigidos pelo seu tio Alexandre Magno de Castilho. Na década seguinte, a colaboração ganhou novos contornos. Por direta influência de José Feliciano, Júlio tornou-se correspondente dos *Diários Officiais do Império e do Rio de Janeiro* e do *Publicador Maranhense*¹⁷⁶, para os quais passou a redigir artigos (cartas) de compilação de diversos temas da atualidade.¹⁷⁷

O continuado apoio familiar foi extensível a conselhos e emendas na escolha dos conteúdos e no estilo empreendido. Neste ponto em concreto, os conhecimentos do pai foram determinantes para guiar e instruir o filho, chegando mesmo a assumir um papel interventivo na escrita, por recomendação do irmão («uma outra vez, em cada mez, [...] redi[ge-lhe] algum assumpto com que sympathizes. Júlio tem m^{to} talento, fluidez, facilid^e, elegancia; mas ha certas condições da tua penna que ele nunca poderá attingir»¹⁷⁸). Esta situação, que não retira mérito ao biografado, espelha as dinâmicas das influências e das partilhas intelectuais dos Castilhos, que teve um dos pontos altos na redação dos *Quadros Históricos de Portugal*, para cuja investigação o autor cego recorreu integralmente ao irmão Augusto Frederico. Foi, de resto, a precoce morte deste a determinar o término da obra, pois, «sem animo para esse género de pesquisas (impossivel a quem não trabalha com os seus proprios olhos) [e] devendo ainda porém um fasciculo aos assignantes, valeu-se da amisade de Herculan»¹⁷⁹, que lho redigiu o derradeiro, a respeito da Tomada de Silves.

Numa fase embrionária da carreira, a sempre presente e dedicada tutoria familiar contribuiu assim para o amadurecimento do estilo de Júlio e para uma maior assertividade na seleção das matérias a publicar nos jornais brasileiros. Este constante e ativo auxílio inscreveu-se numa estratégia de continuidade familiar que visou proporcionar as melhores

¹⁷⁵ «Variedades», *O Globo. Jornal Commercial, Litterario e Politico* (15. jul. 1853), p. 2.

¹⁷⁶ Já no final da década de 1850 havia escrito textos para jornais brasileiros, em parceria com o seu pai e sob o pseudónimo Ambrósio de Taramela, habitualmente usado por seu tio José.

¹⁷⁷ «Eu entendo q. o assumpto d'estas cartas lhe pode tambem ser de g^{de} proveito intellectual: pôlo-ha em dia com o progresso geral; estender-lhe-ha o horizonte dos conhecimentos; dar-lhe-ha certa base de saber, sem a qual um poeta é um simples assuprador de sons vazios.» ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 58, Maço 4, Documento 2(100). Carta de José Feliciano de Castilho para António Feliciano de Castilho (29 set. 1864).

¹⁷⁸ ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 58, Maço 4, n.º 2, Documento 32. Carta de José Feliciano de Castilho para António Feliciano de Castilho (13 abr. 1863).

¹⁷⁹ Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, 2.^a ed., t. IV, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, p. 9.

condições de partida ao jovem Júlio, guiando-o na direção de uma carreira respeitável. Para que pudesse fazer *esplêndida figura*, foi vivamente aconselhado a procurar as melhores referências bibliográficas e impelido a abordar diretamente os maiores especialistas de cada área científica e literária, de Filipe Folque a Alexandre Herculano. E, se num primeiro momento, José criticou-lhe a superficialidade com que trabalhava as matérias, compilando notícias triviais sem lhes acrescentar foro crítico, reconhecer-lhe-á posteriormente uma evolução apreciável: «A correspond^a agora vem perfeitam^e a meo gosto: estylo elegante e toda-via sobrio, variedade e boa escolha dos assumptos, utilidade e importancia de noticias e alvitres, sim sr., parece-me um trabalho m^{to} curioso.»¹⁸⁰

A leitura dos diversos artigos publicados na imprensa brasileira demonstra que a oportunidade foi devidamente aproveitada para o seu encaminhamento em direção a uma abordagem de cariz essencialmente histórico, artístico e *archeologico*, abrindo-lhe novos horizontes de investigação e de carreira. Por esta altura, «Julio de Castilho, esse vigoroso talento mais conhecido no Brasil do que na sua propria patria, porque em jornaes brasileiros, muito mais do que em portuguezes, se tem revelado»¹⁸¹, granjeava suficiente crédito em terras brasileiras para que José Feliciano lhe chegasse a propor emigrar para o Rio de Janeiro, onde os Castilhos eram fortemente apreciados e teria melhores oportunidades para o desenvolvimento da sua carreira. Mas o sobrinho não chegou sequer a considerar a proposta.

Também António Feliciano pugnou ativamente pela promoção do filho no panorama literário português, numa primeira fase através da sua inclusão em récitas de versos em saraus literários e de encomendas de pequena monta (tradução de romances, de comédias e de pequenos textos em latim). Foi justamente por sua via que Júlio publicou o primeiro trabalho de investigação histórica, um estudo dedicado à genealogia dos Castilhos inserido na 2.^a edição de *Camões, Estudo Histórico-Poético* (1863).¹⁸² Valeu-lhe rasgados elogios do tio, que, de tão impressionado, lhe chegou mesmo a sugerir uma segunda edição aumentada deste ensaio genealógico, que nunca concretizou. Não significa, porém, que tenha esfriado o seu empenho e interesse pela temática genealógica, que o acompanharam ao longo da sua vida e se encontram plenamente documentados nos numerosos apontamentos e estudos que coligiu e

180 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 58, Maço 4, Documento 2(39). Carta de José Feliciano de Castilho para António Feliciano de Castilho (20 maio 1864).

181 Pinheiro Chagas, «Letras e Artes», *Annuario do Archivo Pittoresco*, n.º 17 (maio 1865), p. 132.

182 Júlio de Castilho, «Castilhos» in António Feliciano de Castilho, *Camões, Estudo Histórico-Poético liberrimamente fundado sobre um Drama francez*, 2.^a ed., t. III, 1864, pp. 7-140.

frequentemente cedeu a outros investigadores. De resto, parece crível associar este interesse à consolidação da coleção de assinaturas (autógrafos) que havia iniciado enquanto muito jovem e que foi sendo alimentada pelas sucessivas ofertas feitas pelos seus pares.



Júlio e António
Feliciano de Castilho.
Desenho de Júlio de
Castilho, 1898.

Em paralelo, mas de certo modo como complemento às investigações genealógicas, Júlio aventurou-se também no estudo e desenho de armas e brasões de famílias, campo que nunca abandonou e para o qual foi, ao longo dos anos, chamado a desenhar ou emitir pareceres para publicar em trabalhos históricos. A título de exemplo, refira-se que Anselmo Braamcamp Freire recorreu aos seus conhecimentos para passar os desenhos dos brasões do palácio de Sintra, publicados na obra *Os Brasões da Sala de Sintra* (1899). No preâmbulo à obra, o autor esclareceu que

«feitos os desenhos, quem os passava às chapas de madeira era outro amigo, o visconde Júlio de Castilho, hábil desenhador, e paciente revisor de provas e originais.»¹⁸³ Esta pequena nota aponta também para a sua competência em rever provas de obras a publicar. No decorrer da sua vida, muitos foram aqueles que recorreram à diligente e, muitas vezes, demasiado criteriosa revisão de Júlio («Remetto uma nova data de provas sobre as quaes te peço que lances um olhar severo. Não te canses em dar longas explicações. Basta que apontes as gralhas e que emendes os erros»¹⁸⁴).

Como adiante veremos, a ação do pai e do tio José Feliciano manifestou-se ainda na encomenda de uma obra dedicada ao autor quinhentista António Ferreira, publicada na coleção *Livraria Clássica Portuguesa*, que lhe serviu de impulso no desenvolvimento dos estudos históricos.

No século XIX, tal como nos dias de hoje, os instrumentos de apoio mútuo foram determinantes na afirmação de muitos intelectuais, sobretudo daqueles que provinham de condições sociais e familiares menos favorecidas. Todavia, os aparelhos mais ou menos informais, tipificados nos jornais e nas academias, serviram todos, sem exceção. Os mecanismos de fortalecimento das redes de apoio traduziram-se na proliferação da crítica literária e das biografias de autores, insufladas por discursos marcadamente apologéticos. Estes elogios, difundidos maioritariamente em revistas e jornais, obedeceram a uma lógica de reciprocidade, fundamental para garantir visibilidade e facilitar a afirmação dos diversos autores no panorama livreiro e cultural português, conforme António Feliciano mordazmente frisou: «Se conheceis os redactores, ou os amigos dos redactores, imprimirão o elogio, que lhes houverdes escrito, do vosso livro.»¹⁸⁵

Júlio beneficiou da sua condição de *filho do imortal poeta* e, desde cedo, teve entradas de louvor na imprensa. Observemos o exemplo do seu primeiro romance, *Memórias dos Vinte Annos* (1866). Aquando da publicação, Pinheiro Chagas afirmou constituir, «se não completamente um admirável romance, pelo menos um livro admirável. É do principio ao fim um primor de estilo, uma torrente de diamantes, um longo engaste de perolas de poesia e prosa»¹⁸⁶; Júlio César Machado preferiu sublinhar as

183 Anselmo Braamcamp Freire, *Os Brasões da Sala de Sintra*, vol. 1, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921, p. 4.

184 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 3, Maço 1, Documento 31(51). Carta do conde de Sabugosa para Júlio de Castilho (25 mar. 1915).

185 António Feliciano de Castilho, *Vivos ou Mortos: Apreciações Moraes Litterarias e Artisticas*, vol. VI, Lisboa, Empreza da História de Portugal, 1904, p. 91. Texto que originalmente serviu como prólogo à tradução da obra *Judeu Errante* de Eugenio Sue, por Adriano e José Feliciano de Castilho, em 1844.

186 Pinheiro Chagas, «Letras e Artes», *Annuario do Archivio Pittoresco*, n.º 35 (nov. 1866), p. 278.

partes que considerou serem «verdadeiras joias; a descrição de Lisboa, as considerações sobre a imprensa, aquelle Chiado [...] [e] os trechos ácerca das trovas do povo.»¹⁸⁷ Mas foi o colega de repartição e literato Freitas Oliveira quem fez a mais acutilante apreciação, preocupando-se sobretudo em lhe estabelecer um caminho autónomo ao do pai:

«No país da inveja e da maledicencia, é perigoso ser herdeiro de um grande nome; é arriscado para o escriptor novel ter pae ou parente nos postos superiores do estado maior da litteratura. [...] Quando apparece um trabalho litterario sellado com o nome de um filho d'uma notabilidade litteraria, os malsins das livrarias, os espiritos rachiticos e infezados, os eunuchos do trabalho, os perseguidores da mocidade intelligente, aguçam o estilete e esperam attentos a opinião do publico sobre o merecimento da obra.

Se o livro é mau, — chovem os artigos laudatorios ao genio do pae, e as recommendações do refalsado interesse ao filho para que estude e trabalhe, para imitar os escriptos paternos, e não arriscar um nome tão respeitavel e desfavoraveis apreciações. Se o livro é bom; é outra a tatica. Então o elogio á obra vem sempre acompanhado da perfidia insinuação. O molde de taes louvores tem uma fórmula fixa “O trabalho é magnifico; conhece se que a paterna mão guiou os mal seguros passos do filho na composição e no estylo.”

Julio de Castilho [...] teve porém a fortuna de apresentar um trabalho, que não póde ser atassalhado pelos detractores deste systema. Escreveu um bom livro, onde se lêem algumas paginas que honrariam as pennas dos primeiros homens de letras de Portugal; mas que nenhuma intelligencia póde em quaesquer circumstancias attribuir a Antonio Feliciano de Castilho.»¹⁸⁸

Marcada pela perda do pai e pelo fim do casamento, a década de 1870 foi a mais estruturante no trajeto de Júlio. Depois de mais de 10 anos como amanuense da Repartição da Instrução Secundária e Superior (onde aprofundou a amizade com D. António da Costa e com Freitas Oliveira), em outubro de 1872 assumiu o cargo de 2.º Oficial da Repartição de História e Literatura da Biblioteca Nacional. Foi decididamente a incursão nesta carreira que facilitou o acesso e alimentou o seu crescente interesse pelos

¹⁸⁷ Júlio César Machado, «Folhetim. Revista da Semana», *Revolução de Setembro* (6 nov. 1866), p. 1.

¹⁸⁸ Freitas Oliveira, «Folhetim — Julio de Castilho. Memorias dos Vinte Annos», *Revolução de Setembro* (14 nov. 1866), p. 1.

importantes e inéditos acervos bibliográficos e documentais à guarda desta instituição. Ampliou também a sua rede de contactos, num proveitoso enriquecimento pessoal e profissional — nunca deixou, por exemplo, de reconhecer o papel dos colegas José Ramos Coelho e de José Gomes Goes na investigação da *Lisboa Antiga*. O desempenho das suas funções colocou-o também em contacto permanente com várias personalidades da elite literária portuguesa, que passaram a recorrer aos seus préstimos enquanto funcionário para lhe solicitar esclarecimentos e informações.¹⁸⁹

Face ao caminho tomado, é com naturalidade que se assiste à entrada de Júlio nas academias, o expoente máximo das instâncias formais de consagração dos intelectuais oitocentistas. Como garante da qualidade científica dos seus membros e, por conseguinte, das suas próprias, foram criadas regras estatutárias muito precisas, aptas a blindarem o grande propósito de se assumirem como as fiéis e dignas representantes da elite intelectual. Uma das principais centrou-se na definição da base de recrutamento dos sócios, divididos, no caso da Academia Real das Ciências, em categorias (*honorários, efetivos, supranumerários e correspondentes*). Por esse motivo, o ingresso nelas alargava as possibilidades de carreira e a reputação profissional dos académicos, que faziam questão de as enunciar com o seu nome.

Funcionando como lugares de circulação do conhecimento, materializado nas suas diversas publicações e em reuniões, assembleias e respectivas atas¹⁹⁰, estas associações foram particularmente importantes para a preservação da memória local e para a vulgarização do conhecimento histórico, através da publicação de documentos, de textos antigos, descobertas arqueológicas e dados estatísticos, entre outros.

Uma vez mais, a família Castilho cumpriu e seguiu as regras sociais e institucionais, ao enformar o corpo de sócios de diversas academias. Primeiro com António Feliciano e seus irmãos, depois com a geração seguinte. Entre outras, Júlio integrou a Sociedade de Belas-Artes (1864), a Academia Real das Ciências (1872, sócio correspondente), o Instituto de Coimbra (1873, sócio correspondente; 1898, sócio honorário), a Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses (1875) e a Academia Real de Belas-Artes (1879, sócio honorário).¹⁹¹ Apesar de pouco se ter

189 Caso do distinto bibliófilo e bibliógrafo Aníbal Fernandes Thomaz, que, além de lhe pedir para realizar algumas investigações e leituras, também o considerou um perfeito conhecedor dos assuntos bibliográficos.

190 José Alberto Teixeira Rebelo da Silva, *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): Ciências e hibridismo numa periferia europeia*, tese de Doutoramento em História e Filosofia das Ciências, Universidade de Lisboa, 2015, p. 6.

191 Foi também associado de diversas sociedades e academias estrangeiras, de entre as quais, da Association Littéraire Internationale (sócio, 1880) da Real Academia de la Historia — Espanha (1905, sócio correspondente), da Academia Nacional de Historia — Colômbia (1905, sócio honorário) e da Sociedad Geografica de Colômbia (1905, membro honorário).

destacado pela atividade desenvolvida no seu seio, o relato que fez do ingresso na Academia Real das Ciências atesta a importância que para si teve o momento:

Não me enfatuei [...] mas tive certo praser, quando no meu dia de annos achei em cima da meza [...] um estojo com o colar. Mandeí fazer farda, e julgava-me o mais feliz e o mais ilustre dos mortaes.¹⁹²



Diploma de Júlio de Castilho de medalha de prata conferida pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, 1885.

192 Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), p. 215. A propósito da sua eleição para sócio correspondente da Academia Real das Ciências, em 1872.

Escrevendo romance, escrevi História. O literato.

«Jeune enfant, tu seras poète!
Déjà, sur ta débile tête,
Je vois, je vois briller la laurier paternel.
Que la muse te donne un baiser fraternel!»¹⁹³

Conhecidas as influências para o desenvolvimento do seu percurso literário, observemos agora as suas características. Desde tenra idade, Júlio mostrou um precoce talento para a poesia. Dir-se-á dom que lhe nasceu com a capacidade da escrita e que se desenvolveu com o cultivo das sensibilidades do espírito. O facto de ser o filho primogénito de António Feliciano de Castilho e de com este partilhar a presença nas salas das principais casas da cidade fê-lo ser notado.

Eu, verdade verdade, era [...] um menino-prodigio, que fazia meus versinhos, recitava francez, e passava entre as senhoras por saber latim. De mais a mais, era bonito, era palaciano, fazia cortesias muito correctas [...], e tinha benevolencia respeitosa no sorriso.¹⁹⁴

O pai sempre o encorajou. Nos Açores, com apenas 7 anos, impeliu-o a recitar duas peças num sarau artístico, não sem antes o ter devidamente ensinado como o fazer.

Recitar não é dizer apenas o que lá está: é descobrir e expressar o que lá não está. Por isso elle analysava connosco o sentido patente e o occulto de cada phrase; sugeria-nos as pausas, as gradações, o claro-escuro. Depois dizia:

— Os meninos vão recitar n'um grande theatro; é preciso encherem de ar a caixa do peito, e expellirem a voz por modo que sejam ouvidos em todo o recinto.

Mandava-nos colocar n'outro quarto, e queria ouvir. Nós esganiçávamo-nos; elle atalhava:

193 Pauline de Flaugergues, «Horoscope» in António Feliciano de Castilho, *Excavações Poéticas*, Rio de Janeiro, Eduardo F. Henrique Laemmert, 1846, p. 230.

(Poema escrito por ocasião do nascimento de Júlio; tradução livre: «Pequena criança, tu serás poeta! / Na tua cabeça frágil / Eu vejo, vejo já brilhar o louro paterno. / Que a musa te dê um beijo fraterno!»)

194 Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), p. 63.

— Isso não é falar; é gritar; não me serve; repitam.

E conseguiu insinuar-nos a emissão da voz, cheia, grave, com colorido. Na noite da festa a nossa recitação foi um triumpho.¹⁹⁵

A atenção ao pormenor, ao sentimento e à correção que António Feliciano procurou inculcar no filho no momento da preparação da récita é reveladora da minúcia do seu espírito de pedagogo, que se estendia aos restantes aspetos da vida e das artes. A *paterna mão* a que aludia Freitas Oliveira não substituiu a do filho, antes lhe ensinou os segredos da escrita.

Com apenas 12 anos, Júlio viu publicado pela primeira vez um poema seu, na edição de 1 de fevereiro de 1853 do *Gil Vicente: Jornal dos Theatros e Litterario*, acompanhado de um breve texto de apresentação do jovem poeta. A publicação dirigida por Estácio da Veiga («Elle muita vez me dizia: — Fui o seu primeiro aráuto»¹⁹⁶) desapareceria ao fim de quatro meses, mas ficaria para a posteridade por este singelo facto. A este trabalho rapidamente se seguiram outros.

Em 1856, a propósito das suas *estreias poéticas na Revista Peninsular*, Luís Filipe Leite teceu-lhe rasgados elogios, afirmando-o «esmerado na correcção do desenho, e não menos nos accessorios, cultivando a nativa linguagem, como quem aprendeu a prezar-a com o mais desvelado campeão das suas formosuras»¹⁹⁷. Sem disfarçar a condescendência, o antigo secretário de António Feliciano terminou questionando-se: «Tentando experimentar da palheta as cores para diversos quadros, como é natural ao artista novel, em que genero fixara elle os seus amores? Não se diria com segurança desde já; mas se a eschola de [Victor] Hugo constitue um genero á parte, o seu, talvez, é esse»¹⁹⁸. Júlio viria, efetivamente, a constituir um género literário à parte, mas não na poesia.

A década seguinte trouxe a entrada na vida adulta e a publicação de obras em nome próprio, escritas em bucólicos *ermitérios* e num local muito seu:

No fim da nossa casa de S. Francisco de Paula, sôbre o pateo que ficava ao norte, havia uma casinhola alta, antigo pombal [...] á qual nós chamavamos pomposamente o mirante. Subia-se-lhe por uma escadinha a pino [...]. Era simplesmente encantador aquelle refúgio; apropriei-me d'elle, com licença da minha Mãe, limpou-se, forrei-o de papel, e ahi me

¹⁹⁵ *Ibidem*, p. 36.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 77.

¹⁹⁷ Luís Filipe Leite, «Júlio de Castilho. Estreias Poeticas», *Revista Peninsular*, vol. II, 1856, p. 137.

¹⁹⁸ *Ibidem*.

sumia sempre que me era possível, sosinho, a ler, a escrever, a compôr versalhada, e a meditar. Muitos versos meus d'esse tempo, ou talvez todos, sahiram do mirante, como d'antes sahiam pombas.¹⁹⁹

A paixão por Cândida, com aura de amor proibido, tornou-se então no combustível que ateou o fogo da sua criação:

[Em abril de 1861,] estava [ela] muito triste; tinha havido em casa não sei que desaguisado por meu motivo; via os horizontes muito turvos [...]. Animei-a como pude.

Passados dias, n'um dos meus passeios campestres ao lindissimo valle da Paian [próximo de Odivelas], devaneei para ella um casal, e d'esse devaneio bucólico sahiram os meus versos O Ermiterio, que fizeram, verdade seja, certa bulha no mundo literário.²⁰⁰

Antes, dias depois de a ter conhecido, escrevera o já nosso conhecido poema *Depois do Baile*, uma quase-memória daquela noite. Seriam ambos incluídos em *Primeiros Versos* (1867), compilação poética que abrangeu parte da sua produção no período compreendido entre 1853 e 1867. Foi editada pelo livreiro Garnier, do Rio de Janeiro, por intercessão do tio José Feliciano que com ele mantinha relações próximas.

Residente na «melhor officina de [versos] alexandrinos que tem havido até hoje em Portugal»²⁰¹, Júlio mostrava já uma absoluta intransigência na aplicação das regras de metrificação. Uma falha a este respeito era-lhe imperdoável, merecendo-lhe as mais veementes fúrias:

«Lembra-me de uma vez que [...] [se] deparou com uma tropelia dos typographos que lhe arranhou o ouvido. E desesperado logo me escreveu:

“Desconto o gosto de me vêr impresso, por um verso errado que lá sahiu [...]:

Este nos honre e elle só valha por todos.

Horror! Horror! Devia ser:

Este nos honre, e, só, valha por todos.

¹⁹⁹ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), p. 162.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 169. Júlio César Machado considerou-a «uma das mais admiráveis composições que há muito tempo se publicam em Portugal.» Júlio César Machado, «Uma Poesia», *Portugal Independente* (14 fev. 1862).

²⁰¹ Alberto Pimentel, *Os Netos de Camilo*, Lisboa, Empreza da História de Portugal, 1901, p. 63.

Escrevi para lá pedindo errata. Meu Deus, eu posso fazer versos francos e banaes, mas errados nunca os fiz.”

[...] Quando o seu olhar [...] cahia sobre trecho de versejador descuidado, ou rebelde aos preceitos, enfurecia-se contra o misero. [...] Era uma verdadeira phobia originada nos atropellos dos preceitos, que o uso e os mestres da arte teem decretado. [...] Queria os sonetos perfeitos, todos em terminações graves; queria que se excluíssem os versos agudos; queria que nunca se repetisse a mesma palavra em todo o soneto; queria que a distribuição da materia fosse harmonicamente distribuida pelos quatorze versos; queria que fechasse com chave d’ouro...

[...] Terminava sempre [as conversas a este respeito dizendo]: “Convençâmo-nos de uma coisa: — o classico é eterno.”»²⁰²

Antes ainda de *Primeiros Versos*, em 1863 havia já saído à luz o estudo genealógico da sua família, intitulado *Castilhos*. Sabemos já que o rigor desta sua primeira investigação com mais de 130 páginas lhe valeu a admiração de seu tio José Feliciano, reforçada em várias cartas: «Que immenso trabalho não revela esta saborosissima memoria! Parece imposs.^{el} q.^e um genio, leve como se affigura o teo, poetico e portanto pouco inclinado a estudos positivos e aridos, pode não menos casar-se com trabalhos de tal natureza. Seja como for, tiveste a habilit.^e de coligir mil elem.^{tos} dispersos, de prestar um grande serviço ao nosso nome, e até m.^{tas} vezes de ornar com galas de estylo, assumpto q. d’ellas parece antípoda.»²⁰³

Palavras que, ainda assim, não foram suficientes para alterar ou sossegar o espírito do sobrinho. Olhando para trás, para o que foi abordado nos capítulos anteriores, percebe-se que, embora reconhecesse o seu talento, a tardia afirmação nos moldes pretendidos levaram-no a duvidar de si próprio, por vezes de forma colérica e irreversível para a sua criação:

«Tinha elle já muito adiantado, um romance lindo, e em que havia paginas admiraveis: rasgou-o! Começou depois outro; esse nem o eu cheguei a ver: rasgou-o tambem! Tem escripto muitas poesias; de todas ellas existem apenas tres ou quatro, por lhe terem fugido das mãos ainda a tempo! [...] É uma Penelope a desmanchar as teias; é um Saturno a devorar os filhos; é uma combinação monstruosa do genio creador e do genio

²⁰² Excerto de carta enviada ao conde de Sabugosa (20 set. 1914), parcialmente transcrita in conde de Sabugosa, *op. cit.*, pp. 103-104, 106.

²⁰³ ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 6, Maço 1, Documento 4(23). Carta de José Feliciano de Castilho para Júlio de Castilho (7 nov. 1864). Anos mais tarde, José aludirá a um projeto do sobrinho que visava escrever esboços biográficos do avô e do bisavô. Desconhece-se se os chegou a principiar.

destruidor; é um presente perturbado e contradictorio que se não atreve a progredir, nem se importa com deixar ou não, vestígios após si.»²⁰⁴

A pressão para que Júlio seguisse os passos do pai era cada vez mais intensa. Em carta de 7 de dezembro de 1864, José afirmou ao irmão que «form[ava do sobrinho] o mais elevado conceito; suponho q pode m.^{to} mas faz pouquissimo. [...] Filho de peixe tem obrigação de saber nadar. [Tem 24 anos, mas] ainda não deu livro algum, e é tempo de se sair com alg.^a estrea, p.^a dar q. fazer ao Innocencio.²⁰⁵ Ouço falar em alg.^{as} antigas e mimosas produções d'elle mas eu nunca vi senão o Eremiterio (aliás linda poesia) [...] e o q. d'elle disse o Andrade Ferreira, no esboço biographico, q. lhe consagrou. Suppondo q. elle tivesse archivado bom numero d'essas suas poesias antigas, recommendei-lhe q. fosse progressivam.^e fazendo cama p.^a ellas, e publicando-as nas suas correspond.^{as} brasileiras. Responde-me q. nada tem, e de facto nunca transcreveu uma unica. Ouço elogiar o romance, q. traz em mãos; dizes-me ser o trabalho q. mais o delicia, mas os mezes vão volvendo sobre os mezes, e tb. nisso ficamos a marcar passo.»²⁰⁶

Em pleno enlevo matrimonial, Júlio encontrava-se, efetivamente, a construir um romance que, à semelhança de tantas outras suas produções, fora iniciado, abandonado e de novo retomado. Tê-lo-á escrito maioritariamente em 1864, demorando dois longos anos a publicá-lo, enredado na revisão e no processo de publicação. Finalmente editado, recusou, na introdução da obra, a ideia de se poder categorizá-la como poema, romance ou autobiografia. Na verdade, é um pouco de tudo. É este facto de tal modo indesmentível que demorou apenas duas páginas a desdizer-se: «O assumpto do livro é [...] o próprio autor. Com penna artistica se vai a si mesmo bosquejando aqui e ali, e se memora e estuda com a mesma sinceridade e delicia, com que estuda e memora os paizes e as figuras que lhe foram aparecendo em roda, e lhe mereciam lembranças saudosas.»²⁰⁷ Foi a primeira de muitas vezes em que se colocou como figura omnipresente no centro de uma ação que não era sua. Fortes traços

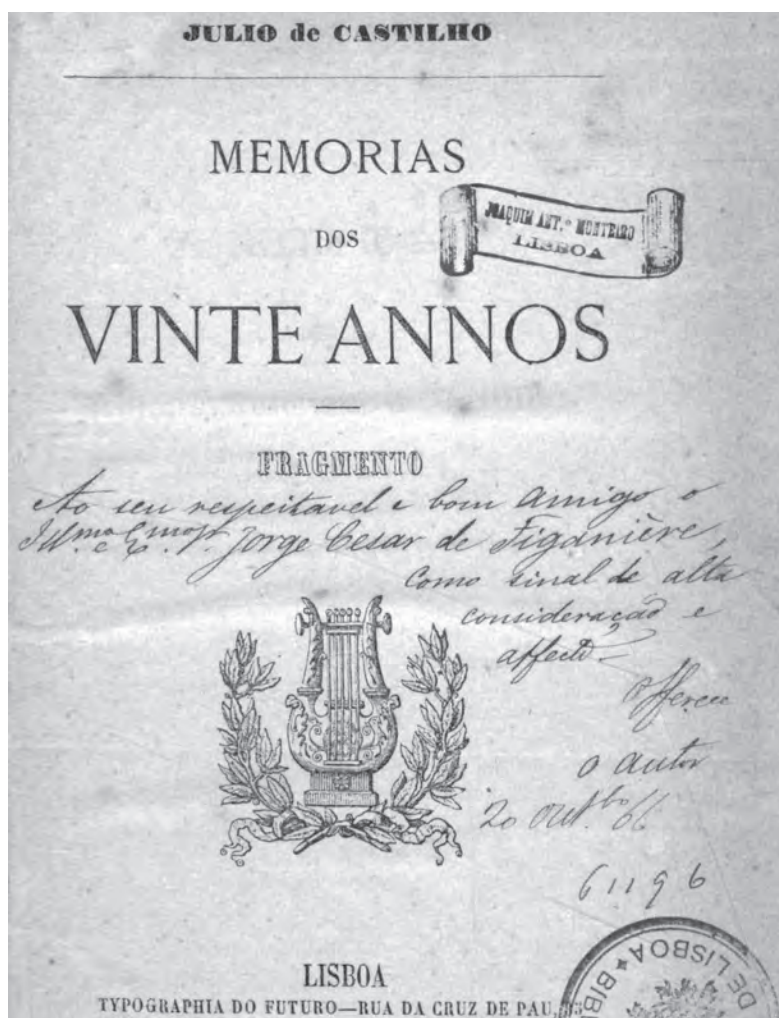
204 ANTT, Fundo Júlio de Castilho. Caixa 17, Maço 1, Documento 17(18). Carta de António Feliciano de Castilho para José Feliciano de Castilho (25 nov. 1863).

205 Refere-se a Innocência Francisco da Silva, que, desde 1858, compilava o *Diccionario bibliographico portuguez*. Júlio veria efetivamente o seu nome incluído, no volume XIII (Sexto Suplemento), redigido já por Brito Aranha (1885).

206 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 58, Maço 4, Documento 2(109). Carta de José Feliciano de Castilho para António Feliciano de Castilho (7 dez. 1864).

207 Júlio de Castilho, *Memórias dos Vinte Annos — Fragmento*, Lisboa, Typographia do Futuro, 1866, p. 5.

da sua vida pessoal distinguem-se no amor proibido entre os primos Luís e Madalena, oprimidos pelo pai desta, que despreza o sobrinho por ser poeta. E fê-lo de forma tão transparente que incluiu na ação, como personagens, os poetas António Feliciano de Castilho e António de Cabedo. Não terão sido os únicos, ficando por conhecer os modelos para as personagens de maior verosimilhança ou singularidade. Nomeadamente o de Leonor que, de forma maldosa e a despropósito no contexto da narrativa, é descrita como «um horror em miniatura; um rhinocerontesinho de dois pés; feia, pequena, rachitica, estúpida, solitaria: Quando m'a mostraram, fez-me dó; quando me acostumei com ella dava-me vontade de rir.»²⁰⁸



—
Memorias dos Vinte
Annos. Exemplar
autografado pelo
autor, 1866.

208 *Ibidem*, p. 206.

Trata-se de uma obra pueril, de narrativa ingénua, mas reveladora de uma especial apetência na construção e descrição de ambientes. Como adiante se aprofundará, nela esboça os primeiros ensaios descritivos de Lisboa e da sua sociedade, o que lhe atribui hoje um quase valor de documento histórico da cidade da década de 1860. O imaginado título de *Confidências dos Vinte Annos* caiu pouco antes da publicação, por sugestão de seu tio José Feliciano, que o considerou de um *português muito moderno*. No final de outubro de 1866, saiu finalmente do prelo da Tipografia do Futuro como *Memórias dos Vinte Annos. Fragmento*.²⁰⁹ Por supérfluo, rapidamente o subtítulo deixou de ser mencionado. Finalmente, Júlio conseguira levar o processo de criação de um romance até ao fim.²¹⁰

Vimos já que a obra mereceu críticas genericamente positivas na imprensa.²¹¹ Também a família e os amigos a aprovaram. Camilo Castelo Branco afirmou-lhe efusivamente em carta: «Graças a Deus! Isto é português. Está V Ex.^a já de antemão derramando joias do thesouro do seu pai. Elle o abençoará por isso.»²¹² Para José Feliciano, o sobrinho parecia estar finalmente em condições de cumprir os pergaminhos do nome que carregava. Ainda antes da publicação, havia-lhe já proposto que abandonasse as correspondências para os jornais do Brasil e se dedicasse integralmente à escrita:

«É muito possível q. eu invoque antes a applicação da tua actividade litteraria p.^a cousa mais conveniente e honrosa: [...] Está-me parecendo preferivel occupares-te com fazer livros, seja em verso, seja em prosa; e eu diligenciarei q. elles te proporcionem ao menos a vantagem das Confidências [*Memórias*]. D'aqui resultará (parece-me) 1.^o trabalhares com m^{to} mais gosto, e em objectos da tua escolha. 2.^o alcançares por elles reaes titulos de gloria. 3.^o tirares talvez mais partido pecuniario de semelhantes producções. Em typo largo, não te deve ser difficil prepares um de taes volumes, em 4 mezes até 6.»²¹³

209 Dedicou-a a «António Feliciano de Castilho, [a quem] ofereço respeitosamente este pobre livro, como singelo penhor de eterna gratidão e affectos filiaes.» *Ibidem*, p. 1.

210 No fundo que legou à ANTT consta ainda o manuscrito de um pequeno romance, intitulado *Uma Noite na Minha Janella*, datado de agosto de 1856.

211 Em contraponto, Eça de Queiroz destruiu-a, categorizando-a como «grotesca». Eça de Queiroz, *Textos do Distrito de Évora 2*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1980, p. 7.

212 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 2, Maço 2, Documento 3. Carta de Camilo Castelo Branco para Júlio de Castilho (28 out. 1866).

213 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 6, Maço 1, Documento 4(35). Carta de José Feliciano de Castilho para Júlio de Castilho (31 maio 1865).

O que para o espírito rigoroso do tio se antevia como um muito vantajoso negócio literário e financeiro, para Júlio representava uma pena que não estava disposto a cumprir. Declinou.

A sua próxima grande iniciativa literária voltou a ter a chancela da família e revelou-se fundamental para o seu futuro enquanto literato. Em 1863, António Feliciano e José haviam decidido reeditar a coleção *Livraria Clássica*, originalmente composta por 26 volumes publicados entre 1845 e 1847. Segundo o subtítulo, constituía esta *Excerptos de todos os Principaes Auctores Portuguezes de Boa Nota, assim prosadores como poetas*, acompanhados pelas respetivas notas biográficas. Contrariamente à primeira edição, também dirigida pelos dois irmãos, seriam convidados diferentes autores para se encarregarem da seleção dos textos e dos estudos biobibliográficos. Júlio não constava da lista preliminar de colaboradores, mas viu o seu nome acrescentado, escolhendo trabalhar o escritor e poeta quinhentista António Ferreira.²¹⁴ Por questões relacionadas com o próprio andamento da coleção, apenas se dedicou diligentemente ao trabalho em 1871, acabando-o antes do final do ano. Depois, foram precisos mais quatro anos para o processo de edição e de publicação ficarem definitivamente concluídos, num volume triplo composto por obras selecionadas de Ferreira e pela memória biográfica crítica, que merecerá de Camilo nova apreciação francamente positiva («Ainda não vi tão miúda, tão perfeita e tão primorosa biographia-critica em lingua portugueza»²¹⁵). Perto do final da vida, Júlio recordará o processo criativo:

Atirei-me ao trabalho com toda a ancia e toda a consciencia, e procedi methodicamente, começando por analysar ao microscopio as obras, á cata de dados auto-biographicos, relendo os antecessores e os contemporâneos do Mestre [...], identificando-me quanto possivel com os sucessos do tempo d'el Rei D. João III.

[...] O apparecimento d'este consciencioso livro [...] levant[ou] um pouco, aos olhos de meu Pae, e aos meus proprios, a minha cotação; iam-se descondensando as trevas; já me não parecia impossivel o subir [...] nalgum cargo mais literario, mais afinado com a minha indole.²¹⁶

214 Júlio de Castilho, António Ferreira, *Poeta Quinhentista. Estudos Biographico-Litterarios*, Rio de Janeiro, Livraria de B. L. Garnier, 1875.

215 Carta de Camilo Castelo Branco para Júlio de Castilho (19 dez. 1874) transcrita in Miguel Trancoso (ed. lit.), *Camilo e Castilho. Correspondência do primeiro dirigida ao segundo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, pp. 111-112.

216 Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), p. 214.

Nesta obra evidencia-se a mesma minúcia que havia colocado na nota genealógica sobre os Castilhos e que voltará a estar presente nas suas obras de Olisipografia. Júlio empreendeu rigorosa pesquisa de arquivo, recorrendo também a Vilhena Barbosa, a quem enviou uma carta indagando sobre as ossadas de Ferreira no convento do Carmo e pedindo informações a respeito da área em torno do convento da Esperança, onde o seu biografado habitara. Obteve do académico a resposta acompanhada por uma lista de obras que deveria consultar, que amplamente utilizou neste e em futuros estudos. Reescrita por Júlio, a explicação de Vilhena constituiu a base segura para descrever a envolvente quinhentista do cenóbio da Esperança, na página 47 da obra. Sem o saber, o olisipógrafo pulsava já.



—
Odivellas em 1859.
Desenho de Júlio
de Castilho, 1913.

A redação da biografia do autor clássico de *A Castro* levou Júlio para um outro campo, certamente inesperado, no que atualmente se poderia designar por *spin-off* (produto derivado): a redação de *Ignez de Castro*, drama em cinco atos, assumidamente embrulhado no invólucro do rigor da pesquisa histórica. Mas não foi António Ferreira a única motivação para esta obra: «Desde 30 de agosto [de 1871], muito alquebrado de espirito [pela recente morte da mãe], tinha eu fugido a homislar-me, por umas semanas numa quinta junto a Odivellas. [...] Na solidão do campo, proximo do mausoleo d'el-Rei D. Diniz, que eu visitava sempre depois da Missa no mosteiro, e influido de umas leituras em chronicas, começou a

tomar fôrma concreta no meu espirito o caso tragico da *misera e mesquinha* [que depois de morta foi *Rainha*]; e no 1º de Outubro achava-me, sem saber como, com tres actos de um drama tal qual em verso sôlto. [...] É obra do meu luto materno; compunha cada scena, como quem prepara um cor-deal abençoado para salvar um moribundo.»²¹⁷ As suas características foram mais bem explicadas pelo autor no prólogo: «Primeiro, [o autor] escolheu. A riqueza e abundancia é a principal difficuldade d'este assumpto. [...] Depois, tingiu o fundo do novo quadro na côr quente e vaga do seculo; deixou por um recorte ou outro lobrigar-se o perfil gothico da rumorosa Lisboa ainda moirisca; preparou os largos accessorios antes das figuras; e fez que os retratos historicos (porque o são quasi todos) se projectassem com a sua verdade rude na tela assim debuxada. [...] Restaurámos, quanto soubemos, o viver d'aquelle tempo, no scenario, nas alfaias, nos usos, na topographia. A narrativa, essa foi quasi fielmente debuxada pela reminiscencia das chronicas.»²¹⁸

Aos estudo e composição realizados entre setembro e outubro de 1871, seguiram-se as leituras parciais e integrais da obra com que Júlio brindou os seus mais íntimos, em sua casa e na do pai, em sessões que chegaram mesmo a merecer honras de pequenas notícias em periódicos. Também no Brasil, onde circularam manuscritos da obra antes da sua publicação, José Feliciano promoveu iniciativas semelhantes, interpretadas por membros da mais alta sociedade carioca e que mereceram a atenção do Imperador do Brasil.

Em 1875, Júlio projetou editar um segundo livro de versos, cumprindo uma intenção com mais de meia década. Chegou mesmo a concluí-lo e a avançar com o processo de publicação (prova-o a data errada no frontispício), mas a morte do pai atrasou o ensejo. Recuperando o título do poema da sua mocidade, intitolou-o de «O Ermitério» (1876). Ainda assim, demorava a cumprir o peso do apelido e os predicados que muitos lhe reconheciam, lamentando então Cândido de Figueiredo que «a maior parte dos seus livros [fosse] escassamente conhecida do publico portuguez: quasi todos impressos no estrangeiro, essas obras pouco ou nada tem apparecido no mercado portuguez; mas quem as conhece estima-as em muito, e quem estuda a lingua acha que aprender ali.»²¹⁹

²¹⁷ Júlio de Castilho, «Memórias de Castilho», livro XI, Instituto de Coimbra, vol. 61, 1914, p. 212.

²¹⁸ Júlio de Castilho, *D. Ignez de Castro. Drama em Cinco Actos e em Verso*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1875, pp. XII-XIII, XXI.

²¹⁹ Cândido de Figueiredo, *Homens e Letras. Galeria de Poetas Contemporâneos*, Lisboa, Typographia Universal, 1881, p. 86.

A perda de António Feliciano impulsionou a redação da grande obra do filho, *Memórias de Castilho*, inesperado agente responsável pela génese dos seus estudos históricos de Lisboa, como adiante se clarificará. Há muito que Castilho (pai) desejava uma biografia sua. Luís Filipe Leite (no *Archivo Pittoresco*) e Latino Coelho (na *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*) haviam-no tentado, sem o terem cumprido. Na ocasião, José Feliciano chegou a propor ao irmão o nome de Júlio para a sua continuação, mas só o choque provocado pela perda do progenitor o fez avançar. «O título [*Memórias de Castilho*] parece ser propositadamente ambíguo, porque sugere que são memórias de um Castilho (genitivo subjectivo) acerca de um outro Castilho (genitivo objectivo), isto é, de Castilho filho sobre Castilho pai»²²⁰, como que fundindo ambos numa única entidade entronizada no apelido. Justifica-o o facto de a obra ter sido principiada escassos três meses após a morte de António Feliciano, com o ferro ainda quente e os sentimentos profundamente exaltados. Não foi um escritor ou o biógrafo que a começou naquele dia 26 de setembro de 1875, foi o filho enlutado que encontrou na empreitada uma fuga à sua própria realidade. O pai manter-se-ia vivo enquanto sobre ele escrevesse, e imortalizado depois de pousada a pena. Foi, por isso, uma catarse transformada em obsessão, como assumiu na derradeira frase da obra, escrita um quarto de século depois da primeira: «Agora posso morrer: cumpri neste mundo a minha missão.»²²¹ Júlio nunca hesitou em considerá-la a sua *opus magnum*.

Ainda que, à data da sua morte, António Feliciano continuasse a ser uma entidade absolutamente relevante no panorama literário português e brasileiro, a *Questão do Bom Senso e do Bom Gosto* de 1865 deixara profundas marcas na sua reputação. Não mais o poeta recuperou os seus predicados ou a sua habitual índole chistosa, encerrando-se doravante em estados de espírito negativos. Compreendendo a gravidade da situação, Júlio também se deixou por ela afetar, reconhecendo que implicava a perda de crédito do homem que mais admirava e que chegara ao fim uma era feliz. Não é, pois, de excluir que a redação desta obra tenha também surgido como uma antecipação certa ao progressivo apagamento da figura e da obra do pai. Na escrita e fora dela, Júlio procurou sempre defender a sua ambígua posição de filho e autor. Se escrever apenas sobre o poeta era truncar a sua dimensão humana («quem só conheceu o Castilho

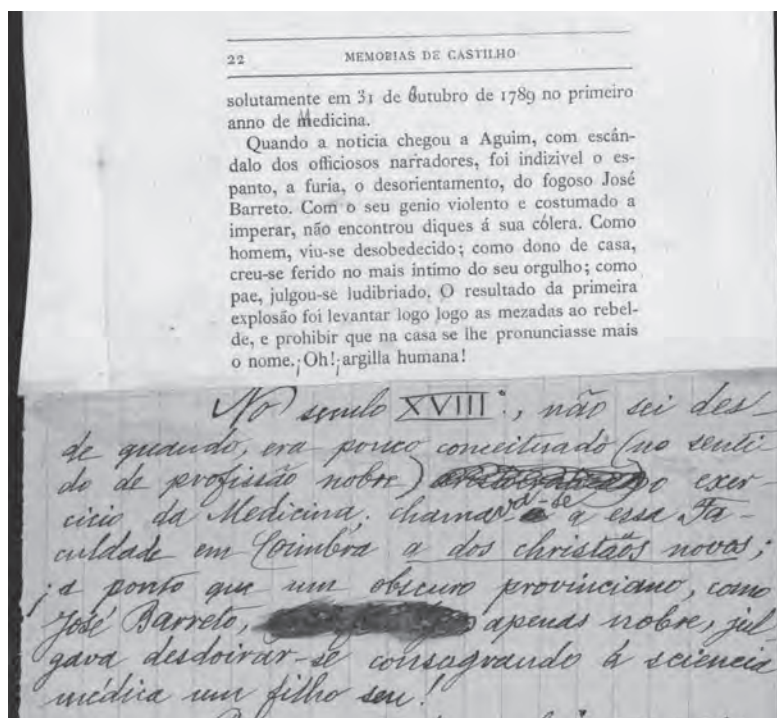
²²⁰ Virgínia Soares Pereira, «Leituras da Antiguidade: Os Dois Plínios de Júlio de Castilho.» *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, 3 (2001), pp. 159-160.

²²¹ Júlio de Castilho, «Memórias de Castilho», *Instituto de Coimbra*, vol. 61, 1914, p. 110. No rascunho da obra, Júlio acrescentou uma derradeira frase, retirada da *Eneida* de Virgílio, que mais tarde optou por rasurar: *illum absens absentem auditque videtque* (Longe dele, vê-o e ouve-o, embora não esteja presente).

dos livros, e não logrou conhecer o Castilho intimo, viu apenas uma face da medalha»²²²), quem melhor do que o seu primogénito para cumprir esta dupla empreitada? Chega, por isso, a ter passagens profundamente autobiográficas, como o próprio reconhece:

[O] que vou escrever por essas folhas brancas, ninguém tão de raiz como eu o sabe; ninguém mais d'alma o contaria. Discipulo, confidente, companheiro, do poeta [...], tenho a certeza de o haver compreendido; [...] e posso afirmar que, se muitos lhe pintariam com mais arte o retrato moral, ninguém com mais verdade do que eu o pintará nunca.²²³

Peço perdão ao Publico, pela fôrma pessoal que muita vez sou obrigado a dar a estas paginas, misturando com os assumptos principaes a minha obscura personalidade, e chronica de creança. Releve-se-me esse desprimor, attendendo ao difficil que seria separar já agora uma da outra duas existencias que trinta e cinco annos viveram abraçadas como uma hera ao tronco de um carvalho. Arrancar a hera seria ferir o tronco; deixemol-a, pois.²²⁴



—
Provas do Livro X
das Memórias de
Castilho, com adições
manuscritas de Júlio
de Castilho.

222 Ibidem, p. 108.

223 Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, t. I, [s. p.].

224 Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, 2.ª ed., t. v, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, p. 106.

A dimensão colossal da escrita da obra só tem eco na do trabalho de pesquisa. Júlio procedeu a uma massiva recolha e sistematização de informação, coletando e confrontando os dados da documentação do pai e da sua própria (diários e correspondência) com as informações partilhadas pelos muitos a quem recorreu e que acederam a partilhar aspetos e episódios da vida de António Feliciano. A base de trabalho era tão ou mais segura e rica do que a de outras biografias contemporâneas, mas decidiu que o caminho a trilhar seria diferente. Na segunda página da obra, Júlio avisa o leitor que não pretende «deixar uma biographia, um juízo, um panegyrico, um estudo academico [...] [mas antes] juntar memorias d'elle, archivar memorias intimas d'elle, memorias muita vez descabidas para contemporaneos, muita vez minuciosas, muita vez importunas até na sua prolixidade; sim; mas verdadeiras sempre.»²²⁵ Fá-lo-á por temer não conseguir ter o devido distanciamento perante o objeto do seu estudo, mas principalmente para poder fugir à rigidez do academismo. A ele, enquanto filho e autor, interessava-lhe sobretudo fazer uma compilação de elementos e informações para memória futura, metodologia que de novo aplica nas suas próprias memórias e nos estudos históricos de Lisboa, e que lhe tem valido forte críticas — «[mas] quantas vezes porém indícios vagos não têm encaminhado subsequentes indagações, e preparado interessantes descobrimentos?»²²⁶, indagará. Conhecia a fundo as regras metodológicas, mas optou por não as seguir, cometendo, nos estudos históricos, a mesma ousadia que, na literatura, tanto criticava aos poetas das novas gerações.

Ainda assim, tratando-se ou não de uma biografia no seu mais puro estado, permanece hoje como uma das maiores obras do género em Portugal. Composta por onze livros divididos cronologicamente, estende-se ao longo de mais de 2800 páginas escritas entre setembro de 1875 e janeiro de 1899 e sucessivamente retocadas até à morte do autor. Júlio viu os dois primeiros livros editados em 1881 (pela Academia Real das Ciências) e os restantes integralmente inscritos ao longo de 24 anos nas páginas do *Instituto: jornal científico e litterario*, editado pelo Instituto de Coimbra, do qual era sócio e a quem legou no testamento os direitos da obra. Já depois da sua morte, entre 1926 e 1934, foi publicada uma segunda edição incompleta, composta pelos primeiros sete livros, que cobrem a vida do biografado até 1854. Os restantes permanecem por publicar em livro.

²²⁵ Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, t. I, [s. p.].

²²⁶ Júlio de Castilho, *António Ferreira, Poeta Quinhentista. Estudos Biographico-Litterarios*, p. 47.

Obra de amor filial, é hoje um extraordinário documento histórico da época em que o pai viveu e o mais próximo de uma estátua que conseguiu erguer à sua figura.

Com as *Memórias de Castilho* e os diversos volumes de *Lisboa Antiga* em execução, a restante produção afastou-se dos prelos durante uma década. Este hiato foi quebrado em 1886, com a publicação de duas pequenas obras de divulgação, escritas em discurso direto, *O Archipelago dos Açores* e *Ilhas Ocidentais do Archipelago Açoriano*, respetivamente os números 137 e 139 (18.ª Série) da coleção Biblioteca do Povo e das Escolas. Iniciativa do editor David Corazzi, esta coleção contava com Xavier da Cunha como editor, de quem terá partido o convite. São, pois, derivas ao seu trabalho («um lisboeta de gemma, um frequentador do Gremio Litterario e da Casa Havaneza, a provocar descrição minuciosa dos Açores! *rara avis!* [...] [Mas] tenho perguntado a mim proprio centenas de vezes: Porque hão-de os lisboetas querer saber apenas o caminho de Cintra a Cascaes?»²²⁷). Em 1889, seguir-se-á *Manuelinas*, um cancioneiro²²⁸ em cujo prólogo afirmou considerar ser «uma das missões da Arte [a de] evocar o pretérito, e dessedentar o presente no veio da tradição historica. Para nós outros, Portuguezes, são glorias as tradições. Consagremol-as pois na tiorba modesta mas vibrante dos troveiros.»²²⁹

Por esta altura, Júlio tinha já encontrado o seu propósito literário: partilhar esta missão com a arte. Se excluirmos a incursão açoriana, os romances *Amor de Mãe — Cenas da Vida Moderna de Lisboa*²³⁰ (1900), a sequência *Amor de Filho* (1901-1910, manuscrito não concluído) e as obras de pendor épico *Manuelinas e Fastos Portugueses* (1918), fica o retrato de uma carreira literária em estreita relação com a história, quase exclusivamente sob a vertente da Olisipografia, dos romances históricos e dos estudos biográfico-literários. Foquemo-nos, para já, nos últimos dois. Aos abordados António Ferreira, *Poeta Quinhentista — Estudos Biographico-Litterarios e Memórias de Castilho*, somaram-se António José Viale, *Apontamentos Fugitivos* (1889-1890, no *Instituto: jornal scientifico e litterario*), *Apontamentos para o Elogio Histórico do Senhor Ignacio de Vilhena Barbosa* (1891), *Dom António da Costa, Quadro Biographico-Litterário* (1895, também no Instituto), *A Mocidade de Gil Vicente (O Poeta) — Quadros da Vida Portuguesa nos Séculos XV e XVI* (1896),

²²⁷ Júlio de Castilho, *O Archipelago dos Açores*, Lisboa, David Corazzi, 1886, pp. 3-4.

²²⁸ Em 1895, Alfredo Keil musicou quatro dos seus poemas (*O Remador, Santo António da Fontinha, Ave Maria e O Escolar*). Alfredo Keil e Júlio de Castilho, [Peças para Canto e Piano] [música impressa], Lisboa, [s. n.], 1895.

²²⁹ Júlio de Castilho, *Manuelinas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, [s. p.].

²³⁰ De inegáveis semelhanças narrativas com *A Queda dum Anjo* de Camilo Castelo Branco.

Elogio Histórico do Architecto Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1897), *Amores de Vieira Lusitano*, *Apontamentos Biographicos* (1901), *Os Dois Plínios*, *Estudos da Vida Romana* (1906), *José Rodrigues, Pintor Português — Estudos Artísticos e Biographicos* (1909) e diversos escritos nunca concluídos e/ou publicados, de entre os quais os que redigiu a respeito do Cónego Manuel José Fernandes Cicouro (s. d.), de Santo António (s. d.) e de Frei Luís de Sousa (1912). A estes acrescentam-se os estudos de semelhante natureza a respeito de Cesar Cantu e de Maximiliano da Áustria incluídos na sua tradução de *Os Últimos Trinta Anos de Cantu* (1880) e do «Estudo sobre a vida e as obras do Abade de Jazente» que acompanhou as *Poesias de Paulino António Cabral, Abbade de Jazente* (1909), por si revistas e anotadas. Tudo parecia mote para a realização de estudos desta natureza.



—
Quinta da Boa Vista
(ou dos Falcões),
Carnide. Desenho de
Júlio de Castilho, 1861.

Para o compreender, recuemos até ao dia 1 de dezembro de 1858, data em que António Feliciano de Castilho apresentou a Júlio a autobiografia de Vieira Lusitano, lida e discutida em conjunto ao longo dos dias seguintes. Não lhe chegou. Como sempre, a força da presença dos sítios onde se desenrolava a ação das obras que lia exercia tanto ou mais fascínio do que a própria narrativa. No dia 9, uma quinta-feira, decidiu rumar a Carnide, em busca da quinta da Boa Vista, onde Vieira habitara. Foi a primeira das muitas romarias que fez ao local, levando consigo a obra para a ler à *sombra das paredes que o tinham abrigado*. O pintor tornou-se então na sua *monomania*, obsessão que certamente foi incapaz de guardar para si, de tão transparente que sempre foi. Na sua mente fervilhava uma aproximação ainda mais umbilical, escrever sobre ele!

Jorge Cesar de Figanière, amigo de família, foi cúmplice desse projeto, facultando-lhe folhetos e gravuras das suas coleções e «incitando ao trabalho d'esta biographia um obscuro rapaz de dezoito ou dezanove annos, como eu era então.»²³¹ Finalmente, em setembro de 1861, depois de várias hesitações e arranques frustrados, iniciou a redação da obra, cujos manuscritos queimou três meses depois. Como se sabe, não foi a única vítima da sua fúria pela busca da perfeição. Mas, desconhecendo o teor dos restantes trabalhos que destruiu ao longo da sua juventude, não é possível aferir se, de entre eles, constariam outros estudos históricos. No entanto, e perante tal limitação, tomemos este como o ponto de partida do caminho que queremos percorrer e que encontra nova paragem a 8 de fevereiro de 1865. Nesse dia, e a propósito do esperado lançamento do primeiro volume da obra de Napoleão III sobre Júlio César, o homónimo Castilho produziu um breve ensaio sobre a vida deste último. Publicado na edição de 2 de maio seguinte do *Publicador Maranhense*, daria à sua rubrica *Variedades. Sciencias, Artes, Literatura, Industria* um cunho marcadamente distinto do habitual, que não passou despercebido ao seu tio José Feliciano, incapaz de esconder o seu entusiasmo:

«Oh rapaz! Pois é humanam.^e possivel q. aquillo seja teo? Os trechos relativos ao garibaldismo flagellado, parecem-me sim de quem pensa como nós ambos, e escreve como tu só; mas aquella retrospecto historico! aquella olhar de aguia! aquella vastidão de horizontes! aquella sciencia da historia! e aquella formosura do dizer!»²³²

Em carta para o irmão, mostrou-se incrédulo por não ser deste a produção, acabando por lhe apoiar no ombro a sua mão habituada a guiar:

«É espantoso o q. me dizes [sobre não ser António Feliciano o autor]. [...] À exceção de 2 ou 3 trechos em q. conheci as m.^{as}, e desconheci as tuas ideas, tudo isso me parecia Cast.^o Ant.^o, escripto e escarrado. Pois é possivel q. elle reuna já tão elevados dotes de escriptor! [...] Se isto é Julio, então a invenção de Daguerre já passou p.^a as intelligencias, e estás photographado. Então essa amostra formosissima alteia por elle as m.^{as} ambições. Não é já aos objectos amenos e fugazes da litteratura e do romance q. eu desejara vel-o applicar-se, e sim á historia, escripta em grande altura. Ahi temos o illustre continuador dos teus Quadros [Históricos de Portugal]. Que se applique ardente e exclusiv.^e a esse estudo, e auguro-lhe um nome immortal. Vê se o induzes a adoptar este conselho, q. suponho p.^a elle da maior gloria.»²³³

²³¹ Júlio de Castilho, *Amores de Vieira Lusitano. Apontamentos Biographicos*, p. 284.

²³² ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 6, Maço 1, Documento 4(30). Carta de José Feliciano de Castilho para Júlio de Castilho (10 mar. 1865).

²³³ ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 58, Maço 4, Documento 2(33). Carta de José Feliciano de Castilho para António Feliciano de Castilho (8 maio 1865). Sublinhado nosso.

Júlio enveredaria pelos domínios da história, mas não pela sua *praxis*. A secura do discurso e as suas problemáticas nunca o seduziram enquanto escritor. Sabendo-o, o tio propôs-lhe uma solução de compromisso, a propósito de uma investigação prezada por ambos: «Sobre o assumpto Castilhos, poderás acabar por escrever um livro curioso. Talvez q. afim de tornar a materia menos masuda, possas entremear alg.^{as} biographias romantizadas, embora não desdiga o estylo da severidade, q. é mister conservar quem aspira a ser considerado como historiador e fidedigno.»²³⁴

Sabemos já que o *livro curioso* sobre os Castilhos ficou por publicar, mas nem por isso Júlio esqueceu as palavras do tio a respeito das *biographias romantizadas*. Escreveu algumas. E foi aqui, nesta fusão entre História e Literatura, que encontrou a sua zona de conforto. Podia, enfim, trabalhar ambas sem prescindir de nenhuma.

O que ahi fica é *Romance*, ou é *História*? — pergunta certamente o leitor [de *A Mocidade de Gil Vicente*].

Respondo: A História é quasi sempre Romance; o Romance é muita vez Historia.

N'esses dois aphorismos banaes acha-se explicada, e commentada, a indole do livro. Não era necessario mais. Entretanto, descerei a minucias. Muitas das pessoas que ahi figuram, viveram; pensaram, como nós pensamos; falaram, como nós falamos; amaram, como nós amamos; deixaram mais ou menos rasto documental.

Eis ahi a Historia.

Muitos dos factos bosquejados deram-se irrecusavelmente, ou poderam dar-se. Se nos pormenores se apartam da verdade, são verdadeirissimos á luz da conjectura.

Eis ahi o Romance.

A conjectura romantico-poetica assume bastas vezes foros de verdade inconcussa, quando se baseia nos costumes, e tem por barreira a verosmelhança.

[...] [De uma longa] sequencia de costados, exactos mas succintos, tirei os topicos principaes, sobre os quaes architectei o meu quadro, ou antes: a minha galeria de quadros. Se são absolutamente verdadeiros, não sei, e ninguem sabe. Era a Historia. Que são verosimeis, e conformes com as possibilidades historicas, posso affirmal-o. É o Romance.

[...] ¿Em algumas d[as] scenas esteve Gil Vicente? esteve de certo; esteve em todas. O que não constarem dos documentos não prova que

²³⁴ ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 6, Maço 1, Documento 4(30). Carta de José Feliciano de Castilho para Júlio de Castilho (10 mar. 1865).

ellas se não dessem nem que elle não as visse. O Romance illumina e revela a História. A liberdade do romancista é essa: jogar com o verosimil, e dar-lhe fóros de verdade.

[...] A resenha das evoluções sociaes descarnada e só engendrada de documentos seccos, nada diz ao coração; fala apenas ao entendimento; mas a alma nacional quer mais e melhor; as leituras populares devem ser feitas de affectos. Ora o Romance chamado *historico* preenche a lacuna: pinta a familia, assim como a Historia narrativa e a philosophica pintaram a Nação. O Romance historico illumina com a luz do sol os altos monumentos, frios e enormes, erguidos pela mão poderosa do sabio; dá-lhes vida real; aquece-os; torna-os habitaveis; extrae d'elles ensinamento.

[...] N'este meu livro (cheguemos ao ponto) o meu intuito foi mesclar a ficção verosimil com a realidade; dar a conhecer, tal como o entrevejo, um periodo interessante da nossa existencia social; mostrar o desabrochar de um engenho claro e luminoso como foi Gil Vicente, em meio de litteratura sáfara dos *Cancioneiros* anecdoticos; gizar uns retalhos da vida burguesa e aristocratica; pintar, emfim, uns fugitivos quadros da Lisboa desaparecida.

Escrevendo Romance, escrevi História.²³⁵

É notório em Júlio, como o havia já sido em Herculano e em diversos outros autores, este aparente paradoxo do romantismo de querer sustentar a veracidade dos seus romances históricos em factos documentalmente comprovados, ao mesmo tempo que assume «directamente a sua *falsidade* ao aceitar [...] que o propósito de construir uma efabulação exemplar é mais forte do que a simples verdade dos factos.»²³⁶

(«Não confundamos idéas; — o extra-historico não é o contra-historico. [...] Parece-nos que, nesta cousa chamada hoje *romance-historico* há mais historia do que nos graves e *inteiriçados* escriptos dos historiadores»²³⁷, afirmara já Herculano em 1839²³⁸).

²³⁵ Júlio de Castilho, *Mocidade de Gil Vicente. Quadros da Vida Portuguesa nos Séculos XV e XVI*, Lisboa, [s. n.], 1896, pp. 269-270, 271, 273-275.

²³⁶ Maria de Fátima Marinho, «O Romance Histórico de Alexandre Herculano», *Línguas e Literaturas*, n.º 9 (1992), p. 99.

²³⁷ Alexandre Herculano, «O Chronista», *O Panorama*, n.º 126 (28 set. 1839), p. 307.

²³⁸ No ano seguinte, Herculano concretizará a ideia: «Novella, historia, qual destas duas cousas é mais verdadeira? Nenhuma, se o affirmarmos absolutamente de qualquer dellas. Quando o character dos individuos ou das nações é sufficientemente conhecido, quando os monumentos e as tradições, e as chronicas desenharam esse character com pincel firme, o novelleiro póde ser mais veridico do que o historiador; porque está mais habituado a recompor o coração do que é morto pelo coração do que vive, o genio do povo que passou pelo do povo que passa. [...] Esta é a historia intima dos homens que já não são: esta é a novella do passado.» Alexandre Herculano. «Moral. (fragmento de um livro inedito). A Velhice.», *O Panorama*, n.º 170 (1 ago. 1840), p. 243.

Nas outras biografias, as que procuravam dar um retrato fiel do biografado²³⁹, Júlio retirou o peso da solenidade das palavras, com a informalidade de quem fala de um velho amigo. E alguns eram-no, efetivamente. Como em tudo na sua vida, também aqui o modelo foi António Feliciano de Castilho, mais particularmente os seus *Quadros Históricos de Portugal*²⁴⁰, uma das mais relevantes obras históricas do século XIX, «poesia da nossa historia, mas não [...] a historia como hoje se requer.»²⁴¹ Nem poderia ser de outra forma, visto o seu autor se encontrar nos antípodas da clássica figura do historiador:

Herculano caminhava do lado da sombra, e contava a uma e uma as pedras da via-Appia das nossas glórias; parava a excavar no solo, ou carreava elle proprio, com uma constancia heróica, os materiaes do seu projectado monumento.

Castilho, mais poeta, inundava-se de sol, sentava-se descansado á sombra das arvores seculares, punha-se a escutar lendas ás gerações que passavam, e relanceava os olhos do seu sequioso espirito aos horizontes azues, sinuosos e vagos, da crendice e da xácara.²⁴²

Estas suas características refletiram-se na metodologia empreendida em *Quadros Históricos*, na qual procurou retirar bons exemplos morais e incentivos para brios nacionais de cada um dos quadros que compôs sobre factos e personagens relevantes dos primórdios da nacionalidade portuguesa. Também Júlio o fará nas suas obras. A criteriosa escolha dos biografados assentou sobretudo em dois critérios: literatos ou artistas cujas obras havia aprendido a apreciar com seu pai (Gil Vicente, Vieira Lusitano ou os dois Plínios) ou personagens da sua própria vida, que nela tiveram um papel importante (D. António da Costa, Vilhena Barbosa, Viale ou Possidónio). Nuns e noutros, encontrava guias morais ou artísticos que deveriam servir como exemplos para leitores que viviam num tempo que considerava vazio dos princípios para si basilares. A história que construía tinha sobretudo um papel moralizador. Se os biografados eram um exemplo de vida, apontava-os como tal. Se nisso dúvidas houvesse, absolvía-os. Camilo Castelo Branco apontou-lho em

²³⁹ O género biográfico encontrava-se particularmente em voga a partir da década de 1860, a ponto de Oliveira Martins ter chegado a designá-lo como o *terreno de eleição da história*.

²⁴⁰ António Feliciano de Castilho, *Quadros Históricos de Portugal*, Sociedade Propaganda dos Conhecimentos Uteis, 1838.

²⁴¹ Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, 2.^a ed., t. III, p. 337.

²⁴² *Ibidem*, pp. 336-337.

1874, ao afirmar, a propósito do estudo sobre *António Ferreira*, que Júlio tinha apenas no seu tio José Feliciano «um competidor nesta ardua e desusada especie, q^{to} a vernaculidade e prespicacia no esmondar defeitos e realçar merecimentos.»²⁴³

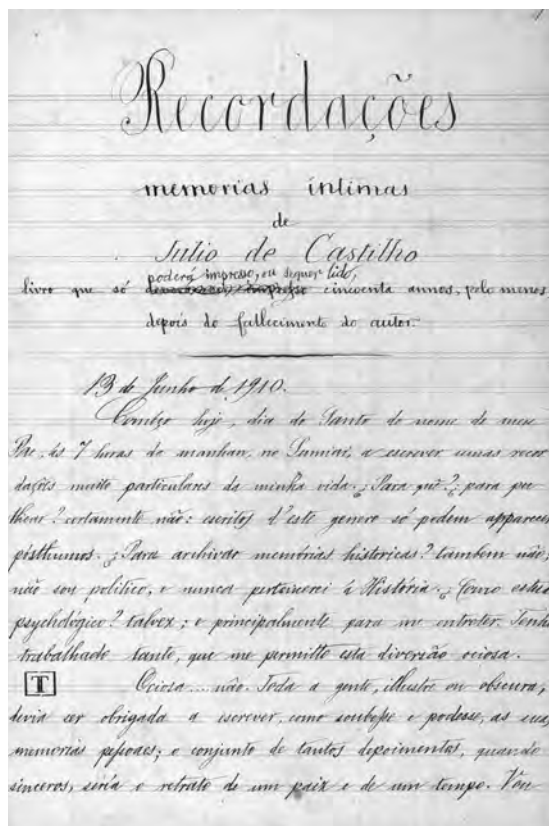
Júlio sempre demonstrou esta fortíssima necessidade de ancorar os seus escritos não só na documentação histórica, mas também nas suas próprias vivências e princípios. Este facto refletiu-se na forma de construir o discurso e justifica o facto de raramente ter enveredado (e nunca se ter distinguido) no campo da literatura não histórica, no qual *nadava fora de pé*. Se o caso mais óbvio é o das *Memórias dos Vinte Annos*, de forma mais ou menos subtil encontram-se traços da sua personalidade e episódios da sua vida ao longo das suas demais obras. A forma ativa e pessoal de abordar os assuntos é, pois, uma das características do seu discurso escrito. Esta sua omnipresença em tudo o que produziu entronca na urgência de deixar registado aspetos da sua vida, marca particular desde jovem que ganhou particular ímpeto nas duas últimas décadas de vida. Escrever sobre as vivências de cada época era, pois, uma forma de as perpetuar:

Toda a gente, illustre ou obscura, devia ser obrigada a escrever, como soubesse e podesse, as suas memorias pessoais; o conjunto de tantos depoimentos, quando sinceros, seria o retrato de um paiz e de um tempo.²⁴⁴

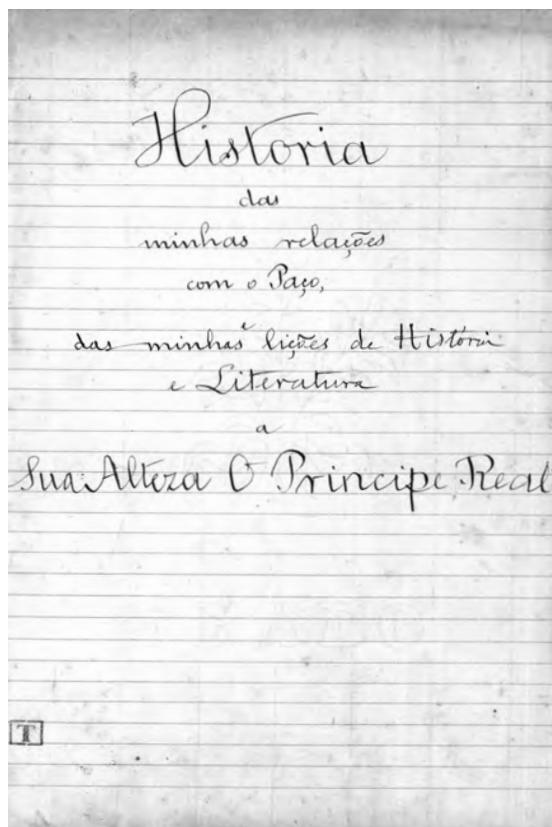
Júlio também o fez. Muitas das passagens dos últimos 35 anos da vida de seu pai são narradas em *Memórias de Castilho* como suas próprias vivências. E, da sua coleção pessoal, depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, constam manuscritos inéditos que escreveu a respeito da sua vida ou de episódios específicos: *Recordações da minha ida a Moçambique e Zanzibar* (escrito em data posterior a 1900), *Recordações da minha ida a Paris e a Londres*, *Recordações da minha estada na Ilha do Fayal* (escritos em 1908), *Recordações Memórias Íntimas* (autobiografia até 1900, escrita entre 1910 e 1911) e *Lições ao Príncipe Real e minhas subsequentes relações com o Paço* (escrito em data posterior a 1909). Para todas elas expressou a intenção de só poderem ser lidas e/ou publicadas 50 anos após a sua morte, para que fosse a História a julgá-lo e não os homens e as mulheres do seu tempo.

²⁴³ ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 2, Maço 2, Documento 4(103). Carta de Camilo Castelo Branco para Júlio de Castilho (19 dez. 1874).

²⁴⁴ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), p. 1.



Recordações, memorias
íntimas de Julio de
Castilho, p. 1. Júlio
de Castilho, 1910.



—
*Historia das minhas
relações com o Paço, e das
minhas lições de História
e Literatura a Sua Alteza
o Príncipe Real, capa,
post. 1909.*

Na última década de vida, dedicou ainda muito do seu tempo e energia à redação de índices, matéria da qual se afirmava *especialista*. Na correspondência trocada com diversos amigos, mencionou os que elaborou para as obras de Gil Vicente e de António Ribeiro dos Santos, para o *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende e para a *História de São Domingos*, de entre todos aquele que mais o orgulhava e que tentou, em vão, publicar.²⁴⁵ Apenas o primeiro foi editado, no tomo terceiro das *Obras de Gil Vicente* compiladas e revistas por Mendes dos Remédios, a quem Júlio espontaneamente se ofereceu para ceder o seu trabalho, com a expressa «condição de, publicando-[o], não denunciar o nome do seu autor.»²⁴⁶ Composto por uma cronologia, um índice e um glossário que se estendem ao longo de mais de 100 páginas, constitui uma rara oportunidade para compreender a dimensão e o meticuloso processo de trabalho que empreendeu nestes índices. No entanto, e não obstante a insistência do irmão Augusto e de diversos amigos, nunca arriscou elaborar nenhum índice das suas próprias obras de Olisipografia, por considerar só fazer sentido fazê-lo depois de concluída a versão definitiva das mesmas.²⁴⁷

Observa-se, assim, que, ao longo da sua carreira literária, Júlio nunca se afastou dos princípios basilares que o regiam. É, pois, com naturalidade que encontraremos as características do homem e do literato condensadas no olisipógrafo.

Desenha com facilidade, fidelidade e gosto. A produção artística.

«É uma pena que este rapaz seja tonto; déra-lhe Deus uns poucos de talentos que a serem devidamente aproveitados o tornariam muito distinto; mas a nenhum d'elles cultiva como deve ser: Tem bello ouvido para a musica, e linda voz de tenor; principiou com o piano quando principiou a irmã, mas aborreceu-se logo, e largou-o; se alguma coisa

²⁴⁵ «Está tudo feito, por forma que todos os assumptos tratados, todas as pessoas e sitios mencionados, etc. se acham promptamente á voz do alphabeto. Ninguém se interessa por esta colossal tarefa a não ser a Alma de meu Pae, e algum carola literato [...]. É a minha melhor obra, util para historiadores, archeólogos, linguistas, e artistas. Não imagina o que está aqui.» Carta de Júlio de Castilho para o conde de Sabugosa (20 ago. 1912). Coleção particular.

²⁴⁶ Mendes dos Remédios, «Em Forma de Prefácio» in Gil Vicente, *Obras de Gil Vicente*, t. III, Coimbra, França Amado, 1914, p. 262.

²⁴⁷ «A *Lisboa Antiga* lucraria muito com um *Índice* minucioso, que desenterrasse muita coisa que ali há...; mas não se pode por ora fazer, em quanto não houver uma edição definitiva, onde eu corrija muita coisa e acrescente o muitíssimo que tenho em apontamentos.» Carta de Júlio de Castilho para o conde de Sabugosa (abr. 1914). Coleção particular.

canta, é de orelha. Para a poesia tinha ainda maior aptidão; passa meses sem fazer um verso [...]. Para o desenho talvez tivesse ainda mais vocação, e é mesmo esta a arte a que elle é mais fiel; anda sempre com o seu album e lapis para onde quer que vá; para em qualquer rua, para tomar uma vista de edificio ou de paisagem de que gosta, quando faz alguma excursão ao campo, vem sempre carregado d'estas caçadas, desenha com facilidade, fidelidade e gosto; mas os estudos que poderiam fazer d'elle um bom pintor, assarapantam a sua perguiza, e nunca hade passar afinal de um curioso.»²⁴⁸

Com um oceano de permeio, António Feliciano e seu irmão José trocavam frequente correspondência. Em muitas destas cartas abordaram a forma como os muitos talentos artísticos de Júlio eram desperdiçados pela sua inação. José Feliciano chegou a manifestar esperança de que a presença de Cândida na vida do sobrinho lhe servisse de impulso para os aproveitar, mas rapidamente compreendeu que não. A motivação viria mais tarde e por um caminho mais tortuoso. A presença da música na vida de Júlio não merecerá muito mais do que a transcrição acima feita, acrescentando-se apenas um outro vão lamento de que em público não cantava mais de duas ou três músicas *muito pequenitas*. Nunca o fará. Em sentido contrário, a escrita e o desenho foram elementos estruturantes na sua vida, fundamentais para os estudos de Lisboa. O olisipógrafo não teria existido sem o literato, nem se teria desenvolvido em toda a sua plenitude sem o desenhador. Conhecidas as características do primeiro, observemos agora as do segundo.

Uma vez mais, o caminho principia em António Feliciano. Neste ponto do estudo, nenhuma dúvida resta acerca da sua importância para o desenvolvimento de Júlio como indivíduo e literato, mas as artes plásticas mereceram-lhe igualmente preocupação como elemento estruturante da educação dos filhos:

Um dos brinquedos da creançada, [nos seus] primeiros annos, era uma boa porção de cera vermelha, com que modelavam informes bonecos, que muito os divertiam. Outra reminiscencia da tradição de Machado de Castro. [...] Esta minúcia [...] confirma [...] [a] disposição de Castilho para a escultura. Elle proprio, cego mas a transbordar de talento, ensinou aos pequenos a maneira de usarem d'aquella materia-prima, e para exemplo esculpia tambem uma ou outra preciosa bagatella.²⁴⁹

²⁴⁸ ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 16, Maço 2, Documento 4(4). Carta de António Feliciano de Castilho para José Feliciano de Castilho (2 set. 1861).

²⁴⁹ Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, 2.ª ed., t. IV, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, pp. 99-100.

A alusão a Machado de Castro tem como propósito evocar o período em que o pai e os tios frequentaram a sua oficina, onde tomaram gosto pela arte clássica. Os resultados apresentados por António Feliciano terão impressionado de tal modo o mestre escultor que este propôs tornar-se seu tutor e instou à sua matrícula no Colégio dos Nobres e Fortificação. Tinha então o jovem aprendiz 11 anos.

Serve este apontamento da infância de António Feliciano para atestar a sua apetência e sensibilidade para as artes plásticas e para introduzir a figura de Francisco Assis Rodrigues, seu colega no atelier de Machado de Castro. Um ano mais novo do que o poeta, com ele iniciou aí uma relação de estreita amizade, fortalecida pelos anos e que culminou no convite frustrado para ilustrar os *Quadros Históricos de Portugal*, em 1838.²⁵⁰ Exatamente dez anos depois, tornou-se no primeiro mestre de desenho e pintura de Júlio, para os quais o jovem discípulo havia mostrado particular aptidão desde tenra idade.

Era um sujeito alto, cabellos brancos, muito polido e benévolo, educado à antiga, e cumpridor de todos os deveres. Falava pausado, e certo; como escultor via-se consideradíssimo; como Director da Academia [Real de Belas-Artes], desempenhava a primor o seu papel.

Sim, era um grande artista, e além d'isso atractivo, doce; corrigia com benevolencia; censurava animando; o seu modo grave temperava-se n'um sorriso paternal; e como me tinha visto nascer, e como reconhecia as minhas taes quaes disposições artisticas, e presenciava a certeza, a exacção, com que o meu lapis infantil copiava os exemplares, a veneração que me infundiam as estátuas classicas que adornavam as officinas, e o interesse curioso com que via Assis modelar em barro, afeiçãoou-se o nobre velho a este obscuro rapaz, e exclamava ás vezes:

— Tenha fé: ha-de vir a ser artista.

E eu crescia tres palmos.²⁵¹

As lições de Assis Rodrigues foram dos raros momentos de felicidade que Júlio experienciou ao longo dos nove meses que viveu em Lisboa com a avó. Terminaram com o seu regresso aos Açores e não mais foram retomadas. O contacto com pintores tornou-se então mais casual, por via do círculo intelectual do pai, que conciliava académicos da sua geração

²⁵⁰ Por ter coincido com a partida de Assis Rodrigues para Roma. Encarregaram-se então dessa tarefa Maurício Sendim e António Manuel da Fonseca.

²⁵¹ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), p. 40.

(António Manuel da Fonseca, Assis Rodrigues, Maurício José do Carmo Sendim...) com novos artistas (Manuel Maria Bordalo Pinheiro, Marciano Henriques da Silva, visconde de Meneses...). Na vida adulta, muito por intermédio da Sociedade Promotora de Belas-Artes²⁵², Júlio estabelecerá relações de amizade com alguns dos principais pintores e escultores seus contemporâneos, de entre os quais João Cristino da Silva, Miguel Ângelo Lupi, José Maria Pereira Júnior (Pereira Cão), Alfredo Keil, José Rodrigues ou Simões de Almeida (Tio).

Mostrando grande precocidade na qualidade do traço, desde cedo lhe foi intrínseco o ato de desenhar. Quando a própria habitação e respetiva vizinhança se tornaram exíguas e pôde alargar horizontes, à moda dos pintores naturalistas do seu tempo, fez-se acompanhar de álbuns de desenhos, fiéis companheiros de peregrinações onde registava o muito que absorvia. O seu paradeiro é hoje, e desde há muito, desconhecido.²⁵³ Porém, pelas abundantes menções e descrições que deles fez, constituem-se certamente como preciosos documentos para conhecer uma Lisboa desaparecida e de irreconhecíveis arrabaldes.

Não o tendo inventado, o século XIX vulgarizou a prática do registo pictórico ao ar livre, impulsionado pela Escola de Barbizon, que teve eco nos pintores naturalistas portugueses que começaram a despontar na década de 1840. Alguns, amigos do pai, terão influenciado Júlio nas metodologias e nas temáticas, mas a prática refletia sobretudo o apurado espírito de observação próprio de um filho de um cego que frequentemente o acompanhava, descrevendo-lhe o que a falta de vista o impedia de captar. Sem nunca ter deixado de registar elementos citadinos, tinha uma predileção pelos aspetos campestres dos arredores de Lisboa, os *Ermitérios* que tantas poesias lhe inspiraram.

Um bello dia, [o meu pai] fez-me ler com elle na Historia de S. Domingos a linda descripção do mosteiro de Bemfica por Frei Luiz de Sousa, e disse-me:

— Vae ver isso por teus olhos; depois conta-me.

Com efeito, a 10 de Junho de 1860, de manhãzinha, abalei de casa com meu sabido bloc a tiracollo, uma bolsa de correias com um frugal almoço, e um apetite enorme de ver quantas illustrações palpaveis me daria o mosteiro às paginas do inimitável estylista. Formosa manhan; temperatura deliciosa. Desci a Sete-rios, e tomei a estrada Real. [...] Fui perguntando, e a final achei-me em S. Domingos. Fui entrando; não via viva alma;

²⁵² Da qual foi sócio entre 1864 e 1872.

²⁵³ Do que foi possível apurar, encontrar-se-ão em coleções particulares.

o casarão romantico era um completo deserto; [...] andei á tôa, isolado, correndo os corredores, o claustro, a cêrca. [...] Enlevado em mil visões do passado, sonhei sem dormir. Almocei sosinho junto à fonte; e horas depois, n'um enlêvo inocente, voltei de vagarinho até casa.

[...] Depois d'esta visita primeira, várias outras vezes tornei a S. Domingos de Bemfica, achando sempre novidades n'aquella velharia, e trazendo esbocetos para o meu album.²⁵⁴

A maior parte dos esbocetos a que alude nunca passaram de apontamentos fugazes, instantâneos revelados antes ainda da vulgarização da fotografia. Outros vieram a constituir bases de estudo para desenhos e pinturas que oferecia a amigos.

Os anos passavam.

Ia estudando, sem bem saber a carreira a que me destinavam; se consultasse o meu gôsto, iria para a Academia das Bellas Artes desenhar; toda a minha tendencia era ser pintor; ¡Mas Arte em Portugal! ¡n'aquelle tempo!! nem pensar n'isso.

Vingava-me em garatujar coisas, em fazer uns albuns, em colorir estampas com uma caixa de tintas, e julgava-me talvez primo-irmão de Raphael Sanzio. Queria já muito ao latim e á rhetórica, sim, mas punha-os no rol dos impecilhos; meu Pae felizmente não lia pelo mesmo breviario.²⁵⁵

É já conhecido o penoso final desta história, nos bancos da Escola Politécnica. Ainda assim, o uso retrospectivo da palavra *felizmente* é sintomático da forma como nem no final da vida colocou em causa a (suposta) opinião do pai.²⁵⁶ Desenhar era uma ocupação prazerosa e absorvente, mas ser pintor de arte nunca foi ambição que verdadeiramente tenha acalentado, apesar de lamentar não o terem feito estudar desenho em criança com maior sistematicidade.

Nestes seus anos de juventude, contactou de perto com Silva Oeirense, *retratista notável* e elemento próximo da família Castilho desde o seu regresso dos Açores. Vizinho de bairro, franqueou as portas de casa a Júlio, que avidamente absorveu tudo quanto nela encontrou.

As salas e os gabinetes da morada d'este artista [...], formavam um verdadeiro museu, uma galeria. As paredes, de alto a baixo, viam-se revestidas de quadros de todos os tamanhos e feitios, retratos, scenas sacras,

²⁵⁴ *Ibidem*, pp. 135-137.

²⁵⁵ *Ibidem*, pp. 55-56.

²⁵⁶ O conteúdo da nota de rodapé ²⁶⁰ permite compreender que a oposição do pai ao estudo da pintura não terá sido tão claro quanto Júlio aqui faz parecer.

scenas mythológicas, scenas de genero, paizagens, tudo; collecção formada desde longos annos, a pouco e pouco, certamente pela feira da ladra ou nos leilões de gente desaparecida na transição politica; linda collecção [...] [que] brilhava na descuriosa Lisboa d'então e foi dispersa aos quatro ventos pela morte do zeloso proprietário.

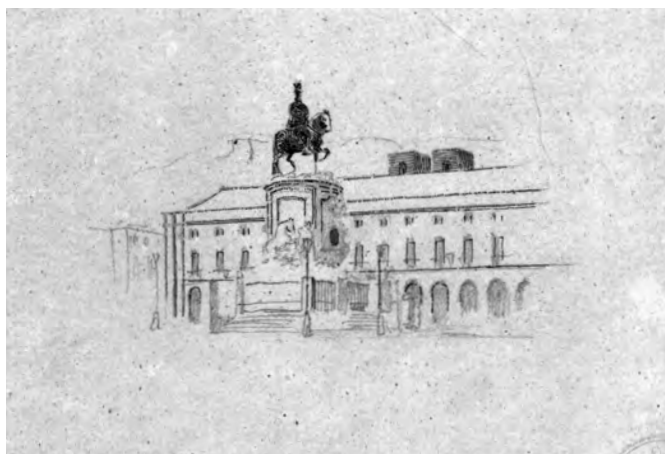
Conheci bem a casa do excellente Silva; sujeito gôrdo, moreno, carrancudo e affavel ao mesmo tempo. [...] Bem feitas as contas, pode dizer-se ter sido elle um dos meus educadores [...] com a sua galeria, que era os meus encantos, e me desenvolveu as tendencias artisticas [...] [e] fez-me viajar em espirito a Europa inteira.²⁵⁷

A chegada à idade adulta não alterou a relação de Júlio com o desenho. Os álbuns continuaram a acompanhá-lo e a manter o valor de diários visuais, através dos quais se pode reconstituir os seus passos quotidianos. Tome-se como exemplo o desenho do Terreiro do Paço de 1860, que nos transporta para o final de um dos seus dias de trabalho. Em trânsito da Secretaria de Instrução Pública para a sua casa de São Francisco de Paula, imaginamo-lo estacando defronte da estátua de D. José para um rápido esboceto que mais tarde terminará. Noutros casos, a captura de minúcias da cidade tinha o propósito de perpetuar aspetos que sabia em breve desaparecidos, ao encontro do que Adolphe Berté se encontrava a fazer, a uma escala incomparavelmente maior, na sua Paris. Assim aconteceu com a fachada da casa da calçada do Duque onde nasceu (1863) ou, antes ainda, com os *casabres do Loreto*, cujo desenho foi publicado no *Archivo Pittoresco*²⁵⁸ como ilustração de um texto de Vilhena Barbosa, seu futuro mestre das lides olisipográficas. Desde cedo, Júlio compreendeu as potencialidades do desenho como complemento aos apontamentos escritos que diariamente compilava, o que torna impossível de apartar, um e outros, do memorialista que nele exista.

Já em idade adulta, contratou lições com dois mestres de pintura, sem qualquer outro objetivo que não o da mera recreação. Afirmará anos mais tarde que o contacto com o primeiro resultou de uma *veleidade pronunciadamente artística* que teve em março de 1866. Na verdade, e observando uma lista dos quadros que pintou nesse ano, percebe-se ter esta afinal começado no mês anterior e resultado na execução de dois quadros, *Azinhaga ao por do sol* (oferecido a Cândida) e *A Casa dos Moleiros* (cópia de quadro de Tomás da Anunciação, oferecido à prima Clementina da Costa). Só depois tomou o mestre.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 61.

²⁵⁸ *Archivo Pittoresco*, t. IV, n.º 24 (1861), p. 185.



—
Praça do Comércio.
Desenho de Júlio de
Castilho, 1860.



—
Casebres do Loreto.
Gravura de Coelho
a partir de desenho
de Júlio de Castilho,
ca 1858.

Vendo num jornal o annuncio de lições dadas por certo pintor castelhano, domiciliado na rua Augusta, procurei-o, inscrevi-me seu alumno, paguei a espórtula combinada, e nos intervallos do meu emprêgo frequentei-lhe a casa. Grande original, e talentoso sujeito; chamava-se D. Manuel Sanchez Ramos; trabalhava como um Moiro, todo o dia, e dos retratos que fazia, e dos quadros velhos que restaurava, e das lições que dava a um ou outro adventicio como eu, alimentava sua mulher, e uma filha pequenina.

[...] Levantava-se cedissimo; ia até á praça da Figueira, comprava um coelho, uma perdiz, umas hortaliças, um chouriço; trazia tudo para casa, agrupava graciosamente pendurados nas costas de uma cadeira esses objectos, pegava numa tábua de cedro já de antemão preparada e envernizada, e começava a trabalhar. O fundo era o tom do verniz; ao meio-dia achava-se feito, com leveza, graça, franqueza, um lindo quadro para sala de meza; passavam então para a panella, fervendo a fôgo lento quatro horas ou cinco, aquellas carnes e aquelles vegetaes, que produziam o mais substancial e delicioso puchero. O puchero comia-se; o quadro vendia-se por duas libras.

[...] Dirigido pois pelo bom Sanchez Ramos, entrei a pintalgar com ousadia uma coiza taes quaes, e aprendi; estava no meu elemento. Como o mestre era agradável, fanfarreador, e bem educado, apresentei-o em casa de meu Pae, e foi muito bem acolhido.²⁵⁹

Sanchez Ramos manteve residência em Lisboa até ao final da década, expondo regularmente ao lado dos nomes maiores da pintura portuguesa do seu tempo. As lições a Júlio duraram poucos meses, refletindo na perfeição os entusiasmos do discípulo: de uma intensidade quase obsessiva, mas abandonados ao primeiro bocejo. Às duas composições assinadas em fevereiro somaram-se cerca de vinte outras executadas até agosto, que evoluíram de meras cópias de pinturas naturalistas e de género da autoria do seu mestre para composições originais de temática maioritariamente animalista (*Cabrinha Deitada no Meio de uma Pastagem* ou *O Boi na Lezíria*). Nesse mês, aventurou-se numa primeira tentativa de retratar seu pai, tema ao qual voltará com frequência depois da morte deste. O facto de a grande maioria das suas obras, as de 1866 e todas as restantes, se encontrarem dispersas por terem sido frequentemente oferecidas, impede que se afira as suas qualidades enquanto pintor. Do pouco que se conhece, pode-se afirmar que sendo desenhador de grande mérito, não o era como pintor e muito menos como retratista.

²⁵⁹ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), pp. 190-191.

Do outro lado do Atlântico, o espírito racional de José Feliciano desaprovava tudo. Na sequência de uma carta onde Júlio terá transparecido o mais vibrante entusiasmo acerca da nova atividade, respondeu-lhe afirmando taxativamente não o querer como *pintor de profissão* por temer que isso lhe condicionasse a progressão da atividade literária. No entanto, tinha poucos motivos de preocupação, visto a conhecida previsibilidade de Júlio ter tornado certo o vaticínio com que José terminou a carta (*aposto que essa mania passará rápido*): em resposta, o sobrinho informou o tio de que apenas pretendia dedicar-se *aristocraticamente* à pintura, sem qualquer remuneração. E, apenas dois meses depois, julgando descansar-lhe o espírito, deu-lhe conta da desistência das aulas de pintura. Provando possuir também muita da inconsistência de discurso e de propósitos que tanto criticava ao sobrinho, José Feliciano fez um inesperado mea-culpa na impetuosidade da sua carta anterior:

«[Na verdade, não] o poderia desapprovar sem ser contradictorio. Ignoro se teo pae te contou o seg.^o: Tendo-me elle mandado alguns borrões da sua versão dos Fastos, p.^a q. eu notasse q.^{to} elle emendava a reemendava, fiquei impressionado com uns magnificos traços, q. a cada pagina ia encontrando, ora uma arvore, ora um guerreiro, ora um templo, ora uma figura, ora umas linhas soltas, tudo apontado apenas, m.^{to} incompleto, feito manifestam.^{te} de fugida, no intervallo do dictar, tudo prope naturam, tudo acreançado, mas de creança herculea, q. afo-gava serpentes no berço. E eu então perguntei a teo pae q.^m era q. assim manifestava tão admir.^{el} talento p.^a a pintura? e acrescentei q. se fosse algum de seos filhos, eu me incumbia dos gastos, e lhe pedia q. sem detença desse a esse talento nascente os melhores mestres, com q. se aproveitasse, e ainda por outra forma nos honrasse o nome. Ora esse talento eras tu.²⁶⁰ Como havia eu agora desmanchar com os pés o q. fiz com a cabeça?»²⁶¹

260 O caso ocorreu em 1861 e mereceu de António Feliciano a seguinte resposta: «Quando eu aqui ha tempos te mandei a primitiva borrascada dos Fastos, notaste nella alguns papar-ratos dos que elle improvisa em todo e qualquer papel que lhe appareça deante, e disseste-me que quem faria aquelles bonecos manifestava boa vocação, e que tu querias correr com as despesas do seu ensino. Quaes despesas, nem qual ensino?! Aquillo fal-o elle a dormir; mas se quisesse acordar, e propôr-se deveras a ser pintor, como o Visconde de Meneses e outros, tinha todos os meios para isso sem gastar vintem, pelas minhas relações com a Academia das Bellas Artes, e pouco mais ou menos com todos os artistas; mas não senhor, isso pede regularidade e trabalho; não lhe serve. Tenho pêne porque vejo desperdiçar-se alli um merito distincto composto de muitos meritos. Podia ser um Castilho poeta, pintor, e talvez tambem compositor musico, assim hade morrer todo, e sem deixar rasto. Deixo este assumpto que não é muito alegre.» ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 16, Maço 2, Documento 4(4). Carta de António Feliciano de Castilho para José Feliciano de Castilho (2 set. 1861).

261 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 6, Maço 1, Documento 4(68). Carta de José Feliciano de Castilho para Júlio de Castilho (20 ago. 1866).

Não precisou. Era o desenho, e não a pintura, a predileção de Júlio. Ao longo da década de 1860, empreendeu uma série de *retratos em sombra* de amigos e família, alguns dos quais virá posteriormente a publicar como ilustração às suas obras. Resultando de desenhos feitos à contraluz, com o retratado presente, estas *silhouettes* eram então muito apreciadas, continuando uma tradição que vinha do século anterior. Em 1868, um destes desenhos foi aplicado na campa do poeta António de Cabedo, no cemitério dos Prazeres. Mais de século e meio depois, a campa perdeu a cruz e mal se distingue o mármore escuro do lioz enegrecido pelo tempo, mas ainda é possível reconhecer a silhueta de Cabedo desenhada por Júlio. Não foi caso único da sua intervenção em monumentos funerários: poucos anos antes, havia já traçado o desenho da pequena urna onde a viúva do político José Estevão Coelho de Magalhães depositou o seu coração, objeto coroado por versos de António Feliciano.

Júlio regressou uma derradeira vez às aulas de pintura.



—
Sepultura de
António de Cabedo,
no cemitério dos
Prazeres. Desenho de
Júlio de Castilho, 1898.

Passou tempo; eu pouco tinha aproveitado, mas começava a perceber a mistura das tintas, e a maneira subtil de pôr o pincel na tela. Tendo-se ido embora o mestre hespanhol, devaneei tomar lições com [João] Christino [da Silva]. Mas Christino era amigo, tratava-me com intimidade na sua officina da Academia, era pois difficil entrar com elle no assumpto financeiro, e saber quanto me levaria por lição. Usei do seguinte estratagemma:

— Snr Christino — lhe disse eu — ha uma menina brasileira (e bem galantinha, por signal), que deseja ter a honra de ser sua discípula; ¿está disposto a atural-a?

— Conforme — respondeu elle —; para ensinar o abc da Pintura não estou disposto; quero discipulos que saibam já alguma coisa; ¿que sabe essa menina?

— Já tem pintado muito; desenha com facilidade; põe bem a tinta na tela; foi mezes discipula do Sanchez Ramos. Olhe, pinta tal qual como eu; está á minha altura.

— Bem; então não digo que não.

— Agora outra questão: ¿qual é o preço que o Mestre costuma levar por lição?

— Dezasseis tostões.

— Está na ordem; estou autorizado a declarar que aceita.

— E quem é essa menina tão bonita?

— Sou eu. Gargalhada.

[...] Depois de alguma luta, combinámos principiar no Domingo seguinte, na minha casa da travessa do Convento das Bernardas.²⁶² Deliciosos dias. Pelas 10 e meia apparecia Christino; eu esperava-o de palheta armada; sempre vinha algum amigo para animar o cavaco; Christino era engraçadissimo; adubava a doutrina com historietas; ao meio dia vinha um lanche, croquetes, sandwiches, vinho do Porto, e até ás 4 horas tinhamos ali um succulento estudo entremeado de gargalhadas alegres. Assim pinteí várias coisas, que muito me divertiram e aproveitaram. Ás vezes sahiámos, e íamos a Belem copiar trechos do natural. Se eu tivesse sido mais perseverante e applicado, teria honrado o Mestre.²⁶³

Tal como com Sanchez Ramos, fica a ideia de que Júlio tomou as lições com Cristino com um objetivo primordialmente lúdico e para ter alguém com quem partilhar a sua paixão. Delas sairia reforçada a amizade entre ambos, que se manteve até à morte do mestre (em 1877) e se materializou no convite para que, a 20 de setembro de 1875, Júlio fosse padrinho de batismo do filho mais novo do artista, Júlio Cristino.

Miguel Ângelo Lupi foi outra das amizades próximas, a quem Júlio encomendou os retratos de dois dos seus mais próximos. Em *Memórias de Castilho*, aborda detalhadamente a execução do retrato de seu pai²⁶⁴, ao longo de quinze sessões presenciadas por família e amigos:

²⁶² Dado que coloca a ação entre 1873 e 1876.

²⁶³ Júlio de Castilho, «Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho» (manuscrito), pp. 191-192.

²⁶⁴ Originalmente, Júlio pretendeu que o retrato fosse executado por José Rodrigues, mas o muito trabalho que este então tinha obrigou-o a optar por Lupi.

Aquelle retrato não é um simples retrato; é um quadro; e não é só um quadro; é uma biographia, [...] ha ali a traducção grandiosa da alma e do character. [...] [A 4 de agosto de 1873, no final das três horas que durou a primeira sessão,] quando concluiu o esboço, que ficou bellissimo, Lupi cahiu exausto de fadiga para cima de uma poltrona. [...] [Ao fim de pouco mais de dois meses,] em 10 de Outubro o pintor, vendo a obra concluida, assignou-a. Em 20, entreguei ao grande artista os seus mesquinhos honorarios. A moldura custou 14\$000 réis no doirador Margot-teau da rua Nova do Carmo.²⁶⁵

No ano seguinte, encomendou também o retrato de Cândida, para *pendant* com o do pai, mas desgostou do resultado final por considerar que a pintou com *mais dez anos* do que os que tinha. Depois da separação do casal, a propriedade das duas obras ficou apartada, assim se mantendo até 1946, data em que se reencontraram na coleção do Museu Nacional de Arte Contemporânea.

Tendo frequentado os ateliers de alguns dos principais artistas lisboenses do seu tempo²⁶⁶, tinha uma especial predileção pelo de Lupi, fascinante local de reunião de artistas de todos os quadrantes:

Esta convivencia dos artistas com os homens de letras [...] é fecundissima para as artes! Todos lucram; todos com ella aprendem; todos por ella permutam estudo, talento, e affectos. Por esse lado pois, a officina de Lupi, [...] então povoada de muitas obras notaveis, e amiude visitada dos primeiros escriptores da capital, foi na nossa descuriosa Lisboa um centrosinho, que em algumas occasiões rutilava luz, fomentando o trabalho, e animando-se com o elogio desinvejoso e entusiastico de confrades e *amadores*.

[...] Sinto a nostalgia do *atelier*. Aquella luz serena que jorra do alto levanta-nos a alma. Ao penetrarmos n'uma officina de artista, esquece-nos o prosaismo do Chiado, as maledicencias dos jornaesinhos, os enredos baixos e vis da politica partidaria. Tudo ali é grande e puro; a alma sente azas de Anjo, e adeja.

E depois, aquella conviver com artistas dá ao homem dos livros mil noções da sua arte, que elle em balde procuraria nas leituras. Aprende-se

265 Júlio de Castilho, «Memórias de Castilho», livro XI, *Instituto de Coimbra*, vol. 60, 1913, pp. 515-516, 521-522.

266 Nas suas obras menciona as idas aos ateliers de Simões de Almeida (tio) (Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. V, pp. 105-106) e de José Rodrigues (Júlio de Castilho, *José Rodrigues, Pintor Português: Estudos Artísticos e Biographicos*, Lisboa, Livraria Moderna, 1909, p. 67).

immenso com um artista nas proprias materias do officio litterario. Muita vez estão-me elles a fallar em proporções, em linhas estheticas primarias e secundarias, em esfumados, em perspectiva aerea, em planos, em symetrias, e eu estou a applicar tudo aquilo ao improbo labor do estylista.

Tenho lucrado tanto com elles [...] como com os paternaes conselhos directos dos Horacios, dos Quintilianos [sic] e dos meus outros preceptistas, mortos e vivos.²⁶⁷

O desafoço financeiro do início da década de 1870 permitiu a Júlio e a Cândida constituir uma pequena coleção de obras de arte, mais impressionante pelas autorias do que pela quantidade. Aos dois retratos de Lupi e a diversos outros retratos e bustos de seu pai [um dos retratos da autoria de Marciano Henriques da Silva e um busto de Simões de Almeida (tio)], somaram-se quatro obras de João Cristino da Silva (*Fonte dos Amores*, *Quinta das Lágrimas*²⁶⁸, *Demolição da Igreja de Santa Marinha*²⁶⁹ e duas pequenas vistas de Sintra), uma coleção de Vieira Lusitano (gravuras, desenhos e um *São José com o Menino*²⁷⁰) e um conjunto de obras de menor monta do qual nada se conhece.

Entre dezembro de 1884 e janeiro de 1885, a cobro de um confortável anonimato, arriscou uma pontual incursão pela crítica da arte, em três artigos na efémera *Gazette Française du Portugal*, a respeito da quarta Exposição do Grupo do Leão. Alinhada com a crítica-tipo da época e com o modelo que havia já experimentado nos seus diários no decorrer das visitas aos museus parisienses e londrinos, não se reconhecem nela particulares rasgos. Para concretizar a ideia do papel que considerava deverem ter os artistas e as exposições de pintura para a orientação do gosto das massas, preferiu frisar a capacidade do Grupo do Leão em realizá-las com apreciável frequência e ignorar a análise do seu caráter disruptivo, apontado por Ramalho Ortigão. Na verdade, os motivos eram outros: na sua mente, surgiam como cânones as obras dos mestres da anterior

²⁶⁷ Júlio de Castilho, «Memórias de Castilho», livro XI, *Instituto de Coimbra*, vol. 60, 1913, pp. 519-520.

²⁶⁸ Aquando da doação da obra à Academia Real de Belas-Artes escreveu a seguinte nota: «Quadro pintado em 1871, enviado á Exposição de Madrid, offerecido pelo autor á Rainha D. Maria Victoria, não chegado a ser possuido por ella, devolvido ao autor, comprado pela Viscondessa de Castilho, offerecido a mim em 30 de Abril de 1876, e por mim à Academia em 9 de Agosto de 1879.»

²⁶⁹ Apenas em 1903, por oferta do filho do pintor, João Ribeiro Cristino.

²⁷⁰ Desconhece-se o paradeiro da coleção de gravuras que Castilho legou por testamento ao British Museum. A pintura foi legada também por testamento à Academia Real de Belas-Artes. Hoje faz parte do acervo do Museu Nacional de Arte Antiga (em depósito em Vila Viçosa), embora não seja reconhecida como obra de Vieira Lusitano.

geração (nomeadamente Cristino e Anunciação), com as quais não evita comparações. Dentro do grupo, não esconde a predileção por Malhoa e João Vaz, mas é genericamente positiva a análise à maioria dos artistas expostos, apreciando-lhes as temáticas e a forma de pintar, mas lamentando-lhes a crueza dos tons da escola moderna. Columbano, que apelida de artista pródigo que esbanja os tesouros do seu talento, é alvo da única crítica negativa («Sera-ce qu'il ne voit la nature qu'à la sépia? C'est tout de même une sombre manière de contempler le soleil du Portugal!»²⁷¹). De forma inegavelmente paternalista, insta-o a abandonar uma escola que considera tê-lo apenas a ele como mestre e discípulo e que, regressando ao *caminho certo*, desperte para uma pintura fiel da natureza, com acerto de desenho e de cor.

Aos que então o descobriram, não terá espantado saber ter sido Júlio o autor destas críticas. Em certos círculos, há largo tempo que conciliava o epíteto de *especialista da história de Lisboa* com o de *entendido em arte*. Sabe-se hoje, como se sabia à época, que o grau de rigor de cada um deles era naturalmente distinto. No entanto, não impediu que lhe tivessem chegado a ser solicitadas avaliações de livros ou que fosse um dos primeiros a observar os Painéis de São Vicente depois da sua *redescoberta* em 1883, atribuindo-se-lhe inclusivamente a problemática identificação da figura do infante D. Henrique.²⁷²

Alimentando este interesse pela pintura e seus cultores, em 1908 idealizou uma coleção de biografias de pintores portugueses, frustrada pelo mercado livreiro. Seguindo a antiga lógica de seu pai e seu tio na *Livraria Clássica*, pretendia entregar a redação dos vários estudos a escritores *devidamente habilitados*. Publicou apenas o estudo *artístico e biographico* de José Rodrigues, em cujo prólogo elenca 30 nomes a tratar futuramente. Desses, chegou ele próprio a iniciar a investigação para os estudos de António José Patrício, Faustino José Rodrigues, João Cristino da Silva, Joaquim Nunes Prieto, Machado de Castro, Marciano Henriques da Silva, Maurício José Sendim, Miguel Ângelo Lupi, Pedro Alexandrino, Pereira Cão, Victor Bastos, Vieira Lusitano e Vieira Portuense.²⁷³

271 Un amateur [pseud. J. Castilho], «Beaux-Arts. Exposition artistique du groupe du Lion», *Gazette Française du Portugal* (28 dez. 1884, 11 jan. 1885, 18 jan. 1885).

272 «Quando apparecia no paço de S. Vicente alguma pessoa entendida, ou amiga das artes, chamava a sua atenção para os quadros; nenhuma soube explicar o conteúdo dos mesmos. Num dia que ali appareceu o Sr. Visconde de Castilho, mostrei-lhe os quadros: apenas olhou, exclamou, muito entusiasmado: *Ali está o retrato do nosso grande infante D. Henrique!* — Não se enganou, ao que parece.» Alfredo Elviro dos Santos, «O Museu do Patriarchado», *Diário de Notícias* (4 out. 1905), p. 1.

273 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa lacrada n.º 2, Macete 1. A propósito do esboço realizado a respeito de Pereira Cão, consultar Miguel Leal, «Palácios Oitocentistas em documentação inédita de Júlio de Castilho», *A Cidade de Évora. Boletim cultural da Câmara Municipal de Évora*, III Série, n.º 1 (2016), pp. 166-175.

A maioria nunca passou da mera compilação de informações dispersas, prévia à fase de construção de texto, à exceção dos de Cristino da Silva e de Marciano, que chegou a concluir. Não obstante os esforços que enviou até perto do final de vida («porque me faz pena não poder prestar a minha homenagem a dois notabilíssimos pintores tão meus conhecidos, e tão dignos de admiração»²⁷⁴), os textos permanecem inéditos, conservando-se no seu fundo pessoal um documento com a indicação de que o original do estudo sobre Cristino chegou mesmo a ser enviado para a Livraria Ferreira. Desconhece-se o seu paradeiro, tendo-se provavelmente perdido.

Por esta altura, havia já publicado *Amores de Vieira Lusitano* (1901), a reinterpretação da autobiografia do pintor setecentista que o pai lhe havia dado a conhecer quase meio século antes. Ao longo da obra, Júlio disserta longamente sobre o efeito moralizador da arte e da relação desta com a esfera divina:

A Arte, sob qualquer das formas que revista, não nos foi dada para desmoralisar, mas para ser a moralisadora universal, a mais suave, a mais bemvinda das esforçadoras. Honrar a Arte é servir a humanidade, e glorificar o Creador. O que é a Arte? é a imitação apaixonada e idealizada das obras divinas. [...] A Arte moderna, a Arte contemporânea, a Arte allumiada pela moral christan, deve pôr o seu alvo no espiritualismo; e, como eleita que é, e como guia que pode ser, combata, quanto em si caiba, as tendências baixas e materialistas do século. Pode muito; pode muitíssimo; empregue o seu poder em causas nobres, habituando o povo a tomar o Bello como revestimento do Bom.

A forma, essa mudou; porém a essência da Arte não muda nem fenece; é immortal como Deus, de quem se nos figura reflexo sobre a intelligencia do homem. [...] A Arte só é de veras grande, quando se estriba na Virtude.²⁷⁵

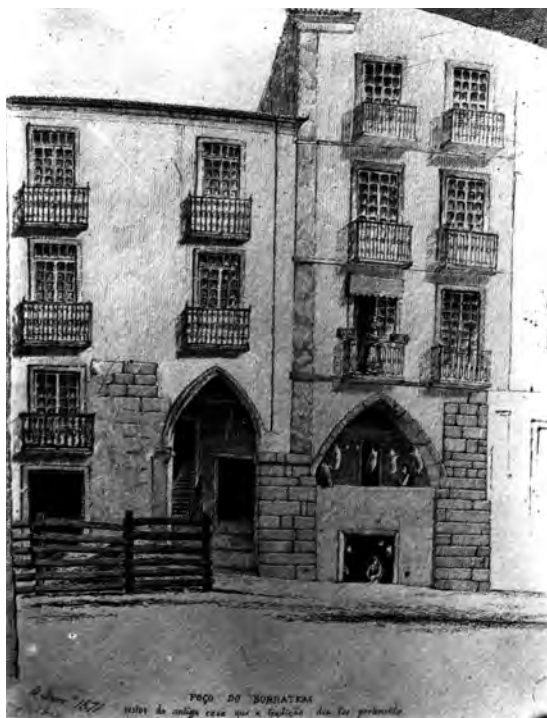
Esta ideia é transversal aos diversos momentos da sua vida. Num dos seus mais conturbados períodos, chegou mesmo a colocar a Arte num lugar de quase transcendência, equiparando-a a uma experiência religiosa. Durante a sua estadia no Porto em 1877, foi no interior dos templos da cidade e do museu Allen que encontrou a paz de espírito possível. Numa carta que então escreveu a D. António da Costa, reconheceu o efeito balsâmico do tempo passado no museu.

²⁷⁴ Museu de Lisboa, ML.ESP.DOC.0281. Carta de Júlio de Castilho para Henrique Marques (3 jun. 1917).

²⁷⁵ Júlio de Castilho, *Amores de Vieira Lusitano. Apontamentos Biographicos*, pp. 236, 238.



—
Silhouette de Ana
 Carlota Xavier Vidal,
 mãe de Júlio Castilho.
 Desenho de Júlio de
 Castilho, s. d.



—
Poço do Borratém.
Restos da antiga casa
que a tradição diz ter
pertencido a João das
Regras. Reprodução
 fotográfica de desenho
 de Júlio de Castilho,
 1871.



Vista do Castelo de S. Jorge (Tomada das Olarias). Desenho de Júlio de Castilho, 1885.

Sete Rios. Desenho de
Júlio de Castilho, 1898.

Fiquei muito agradavelmente surprehendido com [este] achado [...], o meu refugio para as horas tristes. A arte exerce sobre mim uma influencia parecida com a da Religião: domina-me, e melhora-me. A arte é uma piscina probatica. [...] Atrevi-me [...] a querer fingir que caricaturava a grande cabeça do Salvador. Não ficou bom, mas deu-me tres quartos de hora de um extase artistico tão salutar, que se parecia com oração! A arte! A arte!²⁷⁶

Não foi só o museu Allen que o encantou. Anos mais tarde, numa fase da vida mais tranquila, mas igualmente solitária, causaram-lhe profunda impressão sensorial as visitas aos museus do Louvre, do Luxemburgo e à National Gallery, *pasmado de masterpiece para masterpiece* — não deixou registo dos museus das Janelas Verdes (Arte Antiga) e de Arte Contemporânea, mas o sentimento não terá sido diferente.

A Arte! A Arte!

Não é claro se a relação de Júlio com a produção artística se transfigurou depois da morte do pai, à semelhança do que se verificou com a produção literária. No entanto, é inequívoco que *Memórias de Castilho*, a grande missão da sua vida, marcou uma inversão profunda na forma de encarar o desenho. Os seus muitos álbuns deixaram de ter apenas uma vertente lúdica e foram colocados ao serviço das ideias.²⁷⁷ Compreendendo as potencialidades de entrelaçar desenho e palavra, e já longe das intenções e dos modelos da pintura histórica de Sendim nos *Quadros Históricos* de António Feliciano, Júlio ilustrou a biografia do pai com desenhos seus. Deteve-se, sobretudo, nas casas onde este habitou, mas não só. O plano foi metodicamente traçado, conforme o prova um documento manuscrito com o elenco dos retratos do biografado que deveriam constar nos primeiros cinco volumes da obra. Mas, como em tantos outros aspetos da vida de Júlio, as intenções goraram-se e sobrou apenas o papel. Ainda assim, nunca deixou de trabalhar nos diversos aspetos da obra:

«O que torna bastante curioso o original são os ingénuos desenhos, letras de fantasia, vinhetas, com que o Autor profusamente o ilustrou, notando-se também uma particularidade que bem mostra o entranhado amor que êle tinha por esta obra — até aos últimos dias pode dizer-se que nunca ela lhe saiu das mãos, o que imediatamente se reconhece pelas frequentes e sucessivas alterações do texto feitas em épocas

²⁷⁶ ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 55, Maço 6, Documento 1(12). Carta de Júlio de Castilho para D. António da Costa (1 set. 1877).

²⁷⁷ Apesar de já se ter aventurado de forma muito pontual na ilustração de obras do pai.

diferentes [...] e pelas constantes notas que dia a dia lhe ia introduzindo e por vezes actualizando.»²⁷⁸

Manuelinas, capa e contracapa. Desenho de Júlio de Castilho, 1889.



Alguna da sua produção extra-*Olisipografia*, nomeadamente a dos últimos anos, conta também com desenhos da sua pena. Merece destaque o mencionado *Amores de Vieira Lusitano* (1901). O primeiro esboço deste estudo biográfico não sobreviveu, mas nem por isso Júlio deixou de maturar o assunto, continuando a armazenar informações, documentos e desenhos. Quando, em 1889, sentiu estarem reunidas as condições para a retoma segura da escrita da obra, terminou os esboços que traçou durante a juventude e usou-os como ilustração. Da sua autoria, conta-se uma dezena de desenhos, assinados e datados entre 1858 e 1901, maioritariamente representativos dos edifícios lisboenses onde a ação se desenrola, à semelhança do que havia empreendido nos primeiros dois volumes de *Memórias de Castilho* — para Júlio, uma casa podia dizer tanto da identidade de um indivíduo quanto um retrato seu. Noutro campo, destacam-se as capas e as contracapas que profusamente desenhcou para *Manuelinas* (1889) e *Fastos Portugueses* (1918). A respeito da última, Caetano Beirão sublinhou o modo como foi enriquecida pela

²⁷⁸ Amadeu Ferraz Carvalho, «Nota Preliminar» in Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, 2.^a ed., t. I, 1926, pp. VII-VIII. Este contínuo e meticuloso trabalho estendeu-se também à ilustração da obra, encontrando-se novos desenhos seus (todos datados de 1898) na segunda edição (1926-1934).

mão do artista-deseñador, concluindo que «raros livros se terão visto escritos e ilustrados pelo mesmo autor.»²⁷⁹ Esta característica, que rapidamente se tornou numa marca identitária do seu modo de trabalhar²⁸⁰, foi altamente apreciada por amigos, que ocasionalmente lhe pediram desenhos para ilustrar os seus próprios trabalhos. Fê-lo, por exemplo, o poeta vianense Sebastião Pereira da Cunha (que, em 1894, lhe solicitou a revisão do texto e a ilustração da capa de *Cidade Vermelha*) e Anselmo Braamcamp Freire, que tinha o hábito de incitar amigavelmente Júlio a executar-lhe ilustrações para trechos das suas obras históricas, desde a reprodução da cozinha quinhentista do palácio de Valflores a um aspeto do convento da Madre de Deus. Não consta que os seus pedidos tenham chegado a bom porto. Tal como também terá ficado gorada a intenção de desenhar a capa de uma das derradeiras obras do conde de Sabugosa (*A Rainha D. Leonor*). E, se no caso de Sebastião Pereira da Cunha é conhecido o motivo (o poeta optou pelo desenho de outro autor), fica a ideia de que Júlio contornou as investidas do amigo Braamcamp, que, de resto, pareceram sempre feitas com poucas esperanças de sucesso.

Mas, como adiante se abordará mais em detalhe, foi na Olisipografia que Júlio elevou o patamar de importância da ilustração nas suas obras, ao complementar desenhos da sua autoria com gravuras e cartografia. O desenvolvimento do seu modelo de trabalho transcendeu-se a partir do momento em que o literato encontrou no desenhador um inesperado parceiro, e ambos lhes deram uma das suas mais vincadas características.

279 Caetano Beirão, «“Os Fastos Portugêses”», *A Monarquia, Diário Integralista da Tarde* (16 fev. 1918), p. 1.

280 Júlio desenhou também o seu *ex-libris* a partir de uma fotografia do amigo José Artur Bárcia, assinando-o com as iniciais J. T. D., referentes a José Tulio Dalich, o pseudónimo que mais usou, e que resulta de um anagrama do seu nome — a respeito dos pseudónimos de Júlio de Castilho, consultar Xavier da Cunha, *op. cit.*, pp. 18-20.

LISBOA

Com olhos de antiquário e de artista. As obras.

Algumas vezes sahia [António Feliciano de] Castilho pela Cidade [...] a passeio com os filhos. Que aproveitados e instructivos passeios! [...] O alto das Chagas, por exemplo, o «dos tão sonoros tão contentes sinos» era muito nosso; e alli escutámos conversações deliciosas sobre topographias lisbonenses, grandezas do padre Tejo, entradas de frotas de descobridores, e mil outros formosos trechos desgarrados da Historia velha.

O meu amor á Lisboa antiga, a elle o devo em primeira mão.²⁸¹

Lisboa, vista do
Alto das Chagas,
início do século XX.



Para a maioria dos lisboetas, Lisboa é tão-somente o palco privilegiado da ação das suas vidas. Mas, para Júlio de Castilho sempre foi muito mais do que isso. Desde cedo, a cidade tornou-se para ele uma realidade intrínseca e estruturante, que o envolveu a nível pessoal, familiar e profissional. Por essa razão, dedicou anos da sua vida a estudá-la, na tentativa de sentir e tocar, o mais possível, o pulsar da sua história e das suas gentes.

²⁸¹ Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, 2.^a ed., t. IV, p. 376.

Filho de pai cego, cedo se habituou a observar a cidade com redobrada atenção. Precisava de registar os pormenores, as cores, o pitoresco da sua arquitetura e a ambiência social. No fim do dia, levava para casa, na sua prodigiosa memória, os pregões cantados (*a trinta réis o salamim, quem quer azeitonas novas...?*), uma ou outra conversa casual apanhada numa esquina ou numa ombreira de uma loja e os fraternos abraços enviados ao pai, por um dos seus muitos amigos com quem o filho se cruzara (e recomendações à mãe e aos irmãos, com a promessa de uma visita próxima ao lar dos Castilhos). Chegado a casa e franqueando uma das portas por onde ao longo dos anos entrou na habitação paterna, fosse a do Machadinho, a do Beco do Norte ou a de São Francisco de Paula, descrevia a António Feliciano, com vívida impressão, a Lisboa e os seus agentes. E respondia, tanto quanto possível, às acutilantes perguntas do pai, reflexo de um espírito desassossegado que quer mais e mais, conhecer tudo, se possível («Não saber tudo isto é ignorar tudo, ó raiva»²⁸², escreverá anos mais tarde um outro poeta, como que lhe adivinhando o espírito).

Júlio sempre assumiu com gosto e especial alento a responsabilidade de ver por si e pelo seu pai. E, por isso, observou, viu, sentiu e captou mais de Lisboa do que a esmagadora maioria dos seus habitantes. Contemplou o que estava acessível a todos os que olhavam, mas que só era visível aos que realmente viam «com olhos de ver»²⁸³, auxiliados por uma crescente sensibilidade.

O hábito da observação e da descrição foi um costume partilhado por muitos dos intelectuais e eruditos do século XIX e ao qual a família Castilho não foi naturalmente alheia. O próprio Júlio informa-nos que o seu avô paterno era dotado de um grande espírito crítico, de uma oratória exímia que deleitava quem o ouvia e de uma forte capacidade de narrar tudo quanto via e ouvia quando ia em digressões «d'onde (por mais curtas que fossem) sabia colher sempre coisa que narrasse, e com que deleitasse ou instruisse.»²⁸⁴ Esta prática passou para as gerações seguintes, como testemunham as inúmeras missivas trocadas com o intuito de partilhar ambiências, captar cheiros e transportar o leitor para os diversos cenários descritos pelos remetentes. Como na carta enviada por Júlio ao pai em setembro de 1867, aquando da sua estada em Vargos (concelho de Torres Novas), em casa do seu amigo Simão Paes de Faria:

282 Fernando Pessoa, «Ode Triunfal», *Orpheu*, n.º 1 (jan.-fev.-mar. 1915), Lisboa, Tipografia do Comércio, p. 81.

283 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, 2.ª ed., vol. V, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1904, p. 348.

284 Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, t. I, p. 5.

Duas boas leguas foram galgadas em cinco quartos de hora; foi um delírio; foi um galope desenfreado e doido; rivalisámos com o caminho de ferro; eramos o vento. No Caneiro estivemos uma hora e meia talvez; bebemos agua e vinho, e passeámos. É uma residência senhorial e magnífica, mas muito desmantelada. Só uma parte d'ella está reedificada pelo Simão; o resto são tudo paredes nuas, pois assim o quizeram os s.^{ns} francezes em 1808, incendiando um palacio tão notavel. Está tudo nu, mas é situado em tal e tão medonho sitio entre serras só cobertas de penedo e azinhaes, que a impressão é profunda e quasi dolorosa.²⁸⁵

Noutras ocasiões, teve o privilégio de partilhar as ruas de Lisboa de braço dado com o pai, ouvindo histórias que serviram de rastilho para nutrir e potenciar a imaginação e o gosto do futuro *mestre* pela Lisboa antiga. Foi o próprio quem o reconheceu, ao referir que António Feliciano tinha o hábito de sair «pela Cidade ou pelo arrabalde a passeio com os filhos. [...] Por isso é que eu disse, lá em cima, que as mesmas recordações que ele por seu Pai conservava de vários sítios de Lisboa, passaram inteiras para nós.»²⁸⁶

Podemos afirmar, com alguma segurança, que o papel estruturante do pai no percurso do filho teve o seu derradeiro corolário nas investigações e nos livros dedicados à história de Lisboa. A própria ideia da *Lisboa Antiga*, a sua obra seminal nos estudos olisiponenses, surgiu aquando da realização da biografia do pai, conforme assume sem equívocos:

Esta obra provém das *Memórias de Castilho*. Logo no principio, desejando estudar o sitio em que se levanta o predio em cujo primeiro andar nasceu a 26 de Janeiro de 1800 o Poeta, começou a percorrer a *Chronica da Companhia* por Balthazar Telles; saiu-lhe um capitulo, que se accrescentou com tres ou quatro mais. Vendo que esse ponto accessorio ia alastrando demasiado, deu-lhe toda a largueza, e escreveu um volume.²⁸⁷

Estas palavras são bastante esclarecedoras quanto ao cuidado e aprofundamento que o autor empreendeu, desde a primeira hora, ao estudo e à reconstituição histórica do típico bairro lisboeta. De igual modo, revelam o ávido interesse em conhecer e traçar o mais aprofundadamente possível a história da casa onde o pai abriu os olhos para o mundo, na antiga rua da Torre de São Roque (atual rua de São Pedro de Alcântara).

²⁸⁵ ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 19, Maio 3, n.º 4, Documento 6. Carta de Júlio de Castilho para António Feliciano de Castilho ([09] set. 1867).

²⁸⁶ Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, 2.ª ed., t. IV, p. 155.

²⁸⁷ Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, 2.ª ed., vol. I, 1902, p. XVI.

Curiosa, mas não surpreendentemente, a morte de António Feliciano de Castilho marcou um volte-face na postura do filho. Este marcante acontecimento («esta [dor] não é das que o tempo consegue apagar»²⁸⁸) contribuiu sumamente para definir o seu futuro, incitando-o ao trabalho empenhado e disciplinado, em manifesto contraste com as suas práticas anteriores. Em carta enviada ao conde de Sabugosa após o trágico falecimento de uma filha deste, Castilho incitou o amigo a entregar-se ao trabalho literário, pois «é o melhor dos medicos logo depois da crença.»²⁸⁹ Não admira, portanto, que a figura do pai e a perpetuação da sua memória se tenham tornado no seu derradeiro desígnio e que o tenham conduzido, inesperadamente, à temática pelo qual ficou imortalizado.



Casa onde nasceu António Feliciano de Castilho. Desenho de Júlio de Castilho, 1880.

288 ANTT, Ávila e Bolama, Caixa 13, Maço 13, Documento 284. Carta de Júlio de Castilho para António José de Ávila (28 jul. 1875).

289 Carta de Júlio de Castilho para o conde de Sabugosa (5 nov. 1902). Coleção particular.

O volume de informação coligida, e, ainda, a qualidade e novidade no tratamento da mesma, impeliram o autor a compilar tudo num livro, ao qual chamou *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, o «primeiro de uma série de descrições archeologicas da nossa capital», como desde logo assume.²⁹⁰ Aprofundará a ideia numa esclarecedora *nota ao leitor* escrita no último volume da *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes* (1890), na qual nos informa que «a Parte I, chronica do Bairro-alto, foi um balão de ensaio, nascido de circumstancias de todo alheias ao plano geral, cuja concepção ainda não existia. Esse volume (a ter o auctor tencionado, já então, continuar systematicamente os seus estudos) deveria ser o 14º ou 15º da collecção. Os primordios de Lisboa, a descrição de Alisubbo e Olisipo, deveriam ser em rigor a Parte I da *Lisboa antiga*.»²⁹¹ Apesar das circunstâncias casuais da publicação do primeiro livro da *Lisboa Antiga*, o reconhecimento de que este constituía a primeira parte de um estudo dedicado inteiramente a Lisboa é revelador do desejo do autor em aprofundar e alargar os estudos históricos da cidade para colmatar um vazio identificado pelo próprio:

A historia de Lisboa está por escrever. Dava uma bella obra, sem duvida, que ainda falta na nossa bibliographia. A não ser escritos dispersos e incompletos, embora eruditos e valiosos, nada temos coordenado e deduzido. Compendiarei por tanto a descrição summaria de uma parte ao menos do grande todo.²⁹²

O conhecimento reunido e o gosto pessoal de Castilho pelo genuíno Bairro Alto lisboeta culminaram no feliz *Acaso da Olisipografia*²⁹³, que daí em diante floresceu sem cessar. Ao primeiro volume editado em 1879, simbolicamente considerado o ano inaugural da Olisipografia, seguiram-se mais 13. Entre 1884 e 1890, publicou os sete volumes da *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, em 1893, o volume d'A *Ribeira de Lisboa, descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho* e, entre 1902 e 1904, reeditou a *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, numa 2.ª edição amplamente revista e muito acrescentada, composta por cinco volumes. Sobre a temática, publicou ainda um texto em *A Arte e a Natureza*

²⁹⁰ Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, p. III.

²⁹¹ Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. VII, Lisboa, Livraria Ferreira, 1890, [s. p.].

²⁹² Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, pp. III-IV.

²⁹³ Aproveita-se aqui o feliz título de uma exposição sobre o primeiro centenário da morte de Júlio de Castilho, patente no Museu de Lisboa entre novembro de 2018 e maio de 2019.

em *Portugal* (1902) e alguns (poucos) artigos em periódicos. Por cumprir, ficou *A Parochia do Lumiar* (1913), cujo único manuscrito se perdeu no ataque de milícias republicanas à redação do jornal *O Universal*, no qual chegaram a ser publicados três fascículos²⁹⁴; e um estudo sobre o Palácio de Santo Amaro, secular casa de família do amigo conde de Sabugosa que Castilho tanto admirava.²⁹⁵



—
Ardinas na travessa
da Queimada,
Bairro Alto,
[1890-1930].

Convém lembrar que, em paralelo à *Lisboa Antiga*, Júlio escreveu as memórias do pai. Por esta razão, estes dois trabalhos são indissociáveis e complementares. No Arquivo da Universidade de Coimbra e no vasto fundo de Júlio de Castilho guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, encontra-se a documentação que serviu de base às *Memórias de Castilho*; infelizmente, o mesmo não sucede com a *Lisboa Antiga*.

294 «Foi mais uma provação que a Providencia me quis mandar. Pois foi pena. Eu tinha compulsado basta papelada, contas, registos parochiaes, e tradições de gente idosa do sitio; tinha dado a toda essa cordilheira uma fôrma leve, literaria; tinha trabalhado com amor. Acabou-se. Podia ser peor, bem peor, se se tratasse das *Memorias*. Ainda assim fiquei desesperado, mas passou a furia. Todos me aconselham que recomece a tarefa, visto existirem todas as fontes, menos os registos parochiaes; não sei se a energia me chegará ainda para novo cometimento; talvez não.» BNP, Espólio A/1060. Carta de Júlio de Castilho para Xavier da Cunha (11 nov. 1913).

295 Tiago Borges Lourenço, Raquel Seixas e Hélia Silva, «O 9.º Conde de Sabugosa e Júlio de Castilho, História de uma Amizade», *Sessão Evocativa. Centenário da morte do 9.º Conde de Sabugosa*. António Maria de Melo César e Meneses (1854-1923), Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 13 nov. 2023.

No entanto, é fácil intuir que a metodologia usada numa obra foi repetida na outra. As dezenas de caixas destinadas ao espólio das *Memórias* mostram-nos a metodologia de trabalho adotada, na qual ressalta a organização imaculada de toda a documentação, ordenada em função dos assuntos e compilada em índices para facilitar a consulta, nomeadamente os respeitantes à correspondência enviada e recebida ou à cronologia de todas as obras do eminente poeta. Como anteriormente foi observado, a afeição por índices é uma marca distintiva do trabalho de Castilho, à qual se somam o gosto pelos resumos e apontamentos de obras históricas, como o *Santuário Mariano* ou *Mappa de Portugal*, e as tabelas com o levantamento dos registos estatísticos das freguesias de Lisboa, realizados por diversos autores ao longo dos séculos e minuciosamente coligidos por si. De mencionar igualmente que algumas das suas obras foram complementadas com índices remissivos e temáticos de cada capítulo.

As próprias obras são outra fonte inesgotável de informação que nos esclarecem sobre os métodos e as fontes de estudo usadas. Nas *Memórias de Castilho*, o autor teve mesmo o cuidado de esclarecer o leitor que, para a sua construção, leu «seguidamente as obras todas de Castilho com a maior atenção, esquadrinhando advertencias, notas, todas as datas, cotejando-as, estudando-as», reconhecendo que «essa fonte deu imenso. [...] Além d'isso, as conversações dos parentes e dos amigos do poeta foram, ao longo dos anos, deixando-me muito efficazes subsidios, que eu logo enthesoirava pela escripta (sem elle o suspeitar), e depois achei, vivos e palpitantes, quando d'elles precisei.

É tão verdade isto, que muita vez elle me consultou sobre tal ou tal passo da sua carreira; e quando, como frequentemente aconteceu, lhe pediam apontamentos biographicos, respondia:

— Vão ter com o Júlio, que sabe mais de mim “do que eu nunca hei de saber.”»²⁹⁶

Mas a semelhança entre estas duas obras não se esgota no método de trabalho e afirma-se também no estilo literário e na abordagem às diversas temáticas. A título ilustrativo, enumeramos a necessidade de conhecer as famílias e as gerações que privaram com o poeta, através de estudos genealógicos e sociais complementados pela descrição das várias casas que habitaram e pelo registo das transformações ocorridas no interior e exterior das mesmas.

²⁹⁶ Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, t. II, p. 247.



—
*Índice do Mappa de
Portugal*, elaborado por
Júlio de Castilho.

—
Índice de assuntos,
lugares e monumentos
lisboenses, elaborado
por Júlio de Castilho.
Letra C.



Pasta contendo papeis
originaes relativos á
venda de um terreno no
sitio da "Corte-Real", em
Lisboa. Espécime da
olisiponiana oferecido
por Carlos Ferreira
Borges em 1894.

Documentação
relativa a temáticas
lisbonenses.
Espécimes da
olisiponiana.

São estas *Memórias de Castilho* a narração exclusiva dos setenta e cinco annos de um só homem? Certamente não. Aqui enfaixaram-se, per si mesmas, innumeraveis noticias de muita gente mais ou menos conhecida, cuja sombra se projectou, com maior ou menor nitidez, na tela da nossa historia litteraria. Como escrever tantas chronicas, como destrinçar tantos fios, sem muitissimas minucias?

A causa da seccura, da mudez, da aridez, da inopia da nossa historia litteraria antiga, é justamente a falta de feição familiar, narrativa e descriptiva, nos escriptos biographicos [...].

Se é verdadeiro o que disse Lamartine nas *Novas confidências*, que todo o homem singelo é um poema para quem o sabe folhear, muito mais vasto interesse deve offerecer um livro, que não estuda apenas um litterato, mas compendia todas as relações sociaes, affectuosas, e litterarias, que elle manteve com o seu tempo. Desenganemo-nos: aqui não se retrata só um poeta; retrata-se a sociedade em que elle viveu, e procura-se fixar o papel psychologico d'essa sociedade.²⁹⁷

Será este o principal motivo para as constantes flutuações no discurso e no foco das matérias, que oscilam entre dados sobre pessoas e famílias, arquiteturas, costumes e tradições populares. A este respeito, identifica-se uma manifesta necessidade em associar o edificado às pessoas que nele viveram, trabalharam ou foram sepultadas, insuflando-se, por esta via, alma e memória às pedras aparentemente inertes. Podemos afirmar que esta atitude corresponde a uma das ideias-chave da Oisipografia clássica: o estudo da sociedade e dos edificios enquanto componentes indissociáveis da cidade e dos seus agentes. Este caminho permitiu também a Castilho continuar a desenvolver os estudos genealógicos, uma das principais âncoras do seu trabalho e cuja importância foi reconhecida numa das suas primeiríssimas obras, na qual considerou que «a Genealogia trabalha no mundo domestico; compõe com as pedras ainda tépidas dos amores de familia. Quando historia do filho, recorda e illustra os Avós; quando narra do Avô olha para o futuro, cren-te e firme na honra dos bisnetos.»²⁹⁸ Basta folhear apressadamente toda a obra dedicada a Lisboa para intuirmos o peso atribuído aos estudos genealógicos, onde quase tudo foi pretexto para este enfoque.

Um olhar atento para a *Lisboa Antiga* permite compreender ter sido realizada sob duas perspectivas e abordagens: a cronológica e a geográfica. No que respeita à abordagem cronológica, tomemos como referência

²⁹⁷ Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, 2.^a ed., t. V, pp. 261-262.

²⁹⁸ Júlio de Castilho, *Memórias dos Vinte Annos — Fragmento*, p. 140.

o volume IV da *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, inteiramente dedicado à Lisboa Cristã de D. Afonso Henriques e, por essa mesma razão, focado na freguesia do Castelo e na Sé. Contudo, o estudo não se circunscreveu à cronologia da reconquista e da fundação cristã e extrapolou largamente essas datas, chegando até ao momento da escrita, numa opção por um entrecruzar de cronologias e informações plenamente assumido pelo autor e recorrentemente repetido ao longo do seu trabalho — «gosto muito de ir entrelaçando a Lisboa contemporânea na Lisboa antiga.»²⁹⁹ Muito a propósito, numa das críticas à obra, Borges de Figueiredo acentuou esta «discordância entre a maior parte da matéria e o título da obra, que melhor se chamaria *Lisboa antiga e moderna*.»³⁰⁰ Por sua vez, nas duas edições da *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa* e no volume da *Ribeira de Lisboa*, a orientação das matérias seguiu essencialmente o escopo geográfico.

Uma vez mais, um dos seus guias primordiais foi António Feliciano de Castilho. O poeta cedo incitou os filhos a percorrer a cidade e os seus arredores, estimulando por esta via o gosto pela História e a sua apreensão através de experiências imersivas. Mas, primeiro, lia-se e pesquisava-se sobre «qualquer ponto histórico; descrições de cenóbios ou outros sítios celebres nos arredores de Lisboa, para obrigar a passeios campestres e investigações literárias [...] tudo servia a Castilho para os seus educativos intuitos.»³⁰¹ A ideia que esteve na base destes estímulos foi sobretudo a da apreensão do conhecimento através da prática, promovendo o contacto directo com os monumentos e com os lugares e impelindo os filhos a ver, a descrever e a questionar:

Líamos com ele a descrição do convento de S. Domingos de Bemfica por Frei Luiz de Sousa; analysavamos com elle aquelle portuguez musical como os sons de um alaude; estudavamos a vida dos Reis e monges ali citados.

No dia seguinte, com um pequenino farnel e uma pasta para desenhos e apontamentos, sahiamos de madrugada para Bemfica, perguntando o caminho, e descobrindo, por assim dizer, aquelas paragens à voz de Frei Luiz. Viamos e copiavamos o Satyro, almoçavamos junto d'elle umas *sandwiches*, umas torradas, um gole de vinho, regando tudo com a lymphá purissima da celebre fonte, viamos a igreja, divagavamos

²⁹⁹ Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. V, p. 227.

³⁰⁰ Borges de Figueiredo, «Lisboa Antiga por Julio de Castilho. Parte II Bairros Orientaes. Tom. VI», *Revista Archeologica: estudos e notas*, vol. III, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1889, p. 158.

³⁰¹ Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, t. VIII, Instituto de Coimbra, vol. 50, 1903, p. 124.

nos claustros ermos, dormitávamos a uma sombra; e, quando voltávamos a casa para jantar, a *Historia de S. Domingos* era outra para nós, iluminava-se de um clarão extranhíssimo de realidade; e aquella litteratura morta revivia; e aquellas bafagens dos seculos antigos repassavam-nos.

E nosso pai fazia-nos descrever-lhe o que víamos, e interrogava-nos, como n'uma sabbatina, e corrigia tal ou tal apreciação, e elogiava tal ou tal phrase verdadeira que proferíamos.³⁰²

Perante esta rotina familiar, não é de admirar que, logo em 1879, na nota de abertura à *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, Castilho incite também os seus leitores a percorrer e a «divagar nos bairros velhos» e a «esquadrinhal-os com olhos de antiquario e de artista»³⁰³, convidando-os a iniciarem um diálogo estimulante com a cidade, através do contacto directo com o património e com a sua história, por intermédio de expressões como «eis-nos» ou «olhemos pois». Houve quem acolhesse o repto e confidenciasse ao autor que após «a leitura da “Lisboa Antiga”, sua encantadora obra», ficou «com imenso apetite de correr a nossa capital à procura dos pontos interessantes tão magistralmente descriptos no seu livro.»³⁰⁴

De resto, o contacto directo com estes *pontos interessantes* — palácios, igrejas, conventos e demais edificios históricos — foi um princípio que Castilho nunca abandonou; muito pelo contrário, fez dessa convivência uma das bases metodológicas do seu trabalho. Nos vários volumes da *Lisboa Antiga*, relatou, sempre que pôde, o estado em que se encontravam os edificios e descreveu-os pormenorizadamente, assinalando os seus elementos mais importantes e característicos. De um modo bastante recorrente, tirava calcos de inscrições antigas mais desgastadas pelo tempo ou copiava pormenores de arquiteturas para o seu caderno de desenhos, fazendo jus à sua reconhecida aptidão para o desenho. As assíduas visitas aos locais foram, assim, diligentemente acompanhadas pelo registo visual, sabiamente empregue nos seus estudos olisiponenses.

Possuo varios desenhos coloridos, por mim mesmo tirados conscienciosamente, ha já annos, no palacio dos Machadinhos. Servem-me de recordação de tempos muito antigos, e agora auxiliam-me na descriptção do notavel edificio [...]. Ainda ha pouco desenhei de memoria

³⁰² *Ibidem*.

³⁰³ Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, p. IV.

³⁰⁴ ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 7, Maço 1, Documento 34, n.º 3. Carta de Júlio de Pedro João de Moraes Sarmento (marquês de Fronteira) para Júlio de Castilho (22 out. 1886).

um plano muito aproximado do enorme casarão, e isso recordou-me muitos pormenores interessantes.³⁰⁵

Como vimos, o desenho foi a sua lente e o repositório das suas primeiras impressões, ao qual recorria frequentemente para complementar a escrita, como, de resto, assumiu no subcapítulo dedicado ao antigo sítio do Borratém:

Quem examinar com atenção o arco ainda hoje existente, e o seu embasamento, cujas pedras reproduzi no meu desenho com exactidão photographica, notará que deviam ser tudo isso (a exemplo do que ás vezes se usava na idade media) os supports por cima dos quaes poisava um edificio, vasto certamente, e cuja serventia ignoro.³⁰⁶

A aptidão de Castilho para o desenho e a sua forte sensibilidade artística desempenharam um papel estruturante no seu percurso. O dom e a metodologia do debuxo foram complementados pelas infinitas anotações nos cadernos (infeliz e conscientemente destruídos pelo biografado) que, tal como os álbuns dos desenhos, o acompanhavam para todo o lado, servindo algumas vezes de refúgio e de terapia. Tomemos como exemplo uma viagem a Leiria realizada no ano de 1854 na companhia do pai, onde Júlio passou a maior parte do tempo «a passear nos arredores, ou a desenhar (como sabia) o que avistava, ou a devanear longas horas n'algum cabeça d'onde se podia mirar o Castello, ou a redigir em caderno as [suas] impressões.»³⁰⁷ Mais tarde, socorreu-se destes desenhos e destas anotações para escrever um capítulo das *Memórias de Castilho*. Este ritual foi repetido vezes sem conta na *Lisboa Antiga*.

Apoiou também uma parte significativa dos seus estudos em ferramentas visuais de outros autores. Na verdade, Castilho fez dos desenhos, das gravuras, das pinturas e da cartografia verdadeiros instrumentos de trabalho, imprescindíveis em todo o processo criativo e estruturantes na escrita das suas obras, como o reconheceu por diversas vezes: «Quem examinar com toda a atenção, como eu examinei centenaes de vezes o grande quadro a oleo, vista de Lisboa, na academia real das bellas-artes, [...], percebe uma frontaria de empena ponteaguda olhando ao poente.»³⁰⁸

305 Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, 2.ª ed., t. VI, pp. 56-57.

306 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. II, Lisboa, Livraria Ferreira, 1884, p. 307.

307 Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, 2.ª ed., t. VII, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p. 66.

308 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. V, p. 35.



*Olissippo quae nunc
Lisboa... (pormenor),
George Braunio,
ca 1598.*

*Egreja parochial
de Santa Catherina,
segundo Braunio.
Desenho de Júlio de
Castilho, [1900-1904].*



*Grande Panorama da
Lisboa (pormenor),
Gabriel del Barco
[atr.], ca 1698/1699.*

*Vista da Casa do
Noviciado [da Cotovia].
Desenho de Júlio
de Castilho,
década de 1880.*



O processo de estudo e de investigação principiava sempre por uma observação rigorosa destas obras, passando depois para o decalque dos edifícios ou das ruas representadas, aproximando-se o mais possível das suas antigas formas arquitetónicas e urbanas. De igual modo, o Grande Panorama de Lisboa em azulejo e as gravuras de George Braunio contam-se entre as ferramentas iconográficas indispensáveis para os estudos que desenvolveu, enquadrados no que hoje poderíamos denominar de arqueologia da história da arquitetura de Lisboa. No entanto, e apesar de reconhecer as vantagens deste método, Castilho também identificou as suas fragilidades enquanto documento histórico fidedigno, pois «a gravura nunca é *rigorosa*, e muito menos o era no tempo em que não havia *photographia*, e em que um obscuro artista allemão se valia apenas de um desenho qualquer tirado em Lisboa sabe Deus por quem, e convencionalissimo em muitos accessorios. Dou apenas parte ao leitor da impressão que me causa o exame da referida gravura observada com lente, e commentada pelos meus modestos estudos artisticos; também ás vezes são um vidro de augmentar, com que se descobrem minucias, que á vista nua escapariam.»³⁰⁹

No que concerne à cartografia, a *Planta da cidade de Lisboa* levantada em 1650 pelo arquiteto João Nunes Tinoco foi uma das primeiríssimas fontes visuais que utilizou, citando-a recorrentemente nos seus estudos para identificar locais desaparecidos com o Terramoto de 1755 ou aquando das transformações em curso na cidade.

Providencialmente, muitos destes desenhos foram reproduzidos na sua vasta obra, num claro reconhecimento da sua capacidade comunicativa, especialmente útil quando se reporta a edifícios e a locais desaparecidos. Este uso recorrente do desenho arquitetónico e cartográfico traduz um apuro metodológico aliado à incomensurável vontade de vulgarizar e dar a conhecer, de um modo mais acessível e imediato, a história da antiga cidade de Lisboa. Nos estudos sobre igrejas ou palácios, utilizou plantas e alçados para assinalar os locais dos altares ou dos aposentos, facilitando sobremaneira a leitura e a inteligibilidade desses edifícios. Neste ponto em concreto, seguiu a par e passo as orientações metodológicas já implementadas no boletim da Real Associação dos Architectos Civis (publicado desde 1865) e posteriormente empreendidas também por Sousa Viterbo no *Diccionario histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou a serviço de Portugal* (1899) e pelo conde de Sabugosa n' *O Paço de Cintra* (1903), por meio da colaboração artística da rainha D. Amélia, Enrique Casanova e Raul Lino.

³⁰⁹ Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa. Descrição Historica da Margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho*, p. 252.

O apuro metodológico está também espelhado no recurso à cartografia para estudar áreas concretas de Lisboa, sobrepondo a da cidade antiga à da cidade moderna, que Castilho também utilizou como ferramenta operativa de estudo, ao justapor a localização das ruas de novo rasgadas em torno do Rossio (a vermelho) sobre a *Planta Topographica exacta do sitio que comprehende a Ilha em que estava edificado o Hospital Real de Todos os Santos desta Cidade, o Convento de São Domingos e Casas assim do Il^{mo} e Ex^{mo} Marquês de Cascaes, como as dos particulares*, de 1750 (a preto) — elemento postumamente usado no volume X da 2.^a edição da *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes* (1937). Castilho sempre reconheceu a importância que para si (e para esta sua forma de trabalhar) teve o arquiteto José Valentim de Freitas, falecido em 1870 e a quem dedicou elogiosas palavras, apesar de nunca o ter conhecido.³¹⁰ Considerou-o «outro maniaco das velharias» lisboenses que se deu «á mania [...] da reconstrucção graphica da velha Lisboa [...]». Andava por uso e costume, a farejar inscrições, cunhaes lavrados, portaes característicos. Quando se demolia algum edificio celebre, lá estava elle, de lapis e album, a tirar os alçados e as medições, sosinho, com ar pasmado e attento, por entre o esboroar das paredes, e sobre cordilheiras de calça. [...] Depois ia metter-se quando podia, nas bibliothecas e nos archivos; corria os antigos tombos com uma paciencia chineza; cotejava; inferia; apontava; deduzia; e dos muitos materiaes que junctara, conseguira esboçar (graças á sua pericia, ao seu faro inexplicavel, e auxiliado dos incompletos planos anteriores ao terremoto grande, e de outros subsidios que só elle possuia) alguns largos trechos do grande quadro que imaginava: a topographia da Lisboa que desapareceu.»³¹¹

A partir do primeiro tomo dos *Bairros Orientaes*, aparecem com bastante regularidade menções ao seu trabalho: «Além da gravura do citado George Braunio, possuo na minha collecção um lindissimo calco em papel vegetal, feito a bico de penna pelo impagavel Jose Valentim de Freitas sobre uma antiga gravura quasi identica á do *Theatrum Urbium* (mas visivelmente outra chapa).»³¹² A adição destes e de outros referentes está na base do salto qualitativo e metodológico entre a primeira edição da *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa* e os treze volumes que se lhe seguiram. As fragilidades desta edição de 1879 foram mordazmente assinaladas pelo historiador Joaquim de Vasconcelos:

³¹⁰ Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. I, pp. 102-105.

³¹¹ *Ibidem*, pp. 102, 104-105.

³¹² Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. VI, Lisboa, Livraria Ferreira, 1889, p. 215.



Planta topographica exacta do sitio que comprehende a Ilha em que estava edificado o Hospital Real de Todos os Santos desta cidade... Cópia e sobreposição de Júlio de Castilho, 1882.

«É uma compilação interessante, predominando comtudo a feição anecdótica, havendo aliás abundantes documentos historicos a explorar, porque ha mais subsidios do que o auctor pretende insinuar (p. III); as nossas fontes o provam. Não se estando bem preparado, é que tudo são difficuldades, e o auctor não o estava. [...] Para citar só fontes capitaes, diremos que o sr. C., não viu sequer o tratado de Holanda sobre Lisboa, que hoje publicamos [...]; não viu também a descripção de Lisboa, de Damião de Goes (Evora, 1544) [...]. Não viu, e este facto é o mais grave, se quer a única planta *topographica* de Lisboa, anterior ao terramoto, de João Nunes Tinoco, planta official de 1650, vulgarisada em 1853 pela Imprensa Nacional. [...] A deficiencia das fontes e principalmente o pouco conhecimento dos planos antigos da capital — questão de methodo — prova ainda o que acima dissemos: que o auctor não estava bem preparado para o seu trabalho. [...] As suas definições, classificações, etc., são, em geral, ingenuas, e fazem sorrir bastantes vezes.»³¹³

Vascellos tinha razão, as lacunas metodológicas na primeira edição do *Bairro Alto* são evidentes. Tendo resultado de um enfoque ao tema totalmente inédito, podemos-la hoje ver como uma experiência que serviu sobretudo para abrir este campo de investigação a Castilho. Algumas destas falhas foram colmatadas nos tomos seguintes, é disso prova a publicação de uma segunda edição aumentada da obra, composta por cinco

³¹³ Joaquim de Vascellos, *Archeologia Artistica*, vol. II, fasc. VI, 1879, pp. xv-xvi.

volumes e na qual é possível atestar a evolução metodológica e a maior profundidade de conhecimento do autor. O salto qualitativo foi, de resto, validado pela Academia Real de Belas-Artes, quando, a 22 de dezembro de 1903, propôs a Castilho a distinção de Sócio de Mérito pela *Lisboa Antiga*, que o autor declinou respeitosamente.

Apesar das fragilidades apontadas, a publicação do primeiro volume da *Lisboa Antiga* contribuiu para a sua afirmação enquanto estudioso da cidade histórica. Uma das faces mais visíveis deste enfoque e reconhecimento está materializada na formação da sua coleção, sugestivamente intitulada por *olisiponiana*.³¹⁴ A coleção, composta maioritariamente por fotografias, plantas, gravuras, litografias, recortes de jornal, manuscritos e desenhos, foi um importante instrumento operativo de trabalho, onde cada objeto assumiu um valor enciclopédico inscrito à cidade de Lisboa, numa clara aproximação à leitura de Walter Benjamin para quem «coleccionar é um fenómeno primitivo do estudo: o estudante é aquele que colecciona conhecimentos.»³¹⁵ Através da análise do conteúdo da *olisiponiana* percebemos que tanto as aquisições como as ofertas se intensificaram a partir de 1880, encontrando-se entre os ofertantes Inácio de Vilhena Barbosa, Xavier da Cunha, Anselmo Braamcamp Freire, José Artur Bárcia e António César Mena Júnior. O progressivo aumento do número de exemplares, adquiridos ou oferecidos, espelha a afirmação e o interesse de Júlio pelos assuntos relativos à cidade histórica de Lisboa, assim como a gradual profissionalização e apuro metodológico.

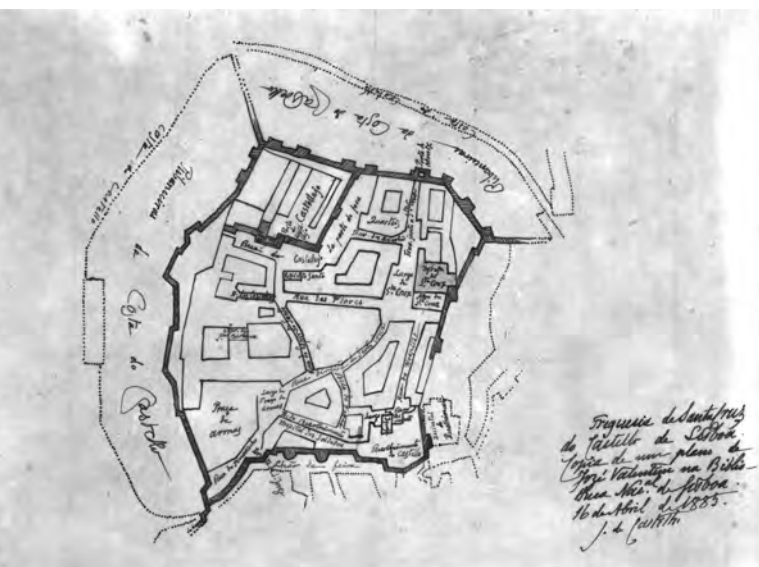
Em Oitocentos, o hábito de colecionar foi transversal a muitas figuras cultas, cada uma com gostos e interesses específicos. Castilho iniciou-se pelas coleções de assinaturas de pessoas ilustres e de gravuras de santos. Mais tarde, dedicou-se com especial afincio à *olisiponiana* (coleção de itens relacionados com Lisboa) e à *castilhiana* (coleção de itens relacionados com António Feliciano de Castilho), também constituída por aquisições a expensas próprias e ofertas recíprocas; Júlio de Castilho recebia, mas também presenteava:

«O snr. Antonio da Costa Trancoso fez-me presente d'esses objectos, e eu, que não collecciono moedas, nem vivas nem mortas, nem verdadeiras nem suppositicias, ofereci as chapas a meu irmão Augusto para um anexo da sua colecção numismática.»³¹⁶

314 Esta coleção integra o Fundo Júlio de Castilho, depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (PT/TT/JCS/B).

315 Walter Benjamin, *As passagens de Paris*, Porto, Assírio & Alvim, 2019, p. 325.

316 Júlio de Castilho, *A Quinta de Sant'Anna. Ameixoeira*, Lisboa, Empresa do Anuário Comercial, 1936, p. 30.



Freguesia de Santa Cruz do Castello (plano anterior ao século XVIII). Espécime da olisiponiana, copiado por Júlio de Castilho a partir de um plano de José Valentim de Freitas, 1885.

«Cruzes da Sé», Diário Ilustrado (10 jun. 1874). Espécime da olisiponiana, oferecido por Clementina da Costa em 1889.

Anúncio de venda
de edificio na rua do
Passadiço. Espécime
da *olisiponiana*,
oferecido por
Francisco José de
Carvalho em 1899.

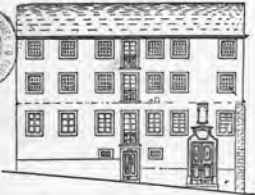
BOM EMPREGO DE CAPITAL

VENDA DO

**Recolhimento da Natividade de Nossa Senhora
e Santa Maria Magdalena**

SITUADO NA
RUA DO PASSADIÇO, N.º 18 — LISBOA
tendo também entrada pela Roca do Forno que liga com a Rua de Santa Antónia
das Capuchas

Vende-se por 11:000\$000 réis
ou o que se combinar



Este recolhimento foi fundado no anno de 1587 por algumas
pessoas piedosas e illustres. E' de solida construção e foi sub-
tamente restaurado. Tem além da Igreja com suas depend-
encias, quatro andares com 54 divisões ou casas, muitas d'ellas espa-
çosas e todas com janellas e por isso claras, como consta da seguinte
descrição:

Edificio do recolhimento e Igreja — Este edi-
ficio é situado na Rua do Passadiço, numero 18, por onde tem a
sua entrada principal, freguezia de S. José, 2.º bairro, situação
central, a tres minutos da Avenida da Liberdade e compõe-se de
cinco pavimentos a saber:

Pavimento terreo — Com entrada pelo numero dezoito;
entrando-se, á direita, fica uma porta que dá serventia para a

Igreja da Conceição
Velha. Gravura.
Espécime da
olisiponiana, oferecido
por Inácio de Vilhena
Barbosa em 1886.



A partir dos *Bairros Orientaes*, todos os livros dedicados à Lisboa Antiga foram construídos com base numa metodologia coesa e uniforme, ancorada em cinco ferramentas essenciais: visita aos locais, fontes iconográficas, fontes orais, fontes manuscritas e fontes bibliográficas. Na diversa correspondência trocada e em várias menções inseridas na sua vasta obra, é referida amiúde a origem de algumas informações que usa, umas recolhidas por via do testemunho direto e outras pela consulta de manuscritos depositados em arquivos, bibliotecas, cartórios paroquiais ou pessoais.

Já assinalámos anteriormente o peso e a preponderância da partilha de conhecimentos e da entreaajuda intelectual entre Castilho e outros eruditos que o acompanhavam nas lides histórico-literárias. Uma vez deslocava-se para copiar «por [seu] punho, no livro respectivo do cartório»³¹⁷, outras tantas vezes davam-lhe as informações em mão ou por correio. Além disso, o trabalho que exerceu na Biblioteca Nacional e na Torre do Tombo ajudou também ao levantamento e à transcrição de uma parte significativa da documentação usada nas suas obras.

Existe esse documento na Torre do Tombo, e foi-me denunciado pelo meu bom amigo José Ramos Coelho, que não só teve a bondade de m'o citar, mas até m'o copiou supprindo com o seu trabalho a minha limitadíssima sciencia paleographica. Ao sr. Ramos Coelho, fica pois o publico devedor d'esta importante noticia.³¹⁸

O apoio mútuo passava igualmente pela partilha de apontamentos pessoais, muitos deles enviados por carta ao autor: «Cumprindo o que ha dias prometti verbalmente a V. Ex.^a tomo hoje a liberdade de passar ás suas mãos alguns apontamentos que digam mais ou menos com a valiosissima obra de V. Ex.^a “Lisboa Antiga”»³¹⁹; e também pela sugestão de leituras importantes para as diversas temáticas afloradas, como atesta o aconselhamento de Inácio de Vilhena Barbosa: «De certo que ha de conhecer umas publicações, que foi no Archivo Pittoresco, sob o título de [...] Fragmentos de um Roteiro de Lisboa, inédito.»³²⁰ Mal sabia este a influência que sempre teve em Castilho, que o tomou por mestre e ao seu *Roteiro de Lisboa* por guia, a ponto de afirmar que «quando eu era rapaz,

317 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. IV, Lisboa, Livraria Ferreira, 1885, p. 98.

318 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. VI, p. 217.

319 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 68, Maço 2, Documento 1(1), Carta de Guilherme João Carlos Henriques para Júlio de Castilho (18 jul. 1892).

320 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 4, Maço 5, Documento 3(19). Carta de Inácio de Vilhena Barbosa para Júlio de Castilho (21 ago. 1888).

parecia para mim uma festa a chegada do *Archivo Pittoresco* lá a casa meu Pae. Lia-o com elle, e reliamos e commentavamos os interessantissimos artigos do sr. Vilhena Barbosa. Foi o sr. Vilhena Barbosa e a voz suave de meu Pae, que me influiram este gosto entranhado da arqueologia lisboense; confessal-o-hei sempre.»³²¹

Apresentado o caminho e as principais bases metodológicas adotadas, é o momento de nos debruçarmos sobre os objetivos e as ideias que estiveram na génese da *Lisboa Antiga*. Somos assim levados diretamente ao centro nevralgico e fecundante de todo o seu trabalho: a Cidade de Lisboa, que, refletida nos bairros históricos, foi a força motriz de todo o pensamento castilhiano.

A temática da cidade está presente desde as suas primeiras obras. Em *Memórias dos Vinte Annos* (1866), descreve Lisboa aos olhos de um jovem recém-chegado da província que se deslumbra com tudo quanto vê. Em *Amor de Mãe* (1900), a cidade surge como um contraponto pernicioso à pureza campestre dos seus arrabaldes, capaz de desviar um jovem coração bondoso, mas imaturo, salvo *in extremis* pela intuição materna; em *A Mocidade de Gil Vicente* (1897) e em *Amores de Vieira Lusitano* (1901), recuperou traços da velha Lisboa para nela ressuscitar vida reais, há muito vividas. Mas em quase todas as outras encontramos Lisboa como cenário, personagem principal ou mero figurante incógnito. Não era, porém, só a capital que lhe merecia atenção. Logo em 1864, o tio José Feliciano gabou-lhe longamente o apuro de uma descrição de um passeio que realizara pouco antes a Sintra («linda, lindissima, archi-lindissima carta Cintrense, objecto de muitas conversas e admirações»³²²) e que transformou numa das suas correspondências para o *Diário Oficial do Rio de Janeiro*³²³ — anos mais tarde publicará anonimamente um estudo sobre o Paço de Sintra (1886). De igual modo, a longa correspondência trocada com D. António da Costa, aquando da sua separação matrimonial e subsequente estadia no Porto, revela-nos o interesse crescente pelos diversos aspetos da cidade. Nestas cartas, Castilho descreveu o Porto a partir das suas próprias deambulações e roteiros e fitou a arquitetura, as vivências sociais e as peculiaridades tradicionais e pitorescas. Mais tarde, adotou o mesmo género discursivo para dissertar sobre o arquipélago dos Açores.³²⁴ Este trabalho granjeou-lhe rasgados elogios por

321 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. IV, p. 343.

322 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 58, Maço 4, Documento 2(100). Carta de José Feliciano de Castilho para António Feliciano de Castilho (8 out. 1864).

323 *Diário Oficial do Rio de Janeiro* (25 set. 1870).

324 Júlio de Castilho, *O Archipelago dos Açores*, Lisboa, David Corazzi, 1886; Júlio de Castilho, *Ilhas Occidentais do Archipelago Açoriano*, Lisboa, David Corazzi, 1886.

parte de alguns ilustres açorianos, que lhe atribuíram valor histórico-pedagógico: «É um grande livrinho de muito mérito para o seu autor e para nós, e neste género foi V. Ex. de uma lembrança maravilhosa, porque as corografias pouco adiantam nas escolas.»³²⁵

A produção olisipográfica de Júlio de Castilho insere-se numa conjuntura literária favorecida pela afirmação na imprensa periódica do folhetim-crónica e do romance folhetinesco. O primeiro apostou nas crónicas da atualidade, com notícias nacionais e internacionais, notas de viagem, recensões, críticas literárias e teatrais, entre outras — observe-se, no caso de Lisboa, a obra de Júlio César Machado. O segundo incidu nas narrativas literárias publicadas em série nos jornais e revistas, nomeadamente romances ou novelas. Em Portugal, este último género afirmou-se nas diversas descrições de lugares e cidades e, de forma particular, no romance de Almeida Garrett *As Viagens na Minha Terra*, inicialmente publicado na *Revista Universal Lisbonense*, entre 1843 e 1845.

Em França, o principal centro produtor e definidor de tendências, a tradição literária do folhetim depressa chegou à publicação em livro, através das compilações de artigos realizadas no *Paris ou Le livre des cent-et-un* (1831-1834), *Les Français peints par eux-mêmes* (1840-1842) e *Le Diable à Paris* (1845-1846). Segundo Walter Benjamin, estes livros, destinados a serem vendidos essencialmente nas ruas, representam o primeiro plano da literatura panorâmica que traça, através do modelo anedótico, o amplo retrato dos costumes e das tradições da vida social, política e artística parisiense, constituindo-se num importante repositório de informações da sociedade do tempo.³²⁶

Depois de abordadas as pessoas, foi a vez de contemplar a relação delas com a cidade, em publicações como *Paris dans l'Eau* (1844), *Paris à Table* (1846), *Paris marié, philosophie de la vie conjugale* (1846), *Paris la Nuit* (1855), *Paris à Cheval* (1883) e *Paris Pittoresque* (1883). Nestas obras, tudo passou em revista, tudo foi passível de ser documentado: dias de celebração e luto, trabalho e diversão, costumes conjugais, a família, o lar, as crianças, a escola, o teatro, as profissões, entre tantos outros temas citadinos e quotidianos. Segundo a perspetiva benjaminiana, a qualidade tranquila destas descrições combina com o estilo do *flâneur*, «who goes botanizing on the asphalt»³²⁷, e cuja prática surgiu em Paris no século XIX, em resposta às transformações aí ocorridas que alteraram

³²⁵ ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 5, Maço 1, Documento 20. Carta de João Ernesto Dias para Júlio de Castilho (19 nov. 1886).

³²⁶ Walter Benjamin, *Charles Baudelaire: A lyric poet in the Era of high Capitalism*, [s. l.], Verso Books, 1997, pp. 35-37.

³²⁷ *Ibidem*, p. 36.

profundamente as relações sociais entre cidadãos e a ligação destes para com a cidade.

É precisamente neste contexto que surge a figura do *flâneur*, imortalizada na literatura por Charles Baudelaire e transformada em sujeito representativo da modernidade por Walter Benjamin.³²⁸ A sua base metodológica é a deambulação e a observação sem compromisso. As ruas são a sua morada, as bancas de jornal a sua biblioteca e os bancos de jardim a sua mobília de quarto.³²⁹ Neste sentido, o *flâneur* e a *flânerie* estão intrinsecamente associados ao crescente interesse pela cidade e pela temática urbana que, na perspetiva deste, se assumem como forças catalisadoras, capazes de gerar novas reações, interesses e diferentes modos de perceção. Uns empreendem uma deambulação essencialmente sociológica, outros preferem uma deambulação física que permita recolher impressões do espaço que os rodeia. Foram estas características que levaram Baudelaire a considerar a figura do *flâneur* como o protótipo do indivíduo moderno, uma vez que este se distanciou do arquétipo burguês para se aproximar da vivência citadina e mundana.³³⁰ Por seu turno, Walter Benjamin defendeu a ideia da *flânerie* enquanto meio privilegiado para a investigação das transformações do espaço urbano.

Persuadido pelo pai, Castilho interessou-se precocemente pela temática da cidade, nas suas múltiplas perspetivas e abordagens. E, em conformidade com os seus interesses e ambições, perfilhou o estilo de vida do *flâneur* — deambulou, observou, fruiu e sentiu Lisboa com elevado entusiasmo e empenho.

Quem chega àqueles bairros históricos, que discorrem, se cruzam e entrecruzam pelos beccos, viellas e pateos escusos da Mouraria, da Graça, da Costa do Castello, de Alfama, e de S. Vicente, sai do século XIX. [...] Quando divago naquelles sitios ermos, para mim quasi desconhecidos, e por onde transito como um estrangeiro de longes terras, sinto um phenomeno de veras estranho: julgo estar ouvindo por sonhos as velhas chronicas de Ruy de Pina, Gaspar Corrêa, Duarte Nunes Leão, Christovão Rodrigues Acenheiro, Azurara, ou Fernão Lopes; ou cuido estar-me deliciando a folhear sosinho os *aitos* e as farças do saborosissimo principe do nosso teatro, Gil Vicente.³³¹

³²⁸ Gabriela Freitas, «Reconfigurações do conceito de *flâneur* pelas práticas artísticas do caminhar na artemídia contemporânea», *Acta Poética*, vol. 41, n.º 2, 2020, p. 132.

³²⁹ Walter Benjamin, *As passagens de Paris*, pp. 551-552.

³³⁰ Nuno Fonseca, «Fisiologias do *flâneur*: panorâmicas sobre a experiência estética da cidade» in *Planos de pormenor: Leituras críticas sobre a experiência da cidade*, IFILNO-VA/Húmus, 2023, pp. 103-128.

³³¹ Júlio de Castilho, *Memórias dos Vinte Annos – Fragmento*, p. 127.



—
 Anúncio aos Armazéns
 Grandella. Espécime
 da olisiponiana.

107, 113, AVENIDA DA LIBERDADE 107, 113



EXPOSIÇÃO
ANATômICA, ANTROPOLÓGICA, ETHNOLÓGICA E PATHOLÓGICA

Dois mil peças de estudo do corpo humano

DUAS COLLEÇÕES COMPLETAS DE EMBRYOLOGIA
Uma das peças é natural, representando o embrião desde a sua formação até a época da gestação.
Aparelhos para facilitar o estudo da embriologia.

OPERAÇÃO CESAREANA
Uma das peças é uma ilustração, porque mostra a operação e o resultado da mesma.

UM CORPO HUMANO, NATURAL, INTÉRIO SEM PELE
Que mostra a estrutura interna do corpo humano, desde o fígado até o coração, e a maneira de se relacionar com o exterior.

APOLLO ANATômICO
Uma peça de anatomia humana, representando a figura de um homem, que se desmonta em todas as partes do corpo.

A INQUISIÇÃO
Uma das peças de anatomia humana, representando a figura de um homem, que se desmonta em todas as partes do corpo.

GRANDE GALERIA ETHNOLÓGICA
Representando todas as raças humanas das cinco partes do mundo.

VENUS ANATômICA
Uma das peças de anatomia humana, representando a figura de uma mulher, que se desmonta em todas as partes do corpo.

O FORNO CREMATÓRIO SYSTEMA SIEMENS
Representando o forno crematório de Siemens, de Friburgo.

GRANDE COLLEÇÃO DE ENFERMIDADES
Representando todas as doenças humanas, desde a mais simples até a mais grave.



Nesta Exposição está aberto todos os dias desde as 9 horas da manhã até as 5 horas da tarde.

HABILITADO para receber pessoas que não são, 500 réis. — Entrada geral 100 réis. — Milhares sem gratificação. 50 réis. — A entrada é gratuita para os pobres, e a entrada é gratuita para os pobres.

A Direção.

Anúncio à Exposição
Anatômica,
Antropológica,
Etnológica e Patológica.
Espécime da
olisiponiana.

A rua foi uma das suas moradas, lugar onde tudo o encantou e se tornou objeto de comentário ou descrição. As montras, as arcadas, as tabuletas, o traje, os ofícios, os pregões foram a matéria-prima que enformaram as suas crônicas citadinas e cujo interesse ficou cristalizado na obra literária e na *olisiponiana*. Tal como o *flâneur*, empreendeu e orientou os estudos históricos e sociais de Lisboa a partir da deambulação pela cidade, no decurso da qual registou inúmeros quadros da vida quotidiana e citadina, recolheu impressões e ordenou a informação. A ele interessou-lhe particularmente a dimensão humana da cidade e foi sob esta perspetiva que privilegiou o retrato psicológico e social de Lisboa, conduzindo-o, de um modo muito particular e pioneiro, à temática da casa, lugar central das relações sociais, culturais e religiosas. Este enfoque aproximou-o da história íntima e da história das mentalidades, temas valorizados pela historiografia apenas no século xx, nomeadamente com o advento da *École des Annales*.³³² O estudo da casa fez-se, como notou Joana Cunha Leal, recorrendo a duas vias complementares, sustentadas no registo etnográfico da vivência tradicional do espaço urbano e na análise do seu património edificado.³³³

Curiosamente, para as *Memórias de Castilho* também lhe interessou o retrato de ambiências sociais e domésticas, captadas por via da sua forte sensibilidade artística.

Desde muito tempo dominava por aquelas paragens a cohorte dos negociantes ingleses, e dos diplomatas estrangeiros, gente, em geral, acostumada a cidades mais limpas e salubres do que era Lisboa, antes e ainda depois de 1755. Toda essa população forasteira e abastada habitava Buenos Ayres, tendo aliás escriptorios e chancellarias pela Baixa; e os usos e costumes de taes familias imprimiam ao sitio uma feição unica em toda a linha de Belem á Madre Deus.

No desenho e ferragens dos portões, nas côres escuras e serias com que essa gente pintava a oleo as frontarias, na graça com que eram decorados os interiores, e as entradas, no trajo das amas inglezas que levavam os meninos ao Passeio da Estrela.³³⁴

Porém, se nesta obra valorizou essencialmente o mundo burguês e erudito, na *Lisboa Antiga* interessou-se particularmente pelo diálogo entre esse mundo e o universo pitoresco e popular da cidade, sintetizado na arquitetura e nos costumes.

332 Peter Burke, *A Escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia*, 2.^a ed., São Paulo, Editora Unesp, 1992.

333 Joana Cunha Leal, *Arquitectura privada, política e factos urbanos em Lisboa. Da cidade pombalina à cidade liberal*, tese de Doutoramento, FCSH-NOVA, vol. 1, 2005, p. 10.

334 Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, t. VIII, vol. 50, 1903, p. 497.

Ora no meio d'esses quadros de feição varia, o Bairro alto de S. Roque, assumpto d'esta primeira serie de estudos, é, com a sua luz mitigada, as suas frontarias de um *chão*, as suas tabernas de antiquado desenho, e a sua cara hybrida cidadan e religiosa, é, sem tirar nem pôr, o seculo XVII.

O Bairro de S. Roque (falando architectonicamente) é aprumado, alinhado; a casa monacal fraternisa com o palacio, e o palacio já sorri para a habitação popular.³³⁵

Esta abordagem deu foco à arquitetura doméstica, um dos principais elementos caracterizadores e definidores do espaço urbano, intrínseco e estruturante à imagem e à memória da cidade.³³⁶ Castilho teve o arrojo e a perspicácia de valorizar, pela primeira vez em Portugal, esta tipologia arquitetónica. Foi o autor do primeiro ensaio da história da arquitetura privada de Lisboa, elevando-a ao nobre estatuto de património urbano, com capacidade para conferir individualidade, sintetizada na *feição pessoal* da cidade.³³⁷ De igual modo, a valorização arquitetónica da casa e o seu impacto na morfologia urbana permitiu-lhe enaltecer o projeto urbanístico da Baixa Pombalina, ideado e construído após o Terramoto de 1755.

Com o Terramoto de 1755, que foi á bruta um civilizador (civilizador bem cruel e bem cego), pensou-se muito á séria no novo systema de edificar.³³⁸

O projeto pós-terramoto orbitou, essencialmente, em torno de três figuras-chave: os engenheiros Manuel da Maia, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel. Esta ocorrência permitiu a concretização de um projeto *ex novo*, cuja opção urbanística e arquitetónica foi alicerçada nos valores da clareza, ordem, simplicidade e standardização de modelos, que o sentenciaram e desvalorizaram artisticamente durante largas décadas.

Neste ponto específico, retomamos as considerações tecidas por Joana Cunha Leal, que nos dão conta da depreciação artística a que foi votada esta empresa desde os finais do século XVIII, enquanto obra ferida pela marginalidade estética, onde monotonia, pragmatismo, repetição e falta de originalidade se configuraram como um grupo poderoso

335 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, p. 323.

336 Joana Cunha Leal, «A individualidade de Lisboa e o tipo de *casa portuguesa* em Júlio de Castilho», *Vinte e um por vinte e um. Revista da Escola Superior. Artística do Porto*, n.º 2 (2006), pp. 73-85.

337 *Ibidem*.

338 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, p. 354.

de anátemas que a sombrearam.³³⁹ Castilho teve o mérito de lhe conferir validade e centralidade estética, ao associar as características dos prédios plurifamiliares (ou de rendimento) pombalinos à tipologia específica da *casa portuguesa*, modelarmente enquadrados no *estilo simples da arquitetura*, tal como os palácios seiscentistas e outros edifícios de uso corrente.³⁴⁰

Salvo melhor juízo, e sem nunca desejar metter foice na seara alheia, figura-se-me o seguinte: construam-se em Lisboa os edificios nobres tomado por typo o nosso palacete urbano seiscentista; os edificios burguezes e de aluguer, tomado por typo (alterando-o e tornando-o mais elegante e leve) os desenhos pombalinos. [...] Os planos pombalinos estrêmes teem de bom (quanto a mim) o serem portuguezes, o conservarem a linha sóbria, e o terem desterrado a antiga baiuca plebeia das viellas escuzas.

Essa architectura pombalina, fria mas commodata, será apenas um meio, ou será um fim? Por outra: será transição para melhor? talvez; mas creio que devemos tomar-a como ponto de partida, e bordar sobre ella coisa mais graciosa.

O que se me figura, é que a misturada que se tem intrometido nas Avenidas novas é um chaos sem sabor e sem caracter nacional.

[...] Direi mais: traçar para Lisboa as casas como se traçam em Paris, como as traçava o Barão Hausmann, parece-me menos acertado. Paris tem a sua cara, nós temos a nossa. Fazer de uma serie de predios um arremedo pobre do *boulevard des Italiens*, é abastardar o nosso espirito nacional. Sejam sempre Portuguezes.³⁴¹

A atenção minuciosa e demorada que dedicou à cidade de Lisboa, equiparada à fisiologia da cidade defendida por Walter Benjamin, permitiu-lhe construir uma narrativa que teve ecos profundos na historiografia da arte portuguesa. Castilho, providencialmente, contextualizou a arquitetura pombalina à luz do fenómeno da longa duração, classificada por *estilo chão*.

Essa feição, revelada talvez no viver pautado, no cumprimento exacto do dever, na caridade sincera e não ostentosa, na observancia dos preceitos religiosos e civis, casava com o *estilo chão* da architectura,

339 Joana Cunha Leal, «Legitimação artística e Patrimonial da Baixa de Lisboa», *Monumentos*, 21 (2004), pp. 6-17; Joana Cunha Leal, «Plain, Pombaline and (Post)modernism: on some pre and post-Kublerian narratives on portuguese architecture», *System of History. George Kubler's Portuguese Plain Architecture. CES Contexto*, n.º 3, 2013, pp. 7-15.

340 Joana Cunha Leal, *Arquitectura privada, política e factos urbanos em Lisboa. Da cidade pombalina à cidade liberal*, pp. 22-40.

341 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, 2.ª ed., vol. v, pp. 356-357.

que não era certamente d'aquelle opulento gothico do seculo xv, que no genero de habitações particulares tantas maravilhas produziu lá fóra.³⁴²

Na leitura castilhiana, o conceito de *chão* reporta-se essencialmente à feição simples e humilde dos indivíduos e do povo português, cujo significado foi transposto para a arquitetura e para a identidade plástica nacional. Quase cem anos depois, George Kubler resgatou o conceito para designar uma série formal de edifícios, identificada pelo termo inglês *plain* («Following Júlio de Castilho's idea of the *estilo chão*, I have called it "plain" architecture»³⁴³). O emprego deste conceito permitiu-lhe resolver um problema historiográfico e dar leitura a um conjunto de edifícios erigidos em Portugal nos séculos XVI e XVII, até então silenciados por não se enquadrarem na taxonomia dos estilos artísticos dominantes e utilizados pela História da Arte.³⁴⁴ Ainda hoje, o conceito lançado por Castilho constitui-se como uma referência para a História da Arte portuguesa. Talvez seja tempo de lhe fazer justiça, contrariando o estigma da falta de academismo e de rigor científico que teima em pairar sobre o seu nome e em fragilizar o seu legado.

Como vimos, a principal e mais veemente crítica foi lançada por Joaquim de Vasconcelos logo em 1879, cujo anátema se prolonga até aos dias de hoje. As razões são claras: avaliam Castilho à luz daquilo que ele nunca foi, nem nunca quis ser — um historiador. «De mais a mais, eu nunca pozera fito em alta historia; conheço-me bem. Aspirava apenas, e aspiro, a traçar umas paginas à *l'usage de gens du monde*, uns singelos livros de vulgarização.»³⁴⁵ Foram justamente estas premissas que estiveram na base da aludida recusa da distinção para Sócio de Mérito da Academia Real de Belas-Artes, em 1903. Castilho considerou que não cumpria os requisitos exigidos pelo ponto 2 do artigo 3.º do Decreto de 17 de novembro de 1901, pois «o citado § refere-se a uma obra de Arte, ou a algum trabalho de crítica de Arte, ou de História artística, ou de investigações archeológicas, que eu tenha composto, e á apresentação d'essas obras por mim! Não tenho a louca presumpção de me considerar Artista; sou um modesto desenhador para meu uso. Criticas de arte não as tenho feito senão de passagem e muito summarias. Investigações archeologicas nunca as comprehendí; os meus livros de *Lisboa antiga* não são propriamente

342 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, p. 56.

343 George Kubler, *Portuguese Plain architecture. Between spices and diamonds 1521-1706*, Middletown, Connecticut, Wesleyan University Press, 1972, p. 3.

344 Joana Cunha Leal, «Plain, Pombaline and (Post)modernism: on some pre and post-Kublerian narratives on portuguese architecture».

345 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. II, p. 224.

archeologicos; e não passam de conversações positivas de vulgarização sobre variados assumptos.»³⁴⁶ Nem a resposta endereçada a Castilho de que «ser Academico Honorario só, não é para você — e que a tal Lisboa Antiga é muito bastante para dar honra á bibliotheca dos artistas»³⁴⁷ o demoveu.

De facto, o que o motivou não foram as grandes questões teóricas e científicas da História e da História da Arte, alicerçadas na discussão em torno da raça, do lugar das Ciências Sociais, da filosofia da História e das classificações estilísticas e categorias formais. Pelo contrário, a sua produção literária insere-se num movimento internacional que procurou, acima de tudo e através de uma *literatura panorâmica*, apreender a cidade a partir do *modus operandi* do *flâneur* e do historiador-curioso, culminando no despontar de um novo género literário consolidado em Paris, nas décadas de 1840 e 1850.³⁴⁸

Apparecer com umas pobres paginas de velharias, quando conscienciosamente desenterradas, não me parece inutil, hoje que para as investigações historicas se formou uma larga corrente de opinião, hoje que o vulgarisar os mais altos assumptos, e até minucias aparentemente insignificantes, é tarefa de muitos e bons trabalhadores.

[...] Escrever um livro d'este género é abrir de par em par uma janella para a banda do passado. Publical-o, é convidar o leitor a vir encostar-se ao peitoril, e explicar-lhe o panorama.³⁴⁹

Este novo género literário elegeu as histórias populares acerca da cidade antiga, apresentadas por meio da aproximação topográfica. As suas narrativas combinam a história anedótica de lugares e personagens com a reconstrução da atmosfera das ruas, dos seus edificios e das personagens que os habitaram, privilegiando as memórias na construção e valorização histórica dos bairros antigos, em detrimento da arquitetura como testemunho isolado de uma civilização passada, conforme documenta o livro de Louis Lurine, *Les rues de Paris. Paris ancien et modern*, publicado em 1844.³⁵⁰ Com base neste modelo, a arquitetura ganhou um novo interesse, ao superar o mero testemunho de uma civilização

346 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 10, Macete 1, Documento 5. Rascunho de carta de Júlio de Castilho para o visconde da Atouguia (24 dez. 1903).

347 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 10, Macete 1, Documento 5. Carta do visconde da Atouguia para Júlio de Castilho (28 dez. 1903).

348 Ruth Fiori, *L'Invention du vieux Paris. Naissance d'une conscience patrimoniale dans la capitale*, Paris, Mardaga, 2012, pp. 74-77.

349 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, pp. III-IV.

350 Ruth Fiori, *L'Invention du vieux Paris. Naissance d'une conscience patrimoniale dans la capitale*, Paris, Mardaga, 2012, p. 74.

passada e ao se tornar num repositório de memórias da vida cidadina, enquanto parte integrante da história dos seus bairros antigos:

Eu escrevi o Lisboa Antiga, porque sou lisboeta; nasci aqui, e conheço Lisboa nos seus recantos; não saberia escrever, por mais que o tentasse, Paris Antigo, ou S. Petersburgo antigo.³⁵¹

Foram as grandes transformações urbanas operadas na cidade de Paris, sob o comando de Georges-Eugène Haussmann³⁵², que incentivaram o surgimento deste tipo de literatura, construída a partir do modelo poético-literário e histórico e cristalizada na afirmação de Castilho de que escrevendo romance, escreveu história.

Édouard Fournier, em 1853, publicou o pequeno livro *Paris démolí*, escrito a partir do modelo de uma viagem pela cidade, durante a qual aproveitou para reconstituir a história das casas demolidas e dos quarteirões transformados. Colocou a pena ao serviço da memória da cidade histórica fatalmente perdida: «A nossa missão é informar o público preocupado com essas ruínas e o transeunte que observa a sua acumulação, sobre o alto valor histórico do que está a desaparecer; mas também manter um registo de tudo isso, para que o que sucumbe em pó não se perca igualmente no esquecimento.»³⁵³ O mesmo autor publicou também monografias sobre bairros históricos e inventários de antigas lojas, irremediavelmente condenadas ao desaparecimento.³⁵⁴

Ainda na década de cinquenta, Paul Lacroix, na obra *Curiosités de l'histoire du vieux Paris* (1858), empreendeu um estudo toponímico das antigas ruas da capital francesa, e Victor Fournel focou a reconstituição da ambiência das ruas de Paris na Idade Média e no Antigo Regime, a partir da exploração de temas pitorescos, eternizados em *Ce que l'on voit dans les rues de Paris* (1858), *Les rues du vieux Paris. Galerie populaire et pittoresque* (1879) e *Vieux Paris, fêtes, jeux et spectacles* (1887). O fito destes trabalhos foi resumido no prefácio de uma das suas obras: «Não se trata de uma história de Paris, nem dos seus monumentos, mas sim de uma pequena crónica viva e familiar da rua, das suas festas, entretenimentos e espetáculos [...], das suas figuras e tipos populares, dos seus costumes pitorescos e das tradições que se sucederam ao longo dos séculos.»³⁵⁵

³⁵¹ Carta de Júlio de Castilho para o conde de Sabugosa (24 abr. 1914). Coleção particular.

³⁵² No princípio da segunda metade do século XIX, Haussmann empreendeu uma profunda reforma urbanística na cidade de Paris, que resultou na demolição de uma substancial parte do seu património arquitetónico antigo.

³⁵³ Édouard Fournier, *Paris démolí, Mosaïque de ruines*, 2.^a ed., Paris, Auguste Aubry, 1855, p. LVIII (tradução livre do francês).

³⁵⁴ Entre elas, *Histoire du Pont-Neuf* (1862) e *Histoire de la Butte des Moulins* (1877).

³⁵⁵ Victor Fournel, *Les rues du vieux Paris. Galerie populaire et pittoresque*, Paris, Librairie de Firmin-Didot, 1879, p. v (tradução livre do francês).

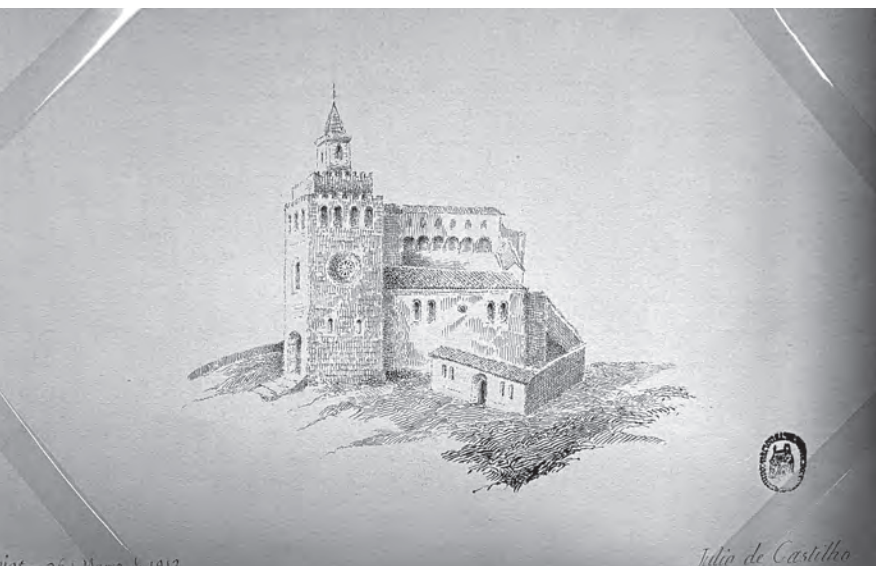


—
Palácio de
Santo Amaro,
década de 1950.



Rua da Prata,
década de 1910.

Castilho insere-se de forma pioneira nesta linha de pensamento e atuação; colocou a pena ao serviço de Lisboa e convidou os seus leitores a deixarem envolver-se pela riqueza e pluralidade da cidade, lugar onde se «podem emprehender verdadeiras jornadas, verdadeiras viagens, de Lisboa para Lisboa. Vão de um bairro a outro estudar-se costumes novos, physionomias novas, edificações de estylo diverso, pontos controvertidos de historia pátria, moderna e antiga.»³⁵⁶



—
Mosteiro de São
Vicente de Fora
(edifício medieval).
Desenho de Júlio
de Castilho, 1913.

Como afirmou Ruth Fiori, os estudos desenvolvidos no seio deste novo género literário contribuíram para fixar a imagem viva, anedótica e pitoresca da cidade antiga e histórica de Paris (*vieux Paris*). O modelo foi transposto para outras cidades europeias, das quais Lisboa, através de Castilho, é um feliz exemplo. A valorização da cidade antiga nasceu como contraponto à cidade moderna e em transformação. Uma vez mais, pressente-se a influência de António Feliciano, que, persuadido pelo modelo francês, escreveu uma coluna sobre esta matéria na *Revista Universal Lisbonense*, à qual chamou *Homenagem ao antigo e ao moderno*. Evidentemente que, pela concordância e relevância da matéria, foi consulta obrigatória do filho e, por isso, citada na sua obra. Todavia, com o decorrer dos anos, Júlio distanciou-se da visão plenamente romântica que olhava para o progresso como uma realidade incompatível com a

³⁵⁶ Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. I, p. X.

preservação da identidade e da memória histórica das cidades. Para ele, a modernização da cidade era uma realidade desejável e inadiável, concretamente no que concerne aos avanços nos equipamentos urbanos, imprescindíveis para garantir a melhoria das condições de higiene, segurança e transporte dos cidadãos.³⁵⁷ Contudo, frisa, desde que não colidisse com a preservação da sua identidade e *feição pessoal*, ideia que adiante se reforçará.



Navio das Armas de Lisboa, tal como está na lápide de 1606 na muralha do Campo de Santa Clara. Desenho de Júlio de Castilho para A Ribeira de Lisboa, 1892.

³⁵⁷ Joana Cunha Leal, *Arquitectura privada, política e factos urbanos em Lisboa. Da cidade pombalina à cidade liberal*, pp. 3-21.



—
*Lisboa Antiga: O Bairro
Alto de Lisboa, 1879.*



—
A Ribeira de Lisboa,
1893.

Lisboa pode muito para o seu progresso e melhoramento; mas, faça o que fizer para se aprimorar, deve teimar sempre na sua feição pessoal entre as captaes européas; preservar da destruição os restos das muralhas antigas; proibir a vandalos a restauração das igrejas monumentaes; conservar qualquer especimen que ainda reste de janellas e portas ogivaes ou manuelinas; olhar ciosamente para o seu manto de seculos, que lhe estão escortinhando e esfarrapando dia a dia, e enchendo de remendos anachronicos; aperfeiçoar-se, certamente, mas nunca deixar confundir a sua feição peculiar.³⁵⁸

A obra de Castilho perfilou um modelo de escrita muito específico, onde, através de uma deambulação ficcional e de um discurso histórico-literário, retratou personagens, acontecimentos históricos, costumes quotidianos e lembranças históricas e arqueológicas de edificios (monumentos, habitações e pormenores urbanos), e deu vida ao passado desaparecido e à cidade em transformação. O estilo adotado facilitou a popularização da história local, e, ainda, a vulgarização da história e dos costumes, libertos da ultra especialização disciplinar operada futuramente nas universidades. Por este motivo, não prescindiu do mito dos heróis na narrativa histórica e valorizou a função social das tradições de origem lendária, ou não confirmada, reconhecendo-lhes virtuosidade e significado patriótico.³⁵⁹

Contar milagres n'um livro do ultimo quartel do seculo XIX é importunidade; bem o sei; mas não hei-de deixar de ser mais uma vez importuno. Oiçamos alguns, authenticados até certo ponto pela honradez de seus narradores, e tornados interessantes pela sua distancia de mais de sete seculos. [...] Aceitar estas parietarias silvestres da tradição oral, colhel-as com respeitoso affecto, e enramalhetal-as n'um livro fugitivo de saudades, é direito, é dever do escriptor amante da sua terra.³⁶⁰

Em conformidade com este pensamento, e a respeito dos célebres *Quadros Históricos* de António Feliciano de Castilho e das referências aos episódios heroicos e lendários da História de Portugal — aqueles *em que a poesia melhor se presta à narrativa* —, Alexandre Herculano defendeu que

358 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, 2.^a ed., vol. v, p. 341. A este respeito, o posicionamento de Castilho insere-se no «dilema da modernidade» tal como o definiu M. C. Boyer. Joana Cunha Leal, *Arquitectura privada, política e factos urbanos em Lisboa. Da cidade pombalina à cidade liberal*, p. 20.

359 Sérgio Campos Matos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Séc. XIX*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, p. 254.

360 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. IV, pp. 139, 145-146.

«é assim que aproveita a historia aos que a estudam; que só apurar datas, recontar batalhas, delinear paços e mosteiros, arido e as mais das vezes inutil, estudo é. De poesia e de estylo admiravel vestida vae, além disso, toda esta escriptura; que até por preceitos de politica, por severidades de moral, por abysmos de phylosophia, sabe derramar o poeta luz de ingenho, e sorrir de imaginação.»³⁶¹

O estilo literário de Júlio de Castilho inscreve-se sobretudo no patamar da vulgarização histórica³⁶², obtida através do recurso a uma linguagem acessível e apoiada numa narrativa enformada pelos *tons quentes do colorista*, capaz de falar à mocidade, às mulheres e aos estudiosos («“Lisboa Antiga” é leitura de captivar os doutos e os frívolos, ensinando e deleitando»³⁶³). Anos antes, Almeida Garrett já tinha defendido estar num século democrático e que, por isso, era imperioso falar ao povo:

«Dae-lhe a verdade do passado no romance e no drama historico, — no drama e na novella da actualidade offerecei-lhe o espelho em que se mire a si e ao seu tempo, a sociedade que lhe está por cima, a baixo, ao seu nivel — e o povo hade applaudir, porque intende: é preciso entender para apreciar e gostar.»³⁶⁴

Com toda a certeza, estas foram as grandes linhas definidoras da *Lisboa Antiga*, que teve como grande objetivo «investigar a origem e o nome de algumas das ruas do bairro, narrar a historia succinta de algumas das suas casas religiosas e particulares, as tradições historicas e legendarias que por aquelles cunhaes e beirados habitam, como aves da noite; e por fim alguns dos caracteristicos peculiares de tão historica região.»³⁶⁵

³⁶¹ Alexandre Herculano, «Quadros Históricos de Portugal — 2.º», *O Panorama*, vol. II, 1.ª Série, n.º 84 (8 dez. 1838), pp. 391-392.

³⁶² «O vulgarizador, entidade secundaria, na apparencia, é, quanto a mim, o maior amigo que tem o publico, e o seu servidor mais diligente. E se não, vejamos: Nos pincaros inacessiveis habita o alto-pesquisador historico, sósinho, desligado dos interesses do seu tempo, alheio ao mundo dos vivos, e só entregue á sua faina subterranea. [...] Julga ter completado a sua obra? engano; perfez apenas o principio. [...] Chega então o *vulgarizador*, e sorrindo, e serviçal, e sem bulha, tem a arte de engenhar, atravez dos barrocaes e precipicios da cordilheira, uma estrada suave e arborisada, com descansos e sombras, convidativa e alegre. Esse homem [...] consegue abrir a communicação entre o valle, e o vizo do monte; dá valor ao que jazia inutil; cria a riqueza publica intellectual, filha da permutação do saber. O que é notavel é que elle proprio não tem consciencia do que realizou; vive do nome alheio; illumina-se nos clarões alheios; e para o mundo, sempre ingrato, é apenas o *vulgarizador*.» Júlio de Castilho, *Apointamentos para o Elogio Historico do Ill.º e Ex.º Sr. Ignacio de Vilhena Barbosa*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1891, pp. 15-16.

³⁶³ Camilo Castelo Branco, «Notas bibliográficas. Lisboa Antiga por Julio de Castilho», *A Arte* (dez. 1879), p. 185.

³⁶⁴ Almeida Garrett, «Ao Conservatório Real», *Theatro de J. B. Almeida-Garrett. III. Frei Luiz de Sousa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844, p. 19. Este estilo foi alvo de duras críticas, algumas delas espelhadas, no final do século XIX, n'As *Farpas* (da autoria de Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz).

³⁶⁵ Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, p. 26.

Este descomprometimento face à disciplina e rigor da História aligeirou a sua abordagem, pautada amiúde por incoerências e erros de análise ou de informação, oportunamente apontados por alguns dos seus pares, contemporâneos e futuros.

Nas páginas que compõem as várias partes, volumes e edições da extensa obra dedicada à cidade de Lisboa aborda-se, com maior ou menor profundidade, uma imensa diversidade de temas que abrangem a sociedade, a genealogia, a toponímia, o urbanismo, a história religiosa, os contos e as tradições populares, os usos e os costumes, os ofícios, entre tantos outros temas reveladores de «todo o viver de um povo.»³⁶⁶ Descrevem-se os aguadeiros, os contrabandistas, os vendedores de castanhas, sem esquecer a iluminação, os cacheiros e os pregões: «Que graça não tem tudo isto! Que movimento de verdade não dão estas bagatellas à Historia sêcca e descarnada!»³⁶⁷ Não admira, portanto, que o autor tenha misturado o rigor histórico com considerações de natureza mais empírica ou conjectural, pois «onde não chegar a prova documental, entrarão as conjecturas; mas a conjectura tem quanta vez em taes materias fóros de certeza! Quem não tiver gosto por um tal genero de estudos, não abrirá sequer o livrinho.»³⁶⁸



—
*Antigos Boleiros
Lisbonenses. Gravura.
Espécime da
olisiponiana.*

³⁶⁶ *Ibidem*, p. 297.

³⁶⁷ Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, 2.^a ed., t. VI, p. 4.

³⁶⁸ Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, p. IV.

Um dos grandes méritos da obra olisipográfica de Castilho reside justamente no seu valor enquanto documento histórico, na medida em que se entrecruzam informações históricas com narrativas de cunho memorialista, que primam pelo registo de eventos e de recordações diretamente relacionadas com as experiências pessoais do autor. São vários os trechos onde se interliga a história com o registo experiencial, empreendendo-se, por vezes, uma relação com o passado mais afetiva do que científica. Neste ponto em concreto, Castilho foi uma testemunha da história de plena consciência e direito e, como tal, considerou que todos deveriam deixar memórias e registos para o futuro que «hão-de valer muito mais d'aqui a duzentos anos; tenho fé.»³⁶⁹

É, portanto, com alguma naturalidade que, neste calcar de memórias e apontamentos históricos, o vimos socorrer-se de elementos ficcionados, essenciais para retocar narrativas, conferir emoção e dar vida aos acontecimentos descritos. Castilho privilegiou um estilo literário que o posiciona na ténue fronteira entre a História, a literatura e o romance histórico.

Por tudo o que tem sido elencado, os livros que deixou constituem-se como verdadeiras ferramentas de trabalho e de consulta para todos aqueles que se interessam pela história de Lisboa. São um importante repositório de informações que primam pelo levantamento histórico da cidade, pela compilação de diversos dados sobre famílias, pelo registo e descrição de edifícios (em especial dos seus componentes artísticos) e pelo elencar das transformações urbanas e arquitetónicas operadas na cidade. Numa crítica literária aos *Bairros Orientaes*, datada de 1886, reconhece-se exatamente esta abrangência de informação legada pelo autor, ao se afirmar que «o sr. visconde de Castilho dá, na sua obra, amplísimos esclarecimentos: o ethnographo como o archeologo, o escriptor de estatistica como o inquiridor de anedotas, o genealogista como o indagador de ephemerides: todos ahi encontram preciosos dados que recolher, e copiosas informações de fontes a recorrer.»³⁷⁰

Aquando da publicação da segunda edição de *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, Castilho reconheceu precisamente o valor histórico-documental da obra, ao afirmar que «quem ler esta edição nova, e a comparar com a anterior, perceberá quantas mudanças se operaram em Lisboa nos ultimos vinte annos.»³⁷¹ Compreendia igualmente bem o encargo que lhe pesava nos ombros, ao confidenciar a um amigo que, como

³⁶⁹ Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. v, p. 100.

³⁷⁰ *Commercio de Portugal* (15 set. 1886), p. 1.

³⁷¹ Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, 2.^a ed., vol. I, pp. xiv-xv.

«as minhas responsabilidades hoje são maiores do que eram em 1879, tenho [mesmo] que trabalhar imenso.»³⁷² O cotejo entre as duas edições espelha a entrega e o afincamento votado à segunda, cuja riqueza informativa a respeito da evolução da cidade ao longo da história e das transformações entretanto nela ocorridas foi oportunamente reconhecida pelos seus pares: «Abri o livro de Castilho se quereis saber como d'antes se chamava essa calçada da Lavra que hoje commodamente subis n'um ascensor; se quereis saber que nome tinha outrora o Arco do Marquês de Alegrete e qual o local da antiga porta de Santo Antão.»³⁷³

Ao associar a literatura, a litografia, a gravura e a fotografia à História e à arquitetura, a sua obra contribuiu sumamente para criar um *corpus* iconográfico da cidade histórica de Lisboa, à semelhança do que já havia sido feito para Paris. Ademais, estas publicações foram decisivas para fixar a imagem da Lisboa Antiga e para o desenvolvimento dos estudos dedicados à cidade, cumprindo-se modelarmente os desígnios de Castilho:

O auctor nunca alimentou a veleidade de apresentar os seus livros como definitivos; tem-n-os apenas na conta de degraus, que a pouco e pouco vão encaminhando investigações subsequentes. Reformou, á vista dos documentos, muitas asserções que pareciam inatacáveis, e tomará por grande favor os reparos dos estudiosos, dos que, mais felizes do que elle, mais sagazes, mais instruidos, se lhe adiantarem alguns passos n'este caminho escabroso da chronica lisbonense.³⁷⁴

Uma pena ao serviço de Lisboa. Memória e defesa patrimonial.

Retratando a velha Lisboa, dediquei com todo o gosto, e toda a alma, e toda a perseverança, a minha penna ao serviço da Lisboa de hoje, confiando em que estudos assim conscienciosos poderão torná-la mais querida ainda aos que teem por officio melhora-la.³⁷⁵

O autointitulado *caboqueiro da Lisboa Antiga* não se limitou a revelar aspectos históricos da sua cidade. Dentro do que virá a ficar conhecido como *Olisipografia*, trilhou um caminho que abrangeu também a preocupação

³⁷² Carta de Júlio de Castilho para o conde de Sabugosa (26 nov. 1901). Coleção particular.

³⁷³ *Commercio de Portugal* (15 set. 1886), p. 1.

³⁷⁴ Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, 2.ª ed., vol. I, p. XIII.

³⁷⁵ Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa, descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*, p. 703.

com a memória e defesa patrimonial («se desapareceu, conserve-se-lhe ao menos a memória»³⁷⁶). Mais ainda do que no registo escrito da história de Lisboa, a influência de António Feliciano fez-se sentir de forma particularmente intensa neste campo de ação do seu filho. O *venerando poeta* foi também um ativo pensador que, em periódicos e nas muitas notas compulsadas nas suas obras, enunciou um vasto número de propostas em prol da memória patrimonial e dos grandes feitos da história portuguesa e seus agentes.³⁷⁷ Décadas antes do pleno ressurgimento da figura de Camões por ocasião do tricentenário da sua morte (1880), pugnava já pela transladação dos seus ossos para um *mausoleo digno* e pela construção de uma estátua, da autoria de Francisco de Assis Rodrigues, «em pedestal altíssimo, visinho e sobranceiro ao Tejo, [...] [para] ufanar a praça e caes de Belem, d'onde partiu a armada dos verdadeiros *Lusiadas*»³⁷⁸ — foi, de resto, esta sua iniciativa a concorrer para o levantamento arqueológico no Convento de Santana em 1836, um dos mais relevantes na Lisboa do seu tempo.³⁷⁹ Mas constituiu-se também num dos mais ativos promotores da ereção da estátua a Bocage em Setúbal, em ideólogo da fundação de um protótipo do Panteão Nacional (um «*Elysio* para os nossos varões e donas memoráveis, tanto preteritos, como presentes e futuros»³⁸⁰) e em incitador da colocação de placas assinalando lugares memoráveis e da perpetuação na toponímia do nome de figuras-maiores de diversos quadrantes. Não foi sua a única ou sequer a principal voz que por aqueles anos se ergueu nestas áreas de ação, mas foi aquela que melhor o seu filho escutou.

Júlio cresceu bebendo do pai estas e outras propostas, que moldaram o seu pensamento. Até ao final de vida, enunciará ideias, propostas e protestos similares. Tal como António Feliciano, foi por ação da pena que preferencialmente atuou. Afastado, como sempre preferiu, da política e das salas onde se tomavam decisões, a sua influência acabou por

376 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. I, p. 218.

377 A maioria destas propostas foram condensadas no capítulo «Honras Posthumas» da 2.^a edição da sua obra *Camões, Estudo Historico-Poetico liberrimamente fundado sobre um Drama francez*, pp. 117-198.

378 António Feliciano de Castilho, *Camões, Estudo Historico-Poetico liberrimamente fundado sobre um Drama francez*, p. 169. Não foi Castilho quem inaugurou o processo de glorificação da figura de Camões no romantismo oitocentista português, Garrett já o havia feito em 1825, no seu poeta *Camões*.

379 Local onde se sabia estar Camões enterrado. Cf. Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, t. III, pp. 140-201.

380 António Feliciano de Castilho, *Vivos ou Mortos: Apreciações Moraes Litterarias e Artísticas*, vol. I, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1904, pp. 31-33. Proposta enunciada à Sociedade dos Amigos das Letras algumas semanas antes do decreto de Passos Manuel instituindo a criação de um *Pantheon* para os liberais ilustres.

ter um alcance prático reduzido quando comparada com a de outros escritores com quem partilhou o século, nomeadamente Garrett, Herculano ou Ramalho Ortigão.

Foi, pois, na literatura que potenciou o alcance da sua voz. Com o passar dos anos e o crescente endurecimento do seu discurso, tornou-se cada vez mais difícil de compreender onde terminava o campo da defesa patrimonial e começava o da ideologia política. É o homem que em fim de vida se define *cada vez mais como absolutista sem ser miguelista* quem redige fortíssimos manifestos a respeito da extinção das ordens religiosas:

Ó meu Portugal! estão-te matando estes legisladores que tudo querem atheu! tudo! os registos civis, a escola, a vida, o enterro!...³⁸¹

Mais uma vez me insur[ri]jo contra o vandálico pensamento, que, em nome de uma *liberdade* sem crenças, destruiu para sempre aquelles ninhos, e, em tempo que tão hypocritamente proclama a famigerada «liberdade de associação,» aniquilou a mais fecunda e reparadora das associações: A COMUNIDADE RELIGIOSA [...]. Todos os dias presenciemos eguaes actos de *rapinagem legal*. O silencio da aquiescencia ou os brados do applauso acompanham em todas as fileiras do jornalismo taes desacatos ao direito de associação, á vontade dos mortos, á Religião, á arte, e ao senso commum. Quem mais não póde, protesta como eu faço.³⁸²

E muito protestou, ainda que tenha optado por não se alinhar com outros escritores seus contemporâneos e enfatizar as terríveis condições de vida das religiosas no Portugal liberal.³⁸³ Homem de arreigados princípios cristãos, Castilho sentiria natural compaixão por elas, mas o que verdadeiramente o movia era a crítica aos atentados patrimoniais, ao ataque declarado à religião e à devassa de um viver multissecular que pretendia imutável. Em suma, a oportunidade de uma vez mais se afirmar inimigo dos ideais dos novos tempos, que declaradamente não compreendia nem aceitava.

Mais foi Lisboa e o seu património que lhe mereceram um olhar mais atento e desiludido, que transbordou em cada novo estudo histórico. Na verdade, apenas no derradeiro capítulo de *Lisboa Antiga: O Bairro*

381 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. IV, p. 332.

382 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. VI, pp. 166, 180.

383 Tema que terá tido o seu apogeu com o texto de Alexandre Herculano sobre as *Freiras do Lorvão*, escrito em 1853 e inserido duas décadas depois nos *Opúsculos*.

Alto de Lisboa (1879) se encontra um rasgo de esperança no futuro, sob a forma de um inesperado discurso apologético a favor da nova cidade que se projetava, de largas ruas com «arcadas monumentaes de optimo gosto [...] [e] novos hoteis sumptuosos de um gosto eclectico fundido sabiamente de muitos elementos. [...] Os *boulevards* que se projectam, a avenida da Liberdade, e outras, cortarão, como raios de uma grande estrella, os arrabaldes em todas as direcções; serão as leiras da civilização nova; servirão as variadas exigencias do movimento sempre crescente do publico, dotando a capital do reino com magestosas entradas, cheias de arvoredos, galerias, theatros, estatuas, e jardins [...]. Ao crescer d'este modo em área, em luxo, em civilização a capital portugueza, hão de obliterar-se-lhe algumas das suas feições mais pronunciadamente comarcãs, mantido comtudo o seu character nacional, que esse não se adultera assim. [...] Lisboa há de irradiar a sua actividade accrescida progressivamente; e ao passo que ha de fundar bairros novos desde o alicerce, ha de renovar o succo vital dos bairros velhos. Esperemol-o em Deus! tenhamos animo; [...] Os municipios já conseguem muito; ainda não conseguem tudo; continuemos a ajudal-os.»³⁸⁴

A leitura deste texto revela-nos um Castilho para quem a marcha do *Progresso* parecia poder ainda ser compatível com a manutenção da *individualidade* da cidade³⁸⁵, dicotomia com a qual o leitor das suas obras ocasionalmente se volta a confrontar, sempre acompanhada por um *mas* («O carro triumphal do progresso tem direito a passar, mas não tem direito a esmagar e vilipendiar»³⁸⁶ ou «Gosto muito do passado, gosto mais d'elle que do presente, mas o presente tem os seus direitos»³⁸⁷). Ainda assim, e mesmo depois de o ver esquisar localizações de futuras estações ferroviárias da cidade ou propor instalar *lojas brilhantes* nas arcadas do Terreiro do Paço, há quase sempre em Castilho um doloroso acordar da sua visão utópica de progresso comedido que tudo deve dar sem nada tirar. A realidade ficar-lhe-á sempre aquém das expectativas.

Meia década depois, em *Bairros Orientaes*, pouco se encontra dos traços luminosos a respeito da Lisboa do presente ou do futuro que lhe antevia. Ter-se-á desiludido com o desenvolvimento dos novos projetos

³⁸⁴ Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, pp. 333-334, 337-338. Castilho manteve o capítulo, com pontuais alterações e atualizações, na 2.ª edição da obra (1904).

³⁸⁵ Joana Cunha Leal, «A *individualidade* de Lisboa e o tipo de *casa portuguesa* em Júlio de Castilho».

³⁸⁶ Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, p. 180.

³⁸⁷ Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa, descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*, p. 82.

urbanísticos e por ter constatado que a defesa da liberdade do estilo arquitetónico que havia advogado («Obrigado de antemão a taes ou taes riscos é attentar contra a liberdade artistica de cada um»³⁸⁸) acabou invalidada pela fraca qualidade estética da maioria dos edificios em construção. Mas foi na defesa da cidade antiga que travou a sua maior batalha.

Era então notória a clivagem entre os que preconizavam o arrasamento dos antigos bairros e aqueles que, em menor número, erguiam a voz em sua defesa. A cidade crescera em população e tornara-se pequena para todos quantos nela pretendiam residir. Às pontuais operações de regularização ou de alargamento de vias sucederam-se os planos de melhoramentos gerais, sob a chancela da Câmara Municipal de Lisboa e do Ministério das Obras Públicas. Procurando seguir os princípios higienistas fundadores das linhas orientadoras de semelhantes empreendimentos em desenvolvimento nas principais cidades europeias, estes planos assentavam no desenho de largos arruamentos e eram complementados por um abastecimento mais abrangente de água e por uma completa rede de escoamento de águas pluviais e residuais. Numa primeira fase, este modelo seduziu Castilho. Lamentava, é certo, a forma como o avanço urbanizador para norte «desp[ia] o vestido verde dos seus arredores campestres»³⁸⁹, mas acreditava ser ainda possível conciliar progresso e tradição. Rapidamente compreendeu que esta sua visão estava comprometida pela forma como os novos ideais urbanísticos afrontavam os velhos bairros da cidade, que para muitos se reduziam a meros focos das mortais epidemias de cólera que ocasionalmente grassavam em Lisboa.

«Ao derribar alguns destes redutos infames da tuberculose implacável, não devem os municípios dar ouvidos à arqueologia piegas que em certos bestuntos confunde o respeito das coisas artísticas com a monomania idiota de conservar tudo o que é velho [...]. Dois terços da [população] total [da cidade], vive acorada em bairros sem emenda, e a que tarde ou cedo vem a ser preciso deitar fogo.»³⁹⁰

Fialho de Almeida afirmou-o em 1906, mas semelhante ideia havia já sido defendida cerca de meio século antes pelo engenheiro camarário Pezerat, que então sugeriu a demolição da Mouraria e de Alfama e a subsequente reconstrução em ruas largas e praças arborizadas com edificios dotados de boas condições higiénicas. Num tempo de parca

³⁸⁸ *Ibidem*, p. 334.

³⁸⁹ Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, 2.ª ed., vol. I, p. xv.

³⁹⁰ Fialho de Almeida, «Lisboa Monumental», *Ilustração Portuguesa*, vol. II, n.º 39 (19 nov. 1906), p. 503.

valorização sociopatrimonial dos núcleos habitacionais mais antigos de Lisboa, este tipo de propostas seduzia por prometer uma resposta eficaz a alguns dos problemas mais imediatos de salubridade da cidade e pela sensação de confluência com as realizações da Paris de Haussmann e da Barcelona de Cerdà, sinónimos de vanguarda e progresso.

Atento a estes e a outros exemplos estrangeiros do desaparecimento de bairros antigos e da descaracterização da sua arquitetura, o espírito romântico de Castilho apontou então na direção oposta:

Não admitto [...] que melhorar Alfama seja cortal-a de avenidas, e alastral-a de largos. Alfama é um livro interessantíssimo, que a pica-reta moderna profanaria ignobilmente. A maneira de melhorar Alfama seria conserval-a quanto possível na sua architectura e feição archeologica, buscar fixar-lhe o plano medievo, reedificar no antigo risco as egrejas e as casas, a pouco e pouco, e manter aquelle fragmento [...] em toda a sua apparencia velha de cidade primitiva. Melhorassem-lhe as condições hygienicas, isso sim [...]; melhorassem a canalisação e estructura da maior parte d'aquellas baiucas, mas não transformando-as em casinhas modernas semsaborissimas, antes metamorphoseando-as em pequenas habitações de antigo e puro estylo joanino ou manuelino. [...] Vejam o que faz Bruxellas [...] [e] Bruges, onde não há licença para adulterar o antigo risco dos edificios, e onde a cidade é portanto o mais instructivo e formoso dos museus. Façamos o mesmo nós outros. Seja Alfama o nosso museu.³⁹¹

Maturando ideias antigas, publicou-o em 1893. As influências vinham confessadamente do estrangeiro, de práticas semelhantes, mas certamente também das Exposições Internacionais e Universais, onde pontuavam, como atrações seguras, um conjunto de pequenos bairros e vilas de madeira e estafe³⁹² que simulavam trechos de cidades antigas — a Portugal chegariam fora de tempo, apenas em 1935, pela mão de Matos Sequeira.³⁹³ Para Castilho, como para outros, o simulacro deveria ser real, fazer parte da cidade e ser vivido. Plenamente enquadradas em alguns dos princípios teóricos do restauro do seu tempo e na imperiosa

391 Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa, descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*, pp. 141-142.

392 Material de revestimento de estruturas composto por gesso e estopa.

393 Tiago Borges Lourenço, «A Lisboa Antiga de Matos Sequeira: reconstituição de um trecho da antiga cidade nas Festas de 1935», *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.ª Série, n.º 18 (jul.-dez. 2022).

necessidade que sentiu em formular alternativas para salvaguardar o seu objeto de estudo, o século xx encarregou-se de tornar obsoleto este tipo de propostas.³⁹⁴



—
Alfama,
década de 1910.
Joshua Benoliel.

³⁹⁴ Em conferência de novembro de 1944, a respeito do mesmo tema, Norberto de Araújo apresentou uma visão diametralmente oposta: «Eu não visiono Alfama como um “barrio de Santa Cruz”, em Sevilha. Alfama é grande e verdadeira de mais para se comparar a êsse esplêndido enlevamento. [...] No “Barrio de Santa Cruz” é tudo teatro, com muitas peças de aderção autênticas. O cenário é pequeno; documentos e curiosidades são de estampas reais, que por lá nenhum terramoto rasgou. Laranjas e loureiros, plantaram-nos. Os palácios nunca foram tocados de desgraça. [...] Em Alfama não é possível um bairro de Santa Cruz.» Norberto de Araújo, «Uma Alfama Nova», *Olisipo*, n.º 29 (jan. 1945), pp. 18-19.

A Lisboa antiga continuou a ser um alvo fácil que só a crónica falta de verbas impediu de ser arrasado. Nas gerações de escritores e políticos das primeiras décadas de Novecentos foi-se mantendo vivo o desejo de fazer desaparecer os velhos bairros por motivos higienistas, ao mesmo tempo que crescia o número dos que escreviam sobre a sua história, procurando alicerçar a sua identidade numa amálgama de matérias onde cabiam arquitetura, urbanismo, vivências, modos de fazer e tradições. Em Lisboa, Castilho foi o primeiro a fazê-lo de uma forma sistemática, abrindo caminho ao estudo e à consequente valorização do património da cidade. Mas, num panorama nacional e internacional, esta ação inseriu-se numa corrente que há largas décadas encontrava nestas problemáticas um veículo para materializar uma ideologia que ultrapassava a simples questão da defesa patrimonial, entrando no conceito da própria *identidade nacional*: sendo o património monumental dela definidor, era imperioso salvaguardá-lo como testemunha viva do passado e como inspiração para a construção do futuro assente nos seus valores.

Em Portugal, este movimento teve como primeiras figuras Almeida Garrett e Alexandre Herculano, para quem «só o conhecimento e valorização do passado eram penhor de um olhar crítico sobre o tempo presente e de um comprometimento com uma nova ordem da sociedade. [...] O passado dava sentido ao presente e só com uma consciência cívica, ancorada nas lições da história, se criariam os consensos patrióticos e mobilizariam as vontades colectivas para o investimento dos conhecimentos técnicos e científicos na modernização do país.»³⁹⁵ «Restaurar o passado, pela história que [Herculano] praticava como pela preservação dos monumentos, que reclamava, era um facto de cultura nova, e mesmo um facto revolucionário.»³⁹⁶ A eles seguiram-se autores como Mendes Leal, Vilhena Barbosa ou Ramalho Ortigão, que, tal como os antecessores, se alinharam com as ideias de teóricos estrangeiros, algumas das quais conhecidas de Castilho através das páginas da *Revue des Deux Mondes*. À exceção de Ramalho, considerava-os a todos como mestres. E aglutinando alguns dos seus pontos de vista, aplicou a Lisboa o que propunham a uma escala nacional. Mergulhou então na ideia de que o edificado lisbonense determina a *feição pessoal* da cidade, o que, só por si, constituiria predicado para a sua salvaguarda. Joana Cunha Leal constatou tratar-se de uma leitura francamente inovadora por ser feita,

³⁹⁵ Maria Helena da Cruz Coelho, «O *Monge de Cister* de Alexandre Herculano: a história no romance», *Revista Portuguesa de História*, t. LIII (2022), pp. 12-13.

³⁹⁶ José-Augusto França, «A Arte Medieval Portuguesa na Visão de Herculano» in *Alexandre Herculano à Luz do Nosso Tempo: Ciclo de Conferências*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1977, p. 65.

como vimos, «fundamentalmente a partir do domínio da arquitectura doméstica, que surge assim, pela primeira vez, valorizada como elemento caracterizador do espaço urbano. [...] [Castilho acompanha] a sua crítica às alterações do tecido urbano de uma ideia de cidade, e por via dessa ideia de cidade, de uma noção de *património urbano* [...] pioneira no contexto nacional: concebe o conjunto do tecido urbano — a Lisboa antiga — como objecto patrimonial, desviando a noção de património edificado do seu exclusivo centramento em edifícios isolados, histórica e artisticamente valorizados [...] abraça[ndo] assim a vasta margem de construções urbanas isentas de singularidade, de que são exemplo flagrante e maioritário as estruturas prediais»³⁹⁷, até então pouco ou nada consideradas. Em suma, entende Castilho como o primeiro a dar relevo ao valor do património urbano e a definir as edificações de cariz residencial como *elemento caracterizador do espaço urbano*. Esta visão castilhiana, que vimos já ser pioneira no campo dos estudos históricos, também o foi no da salvaguarda patrimonial. Ao descer à escala da arquitectura doméstica, transferiu o centro da discussão para o campo da relevância desse edificado como parte de um todo. E, ao fazer a apologia da *Lisboa Antiga* e dos seus *Bairros* (termos que não inocentemente plasmou nos título e subtítulo da sua obra seminal) como elementos definidores da cidade, concluiu que arrasá-los seria comprometer irremediavelmente a identidade lisbonense. Pugnou então pela sua intransigente defesa.

Esta convicção solidificou-se com o gradual desenvolvimento do seu trabalho. Quanto mais aprofundou as suas investigações e observou *in loco* os objetos do seu estudo, maior se tornou a sua consciência da falta de preocupação generalizada com o grau de ameaça e de mutilação deste património. Sentia-se sobretudo sozinho e incompreendido na sua luta:

A maior parte dos lisboetas não imagina o que alli está; pelo contrario: toma esses cunhaes denegridos como grosseiros empachos no meio da pobre garridice caíada da sua cidade moderna, e lamenta que ainda lhes não chegasse um camartello redemptor ou a rasoira reformista de um bom terremoto.³⁹⁸

[Basta então] que a imprensa um dia entre por capricho a gritar que é preciso derrubar aquelle *empacho*, aquella *recordação medieval*, aquelle

³⁹⁷ Joana Cunha Leal, «A *individualidade* de Lisboa e o tipo de *casa portuguesa* em Júlio de Castilho», pp. 73-74.

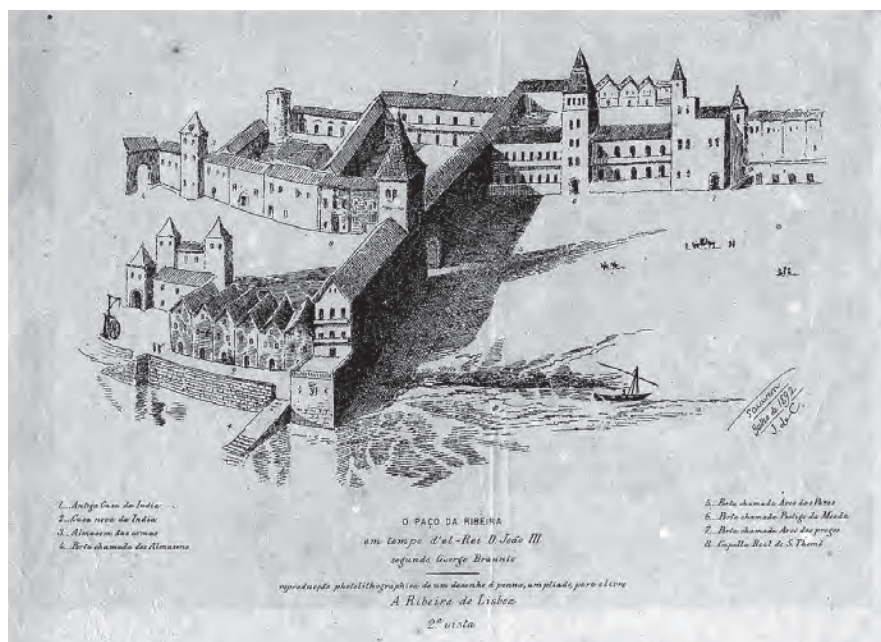
³⁹⁸ Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. I, p. 188.

anachronismo fossil; e depois... uma camara municipal qualquer lavre a sentença... e não core de a executar!³⁹⁹

[As autarquias] demolem sem motivo, parece que só pelo gosto de demolir; e quanto teem motivo justo, não fazem caso das ruínas. É triste! é horrível!⁴⁰⁰

Não nos queixemos portanto dos terremotos tão só; peores que elles são os vandalos que legislam, e os que executam as reformas, os ministros liliputianos e ignorantes do serviço publico, os demolidores encartados de tudo quanto é nobre e velho, vermes roedores, que só sabem roer.⁴⁰¹

Faz horror isto de andar uma pobre minoria a combater contra a inercia das maiorias frivolas e ignaras. Somos os descomprehendidos paladins do passado, e apupam-nos. Sim; mas o bom senso do futuro tem de apupal-os a elles.⁴⁰²



O Paço da Ribeira em
tempo d'el-Rei D. João III,
segundo George Brauns.
Desenho de Júlio de
Castilho, 1892.

399 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. III, Lisboa, Livraria Ferreira, 1885, p. 266.

400 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. IV, p. 285.

401 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. V, p. 41.

402 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. IV, p. 349.

Duras palavras, visando e dividindo a responsabilidade, em partes desiguais, por decisores públicos, imprensa e pelos lisboetas encadeados pelo brilho artificial da cidade moderna. No entanto, importa reconhecer que, a par da objetividade de muitas das suas críticas, Castilho tomou também posições baseadas em motivações puramente pessoais, com base num saudosismo romântico de alguém que sempre teve grandes dificuldades em aceitar a ação do tempo no apagamento físico das pessoas e dos espaços que estimava. Nunca deixou, por exemplo, de lamentar o desaparecimento do Passeio Público, pináculo da Lisboa romântica e civilizada a que orgulhosamente pertencia. Apesar de não contestar os benefícios da abertura da avenida da Liberdade («A Avenida é bella; sem duvida que o é, sob varios aspectos; [...] [mas] perdemos com a troca»⁴⁰³), considerava que o seu rasgamento se deveria ter feito apenas a norte da praça da Alegria, de modo a preservar o antigo espaço de fruição. Homem culto e informado, não ignorava naturalmente o paradoxo desta sua visão de compromisso, que pouco servia a cidade por colidir com a ideia subjacente ao rasgamento da nova via (ligar a Baixa e o Rossio às áreas em breve urbanizadas). Esta postura, emotiva e muitas vezes arredada de qualquer sentido prático, vinculou-o a um epíteto de defensor reacionário dos velhos bairros da capital e inimigo da cidade em construção, visão simplista que o tempo provou estar errada, mas que fragilizou a sua autoridade junto de parte da sociedade lisbonense e, a prazo, menorizou a importância das suas obras.

Finda a trilogia olisiponense, e definitivamente retirado na sua casa do Lumiar, Castilho passou a usar a imprensa como veículo preferencial para discutir estas temáticas. Recusando muitos pedidos para nela escrever sobre a história de Lisboa, nunca deixou de enviar espontâneas missivas a respeito das mais diversas questões patrimoniais de Lisboa e seus arredores.⁴⁰⁴ Geralmente publicava-as em jornais monárquicos e/ou católicos (nomeadamente nos diários *A Nação* e *O Dia* ou no semanário *Universal*), recorrendo ao *Diário de Notícias* quando pretendia uma maior abrangência de público. Mereceram-lhe especial atenção a destruição do Cruzeiro seiscentista do Lumiar (por milícias republicanas em 1913)⁴⁰⁵ e a intenção camarária em demolir o Arco de Santo André da antiga muralha fernandina:

403 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. VI, p. 318.

404 Odívelas também mereceu a sua atenção, nomeadamente quando se equacionou dessacralizar a Igreja Matriz e a sua reconversão em escola ou em teatro [Júlio de Castilho, «Um Vandalismo», *A Nação* (29 abr. 1914), p. 1], ou demolir o Padrão do Senhor Roubado [«Mais Outro Vandalismo?», *A Nação* (7 maio 1914), p. 1].

405 Júlio de Castilho, «O Cruzeiro do Lumiar», *A Nação* (29 ago. 1913), p. 1.

Sr. redactor: Permitta-me v. que o tome para confidente da magua que sinto, ao acabar de saber que se projecta a demolição do Arco de Santo André. Oiço que é para commodidade da linha do elevador da Graça.

Nada mais benemerito do que é a Companhia [dos Ascensores Mecânicos de Lisboa,] que instaurou e mantém esse melhoramento dos ascensores mechanicos; os serviços que tem prestado, toda a Lisboa os reconhece e louva, certamente; mas ha considerações, que por si mesmas se impõem quando se trata de beneficios materiaes. O velho Arco de Santo André protesta em nome do passado, porque se acha intimamente ligado com a Historia de Portugal.

Não é aqui o logar de descrever a cerca d'el rei D. Fernando I [...] [que] a ingratidão de sucessivas vereações tem vandalizado [...]. Resta a [porta] da Mouraria (Arco do Marquez de Alegrete) e resta a de Santo André. Esforcê-mo-nos por preserva-las de total destruição. Estes padrões assim nobilitam uma cidade; são documentação preciosa dos seus feitos; melhoram a alma popular; mantem o fogo sagrado do patriotismo.

[...] Pelo lado material, é muito de reear que a demolição do Arco vá comprometer a segurança do palacio de s. ex^a o conde da Figueira, vivenda historica ali erguida desde o seculo xv, e um dos rarissimos exemplares que ainda nos restam das edificações nobres da vetusta Lisboa.

Confio em que, tanto a Companhia como a Camara, se compenetrem do caso, e não deem o miseravel espectáculo do desrespeito áquelle veterano sem salario, áquelle pobre Arco inoffensivo, que nada nos pede, senão que o deixemos continuar a ser o que sempre foi: testemunha calada e eloquente de glorias da cidade. Quando lá fôra tanto se venera o passado, não dê Lisboa mais uma prova de tradicional menosprezo aos seus proprios brazões.

Inspire-os a sombra de Herculano.⁴⁰⁶

Apesar do eco que esta carta teve na sociedade e nas instituições lisboenses, uma vez mais «a vida moderna, veloz e desatinada, embir[r]ou com os arcos.»⁴⁰⁷ A Castilho, de nada valeu a missiva, a referência a Herculano ou as muitas noites de sono que este assunto lhe roubou, conforme chegou a confessar. Três anos depois, o Arco de Santo André acabou irremediavelmente desmantelado e os elétricos puderam continuar a ranger nas calhas com maior largueza.

⁴⁰⁶ Júlio de Castilho, «O Arco de Santo André», *Diário de Notícias* (16 mar. 1910), p. 4.

⁴⁰⁷ Gustavo de Matos Sequeira e Luís Pastor de Macedo, *A Nossa Lisboa: Novidades antigas dadas ao público*, Lisboa, Portugália, [1945], p. 33. Esta propensão havia já sido plenamente compreendida por Garrett, a propósito de outro arco também desaparecido: «Falta-te, é verdade, ó nobre e histórica rua de Sanct'Ana [no Porto], falta-te já áquelle teu respeitável e devoto arco, precioso monumento da religião de nossos antepassados [...]. Cahiste pois tu, ó arco de Sanct'Ana, como, em nossos tristes e minguados dias, vai cahindo quanto aí ha nobre e antigo ás mãos de innovadores plebeus, para quem nobiliarchias são chymeras.» Almeida Garrett, *O Arco de Sanct'Anna. Chronica Portuense*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845, pp. 26-27.



—
Passeio Público.
Gravura de Tomás
da Anunciação.

—
Praça dos
Restauradores e
avenida da Liberdade,
década de 1910.





Arco de Santo André,
1908.

Na sua vida, houve também momentos em que a sua ação ultrapassou a da simples escrita e se viu obrigado a agir ativamente. Perante as particularidades dos desafios apresentados, fê-lo de forma distinta, abraçando alguns (poucos) e desistindo da maioria antes de começar.

Duas décadas depois de uma primeira iniciativa neste particular enquanto governador civil da Horta⁴⁰⁸, e já com o estatuto de principal especialista vivo do estudo da história de Lisboa, foi escolhido para vogal da Comissão dos Monumentos Nacionais (a 25 de janeiro de 1897) e do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais (a 27 de setembro de 1899), tarefas que declinou sob o pretexto do muito tempo que lhe tomavam as

408 «Desejei assignalar como fosse possível os sitios da Horta notaveis pela morada de algum homem célebre, ou por qualquer outra circumstancia. Escolhi para principiar o lugar onde fôra em 1832 um arsenal provisório, em que se aprestaram alguns barcos para a expedição liberal do senhor D. Pedro IV, e a casa onde n'esse anno habitou n'esta cidade o mesmo Principe.

Escrevi para Lisboa ao então meu procurador, Caetano Baptista Coelho, [...] e incumbi-lhe de mandar fazer no Salles, canteiro da rua do Arsenal, duas lapides grandes em pedra lioz [...]. Fizeram-se, foram pagas á minha custa, á minha custa transportadas para o Fayal, e logo remetidas com um officio meu de offerecimento á Camara Municipal da Horta, que nas lapides figura como unica autora da commemoração. A Camara agradeceu.

Outros sitios tinha em mente: o sitio na freguezia dos Cedros, onde desembarcaram os primeiros descobridores, a Praia do Almoxarife, onde desembarcou o Conde de Villa-Flor, a casa natal do Marquez d'Avila, etc..» Júlio de Castilho, «Recordações da minha viagem à Horta (1877-1878)» (manuscrito), p. 75. Quase 150 anos depois, nenhuma das placas se encontra nos locais originais, achando-se uma no Jardim Eduardo Bulcão e a outra no pátio do Hotel do Canal. São hoje apontamentos discretos da história do Faial e derradeiras marcas da presença castilhana na ilha.

ocupações oficiais e os estudos particulares. Na verdade, subjacentes a estas recusas estavam outros fundamentos que na altura preferiu não invocar:

Não creio em comissões. Muita gente junta não se salva. O systema constitucional, que detesto, [...] tem um microbio que o roe; são as comissões. O Parlamento, as Juntas de Parochia, os Conselhos de Districto, o Conselho de Estado, são commissões; as reuniões de homens nomeados para tal ou tal fim são comissões. Não gosto. Muito discurso, muitas rivalidades, e nada feito. [...] Hav[endo neles] pessoas com que não me entendo[,] bastava isso para eu não apparecer.⁴⁰⁹

No permeio destas duas nomeações, havia surgido outra, que acabou aceite: a 16 de janeiro de 1899, Castilho foi designado presidente da *comissão encarregada de elaborar o programa dos estudos a fazer para a restauração da Sé Patriarcal de Lisboa*, edifício que há muito se encontrava num precário estado de conservação que as pontuais intervenções não tinham conseguido minorar. Mais de trinta anos depois, Augusto Vieira da Silva atribuirá responsabilidades ao estudo monográfico e ao *brado em favor da restauração da sé de Lisboa* incluídos na *Lisboa Antiga*⁴¹⁰ pelo arranque definitivo do movimento que levou ao restauro integral do edifício. No *brado*, Castilho chegou a devanear o momento em que um qualquer ministro das Obras Públicas decidiria avançar para um restauro *à séria* do edifício, contratando, para o efeito, bons arquitetos e *archeologos* para o fazer retornar à sua época de *maior esplendor*. «Depois tiravam-se de um cofre qualquer umas verbas, e applicavam-se ao trabalho constante de ir refazendo, de vagarinho, com intelligencia e arte, a frontaria, o interior, as capellas, o claustro; repondo tudo no seu logar; [...] mobilizando o tempo no estylo velho; em summa: fazendo o que fizeram á cathedral parisiense, que em 1830 merecia as furias de Victor Hugo, e hoje, graças às restaurações de Eugenio Viollet-le-Duc [...] é um primor, e um brazão.»⁴¹¹

Depois da morte de Mendes Leal, Castilho tornara-se o principal monografista vivo do edifício. Perante o imperativo de o incluir no processo, e conhecido o seu histórico neste particular, poder-se-ia antecipar a dificuldade em convencê-lo a fazer parte do grupo de trabalho que incluía o cónego chantre da Sé, Sacadura Botto, o arquiteto Domingos Parente da Silva e os engenheiros Pedro Romano Folque e Pedro Arnaud Meneses. Porém, não se encontram ecos de resistência, e a nomeação foi

⁴⁰⁹ Carta de Júlio de Castilho para o conde de Sabugosa (30 jan. 1901). Coleção particular.

⁴¹⁰ Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. III, pp. 168-384, 408-418.

⁴¹¹ *Ibidem*, pp. 411-412.

aceite, certamente pelo aliciante da perspectiva de poder planejar uma intervenção em património que tão profundamente havia estudado.⁴¹² Por esta altura, Castilho havia já deixado claro que, tal como não tinha contemplanções para derribações e mutilações patrimoniais, não tolerava *maus restauros*:

Faz indignação, faz brotar odios nos corações mais indulgentes, o presenciar como em geral se entende por cá o restauro! a semceremonia com que se *aperfeiçoa* e anachronisa um objecto antigo.⁴¹³

Tendo mantido parte dos apontamentos que na ocasião redigiu, é possível mapear as reuniões e as visitas à Sé que os membros da comissão realizaram no período compreendido entre 30 de janeiro e 3 de junho de 1899, altura em que os levantamentos dos diversos espaços do edifício se encontravam praticamente concluídos. Infelizmente, a inexistência de registos para momentos posteriores trunca o entendimento global das atividades da comissão. Nada se conhece do subsequente trabalho desenvolvido até 26 de outubro seguinte, data da exoneração de Castilho, a seu pedido, por motivos que apenas poderemos inferir estarem relacionados com a escolha (ou ingerência na escolha) do arquiteto para a condução das obras no edifício.⁴¹⁴

412 E tão veemente criticado os restauros: «A sé de Lisboa [...] é a despeito de tudo e de todos, admirável especimen, que era preciso respeitar; [...] Não o entenderam assim, e deshonraram aquelle templo bysantino, romanico e ogival, com a mais insensata restauração pseudo-classica. Ao bello e rude, substituíram o bonito; [...]. É sempre barba-ridade inaudita querer adaptar o estylo classico ás phantasias das architecturas ogivaeas e romanicas. Das altas columnas aggregadas do velho templo, fizeram umas coisas que nada são. [...] Por isso digo: a impressão geral que se experimenta é mesquinheissima. Em vez do solemne, reina o vulgar.» *Ibidem*, pp. 184, 192-193.

413 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, t. V, p. 45.

414 Maria João Baptista Neto afirma ter «sido sugerido [pela Comissão] o nome de Ernesto Korrodi para elaborar o plano de restauro da catedral, mas [que] a oposição dos membros da Sociedade Nacional de Belas Artes[,] que reclamavam os *direitos incontestáveis que assistem os artistas nacionais*[,] afast[ou] o architecto suíço.» (Maria João Baptista Neto, «Os Restauros da Catedral de Lisboa à Luz da Mentalidade do Tempo» in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, p. 134). A escolha acabou por recair em Augusto Fuschini, que Augusto Vieira da Silva aponta ter sido nomeado por portaria de 27 de outubro de 1899. Atendendo à personalidade do biografado e ao facto de a nomeação de Fuschini ter ocorrido apenas um dia depois da exoneração de Castilho, parece possível estabelecer uma relação causa-consequência, podendo-se mesmo admitir que na base da tomada de decisão possa ter estado uma eventual interferência exterior. Na reunião de 6 de abril, Castilho havia deixado claro não aceitar qualquer intervenção deste tipo, e, perante a reiterada ausência de Álvaro Machado (arquiteto auxiliar destacado para o trabalho) nas reuniões da comissão e da «oposição surda e acintosa de um sujeito de lá [Inspeção das Obras Públicas do Distrito de Lisboa], para prejudicar [a Comissão, declarou taxativamente] [...] que se nos picarem, pedir[ei] a [...] demissão.» ANTT, *Fundo Júlio de Castilho, Coleção Olisiponiana ou de Gravuras*, Pasta 2.

Desconhecendo-se os resultados práticos do processo, importa analisar as suas linhas programáticas, traçadas por Castilho num documento com 24 pontos que mereceu aplauso dos demais membros da comissão. Será porventura o texto onde melhor se encontra estruturada a formulação do seu pensamento a respeito do restauro de património monumental, concretizando de forma fiel as ideias previamente enunciadas na *Lisboa Antiga*. Percebe-se que o assunto foi amadurecido, mas a essência e a tipologia das propostas permaneceram inalteradas.



Sé de Lisboa,
década de 1940.

Sem nunca perder de vista tratar-se de um edifício com um uso religioso quotidiano, estabeleceu que o Cabido da Sé deveria começar por definir as suas necessidades de ocupação dos espaços, para que a Comissão pudesse estabelecer a demolição das construções que anarquicamente haviam surgido junto ao claustro e a sua subsequente recomposição em local mais apropriado e subordinada à linguagem arquitetónica do edifício. Só depois o foco se poderia centrar na intervenção: «As reconstruções serão estudadas em commum pela Commissão, seguindo-se sempre na sua ordem a conveniencia de não reedificar sem assentar em que as novas construções são indispensaveis, tanto para a robustez como para a belleza do edificio. [...] Fixada [...] a origem provavel, ou averiguada, da Sé, deverá conservar-se religiosamente tudo quanto fôr documento architectonico da sua vetustez, conservando com o mesmo esculpulo os acrescentamentos de estylo ogival, e tudo quanto existir até ao fim do seculo xv. [...] Tudo quanto fôr mais moderno do que o seculo xv, assim como tudo que destoar dos estylos romanico e ogival, por linhas classicas, deverá ser substituido⁴¹⁵, perdoando-se apenas a alguma peça que tenha indiscutivel belleza e valia.»⁴¹⁶ Chegou mesmo a objetivar a ideia, definindo exemplos práticos: a reconstrução da capela-mor *em estilo ogival* e com ligação direta com o *sistema das capelinhas absidais*; a reposição da capela de Bartolomeu Joanes ao seu (suposto) primitivo estado; e a substituição dos túmulos modernos de D. Afonso IV e de D. Brites por duas arcas de feitura ainda mais moderna, mas em *estilo condicente com o resto*. Reavivando uma ideia à qual havia dado especial ênfase na *Lisboa Antiga*, perspetivou também a execução de vitrais com representação de quadros da História pátria relacionados com o edifício, a partir de «cartões [...] executados por artistas nossos, e assignados, pondo-se depois em execução, a pouco e pouco, segundo os processos modernos, que muito bem substituem os custosos processos antigos.»⁴¹⁷ Seguindo a mesma lógica, equacionou também a possibilidade de serem encomendadas novas estátuas a canteiros de *indiscutível saber*, sugerindo, para o efeito, a contratação dos que então trabalhavam no restauro do mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha).

⁴¹⁵ Ao sabor do tempo, propôs que os elementos artísticos retirados para alcançar a pureza estilística pretendida deveriam ser reaproveitados noutros templos, seguindo uma prática amplamente repetida desde a supressão das primeiras casas religiosas em 1834.

⁴¹⁶ ANTT, Fundo Júlio de Castilho, *Colecção Olisiponiana ou de Gravuras*, Pasta 2.

⁴¹⁷ *Ibidem*. Veio efetivamente a cumprir-se ao longo da primeira metade do século xx, com a feitura de vitrais a partir de desenhos de António Ramalho (1903) e de Jorge Barradas (1940).

Num momento em que, por toda a Europa, as prementes preocupações patrimoniais levaram ao surgimento e desenvolvimento de teorias do restauro que muitas vezes se antagonizavam, Castilho afastou-se do conceito de conservação de Camillo Boito, de William Morris e John Ruskin⁴¹⁸ e enveredou de forma decidida pela linha de pensamento de Viollet-le-Duc, teórico amplamente citado e louvado na *Lisboa Antiga*. Considerava este ser «necessário conduzir o monumento ao estado mais puro, mesmo que ele nunca tenha existido, o que implicava que o arquitecto restaurador tivesse que se colocar na pele do projectista da obra original e perceber quais seriam as suas ideias para continuar a obra, mediante documentos e desenhos, ou na sua falta, através de regras de estilo ou edifícios circundantes, sem acrescentar contributos pessoais. O arquitecto deveria [, assim,] optar pela reconstrução do monumento melhorando os defeitos e procurando um ideal do seu estilo.»⁴¹⁹

Na vida e no restauro, a demanda romântica por um ideal (de estilo) do passado foi sempre um princípio norteador de Castilho, que nunca chegou a arriscar qualquer formulação teórica que pudesse ter impacto doutrinário nestas questões patrimoniais. Na verdade, nunca foi esse o seu propósito. Apesar dos muitos brados que lançou, e ao contrário do que viu Herculano fazer nos *Monumentos Patreos* ou Ramalho Ortigão n' *O Culto da Arte em Portugal*, Castilho nunca colocou esta temática no cerne da sua obra. Surgida há muito por influência direta do pai e dos escritos de Herculano, a preocupação com a defesa patrimonial cresceu e manifestou-se sobretudo como elemento indissociável dos seus estudos históricos, artísticos e sociais de Lisboa, num misto de desabafo de homem solitário, de demanda pela perpetuação da memória do que havia desaparecido e de defesa da materialidade do que ainda havia para preservar. Sem menosprezar o alcance e a autoridade da sua voz em matérias patrimoniais lisboenses, pode-se afirmar que o verdadeiro propósito das suas obras (divulgar a história da cidade) acabou por secundarizar os seus brados e sulcar o seu próprio caminho. E foi neste ponto que residiu a sua verdadeira marca, no muito conhecimento que gerou e que tem sido reiteradamente colocado ao serviço da salvaguarda do património

⁴¹⁸ Françoise Choay, *Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2008, pp. 158-175.

⁴¹⁹ Eduarda Luso, Paulo B. Lourenço, Manuela Almeida, «Breve história da teoria da conservação e do restauro», *Engenharia Civil UM*, n.º 20 (2004), p. 35. É particular reflexo disso a forma como Castilho apontou à colocação, na capela-mor, de um «elegante baldaquino ogival com o altar mór, disposição esta muito característica e vetusta, conservada nas basilicas [e] nas igrejas ogivais [...] [ou que] o claustro deveria ser aberto nos seus três lanços, e completado segundo as indicações que nos dão os fragmentos que ainda restam.» ANTT, Fundo Júlio de Castilho, *Colecção Olisiponiana ou de Gravuras*, Pasta 2.

da cidade; devidamente complementados e atualizados por estudos subsequentes, os seus trabalhos continuam hoje a ser amplamente utilizados em levantamentos históricos, arquitetónicos e arqueológicos.

Se, para Lisboa, Castilho foi quem melhor o concretizou, terá sido Herculano quem mais finamente compreendeu a dimensão do poder que isso encerrava:

«Um dia em que atravessava da Lisboa arabe para a Lisboa romana, da Alfama para o Castello, não sei como passei pelo sitio onde existiu o convento [de Santo Elói], e parei a examiná-lo. O meu exame foi demorado e consciencioso [...]. Todas as indagações que fiz para descobrir algum vestigio do edificio primitivo [...], foram, porém, baldadas: os *Loios* (assim lhes chamava o povo) tinham transformado o antigo collegio do bispo D. Domingos Jardo em sumptuoso convento [...]. Veio depois o terremoto e converteu tudo em ruínas.

[...] Triste por ter perdido assim inutilmente o tempo e o trabalho, [...] passou-me então pela mente fazer uma desfeita aos loios e ao terremoto e dar de novo vida áquillo que hoje é só um nome [, assim nascendo a ideia para *O Monge de Cister*]. [...] É o que resta a quem é pobre. — Não póde tirar os monumentos das garras dos politicos; mas tem liberdade plena de reconstruir em imaginação e povoar aquelles que já não existem.»⁴²⁰

O que fez Herculano nos romances históricos, cumpriu Castilho nos estudos de Lisboa. Sentindo-se incapaz ou sem forças para salvar no terreno as pedras do património monumental lisbonense, fez povoar ruas, palácios e igrejas de um torvelinho de gentes de outras eras, entretidas em vivências quotidianas inteiramente estranhas aos olhos dos homens e das mulheres que anteviam a chegada do vigésimo século da era cristã. Reconstruindo em papel o microcosmo arquitetónico e social da *Lisboa Antiga*, tornou-a em coisa viva e perene, resgatando-a do esquecimento e valorizando-a aos olhos dos que tinham *por officio melhorá-la*. E, com isso, e apenas parcialmente consciente do verdadeiro alcance do seu trabalho, tornou-se num dos mais eminentes obreiros da sua salvaguarda.⁴²¹

⁴²⁰ Alexandre Herculano, *O Monasticon. O Monge de Cister ou A Epocha de D. João I*, 3.^a ed., t. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1869, pp. XII-XIV.

⁴²¹ «A obra de Júlio de Castilho [...] [ensina-nos] a amar a nossa terra com consciência e saber, servindo-nos de guia, ao mesmo tempo poético e letrado, que nos convida a mergulhar na história [...] da urbe de tão gloriosas tradições. Por agora, a nosso ver, o que urge é salvar, defender, valorizar o que resta em Lisboa de belo, de típico e de digno de conservar-se. Para tal fim a obra de Júlio de Castilho é um *vade-mecum* precioso — itinerário sem igual para a agradabilíssima jornada através dum passado que foi alguma coisa mais do que pensam os iconoclastas dos nossos dias.» Rodrigues Cavalheiro, «Sob a Invocação de Clio», *Ocidente. Revista Portuguesa*, vol. II, n.º 4 (ago. 1938), p. III.

UM CONDUTOR DE ALMAS. O LEGADO

Passagem de testemunho.

Ex^{mo} S.nr Gustavo de Mattos Sequeira

Lumiar 27 de Dezembro de 1916

Particular

São 3 e meia da tarde. Acabo de ler a ultima pagina do livro de V.E. Depois do terremoto, recebido na tarde de Domingo, por mão do meu compadre e nosso amigo Mena. Quero dar conta da grande impressão que me causou esta notavel obra; mas a penna recusa-se a dizer tudo; de viva voz poderia eu certamente expressar com mais entusiasmo o muito que no correr d'estes bellos capitulos se me deparou para elogio e admiração. Espero que breve o poderei; mas fiquei tão impressionado com esta primeira leitura, que, antes mesmo da visita, quero, e sem demora, mostrar como o volume foi cordealmente recebido neste lar modesto.

Fico sempre contentissimo quando vejo operarios na mesma seára onde trabalhei tantos annos; peço-lhes sempre, que não desanimem nem fraquejem na faina. Ha ainda muito que fazer; mas o certissimo é que temos hoje uma phalange de estudiosos e perseverantes escriptores, para quem a chronica lisbonense é campo de exploração. Além de outros, que nos deixaram, perdemos ha poucos annos um que, só a sua parte valia por muitos: o sempre lembrado e sempre venerado Sousa Viterbo. A enormidade da sua tarefa é o assombro de todos os que trabalham nas mesmas pesquisas; eu por mim não chego a comprehender, como um só trabalhador consegue tanto! Sou, e fui sempre, seu admirador, e continuo a sel-o ainda mais desde que Deus o chamou. Por felicidade das Letras historicas temos sucessores de Viterbo, que estudam com affinco as variadissimas feições de Lisboa, e a opinião publica já vai animando a quem trabalha.

Entre os mais intelligentes dos nossos cabouqueiros figura o snr. Gustavo de Mattos Sequeira, que em publicações estimaveis já tem demonstrado quanto sabe, e quanto val, e quanto promette crescer. Quando ha annos me deu espontaneamente uma série de noticias valiosas relativas á parochial de S. Mamede, tive escrupulo em dar a essas noticias fórma nova, e estampeí-as, taes quaes as recebi, num volume que então publiquei; foi o maior preito que me era dado prestar ao meu obsequioso informador.

Vejo que desde então não descansou. Este livro revela, além de aptidões especiaes, a perseverança de um beneditino. É muito notavel o numero de volumes de indoles diversas, impressos e manuscritos, antigos e modernos, em verso e em prosa, mysticos e profanos, nacionaes e estrangeiros, raros e vulgares, examinados com perspicácia pelo autor, tanto em archivos publicos, como em livrarias particulares. É notavel a habilidade rara, filha do talento e da prática seguida, com que de qualquer documento, de qualquer tradição, tira doutrina certa, e acha materia para conjecturas muito provaveis, quando não é para affirmações muito certas. Fiquei pasmado, ao passo que me ia embrenhando na floresta d'aquellas paginas, cheias de saber, e evocadoras do interessante viver antigo de algumas regiões da capital. Tive de veras um grande gôsto com esta leitura. Eu tambem em tempo me appliquei e trabalhei; e vejo com o maior gôsto que apparece mais um apaixonado, que ha-de vir a trabalhar bem melhor do que eu. É moço, e eu estou a acabar a carreira; é crente na Arte, e eu, afastado do movimento moderno, já não a entendo nem conheço. Receba pois, meu caro snr. Sequeira, os meus cordeaes parabens. Continue com denôdo essa exploração do nosso glorioso passado, e creia que é do fundo do coração que o saúdo.

O que me atrevo a pedir-lhe é que seja menos exagerado na maneira de citar os meus livrinhos; não me idealise. A benevolencia com que sou tratado em vários dos seus capitulos, encher-me-hia de orgulho se eu me não conhecesse. Esses elogios, assim como os do meu talentoso amigo o snr Victor Ribeiro, teriam o perigo de me tornar vaidoso, se lhes não desse o desconto devido á indulgencia que os dictou.

Antes de mais: há na pagina 196 um leve engano de data. Não foi de 1843 a 1845 que meu Pae habitou o antigo edificio do hospicio e seminario de S. Francisco de Borja na rua de S. Marçal; foi de 1843 a 1847. Parece que o lapso pouco importa; mas importa, sim, desde que sou citado (com outro engano: Livro III em vez de Livro IV), e desde que se menciona, pag. 197, a felicissima memoria do filho, a proposito dos pormenores descriptivos, e muito verdadeiros, da casa. Verdade é que tive boa memoria, hoje muito enfraquecida; mas é não menos verdade que em 1843 tinha eu tres annos. Pouca fé em juizo poderia merecer o testemunho de um pequenito de cinco annos em 1845; mas já é mais aceitavel aos sete (1847). Partimos então para os Açores, d'onde voltámos em 1850; continuei a frequentar a casa, onde morava a familia do velho Ferreira, e tambem, na parte que nós tinhamos occupado um Fulano Almeida, do Governo Civil, com a familia. As minhas idas ahi continuaram até 1860; logo não admira que me ficassem lembranças exactas de um predio que estava na mesma. Esta minucia é para responder a quem, levado pelo

qui-pro-quo da data, quizesse notar que aos tres annos, e aos cinco, era impossivel reter no espirito aquelles pormenores.

Deixemos isso. Mas que bello livro! fico ancioso pela continuacão; e se, entre os massos de apontamentos que ainda possuo, houver alguma coisa que possa servir, cá estão ás ordens. A minha vasta collecção de estampas, gravuras e lithographias, que enchia as gavetas do meu escriptorio e da minha livraria, doei-a á Torre do Tombo; mas tenho ainda outras, e desenhos inéditos de sitios desapparecidos; tudo isso irá por minha morte parar a alguma tenda do Lumiar ou do Campo grande. Portanto, quem quizer consultar estes bonecos deve apressar-se.

Queria especialisar algum capitulo, que mais me tivesse prendido; mas não sei; todos me agradaram. Para mostrar que falo verdade, direi isto, que é talvez rude e brutal, mas sincero: tenho de veras pena de que a fórmula literaria não fosse mais tratada, mais procurada. A nossa formosa e riquissima Lingua portugueza merece que lhe mantenham os seus foros. Enfim, essas rebarbas de estylo hão-de desapparecer com o tempo; o seu escrever ha-de melhorar. Escreva de vagar, não dê entrada a estrangeirismos, na certeza de que o nosso idioma não precisa de empréstimos; leia nas horas vagas (se as tem) os nossos bons classicos, não para reproduzir archaismos, mas para se compenetrar do tom nacional. Numa palavra: nunca esteja contente de si mesmo; é o melhor modo de ficar sempre contente.

Das amaveis recepções do amabilissimo Marquez de Penalva Fernando Telles de Sylva, tratei nas Mem.^{as} de Cast.^o.

Para uma nova edição do seu livro hei-de dar-lhe noticia de umas propostas de meu Pae para o embellezamento do largo da Patriarchal. Tambem lhe darei pormenores das duas ultimas sessões solemnes realizadas na grande e opulenta sala dos actos do Collegio dos Nobres.

Concluo, enviando ao talentoso autor este abraço estampilhado, em quanto lh'o não dou em pessoa; e digo com toda a convicção que, se não continuar com estes estudos, commette um crime. Se os nossos governantes entendessem bem do seu officio, prohibiam-lhe que voltasse á sua Secretaria, augmentavam-lhe o ordenado, e incitavam ao trabalho quem tão brilhantemente demonstra as suas faculdades de talento e applicação. Bravo! bravo!

Sou com muita admiracão de V.E., venerador, apreciador e confrade obrigadissimo.

Júlio de Castilho⁴²²

422 Museu de Lisboa, ML.ESP.DOC.1739. Carta de Júlio de Castilho para Gustavo de Matos Sequeira (27 dez. 1916), a propósito da publicação do primeiro volume da sua primeira obra de Olisipografia, *Depois do Terremoto. Subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*.

A Olisipografia depois de Júlio de Castilho.

Víctor Ribeiro (1916)

Ao venerando patriarca da arqueologia olissiponense, ao ilustre académico e arqueólogo Júlio de Castilho, cuja obra patriótica foi a base dos estudos da vida retrospectiva da velha Lisboa, não deve a cidade, não devemos nós todos tão sómente o benefício dos seus livros, dos seus estudos, da sua ousada e generosa iniciativa. ¡Não! A dívida que a cidade, que lhe foi *ditosa pátria*, contraiu para com seu honrado e dilecto filho é muito maior. Aquela iniciativa e aquêles trabalhos [...] correspondeu desde logo a criação de uma escola, o aparecimento de um grupo, se não numeroso, pelo menos selecto, de estudiosos e investigadores, que tomando por tema a cidade antiga e seus vários aspectos, começaram publicando memórias, monografias, notícias e estudos, que no seu conjunto, representam já um pecúlio vasto e rico de informações históricas e documentais sôbre as ruas, monumentos, e costumes e tradições da velha capital e dos seus pitorescos arrabaldes.⁴²³

Gustavo de Matos Sequeira (1920 / 1954)

Júlio de Castilho abriu, na parede mestra do indiferentismo nacional, esse largo vão por onde os curiosos, pela primeira vez, espreitaram o passado da nossa cidade, até aí apenas entrevisto nas prosas de Herculano, de Vilhena Barbosa, de Silva Túlio e de poucos mais. Cabe-lhe essa honra e essa glória.

Os outros que lhe seguiram o exemplo, e entre os quais modestamente me conto, mais trabalho não tiveram do que passar por esse espaço rasgado pela sua pena ilustre e apontar aos outros os pontos de vista que ele não teve tempo de indicar no deslumbramento da visão de momento. A ele tudo devemos.⁴²⁴

Quando em 1879 saiu dos prelos o primeiro volume da *Lisboa Antiga*, onde o insigne Júlio de Castilho enfeixou os seus primeiros estudos investigadores sobre o Bairro Alto de São Roque, [...] o meu saudável e querido Mestre decerto não visionou o interêsse excepcional que tal obra

⁴²³ Víctor Ribeiro, «Parecer da Secção de História e Arqueologia» in Gustavo de Matos Sequeira, *Depois do Terremoto. Subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, vol. I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1916, pp. v-vi. Nota: o parecer é datado de 3 de novembro de 1914.

⁴²⁴ Gustavo de Matos Sequeira, «In Memoriam» in Miguel Trancoso (ed. lit.) *In Memoriam Júlio de Castilho*, pp. 33-34.

viria a despertar. Os estudos dispersos que até então se tinham publicado eram fragmentários e incompletos, e veio-lhe a tentação de tentar, subordinada a um plano, uma obra que completasse, pelo menos, as suas investigações apaixonadas sobre a casa onde lhe nascera o pai. [...] A seguir a esta, que estudara a génese dos bairros ocidentais de Lisboa, num escasso volume, seguiu-se uma segunda parte respeitante aos Bairros Orientais, desenvolvida em oito volumes. O êxito acrescentou-se; o assunto recrudescu de interesse, e, pouco a pouco, foi-se criando um ambiente de amoroso acolhimento á obra do historiador. Os discípulos afluíram a ouvi-lo, quási se estabeleceu uma Aula de Olisipografia na sua atraente casinha do Lumiar, e, despertado o gôsto por tal género de trabalhos, outros entraram a tentar aquêlê estudo apaixonante.

[...] A sua obra de caboqueiro iluminado, de investigador de apurada visão, de cronista de rara sensibilidade, não pode diminuir-se com o acertar de uma data ou com o desmoronar de uma conjectura. Êle foi o primeiro de tais estudos, o desbravador de matos cerrados, e o primeiro, portanto, a sofrer os efeitos do seu próprio deslumbramento, e das miragens enganadoras entrevistas atravez de cada clarão que atingia. Os que o seguiram, achando aberto o caminho tão custosamente desbravado, mais felizes, e com outra calma, puderam, encontrando pressentimentos na grande lição da Lisboa Antiga, dirigir-se para outras veredas onde se lhes depararam novas fontes e outros caudais de informação. [...] Rogava aos estudiosos [que] o continuassem e o acertassem.⁴²⁵

Augusto Vieira da Silva (1934)

O signatario declara enternecidamente que foi êle [Castilho] o seu mestre e o seu guia, e quem o levou a embrenhar-se nos árduos mas deleitosos estudos da arqueologia lisboeta.⁴²⁶

Albino Forjaz de Sampaio (1938)

Em 1879 com a maior galhardia aparece o grande iniciador sistemático dos estudos lisbonenses, Julio de Castilho. Êle com a sua *Lisboa Antiga* e com a *Ribeira de Lisboa* reacendeu o fogo sagrado e então surgiu um núcleo de estudiosos apaixonados que realizou sobre a nossa linda cidade uma verdadeira literatura.⁴²⁷

⁴²⁵ Gustavo de Matos Sequeira, «Prefácio Explicativo» in Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto*, 3.ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. XI-XIV.

⁴²⁶ Augusto Vieira da Silva, «Prefácio do anotador» in Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, 2.ª ed., vol. VI, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1936, p. 11.

⁴²⁷ Albino Forjaz de Sampaio, *Como devo formar a minha biblioteca (ensaio)*, Lisboa, Sá da Costa, 1938, p. 257.

Rodrigues Cavalheiro (1941)

A obra de Júlio de Castilho viria a ser o estuário magnífico em que desaguiariam trescentos anos de estudos olisiponenses. E então, a pouco e pouco, o género liberta-se do casulo erudito em que até aí vivera e aparece, triunfalmente, ao ar livre do gosto público. Os continuadores do Mestre da «Lisboa Antiga» [...] ampliam as [suas] investigações [...] e criam uma corrente de simpatia que permite iniciativas que ultrapassam de muito a simples preocupação literária. A Olisipografia passa, então, a ser uma ciência e uma arte, um tema de meditação e um pretexto de atividade, um divertimento e uma lição, um espetáculo e um estilo.

[...] Os «carolas» do passado citadino, os curiosos da história, do pitoresco, das belezas da capital são hoje legião. O género desdobrou-se, apresenta facetas várias, inclui tendências múltiplas, alberga arqueólogos e urbanistas, médicos e literatos, artistas e professores, comerciantes e engenheiros, é uma irmandade espiritual, um retiro de pacatos bairristas, quase uma maçonaria sem avental nem trolha. O lago intranquilo e acanhado em que Júlio de Castilho lançou as primeiras velas da sua poesia e do seu saber é agora um oceano vasto, sulcado de embarcações cómodas e empavezadas — e onde, como em todos os mares, não faltam também os seus aventureiros e os seus piratas...⁴²⁸

Luís Pastor de Macedo (1944)

Não é esta a ocasião própria para expor as razões que por ventura me poderiam levar a encabeçar o título de fundador dos estudos olisiponenses neste ou naquele escritor, mas interessa registar que se tem declarado que a Castilho, o inoxidável e saudável Mestre, cabe êsse título. [...] Não há dúvida que o autor da *Lisboa Antiga* pondo a-par do seu saber, o seu sincero e grande amor a Lisboa, intervindo decidida e galhardamente na defesa das suas tradições, pugnando sempre pelo seu desenvolvimento e fazendo por vezes da sua história, mais um poema do que um produto obtido por investigação documental, conseguiu como todos sabemos, criar uma escola, escola a que no entanto nunca acorreram muitos a matricular-se, mas que os poucos que a ela pertenceram ou pertencem, tal qual o Mestre, lhe dedicaram ou dedicam, mais do que a sua inteligência e que as faculdades de trabalho, o seu coração.⁴²⁹

⁴²⁸ Rodrigues Cavalheiro, «Um Novo Género Literário», *Dom Casmurro* (23 ago. 1941), p. 7.

⁴²⁹ Luís Pastor de Macedo, «No descerramento de uma lápida na casa onde nasceu Tinop», *Olisipo*, n.º 27 (jul. 1944), p. 145.

Orlando Ribeiro (1945)

O renascimento dos temas olisiponenses, no último quartel do século XIX, procede do progresso geral dos estudos históricos durante a geração romântica, no convívio da qual se criou Júlio de Castilho.

Deixou-nos este autor a maior construção histórica até hoje consagrada a Lisboa, que, por isso mesmo, tem dominado os estudos históricos e arqueológicos da capital.

[...] A influência exercida pela *Lisboa Antiga* e pela *Ribeira de Lisboa* foi enorme e as recentes reedições [...] só vieram renová-la. Livros que se lêem com agrado, dotados de grande poder evocativo, tiveram o mérito de criar uma corrente de gosto da cidade velha, dos recantos pitorescos, das pedras mutiladas de outros tempos; mas exerceram também nos estudos olisiponenses uma influência perigosa, confinando-os ao círculo estreito da arqueologia da cidade e da averiguação miúda de uma história sem perspectivas.⁴³⁰

Norberto de Araújo (1946)

Júlio de Castilho fez uma ressurreição. Do que era morte aparente conseguiu beleza; do que era dúvida, que é a noite da sabedoria, fez a madrugada clara das certezas. Encontrou o jeito, que só os poetas e os idealistas possuem, de pôr a verdade de pé [...].

Nós damos a esta qualificação de Mestre, com que se nimba o nome natural de Júlio de Castilho, uma qualificação muito mais alta do que seja apenas a do professor que ensinou, do pedagogo da cultura olisiponense, do catedrático do saber erudito, envolvido nas graças de forma encantadora. Nós damos a esta qualificação de Mestre um sentido espiritual de condutor de almas, de apóstolo e de profeta, espécie de discípulo de Cristo [...].

Júlio de Castilho foi, sim, o Mestre que ensinou, mas foi sobretudo [...] o criador de uma religião, feita de amor à cidade que nos viu nascer ou onde nos sentimos bem, religião que irmana todos no único pensamento do estudo, que é quase oração, da defesa dos sagrados patrimónios da arte e da arqueologia, que é quase caridade, religião que paira acima de interesses profanos e de estultos credos confessionais, que é quase perfeição moral.

Júlio de Castilho ressuscitou Lisboa, como um arquitecto predestinado que fizesse ressurgir uma cidade calcinada pelas secas perpétuas do

⁴³⁰ Orlando Ribeiro, «Evolução e perspectivas dos Estudos Olisiponenses», *Revista Municipal*, n.º 27 (4.º trimestre de 1945), p. 6. Corresponde à lição inaugural da cadeira de Estudos Olisiponenses, da Universidade de Lisboa (25 out. 1945).

desamor à beleza, sem a frescura fraternal de uma lágrima de ternura, de um orvalho germinador de ideal.

[...] Em cada um dos eruditos, dos escritores, dos apaixonados, dos artistas, dos caboqueiros de Lisboa — está um pedaço do produto da obra de Júlio de Castilho.⁴³¹

Joaquim Veríssimo Serrão (1963)

Apesar de a erudição de J. C. ser mais livresca do que o produto de novas investigações nos arquivos, a sua obra mantém todo o interesse histórico, não sòmente pelo estilo sugestivo do autor como pela actualidade dos problemas que respeitam à hist. de Lisboa. [...] No campo da historiografia foi o maior cronista das antiguidades da cap., compondo a obra *Lisboa Antiga* em oito t. [...] que constitui ainda hoje a fonte mais valiosa para o conhecimento da história política, social, arqueológica, toponímica e cultural da cid. de Lisboa.⁴³²

Fernando Castelo Branco (1980)

Tendo sido um pioneiro, Júlio de Castilho traçou uma obra que continua válida na sua maior parte, dando-nos múltiplos informes sobre a história de Lisboa, os seus edifícios, gentes e instituições.

Escrita há já tão dilatadas décadas, continua a ser útil ao investigador, continua a ser uma leitura, não apenas agradável, mas positivamente instrutiva para os curiosos do passado.⁴³³

José Sarmento de Matos (1994)

Lisboa é uma cidade especial. Sem que se saiba ao certo como nem porquê, a sua história personalizada criou um género próprio para contar, com bem vincada autonomia no seio da historiografia portuguesa.

[...] Apesar de antecedentes celebrizados, [...] coube ao Visconde Júlio de Castilho dar corpo a esse ramo historiográfico específico, através da originalidade da sua obra séria e imensa. Abria, mesmo, novas perspectivas sociológicas e culturais a uma História então ainda muito presa a uma

431 Norberto de Araújo, «Algumas palavras ditas no cemitério do Lumiar, diante do coval de Júlio de Castilho, na inauguração da “1.ª Semana dos Amigos de Lisboa”», *Olisipo*, n.º 34 (abr. 1946), p. 65.

432 Joaquim Veríssimo Serrão, *Dicionário Luso-Brasileiro de Cultura*, vol. IV, pp. 1414-1415.

433 Fernando Castelo Branco, *Breve História da Olisipografia*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1980, p. 27.

visão meramente factual no estudo das eras antigas. Louvando-se, embora, na certeza documental que bebera em Herculano, sabia derivar por outros caminhos, sempre de espírito aberto e inteligência pronta para enfrentar, à luz das preocupações da sua formação ainda muito romântica, os estímulos inesperados que o assaltavam a cada esquina antiga da cidade.

Na sua esteira, muitos outros continuaram esse trabalho paciente, que coloriram com a sua personalidade e enriqueceram com a especial focagem da sua formação [...], cultiva[ndo] cada um à sua maneira o passado da cidade. Apesar das diferenças de tom ou gosto, mantiveram a lição do Mestre Castilho, como sempre lhe chamaram, afeiçoando o seu ensinamento às sensibilidades de um mundo em acelerada mutação.⁴³⁴

Francisco Santana e Eduardo Sucena (1994)

Lembre-se aqui que a sua obra se enquadra na renovação dos estudos históricos verificada na segunda metade de Oitocentos e se revela marcada «pela obra, pela metodologia, pela lição» de Herculano [...]. Saliente-se que esta herança, para o bem e para o mal metamorfoseada pelo seu talento e pela sua personalidade, a vários outros vai transmitir-se. Porque, efetivamente, Castilho teve continuadores e, mais do que isso, teve discípulos confessos e devotados [...] [que], até aos nossos dias, não só constituem uma genealogia intelectual como dão cumprimento ao voto expresso pelo mestre no seu testamento: «Tenham-me sempre no coração, e nada mais peço.»⁴³⁵

⁴³⁴ José Sarmiento de Matos, *Uma Casa na Lapa*, Lisboa, Quetzal, 1994, p. 9.

⁴³⁵ Francisco Santana (dir.) e Eduardo Sucena (dir.), *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, [s. n.], 1994, p. 244.



—
Inauguração do busto de Júlio de Castilho, Jardim Júlio de Castilho, 1929.

Da esquerda para a direita: Costa Mota (tio), Miguel Trancoso, Gustavo de Matos Sequeira, Possidónio Mateus Laranjo Coelho, Augusto Vieira da Silva, José Pessanha, Pinto de Carvalho (Tinop) e José Artur Leitão Bârcia.



—
Evocação dos cronistas de Lisboa, Jardim Júlio de Castilho, 1947.

Da esquerda para a direita: Norberto de Araújo, Luís Pastor de Macedo, Gustavo de Matos Sequeira, Augusto Vieira da Silva e Luís Teixeira.

Percorrendo a quase totalidade do século XX, os testemunhos destes olisipógrafos e historiadores constroem, sem esforço ou favor, uma narrativa sólida que entroniza Júlio de Castilho como o patrono da Olisipografia. É, pois, paradoxal que o próprio tivesse sido quem mais resistência ofereceu a esta ideia, afastando-a de si com quantas forças tinha:

Nisto que digo com tanta franqueza, não vai falsa modestia; juro-o; vai apenas justiça. O cabouqueiro da *Lisboa Antiga* não é o original do retrato ideal pintado [...]; é um operário, nada mais; consciencioso de certo, mas de mesquinhas forças para a grande obra. Além d'isso, não teve a influencia que [...] se lhe attribue, sobre os estudos archeologicos olisiponenses; elle não é um chefe ou um guia; é, e foi sempre um seguidor dos seus predecessores.⁴³⁶

O sentido destas palavras, que, décadas mais tarde, Fernando Castelo Branco refutará, entendendo-as como um «elegante gesto de modéstia, que falseia as situações»⁴³⁷ faz-nos regressar à romântica ideia de Rodrigues Cavalheiro de uma obra-estuário onde desaguaram trezentos anos de crónicas, estudos e levantamentos. Será possível que, sem o devido distanciamento histórico e crítico, Castilho não tenha antecipado as repercussões da sua obra? Possível sim, mas improvável. Tinha certamente consciência da rutura que havia provocado, mas foi-lhe impossível antecipar o peso do seu legado.

Em 1916, teve oportunidade de ler o que Victor Ribeiro dissertou sobre a importância da *Lisboa Antiga*, equacionando a sua influência indireta na edição de *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Ao longo dos 17 volumes desta obra publicada entre 1882 e 1911, o arquivista Eduardo Freire de Oliveira «sumari[ou] e agrup[ou], obedecendo a determinado principio, todos os documentos importantes e curiosos [...] compulsado[s] no precioso archivo [municipal] da cidade e que até [então] andavam muito dispersos, e mesmo ignorados, facilitando assim o estudo para a historia»⁴³⁸ de Lisboa. Ribeiro estava naturalmente consciente de que *Elementos* havia sido originalmente concebido no contexto das comemorações do primeiro centenário da morte do marquês de Pombal, mas nem por isso quis deixar de notar que, no início de Novecentos, se entendia já a obra de

⁴³⁶ Carta de Júlio de Castilho para Victor Ribeiro (13 fev. 1916), transcrita em Victor Ribeiro, «A Julio de Castilho. Última homenagem» in Miguel Trancoso (ed. lit.), *In Memoriam Júlio de Castilho*, pp. 90-91.

⁴³⁷ Fernando Castelo Branco, *op. cit.*, p. 17.

⁴³⁸ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, t. 1, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1882, [s. p.].

Castilho como o motor de uma engrenagem que aos poucos começava a laborar. Ainda hoje, o peso que *Lisboa Antiga* exerceu para o surgimento de *Elementos* não é aferível, não passando de uma mera suposição sem base sólida que a sustente.⁴³⁹ Mas mais importante do que procurar encerrar esta questão será sublinhar que, rapidamente, um e outro trabalho se constituíram como os faróis que guiaram até porto seguro todos quantos se aventuraram nas águas mais ou menos tumultuosas dos estudos de Lisboa. A obra de Freire de Oliveira como a «pedra tôska de minério, a qual, sujeita à acção da sciencia e da arte, produz o metal precioso» e a de Castilho como o dito metal, «com que se fabricam mil futilidades, mas que exerce poderosa influencia na familia como na sociedade, na vida das nações como na humanidade inteira.»⁴⁴⁰

Compreendendo e desculpando o exagero de uma analogia feita por um arquivista depois de «longas horas de aborrecimento e de tédio, gastas em folhear vetustos e áridos documentos»⁴⁴¹, a verdade é que o trabalho de Castilho alterou radicalmente o rumo do desenvolvimento dos estudos históricos de Lisboa. Numa primeira fase, nada o fez prever. A *Lisboa Antiga* começou por ter o mesmo alcance limitado que qualquer outra das suas publicações anteriores, sendo praticamente ignorada pela imprensa («ainda não li apreciação melhor nem peor que a [minha] acerca da Lisboa Antiga. Que diabo de terra esta!»⁴⁴², lamentaria Camilo Castelo Branco semanas depois da publicação). Os elogios vinham dos que lhe eram próximos e de uma pequena elite de eruditos que com ele partilhavam o interesse e a paixão pela cidade. A obra vivia dentro deste restrito círculo intelectual e nem sequer terá sido adquirida pela maioria, visto Castilho ter o hábito de oferecer generosamente os seus trabalhos. O autor não esmoreceu e, em década e meia, cumpriu o plano de dar ao prelo um estudo de leitura fácil que fosse transversal a cronologias, geografias e gentes, não se limitando a desenterrar pedras em forma de documento ou documentos em forma de pedra. Trouxe também a antiga cidade para uma atualidade palpável, colocando sobre o pó de

439 Em sentido inverso, Castilho sempre se declarou devedor a Freire de Oliveira e à sua obra para o desenvolvimento dos seus estudos históricos lisboenses, chegando-lhe mesmo a escrever uma elogiosa carta, na qual declara colocar o seu nome junto ao «dos meus melhores, mais authenticos, e mais illustres informadores historico-litterarios.» Carta de Júlio de Castilho para Eduardo Freire de Oliveira (24 mar. 1884), transcrita em Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, 1.ª Parte, t. II, 1885, p. VI.

440 Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1.ª Parte, t. I, [s. p.].

441 *Ibidem*.

442 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 2, Maço 2, Documento 4(109). Carta de Camilo Castelo Branco para Júlio de Castilho (12 jan. 1880).

eras o seu próprio testemunho, de quem lá esteve, viu e experienciou, no muito próprio «jeito, que só os poetas e os idealistas possuem, de pôr a verdade de pé.»⁴⁴³

Sentindo falta de respostas, decidiu procurá-las e partilhá-las. Aventureando-se na escrita desta obra como necessidade de coordenar escritos dispersos e incompletos, compendiou muito do que encontrou e, com isso, deu-lhe o sabor enciclopédico de grande utilidade que ainda hoje mantém. Com a sua publicação, o conhecimento documental e vivencial da cidade tornou-se subitamente acessível, e a *Lisboa Antiga* passou a ser o ponto de partida privilegiado de muitas das investigações subsequentes.

Numa primeira fase, juntaram-se-lhe Gomes de Brito e Pinto de Carvalho (Tinop)⁴⁴⁴, discípulos indiretos que beberam ativamente do seu conhecimento, mas que chegaram à Olisipografia por outras vias. Para sempre colado ao justo, mas redutor epíteto de *iniciador dos estudos toponímicos da cidade*, Gomes de Brito enveredou pela escrita da história da cidade por forte influência da defesa e valorização patrimonial de Alexandre Herculano, seu verdadeiro mestre, que por esses caminhos o guiou de forma segura. Embora tenha iniciado o seu percurso nos estudos históricos da cidade pouco depois da publicação de *Lisboa Antiga*, circunscreveu-o durante muito tempo a artigos de jornal. Próximo de Augusto de Castilho, manteve com o irmão Júlio o arquétipo da relação entre dois homens que partilhavam uma paixão, sobre a qual tinham prazer em discutir. Admiravam-se mutuamente. Castilho descreveu-o como um «escritor meticoloso, [que] ama as velharias lisbonenses, como tem provado em muitas publicações soltas, que oxalá um editor enfeixasse em volumes. Nos seus estudos há sempre que aprender. Que lindos tomos não dariam esses artigos, acompanhados de plantas e vistas.»⁴⁴⁵ O lamento teve eco e, já próximo do final de vida, Gomes de Brito publicou finalmente parte dos seus estudos em livro, momento que aproveitou para devolver o elogio:

«O auctor não podia deixar escapar a oportunidade para dar [...] testemunho da sua profunda admiração pela obra interessantíssima do sr. Visconde de Castilho — LISBOA ANTIGA. Que s. ex.^a o aceite como devido preito a trabalho de tanta valia, e aos patrióticos sentimentos de

⁴⁴³ Norberto de Araújo, «Algumas palavras ditas no cemitério do Lumiar, diante do colégio de Júlio de Castilho, na inauguração da “1.ª Semana dos Amigos de Lisboa”», p. 65.

⁴⁴⁴ Continua por clarificar a importância para a Olisipografia dos contributos de Freire de Oliveira nas notas que incluiu em *Elementos para a História do Município de Lisboa*.

⁴⁴⁵ Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, 2.ª ed., vol. II, Lisboa, Antiga Casa Bertrand — José Bastos, 1902, p. 252.

de que é tão eloquente manifestação. [...] A LISBOA ANTIGA é uma verdadeira *Olysipo restituta!*»⁴⁴⁶

O percurso de Tinop na Olisipografia foi feito de muitos mestres improvisados, que o foram sem saber. Conta-se que o *cronista da Lisboa de Oitocentos*, evocador da cidade da sua mocidade, passava longas horas no Chiado, «onde, em bicos dos pés, se foi juntar a um dos grupos mais barulhentos que ali tinha armado tênda. [...] Falavam pelos cotovelos, e Tinop, atento, ouvia-os sem perder palavra. Desfiavam-se recordações [...], pormenorizavam-se escândalos passados, [...] completavam-se biografias [...]. Quando os do grupo iam almoçar, Tinop dava um salto até à Torre do Tombo; [e] quando iam jantar, chegava ali à Biblioteca [Nacional]»⁴⁴⁷ para recolher dados para complementar as informações reunidas. Castilho não fazia parte deste seu grupo. Mas, vivendo-se tempos em que uma certa Lisboa cabia inteira no Chiado, ter-se-ão certamente cruzado, sido casualmente apresentados. E, a espaços, Castilho terá constituído uma das suas muitas fontes vivas. Desta relação conhece-se pouco, alguma correspondência trocada a respeito das investigações em curso e um sentido elogio póstumo, no qual Tinop considerou que Castilho «conglobava todos os requisitos constitutivos do historiador ideal.»⁴⁴⁸

Sendo inspiração para Gomes de Brito e para Tinop, não teve para com eles o mesmo desvelo nem tomou o papel de tutor que, anos mais tarde, desempenhou com os seus dois mais eminentes seguidores nas lides olisipográficas, Augusto Vieira da Silva e Gustavo de Matos Sequeira. Nele encontraram um verdadeiro mestre que lhes moldou a carreira de forma determinante.

Vieira da Silva, o mais velho dos dois, formou-se em engenharia militar no ano da publicação de *A Ribeira de Lisboa* (1893), pedra de fecho da obra castilhiana na Olisipografia. Castilho tinha então já dobrado o meio século, Vieira da Silva nem a metade disso havia ainda chegado. Muito a tempo, despertou para a leitura da *Lisboa Antiga*:

«Eu ia-[a] lendo avidamente, e deleitando-me com o conhecimento do que havia sido a nossa capital, tão brilhantemente exposto, e tão encantadoramente evocado. Foi assim que nasceu e se aferverou o meu interesse e a minha paixão pela cidade que foi meu berço. Acostumado, porém, às ciências exactas, e ao manejo da régua e do compasso,

⁴⁴⁶ Gomes de Brito, *Lisbôa do Passado, Lisbôa de Nossos Dias*, Lisboa, Livraria Ferin, 1911, p. 37.

⁴⁴⁷ Gustavo de Matos Sequeira e Luís Pastor de Macedo, *A Nossa Lisboa: Novidades antigas dadas ao público*, p. 352.

⁴⁴⁸ Pinto de Carvalho (Tinop), «O auctor da “Lisboa Antiga”» in Miguel Trancoso (ed. lit.), *In Memoriam Júlio de Castilho*, p. 137.

deixava-me muitas vezes a leitura de Castilho uma noção vaga e imprecisa sobre os locais e edifícios que êle tratava. O autor conhecia-os bem, mas o leitor tinha que fazer trabalhos complementares de pesquisa, para bem os localizar e os definir nos mapas de Lisboa. Foi assim que me nasceu a idéia de, na minha qualidade de engenheiro militar, profundar o estudo das fortificações de Lisboa na Idade Média, marcando o seu traçado no mapa de Lisboa, pesquisando os seus vestígios, para conhecer a sua estrutura e outras disposições, que interessassem à história especial da cidade, e à geral do País.»⁴⁴⁹

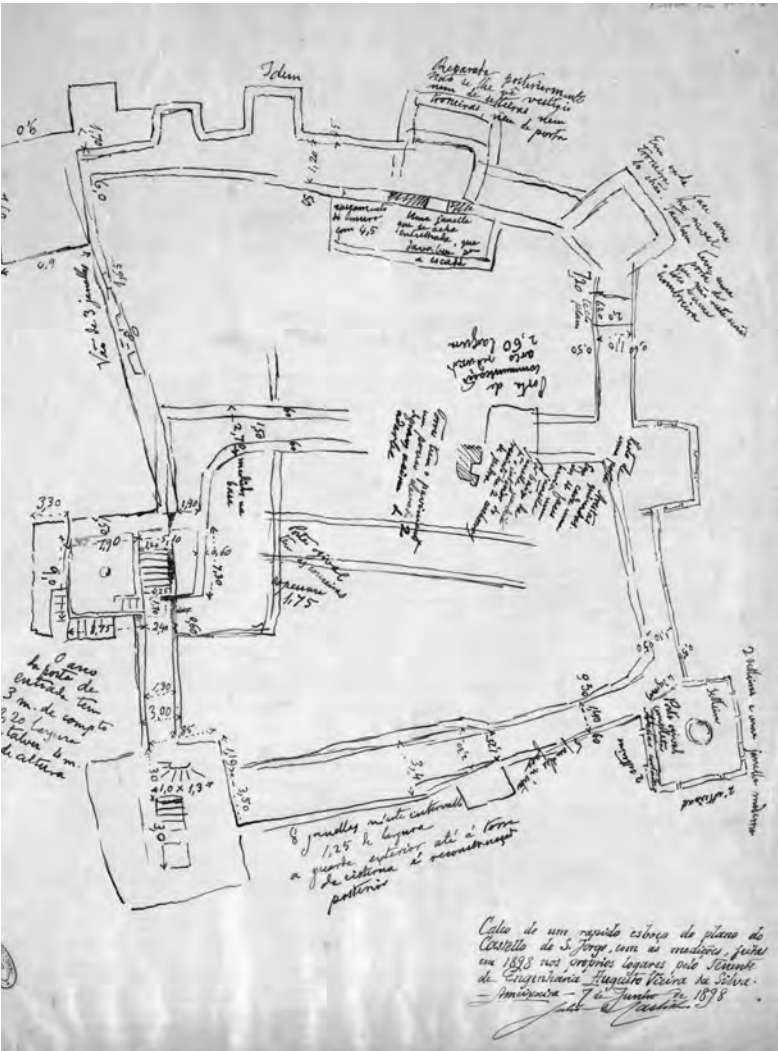
Esta noção de Castilho como um mestre com lacunas foi transversal aos vários olisipógrafos que se seguiram e consolidou-se de forma despropositadamente injusta a partir da segunda metade do século xx. O próprio reconheceu o muito que tinha deixado por desbravar e as imprecisões cometidas nas suas obras, que procurou retificar através de notas e adendas ou de segundas edições acrescentadas (que raramente conseguiu publicar). Interessava-lhe o cumprimento do dever moral da transmissão de um conhecimento alicerçado na verdade (documentalmente atestada ou conjeturalmente inferida) e, por isso, nunca deixou de incentivar os discípulos a confrontá-lo e a corrigi-lo.

Quando, em 1898, Vieira da Silva iniciou o seu primeiro estudo histórico sobre Lisboa, foi em Castilho e na sua *olisiponiana* que encontrou respostas às suas perguntas e um modelo para concretizar a ideia de recriação visual da Lisboa desaparecida que ia construindo na sua mente. Fê-lo elegendo a cartografia histórica da cidade como fonte primordial do seu trabalho, através da sobreposição de plantas de Lisboa pré e pós-Terramoto de 1755. As aulas de topografia do curso de engenharia militar haviam-lhe dado as ferramentas para o executar com rigor; e Castilho, a segurança de que era exequível fazê-lo numa obra de divulgação. Importante esteio do desenvolvimento dos estudos iniciais de Vieira da Silva, desvendou-lhe muitos dos segredos da antiga cidade, revendo-lhe os textos e emprestando-lhe sem reserva ou parcimónia apontamentos e documentos⁴⁵⁰ («quando tiver de voltar a casa de V. Exma tambem lhe pedirei a finesa de me emprestar, afim de tirar uma copia, o desenho que comprehende as duas plantas de Lisboa sobrepostas, uma anterior e outra posterior ao terramoto

⁴⁴⁹ Augusto Vieira da Silva, *O Castelo de S. Jorge em Lisboa*, 2.^a ed., Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1937, [s. p.].

⁴⁵⁰ Em troca, o discípulo emprestava ao mestre os seus levantamentos topográficos, rapidamente copiados para memória futura — sobram ainda alguns destes calcos na *olisiponiana*.

de 1755»⁴⁵¹). Há, por isso, mais da mão do mestre-poeta no rigor da obra do engenheiro-olisipógrafo do que seria de supor.



Calço de um rapido esboço do plano do Castello de S. Jorge, com as medições feitas em 1898 nos próprios lugares pelo Tenente de Engenharia Augusto Vieira da Silva. Espécime da olisiponiana. Desenho de Júlio de Castilho, 1898.

A ligação entre ambos terá sido intermitente durante os anos em que Vieira da Silva se manteve afastado da Olisipografia. Não consta que visitasse a casa do Lumiar nem se conhece correspondência deste período, inferindo-se daí uma relação estritamente profissional e motivada pelos

⁴⁵¹ ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 60, Maço 3, Documento 135. Carta de Augusto Vieira da Silva para Júlio de Castilho (31 maio 1898).

estudos do jovem engenheiro. Foi retomada em 1914, no decorrer da preparação da publicação do estudo *Notícia Histórica sobre o Levantamento da Planta Topográfica de Lisboa*:

«Ha muito tempo que V. Exa não tem noticias minhas, mas o meu amor pela Lisboa Antiga que de vez em quando se desperta em mim, faz com que eu vá incommodar V. Ex^a, confiando em que a sua muita bondade me desculpará a minha impertinencia. Estou acabando de escrever, para ser publicado na Revista de Obras Publicas e Minas, e depois em separata um artigo sobre a historia do levantamento da planta topographica de Lisboa. Como V. Exa imagina, tenho muitissimos materiais colligidos, com o fim de dar uma noticia tão detalhada, e tão approxima-da da verdade quanto possível. Menciono e faço uma ligeira descripção para identificação, das plantas de que tenho conhecimento, e que tenho visto e examinado. [...] Poderá V. Ex^a fazer-me a fineza de me dizer se [Valentim de Freitas] era, como me dizem, desenhador do Ministerio das Obras Publicas? E em que anno falleceu [...]? E a reconstituição da planta de Lisboa foi encargo official, ou de algum particular, ou devoção do mesmo?»⁴⁵²

O peso de Castilho no percurso do discípulo não se esgotou na forma como o encaminhou nos seus primeiros trabalhos. Será importante que, a seu tempo e no devido lugar, se reflita sobre a influência do contacto de Vieira da Silva com a *olisiponiana* para a criação de similar coleção, que nunca deixou de engrandecer. De resto, tal como Castilho, manifestou a intenção de a legar postumamente ao público⁴⁵³, vindo a constituir a base do espólio do Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa, a partir de 1954.

O perfil discreto e prático de Vieira da Silva tê-lo-á afastado das tertúlias dominicais no Lumiar e da maioria das homenagens póstumas a Castilho, prestando-lhe sobretudo preito através da dedicação com que guiou a edição crítica de *Lisboa Antiga: Bairros Orientais* (1934-1938). Mas, sabe-se hoje, nunca deixou de lhe reconhecer, em vida, a importância que teve no seu percurso:

«Tenho immenso empenho de vêr o meu trabalho concluido [*As Muralhas da Ribeira de Lisboa*], e a V. Exa a quem principalmente devo, por intermedio da leitura da sua *Lisboa Antiga*, o gosto que possuo pela nossa velha capital, será dos primeiros a quem terei a honra de offerecer um exemplar.»⁴⁵⁴

⁴⁵² ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 68, Maço 5, Documento 39. Carta de Augusto Vieira da Silva para Júlio de Castilho (2 mar. 1914).

⁴⁵³ O que acabou por não se concretizar, tendo a autarquia adquirido a coleção à família.

⁴⁵⁴ ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 2, Maço 1, Documento 30. Carta de Augusto Vieira da Silva para Júlio de Castilho (recebida em 7 mar. 1900).

Homem de palavra, tê-la-á cumprido.

Matos Sequeira foi quem, numa primeira fase, mais de perto seguiu o Mestre. Não é claro o momento em que os dois se conheceram, mas é possível imaginar Castilho como seu paciente interlocutor quando, nos derradeiros anos de Oitocentos, o jovem investigador começou a frequentar a Torre do Tombo. Por essa altura, e sem decerto o saber, Matos Sequeira replicara-lhe já os passos, encontrando no Curso Superior de Letras um refúgio seguro perante o falhanço da sua passagem pela Escola Politécnica. Mas, ao contrário de Castilho, deixou-o por concluir «e, assim, continu[ou] pela vida fora livre de ser doutor, como quase toda a gente.»⁴⁵⁵ Em fevereiro de 1903, a relação entre ambos havia-se já aprofundado, a ponto de Matos Sequeira ter aberto a Castilho a porta de sua casa e do arquivo de família para as pesquisas em curso para a reedição de *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*. Com o passar dos anos, foi o caminho inverso, em direção ao Lumiar, o que mais vezes foi feito. Para a história entre os dois ficou marcado o dia 16 de agosto desse ano de 1903, data em que o «mancebo estudiosíssimo, para quem são verdadeiro encanto as pesquisas históricas e genealógicas, [querendo] encarregar-se espontaneamente de [...] auxiliar [Castilho, fez] as necessárias buscas [...] [e] teve a bondade de [lhe] entregar um precioso masso de apontamentos sobre S. Mamede, sua paróquia, pedindo [que] lhes desse forma nova e os utilizasse no [s]eu livro.»⁴⁵⁶ Assim o fez Castilho. Compreendendo e aferindo o alto valor da investigação, reproduziu-a na íntegra no quinto volume da 2.^a edição do *Bairro Alto*, reconhecendo-lhe elogiosamente a autoria. O aspirante a discípulo estava definitivamente perfilhado. Com 23 anos mal contados, via o seu estudo inaugural incorporado na edição aumentada e revista da obra seminal dos estudos modernos de Lisboa. Dificilmente poderia ambicionar melhor estreia! Daí em diante, encontraram-se regularmente:

«Comecei a frequentar a [sua] casa [...], à roda de 1904, quase todos os dias feriais. Era uma “Aula”. Essas tardes na atraente casinha do Lumiar, saboreava-as gulosamente, e Castilho, animando-me satisfazia todas as minhas curiosidades. Era um Mestre. E sabia ensinar encantando os discípulos. [...] Felizmente e pelo impulso por ele dado, os cultores da Olisipografia proliferaram.»⁴⁵⁷

455 Mário Berberan e Santos, *Gustavo de Matos Sequeira: Retrato de um Olisipógrafo*, Lisboa, INCM, 2012, p. 49.

456 Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, 2.^a ed., vol. v, p. 75.

457 Hugo Raposo, «Uma Entrevista com Matos Sequeira», *Olisipo*, n.º 69 (jan. 1955), pp. 13-14.

Castilho apreciava o rigor de Vieira da Silva, mas foi em Matos Sequeira que mais fielmente se reviu.

Em agosto de 1906, Sequeira iniciou-se nos estudos de Lisboa em nome próprio com *A Velha Lisboa*. Publicada regularmente ao longo dos 40 meses seguintes na revista *Occidente*, deu sequência a uma velha tradição que havia sido alimentada por Castilho: «O meu primeiro intento [...] resumia-se em apontar notícias sôbre a casa que me fôra berço e sôbre a vida, modo de ser, usanças e particularidades de três ou quatro avoengos que nela moraram desde 1758. [...] Da casa natalícia sabia já que chegasse, e entrou a rua, à beira da qual ela se construira, a interessar-me por sua vez. [...] Sem mesmo dar por tal, fui alargando o campo da minha investigação até o ponto de lhe traçar um limite que não deveria ultrapassar, sob pena de eternizar êste trabalho.»⁴⁵⁸

(«oh as casas as casas as casas / [...] sem as casas não haveria ruas / as ruas onde passamos pelos outros / mas passamos principalmente por nós»⁴⁵⁹)

A casa tornou-se-lhe pequena, assim como pequeno lhe era agora o adro da vizinha Igreja de São Mamede. O âmbito alastrou-se, seguindo o plano global de uma obra cujo conteúdo deveria cobrir áreas da cidade pouco estudadas por Castilho. E nem o título, não inocentemente escolhido, o fez descolar da esteira do Mestre. Em 1914, compilou a obra e submeteu-a à apreciação da Academia de Ciências para publicação. O relatório, positivo, acabou por constituir a sua mais interessante crítica:

«Confirmando a asserção de que a iniciativa do Sr. Júlio de Castilho produzira discípulos, o Sr. Matos Sequeira apresenta-se-nos, por todos os respeitos, quer pela veneração ao Mestre, quer pela orientação geral do trabalho, a um tempo leve, despretensioso e elucidativo, como um verdadeiro proseguidor da obra. O trabalho do sr. Matos Sequeira, se não corresponde, como nós todos e o próprio autor dêle por certo desejariamos, às esperanças, de que o tempo nos ia fatalmente desiludindo, de vermos a *Lisboa Antiga* continuada pela traça original, até ao acabamento do vasto quadro da história retrospectiva dos bairros orientais e ocidentais da cidade; se não representa o coroamento da obra literária e histórica do patriarca da arqueologia lisbonense, representa, sem a menos dúvida, um louvável empreendimento, que vem dar-nos, num esbôço sintético, um quadro complementar das notícias acêrca daquêle

⁴⁵⁸ Gustavo de Matos Sequeira, *Depois do Terremoto. Subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, vol. I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1916, pp. XIII-XV.

⁴⁵⁹ Ruy Belo, «Oh as casas as casas as casas», *Homem de Palavra(s)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1970, pp. 58-59.

extenso arrabalde da antiga Lisboa [...]. A orientação crítica, filosófica [...] que ao de leve transparece na obra [...] parece ainda filiar-se um pouco na orientação da *Lisboa Antiga*, tão profunda, tão atávicamente admiradora das velhas tradições como do devocionismo religioso de outros tempos, cujos usos e costumes, cujas credences e preconceitos o autor encarecidamente descreve.»⁴⁶⁰

A forma como este amor à *tradição* foi percecionado como uma espécie de incompatibilização com a marcha do progresso foi, de resto, o principal defeito apontado à obra. Desdobrada em quatro volumes, foi publicada entre 1916 e 1933 com o título *Depois do Terramoto. Subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*.

Não mais abandonou os estudos de Lisboa, tornando-se no mais relevante olisipógrafo do século xx. Em 1912, foi um dos membros fundadores da Secção de Arqueologia Lisbonense da Associação dos Arqueólogos e, nessa condição, um dos responsáveis pela organização da Exposição Olisiponense de 1914. Realizada no Carmo entre março e maio, dividiu-se em cinco núcleos (*cerâmica, planos, vistas e aspectos da cidade, bibliografia lisbonense e varia*) e constituiu-se no primeiro grande momento de divulgação do património lisbonense a um público que aderiu com entusiasmo. Entronizado presidente honorário da secção e da exposição, Castilho manteve-se ausente das reuniões da primeira e dos holofotes da segunda, para a qual se limitou a emprestar algumas peças e a visitar discretamente na derradeira semana.

Observado o arranque das carreiras dos dois discípulos mais diretos, retornemos à vida do mestre. Com o avançar da idade, Castilho sentiu uma crescente necessidade de garantir a salvaguarda da sua *olisiponiana*. Na fina ironia que o caracterizava, afirmava temer que os seus documentos acabassem vendidos na feira do Lumiar ou a embrulhar os artigos das lojas das proximidades. Ademais, sabia que a sua conhecida posição político-social reacionária tornava a sua casa num potencial alvo do vandalismo das milícias republicanas, a ponto de ter mesmo chegado a transferir temporariamente parte da sua documentação para local mais seguro.⁴⁶¹

⁴⁶⁰ Victor Ribeiro, «Parecer da Secção de História e Arqueologia» in Gustavo de Matos Sequeira, *Depois do Terremoto. Subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, vol. 1, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1916, pp. VII, IX.

⁴⁶¹ «[A minha] papelada, que pelos assumptos é preciosa, está com muitas outras coisas minhas depositada a monte em bahus à sombra de uma bandeira estrangeira. Falaram em saque, falaram em buscas a casa dos thalassas, e eu acautelei-me. Bem sei que não tenho papeis compromettedores; mas a ideia de que uns alarves, quaesquer, a nata da jacobinagem, viesse revistar os meus archivos intimos, horrorisou-me a ponto de mandar tudo para fora. Evitei assim mil possiveis profanações.» Carta de Júlio de Castilho para o conde de Sabugosa (27 jan. 1912). Coleção particular.

Começou por contactar a Câmara Municipal de Lisboa. Em carta de 1 de maio de 1912, afirmou «não poder prever a onde poderia ir parar, quando falecesse, uma preciosa e vasta coleção de vistas e plantas da nossa capital, gravuras, litografias, assim como certo numero de livros que interessam á Historia da cidade de Lisboa, e manifestando o desejo, para evitar que á sua bibliotheca suceda o mesmo ou peor que tem succedido a muitas outras, de que a Camara tom[ass]e a seu cargo a referida serie de estampas e livros, adquirindo-os para o seu archivo, enviando, previamente, no caso de aprovar o seu alvitre, peritos á sua casa para avaliarem os supracitados documentos.»⁴⁶² O presidente da autarquia mostrou-se recetivo à proposta e encarregou o então chefe interino do arquivo municipal, o nosso conhecido Gomes de Brito, da tarefa de avaliação do espólio. Desconhecem-se os moldes em que o processo decorreu, acabando frustradas as intenções de Castilho. Os passos seguintes são de reconstituição mais simples e de maior fortuna para o destino da sua coleção: confiando no trabalho e na índole do seu amigo António Baião, decidiu legar parte das suas coleções ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, instituição da qual Baião era diretor. Inteirado das condições de incorporação, nomeadamente no que concerne à *proibição de comunicação* (acesso) durante determinado número de anos, direito que exerceu, Castilho oficializou esta intenção na redação do seu testamento, a 7 de novembro de 1913.⁴⁶³ Ficaram excluídos a biblioteca pessoal (leiloadada dois meses depois da sua morte e cujo produto reverteu para a governanta, Adelaide) e os seus mais de vinte álbuns de desenhos, que legou «ao Museu Britannico de Londres [...] [, depois de inicialmente] entregues á [...] D. Joanna Amelia Trancoso, que por seu fallecimento os mandará para Londres. Idem a [...] collecção de gravuras, desenhos, calcos, etc., de Vieira Lusitano.»⁴⁶⁴ Com a precoce morte da amiga e vizinha em 1932, tornou-se legatário o seu irmão Miguel Trancoso, que encetou os contactos necessários para que o desejo de Castilho se cumprisse. Em vão. Num inesperado volte-face, o Grupo Amigos de Lisboa pressionou o Governo a reconhecer a utilidade dos álbuns para o estudo da história da cidade e a negar a sua saída do país, o que foi atendido em atenção ao conteúdo de um relatório redigido por uma comissão da Repartição do Ensino Superior e das Belas-Artes que teve Raul Lino como

⁴⁶² *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa do Anno de 1912*, Sessão de 2 de maio de 1912, Lisboa, Typographica Bandeira & Brito, p. 265.

⁴⁶³ Por sua opção, a maioria dos fundos que compunham a sua coleção foram incorporados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo ainda em vida, em 1915.

⁴⁶⁴ Júlio de Castilho, «Testamento de Júlio de Castilho» in Miguel Trancoso (ed. lit.), *In Memoriam Júlio de Castilho*, p. 186.

membro.⁴⁶⁵ Apesar de não terem dado entrada no museu londrino, nenhum organismo público português reconhece tê-los recebido ou estar em sua posse.⁴⁶⁶



—
Álbum de desenhos
de Júlio de
Castilho, Exposição
Comemorativa do
Primeiro Centenário
do nascimento de Júlio
de Castilho, 1940.

Nos últimos anos de vida, Castilho acolheu, em casa e no coração, muitos dos que o procuraram.

«A resguardada casa do Lumiar, tão típica e hospitaleira, [era] frequentada pelos amigos e admiradores, e raro era o domingo onde alli não concorresse uma selecta companhia de intellectuaes e de gente de bons principios — e só com estes se entendia — a gozar algumas horas agradaveis na convivencia com esse fulgurante e bondoso espirito, considerado como um dos patriarchas da intellectualidade portugueza. Tambem acorriam alli, não raro, os jovens plunitivos que tentavam os primeiros vãos nas bellas letras ou nas curiosidades historicas, a sujeitaram

465 Secretaria-Geral da Educação e Ciências, Arquivo Histórico do Ministério da Educação (AHME), Coleção de álbuns de desenhos de Júlio de Castilho, AHME, proc. 107, Caixa 249.

466 Foram expostos em 1940, na Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário do Nascimento de Júlio de Castilho, sendo dessa ocasião as únicas fotografias conhecidas. Como anteriormente referido, as informações recolhidas apontam para que façam hoje parte de coleções particulares.

ao conselho do mestre os seus ensaios. Pois não poderiam encontrar mentor mais leal, crítico mais sincero e verdadeiro. Não mentia a ninguém. Anotava, applaudia ou corrigia, animava, orientava, dirigia, com um escrúpulo meticuloso, exercendo o pontificado litterário que tão justamente lhe fôra atribuído, com a mais simpática modestia e a mais captivante galanteria.»⁴⁶⁷

«A conversação era esmaltada por anedotas engraçadas, que, dando realce a uma situação bem descripta, afugentavam qualquer toque de pedantismo, ninguém se aborrecia jamais e saíamos todos mais instruídos e quiçá melhores do que havíamos entrado.»⁴⁶⁸

Mesmo sem publicar nada de relevante há quase década e meia, e passando os derradeiros anos no seu voluntário desterro, a morte de Castilho em 1919 deixou um profundo sentimento de orfandade e de incerteza. A semente deixada pela Exposição Oisiponense tinha germinado, mas, apesar da crescente atenção dada ao tema dos estudos históricos de Lisboa, continuava sem se vislumbrar um sucessor à altura do Mestre. Os trabalhos de Vieira da Silva tinham sido esparsos, e Matos Sequeira, à beira de cumprir o 40.º aniversário, mantinha-se particularmente ativo na academia, sem contudo ainda ter publicado obra de verdadeiro relevo. Era, pois, difícil distinguir que caminho tomaria a Oisipografia.

Mas, por ora, era tempo de prestar tributo ao Mestre. Por iniciativa dos seus familiares e amigos mais próximos, foi descerrada uma placa à sua memória na fachada da casa do Lumiar, por ocasião do seu 79.º aniversário, a 30 de abril de 1919 — o dia em que Lisboa viu desaparecer um dos seus grandes obreiros e pensadores, o arquiteto *do útil e do bello*, Miguel Ventura Terra. Sucederam-se-lhe e complementaram-na outras distinções, em forma de elogios (de Matos Sequeira na Associação dos Arqueólogos Portugueses e de Fernandes Costa na Academia das Ciências) e da publicação de uma *homenagem póstuma* (da autoria de Xavier da Cunha) e de um *In Memoriam* (organizado e compilado por Miguel Trancoso). Este último contou com textos de muitos dos que com ele privaram em círculos intelectuais e de amizade, de entre os quais Anselmo Braamcamp Freire, António Baião, Branca de Gonta Colaço, conde de Bertandos, conde de Sabugosa, Gustavo de Matos Sequeira, D. José de Pessanha, Tinop, Tomás de Melo Breyner, Victor Ribeiro, e Xavier da Cunha.

⁴⁶⁷ Tomás de Almeida Manoel Vilhena, *op. cit.*, p. 161.

⁴⁶⁸ Conde de Bertandos, *op. cit.*, p. 146.



Júlio de Castilho
e António Ordaz
de Mascarenhas,
[1896-1906].



Júlio de Castilho no
gabinete da casa do
Lumiar, com o amigo
Carvalho, 1903.



Júlio de Castilho e o
visconde de Sanches
Baena, ant. 1909.



Júlio de Castilho
com José Artur Leitão
Bácia e o cão *Zephyro*,
[1900-1919].

Colocando de parte divergências ideológicas, também a Câmara dos Deputados republicana se manifestou, aprovando um voto de pesar. Couberam as homenagens a Nogueira de Brito e a Júlio Dantas, que, na sua habitual elegância de pensamento e de discurso, descreveu o homónimo Castilho como um «gentil-homem das letras [...] espécie de Garcia de Rezende do século XIX, erudito, desenhador e artista [...] que ficará na literatura portuguesa, pela singularidade de ter sentido a arqueologia como um poeta e de ter feito poesia com as predilecções dum arqueólogo.»⁴⁶⁹ A Câmara Municipal de Lisboa também não o esqueceu. Já depois de aprovar semelhante voto de pesar, em vésperas do quinto aniversário da sua morte, o vereador Azevedo Neves instou a autarquia a «cobrir com uma louza o coval n.º 2094 [do cemitério do Lumiar], e n'ella inscrever o nome de Júlio de Castilho, não devendo nunca mais sepultar alli outro cadaver.»⁴⁷⁰ Propôs ainda que fossem concedidas aos amigos do falecido, «devidamente organizados em comissão, todas as facilidades para que em local por elles escolhido se possa collocar um busto perpetuando a [sua] memoria»⁴⁷¹ e que fosse atribuído o seu nome ao largo da Duquesa, ao Lumiar, fronteiro à sua última casa. Aceite a proposta, a pedra tumular foi colocada em 1924, a toponímia alterada em 1925⁴⁷² e o busto inaugurado a 25 de julho de 1929, no recém-aformoseado Jardim-miradouro de Santa Luzia, concluindo um processo que se arrastou por mais de uma década.⁴⁷³

Ao longo da década de 1920, os estudos históricos de Lisboa mantiveram a toada morna. Morto Castilho, não há indicação de que se tivesse reacendido o interesse pelas suas obras; Matos Sequeira e Vieira da Silva mantiveram a atividade maioritariamente em jornais e revistas literárias, a eles se juntando o jornalista Norberto de Araújo e o jovem Luís Pastor de Macedo, que emergiram como acutilantes pensadores do

⁴⁶⁹ *Diário do Senado*, Sessão n.º 21 (11 fev. 1919), p. 9.

⁴⁷⁰ Azevedo Neves, *Júlio de Castilho. Discurso pronunciado na sessão do Senado da Exma Câmara Municipal de Lisboa, em 18 de Janeiro de 1924*. Lisboa, [s. l.], 1924, p. 8.

⁴⁷¹ *Ibidem*.

⁴⁷² Também o jardim junto à igreja de Santa Luzia recebeu o seu nome. Seguiu assim as pisadas do pai, que, em 1882, havia já sido homenageado numa das principais vias tardo-oitocentistas da cidade (rua Castilho). Em 1978, Jorge de Castilho, sobrinho de Júlio, passará também a figurar na toponímia da cidade, ao Casal Vistoso (apesar de dar nome a arruamentos de dezenas de localidades portuguesas, o nome do seu pai, Augusto de Castilho, não consta dos de Lisboa). Acrescente-se que, para além de Lisboa, Fernão Ferro (concelho do Seixal) é a única localidade do país onde o nome de Júlio de Castilho faz parte da toponímia.

⁴⁷³ A ideia foi originalmente enunciada por António César Mena Júnior em sessão de 3 de março de 1919 da Associação dos Arqueólogos Portugueses, mas apenas concretizada na sequência da criação da Comissão do Monumento a Júlio de Castilho e de uma subscrição pública, em 1928. O busto foi executado por Costa Mota (tio).

passado, do presente e do futuro da cidade. Mas o caminho era ainda incerto, e muitas vezes, contraditório. As muitas manifestações a favor de uma *Exposição Olisiponense permanente* tiveram finalmente resposta com a inauguração do Museu da Cidade, a 10 de junho de 1922, provisoriamente instalado no edifício do antigo Convento do Carmo. Resultando de uma iniciativa conjunta entre a autarquia e a Associação dos Arqueólogos Portugueses, relevava o papel da última como principal mentora do desenvolvimento dos estudos históricos e da defesa patrimonial de Lisboa. No entanto, e sem que à época, ou mesmo à distância, se consiga compreender plenamente o motivo, ano e meio depois, a Associação equacionou a extinção da Secção de Arqueologia Lisbonense, perante o veemente protesto dos seus incrédulos membros. Sobreviveu ferida e com uma nova designação (Secção dos Estudos Olisiponenses), mas não mais voltou a ter a relevância dos primeiros anos. Extinguiu-se em 1933, transitando muitos dos seus mais ativos membros para o Grupo Amigos de Lisboa, fundado três anos depois. A ele retomaremos adiante.

Aproveitando esta situação de indefinição, a Câmara Municipal de Lisboa tomou as rédeas dos estudos históricos olisiponenses, com contornos de um quase perfilhamento oficial. As sucessivas comissões administrativas que a geriam desde 1926 haviam já empreendido iniciativas avulsas, como a reorganização do arquivo e das bibliotecas municipais e a aquisição dos direitos autorais e dos manuscritos da *Lisboa Antiga*. Mas é com a redefinição política do país que levou à formação do Estado Novo e, sobretudo, com a tomada de posse de Luís Pastor de Macedo como vereador em 1933⁴⁷⁴ que se deu o definitivo desenvolvimento e afirmação da Olisipografia. A proposta de criação de um novo pelouro dos Serviços Culturais, que Pastor de Macedo trouxe à discussão na sessão camarária de 11 de maio desse ano, definiu a base das políticas culturais da autarquia desde então empreendidas, estabelecendo-lhe um plano de competências que visou a criação e a agregação de valências relacionadas com a Arte, Instrução e Estética da cidade. Considerava o vereador deverem ser funções dos novos serviços culturais o estímulo do «gosto pela Arte e pelas Letras, [...] [o auxílio dos] artistas [...], adquirindo por encomenda as suas produções, [...], a distribui[ção de] prémios aos melhores trabalhos literários de carácter olisiponense [e a] forma[ção de] um fundo especial de olisipografia na Biblioteca do Palácio Galveias»⁴⁷⁵, termo que aqui se

⁴⁷⁴ Apesar de já o ter sido por um breve período no ano anterior, é como vereador do pelouro da Arquitetura e Arte da Comissão Administrativa de 1933 que começa verdadeiramente a desenvolver trabalho neste campo.

⁴⁷⁵ Luís Pastor de Macedo, *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*, ano VII — n.º 331, Sessão da Comissão Administrativa realizada em 11 de maio de 1933, p. 25.

terá adotado pela primeira vez. Nestas palavras encontra-se um forte eco das ideias-base da *Política do Espírito*, enunciadas meio ano antes por António Ferro.⁴⁷⁶ Na verdade, e sem que a historiografia se tenha debruçado suficientemente sobre este prisma, a ação deste pelouro durante o Estado Novo constituiu uma das mais fiéis e ativas concretizações dos ideais de Ferro.

Aprovada a criação dos Serviços Culturais, Pastor de Macedo foi o seu primeiro vereador, até 1935. Não desempenhou qualquer outra função no pelouro, mas foi personagem crucial para o desenvolvimento das suas políticas enquanto vice-presidente da autarquia entre 1947 e 1959. Depois da sua saída da vereação, substituído pelo tenente-coronel Pereira Coelho, os Serviços Culturais foram assegurados por uma extraordinária equipa que se manteve ativa durante cerca de duas décadas, liderada por Jaime Lopes Dias (diretor dos Serviços Centrais e Culturais), Joaquim da Silva Pinto (chefe de Repartição — Biblioteca e Museus⁴⁷⁷) e António Rodrigues Cavalheiro (chefe de Secção / chefe de Repartição — Ação Cultural e Turismo). O último é envolvido pela curiosidade de ter chegado a privar aos 16 anos com Castilho, na sua casa do Lumiar. «Estou ainda a vê-lo — a sua figura alta e distinta, os seus cabelos cor de neve, a bigodeira farta e hirsuta, o brilho dos seus olhos sempre jovens, o conjunto de simplicidade, de bondade e de aristocracia que irradiava desse velho que, quase octogenário, conversava sobre mil e um assuntos com a frescura de memória, a vivacidade de espírito, a saúde de inteligência de um rapaz de vinte anos.»⁴⁷⁸ Não é clara a forma como chegou à sua convivência em tão tenra idade, mas nunca escondeu que, mais do que o Castilho-olisipógrafo, admirava o Castilho-poeta. Sem ter produção relevante nos estudos históricos de Lisboa, Cavalheiro foi uma das figuras-chave do desenvolvimento da Oisipografia. Licenciado em Ciências Históricas e Geográficas, e já depois de um papel discreto mas ativo no Integralismo Lusitano, ingressou, em 1934,

476 «O desenvolvimento premeditado, consciente, da Arte e da Literatura é tão necessário [...] ao progresso de uma nação como o desenvolvimento das suas ciências, das suas obras públicas, da sua indústria, do seu comércio e da sua agricultura. [...] A Política do Espírito [...] não é apenas necessária [...] ao prestígio exterior da nação: é também necessária ao seu prestígio interior, à sua razão de existir. Um povo que não vê, que não lê, que não ouve, que não vibra, que não sai da sua vida material, do Deve e do Haver, torna-se um povo inútil e mal humorado. A Beleza — desde Beleza moral à Beleza plástica — deve constituir a ambição suprema dos homens e das raças. A literatura e a arte são os dois órgãos dessa aspiração, dois órgãos que precisam de afinação constante, que contêm, nos seus tubos, a essência e a finalidade da Criação.» António Ferro, «Política do Espírito», *Diário de Notícias* (21 nov. 1932).

477 Repartição de Serviços Culturais até 1954.

478 Rodrigues Cavalheiro, «Júlio de Castilho e a oisipografia», *Dom Casmurro* (10 abr. 1943), p. 2.

na Câmara Municipal de Lisboa. A posição relativamente secundária que sempre desempenhou na hierarquia camarária esconde a acutilância de pensamento e a importância da sua ação, tendo sido o primeiro a dissertar sobre o conceito de Olisipografia em 1941, o primeiro a estudar traços da vida e obra de Castilho e o ideólogo de importantes realizações camarárias como *Lisboa, Oito Séculos de História* (primeira obra coletiva de Olisipografia) ou a *Maqueta da Lisboa pré-terramoto de 1755*, ainda hoje peça de destaque do Museu de Lisboa.⁴⁷⁹

A primeira iniciativa emblemática do novo pelouro foi a publicação de uma nova edição da *Lisboa Antiga*, concretizando uma antiga aspiração. Já em 1900, no contexto da celebração do primeiro centenário do nascimento de António Feliciano de Castilho, o escritor Henrique Lopes de Mendonça havia considerado que a melhor homenagem a fazer ao pai seria a republicação da obra do filho («pouco conhecida é porventura essa obra que, embora incompleta, constitui o mais vasto repositório de notícias que sobre [Lisboa] soube colligir o talento aprimorado e paciente»⁴⁸⁰). Mas esse caminho só começou a ser desbravado em 1930, com a referida aquisição em leilão da propriedade literária, manuscritos e acrescentos à obra original de *Lisboa Antiga*⁴⁸¹ e posterior acordo com os herdeiros de Castilho. Depois de três anos à guarda do Arquivo Municipal, a 9 de novembro de 1933, Pastor de Macedo colocou em marcha o processo de reedição crítica da obra, incumbência que delegou em Vieira da Silva. No contexto das responsabilidades do novo pelouro, a justificação desta resolução alicerçava-se nas muitas vantagens de recolocar no mercado, a preços acessíveis, um livro há muito esgotado, «dum lisboeta puro para todos os lisboetas que amam sinceramente Lisboa no seu passado de grandezas, na sua tradição de pitoresco, na sua legenda cheia de piedade e de fé. [...] O mais belo monumento que um homem de espírito podia oferecer à sua terra.»⁴⁸² Com grande critério, o trabalho

⁴⁷⁹ AA. VV., *Cidade Perdida. A maqueta de Lisboa anterior ao terramoto de 1755*. Lisboa, EGEAC, 2023.

⁴⁸⁰ Henrique Lopes de Mendonça, «A edição monumental da “Lisboa Antiga”», *Diário de Notícias* (26 jan. 1900), p. 2.

⁴⁸¹ Correspondendo ao lote 227 do leilão dos livros antigos e modernos de Castilho e dos Condes de Tovar em abril desse ano, descritos como «originaes (manuscritos do punho do A.) da 1ª edição e provas com as emendas para a 2ª edição» (*Catálogo de livros antigos e modernos que pertenceram aos Exmos Srs. Visconde de Castilho e Condes de Tovar*, Porto, Tip. Oficina Gráfica da Sociedade de Papelaria, 1931, p. 26), acrescentando-se, ainda, correspondência trocada por Castilho a respeito da sua obra. O paradeiro desta documentação é atualmente desconhecido.

⁴⁸² Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa in Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, 2.ª ed., vol. 1, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1934, [s. p.].

iniciou-se com *Bairros Orientais*, a obra que Castilho tentou em vão republicar nos derradeiros anos de vida e para a qual havia compilado novos dados. O primeiro volume saiu do prelo cerca de um ano depois do arranque dos trabalhos, merecendo de Pastor de Macedo uma satisfeita comunicação aos seus pares de que a edição de três mil exemplares esgotara em apenas três dias, facto singular no mercado livreiro português e que demonstrava o enorme interesse do público pelos assuntos respeitantes à cidade de Lisboa.



—
Lisboa Antiga: Bairros Orientais, reimpressão do volume I da 2.ª edição, 1935.

Tantas vezes negado por editores, Castilho estava finalmente vingado. E os serviços culturais da Câmara Municipal de Lisboa na direção certa:

«O entusiasmo com que o público acolheu a reedição da *Lisboa Antiga* [...] foi um poderoso incentivo para o desenvolvimento dos estudos olisiponenses. Assim, pouco depois, aparecia no mercado uma publicação póstuma [*Ruas de Lisboa*] do erudito investigador e académico que foi Gomes de Brito.»⁴⁸³

Seguiu-se a edição de dezenas de novos estudos e a reedição de outros há muito esgotados, a maioria com a chancela camarária. Foi neste contexto que surgiram os incontornáveis *O Carmo e a Trindade* (Matos Sequeira), *Lisboa de Lés-a-Lés* (Pastor de Macedo), *Peregrinações em Lisboa*⁴⁸⁴ *Inventário de Lisboa* (Norberto de Araújo) ou *A Cerca Fernandina de Lisboa e Plantas Topográficas de Lisboa* (Vieira da Silva). Em 1939, os Serviços Culturais instituíram ainda a publicação trimestral da *Revista Municipal*, com o objetivo de entrecortar a divulgação dos principais atos de administração municipal com estudos históricos de diversa natureza. E, no ano seguinte, o Prémio Júlio de Castilho para galardoar anualmente a melhor obra de Olisipografia, mantendo-se intermitentemente ativo durante quase sete décadas.

Por esta altura, a Olisipografia havia já extrapolado o domínio estrito das letras e invadido o das realizações, através de palestras, visitas guiadas e de outras iniciativas de diversa índole que pretendiam submergir o lisbonense ou fazê-lo abarcar plenamente o passado da sua cidade.⁴⁸⁵ No centro de toda a ação estavam, naturalmente, os seus verdadeiros cultores:

«Apesar de não ter contemplado a criação oficial da figura do cronista da cidade existente em Madrid e Paris, [a Câmara Municipal de Lisboa] encetou uma profissionalização informal da figura do historiador da cidade (o *olisipógrafo*) assente numa estratégia de exaltação e divulgação da sua [...] obra através da publicação de dezenas de estudos, da organização de conferências para um vasto público e da criação de um curso e de um gabinete de estudos olisiponenses [para os formar e os auxiliar nos seus estudos.]

⁴⁸³ Rodrigues Cavalheiro, «Sob a Invocação de Clio», p. 111.

⁴⁸⁴ A única obra desta lista que não foi editada pela autarquia lisbonense.

⁴⁸⁵ Caso da Feira Seiscentista de São Domingos (1926), da recriação de um bairro histórico da cidade à escala humana (*Lisboa Antiga* — Festas da Cidade de 1935) ou da *Maqueta da Lisboa pré-terramoto de 1755*, todas iniciativas de Matos Sequeira (a última com execução de Ticiano Violante, 1954-1958).

[...] Abandonando a categoria de obscuros escritores da história da cidade a que haviam sido vetados até então, os olisipógrafos foram tornados *especialistas*, eminências cuja avalizada opinião era solicitada para a tomada de muitas das decisões sobre o futuro da cidade. Chamados para a composição da maioria das comissões criadas para tomar decisões a respeito de questões históricas, patrimoniais e literárias, influenciaram como poucos o panorama cultural lisbonense do segundo terço do século XX.»⁴⁸⁶

A escola de Castilho havia finalmente frutificado. Da complexidade e abrangência dos temas históricos de Lisboa resultara o surgimento e a consolidação do trabalho de novos investigadores com distintas valências, metodologias e temáticas abordadas, atestando à Olisipografia uma das suas principais características, a heterogeneidade.

A partir de 1936, os serviços camarários contaram com o entusiástico acompanhamento do Grupo Amigos de Lisboa. Criado para suprir o vazio deixado pela extinção da Secção de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses, procurou dela afastar-se ao prezar a divulgação do conhecimento a um público mais alargado em detrimento de uma postura eminentemente fechada dentro da própria academia. Constituído pela maioria dos olisipógrafos em atividade, mas também por figuras eminentes e por membros anónimos das mais diversas áreas da sociedade, o Grupo tinha nos Serviços Culturais camarários o parceiro natural, dele se tendo tornado depositário geral das suas publicações. O seu boletim *Olisipo*, ainda ativo e com quase 200 números editados desde o seu lançamento em 1938, constitui um dos maiores repositórios de estudos históricos de Lisboa. E as suas visitas e palestras juntaram (e juntam ainda) largo número de cultores e amantes da cidade. Pastor de Macedo, o seu grande impulsionador, definiu assim a missão do Grupo:

«A principal razão da [sua] essência [...] [será] esclarecer e educar a população, pôr em confronto a vida de outras cidades, fazer a propaganda dos princípios modernos da administração municipal, dos planos renovadores, preparar os interessados na defesa da sua colectividade contra o interesse descabido de cada um, fazer ressaltar as boas iniciativas para que sejam combatidas, em conclusão, transformar a “Opinião Pública” em verdadeira “Consciência Pública” [...]. Quantas Exposições de interesse olisipógrafo não poderão ser promovidas, quantas evocações históricas não poderão ser realizadas, quantos conhecimentos não

⁴⁸⁶ Tiago Borges Lourenço, *op. cit.*, p. 7.

poderão ser provocados para ilustração do Povo? E sobre propaganda quanto não há ainda a fazer, como seja, por exemplo e simplesmente, mostrar Lisboa aos próprios lisboetas?»⁴⁸⁷

Em menos de uma década, os velhos *estudos archeologicos lisbonenses* dos tempos de Castilho, Gomes de Brito e Tinop (e da extinta secção da Associação dos Arqueólogos Portugueses) transfiguraram-se, ganhando uma roupagem elegante e um influente patrocinador que montou uma poderosa máquina para os alimentar e lhes deu uma extraordinária projeção. E nem faltou uma designação inteiramente nova e singular, Olisipografia, termo que, depois de ter sido informalmente cunhado por Pastor de Macedo, ganhou lastro e entrou no léxico da cidade e da historiografia portuguesa. De um conjunto avulso de estudos, transformou-se em *novo género literário*:

«Os nossos dias são testemunho agradado ao aparecimento dum novo género literario, hibrido, como quasi todos os gêneros, e que participa da ciência historica e do pitoresco etnográfico, da arqueologia succulenta e da pura ficção, da erudição grave e do jornalismo apressado. Referimo-nos à Olisipografia, tanto em voga de alguns anos a esta parte. [...] Vieira da Silva, Matos Sequeira, Pastor de Macedo amplia[ram] as investigações de Júlio de Castilho e cria[ram] uma corrente de simpatia que permit[iu] iniciativas que ultrapassam de muito a simples preocupação literária. A Olisipografia pass[ou], então, a ser uma ciência e uma arte, um tema de meditação, um pretexto de actividade, um divertimento e uma lição, um espectáculo e um estilo.»⁴⁸⁸

Por entre este metódico desenvolvimento, Castilho não foi esquecido. Todas as disciplinas precisam de um patrono e a Olisipografia não foi exceção. Ninguém duvidou em encontrar nele um guia seguro, não só pela natureza pioneira dos seus trabalhos, mas também por representar um *velho português*, cujos arreigados princípios conservadores do seu carácter e de algumas das suas obras eram amplamente apreciados pelos decisores camarários e governamentais. Às simbólicas romagens ao cemitério do Lumiar, seguiram-se outras igualmente simbólicas a Santa Luzia, em cujo jardim a sua estátua velava a cidade. Tornou-se local de partilha de conhecimento, onde se realizaram palestras às quais acorreram pequenas multidões ávidas de conhecer mais sobre a sua cidade e sobre os homens que a estudavam. Em menos de uma década, parecia estabelecido o brilhante plano de Pastor de Macedo.

⁴⁸⁷ Luís Pastor de Macedo, «Amigos de Lisboa», *Olisipo*, n.º 1 (jan. 1938), p. 9.

⁴⁸⁸ Rodrigues Cavalheiro, «Um Novo Género Literário», p. 7.

Em 1940, Lisboa engalanou-se.

«Por uma feliz coincidência, [o] ano [...] em que se comemora por deliberação governativa e com excepcional brilhantismo o duplo centenário da Fundação e da Restauração de Portugal, é aquele em que se completa um século sobre o nascimento de Júlio de Castilho [...]. Depara-se, pois, uma oportunidade magnífica para os Serviços Culturais da Câmara Municipal se associarem nas limitadas possibilidades do seu campo de acção, às solenidades de que a capital [...] vai ser deslumbrador teatro.»⁴⁸⁹

A Lisboa de 1940 quis dar ao filho a condizente homenagem que o Portugal de 1900 quase negara ao pai. Assim, o panorama cultural lisboense de 30 de abril desse ano foi integralmente dedicado a Castilho: missa rezada por alma na igreja do Lumiar; elogio de Matos Sequeira nos Paços do Concelho, perante a assistência do Chefe de Estado e de diversos ministros; inauguração da *Exposição comemorativa do primeiro centenário do nascimento de Júlio de Castilho* (no palácio Galveias); homenagem proferida por Pastor de Macedo junto ao seu busto; palestras na Emissora Nacional, por iniciativa do Grupo Amigos de Lisboa; colocação à venda do primeiro tomo da 2.^a edição de *A Ribeira de Lisboa* (edição crítica coordenada por Pastor de Macedo); e entrega do galardão da primeira edição do Prémio Júlio de Castilho (1939) a Norberto de Araújo, pela obra *Peregrinações em Lisboa*.



—
Luís de Pastor de Macedo discursando junto do busto de Júlio de Castilho, no centenário do seu nascimento, Jardim Júlio de Castilho, 1940.

⁴⁸⁹ AML, Repartição dos Serviços Culturais, Livro de Offícios Expedidos 1939, Offício n.º 116, de Joaquim da Silva Pinto para Jaime Lopes Dias (15 fev. 1939).

Diploma do Prémio Municipal «Júlio de Castilho» de Olisipografia (1994), atribuído a José Sarmiento de Matos.



E, como a presença do patrono se queria onnipresente, em 1945, foi dignificada no Museu da Cidade com a encomenda de um busto de bronze a Maximiliano Alves⁴⁹⁰, que ainda hoje recebe, solene, o visitante na antecâmara da primeira sala.

Já depois de ter dado um parecer negativo à reedição crítica de *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa* no contexto das Comemorações da Tomada de Lisboa aos Mouros (1947)⁴⁹¹, Matos Sequeira acabou por coordená-la a partir de 1954, devendo-se-lhe reconhecer a dificuldade de anotar criticamente um estudo revisto e significativamente ampliado pelo próprio autor. Com a publicação do último tomo em 1966 (póstumo ao autor e ao anotador), a Câmara Municipal de Lisboa concluiu um percurso de mais de três décadas. Largamente difundida por uma estratégia que aliou um baixo preço de venda a uma cuidada revisão crítica feita pelos seus mais consagrados discípulos, a obra de Castilho atingiu um reconhecimento e uma disseminação que nunca tivera durante a vida do seu autor.

⁴⁹⁰ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Livro de Escrituras 76-A, f. 57-57v.

⁴⁹¹ «O Sr. Matos Sequeira disse não aconselhar a reedição do “Bairro Alto”, de Júlio de Castilho, por se tratar de uma obra feita sobre uma base errada. Júlio de Castilho, disse, foi induzido em erro entre outros, pela obra “Miscelânea”, de Miguel Leitão de Andrada. Reeditar a obra sem dizer estes factos parece-lhe enganar os leitores; publicá-la com esta rectificação tira significado à obra, embora nela haja elementos certos. A Comissão resolveu não reeditar a obra.» AML, Tomada de Lisboa aos Mouros, Caixa 27. Livro de Atas da Comissão encarregada do Estudo do Plano das Publicações, ata n.º 2 (15 mar. 1945), f. 14.

A ponto de obrigar a diversas reimpressões ao longo das décadas seguintes (*Bairros Orientais*: 1935 e 1967-1975; *A Ribeira de Lisboa*: 1948-1956 e 1981) e à publicação de um índice alfabético e remissivo organizado por Francisco Santana em 1974, que completou o que José Artur Bárcia empreendera 60 anos antes.⁴⁹²

Os anos passaram e transformaram-se em décadas. Um por um, morreram os olisipógrafos das gerações mais recuadas. Primeiro os que privaram com Castilho. Depois, os que apenas o conheceram através dos seus trabalhos e de testemunhos indiretos. À exceção de dois ou três casos pontuais, falhou com grande estrondo a estratégia de Pastor de Macedo de criar uma plataforma para formar a nova geração de olisipógrafos. Sem os principais agentes em cena, a partir da década de 1960 a ação dos serviços culturais da Câmara Municipal de Lisboa direcionou-se para outros campos, nomeadamente para o turismo. Agora que não estava instrumentalizada nem patronizada pelo poder local, a Olisipografia perdeu muita da relevância e da sua identidade. Viu-se então na contingência de reinventar o seu conceito ou de aceitar uma extinção a breve trecho. Em menor número, os estudos históricos de Lisboa continuaram a ser feitos pela militância do Grupo Amigos de Lisboa e, cada vez mais, nas universidades, sob a capa do academismo e do rigor metodológico da área disciplinar da História. Mas seria isso Olisipografia? Os académicos tenderam a discordar, fazendo eco das palavras de Orlando Ribeiro que, em 1945, reconhecia que «quer pela documentação reunida, quer pela atitude dos trabalhadores, pode falar-se de uma disciplina de “estudos olisiponenses”: mas eles têm sido dominados pela erudição, pelo amadorismo, respeitável e simpático mas que tantas vezes carece de base científica, pela preocupação biográfica das *personas illustres*.»⁴⁹³ Cada vez mais se entendia que o que se produzia nas universidades apenas na temática se ligava à Olisipografia⁴⁹⁴, conceito que parecia condenado a ficar encerrado num passado simpático que se tinha finado com Matos Sequeira em 1962. Simbolicamente, o mesmo ano em que

492 «O Índice da *Lisboa Antiga* pelo Bárcia não está nada mau. Estou obrigadíssimo ao affectuoso compilador.» Carta de Júlio de Castilho para o conde de Sabugosa (3 mar. 1915). Coleção particular.

493 Orlando Ribeiro, *op. cit.*, p. 7.

494 «Apesar de constituírem legião os livros e artigos publicados sobre Lisboa, dificilmente o estudante poderá reportar-se a um trabalho de sólida base documental e concebido com método científico. Falta, por estranho que pareça, uma boa história de Lisboa, embora rara seja a casa, o portão ou a rua da cidade que não tenham merecido o seu cronista, amante do pormenor, do típico e do anedótico.» A. H. de Oliveira Marques, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Edições Cosmos, 1964, pp. 71-72.

José-Augusto França defendeu em Paris a sua tese, *Une Ville des Lumières: la Lisbonne de Pombal*, que definitivamente abriu o caminho aos modernos estudos histórico-artísticos de Lisboa.

Ao mesmo tempo que as obras de Castilho se tornavam presença assídua em estantes particulares, o autor emergia de forma cada vez mais precária, colado ao rótulo de um romantismo oitocentista nos antípodas do tempo vigente. Em lugar dos méritos da sua investigação, apontavam-se-lhe as imprecisões, os erros metodológicos e as derivas no discurso, colocando-o numa posição de permeio entre os antigos cronistas de Lisboa e os novos investigadores.

«A crítica tem de [lhe] reconhecer defeitos: as divagações frequentes, a prolixidade, a falta de um plano delineado com firmeza. [...] Fruto de outra época, a sua concepção de história de uma cidade é inaceitável à luz das preocupações do nosso tempo: ela aparece em Castilho quási reduzida à biografia anedótica e às descrições pitorescas de edifícios notáveis, palácios, igrejas, conventos, como se uma aglomeração urbana não fosse acima de tudo um conjunto de gente anónima e laboriosa, e a sua marca no tempo a massa banal de construções onde ela se abriga, trabalha e sofre. Por isso o leitor contemporâneo estimaria encontrar menos divagações genealógicas e mais anotações de história social e económica, que lhe dessem idéia da estrutura da urbe e da maneira de viver dos seus habitantes, grandes e humildes.»⁴⁹⁵

E nem dos seus próprios discípulos já se aproximava, como França enfatizará em final de vida, distinguindo as suas «investigações históricas atentas a edifícios e acontecimentos, com um gosto anedótico satisfeito pelo talento», das obras «de mais responsável cariz científico» de Vieira da Silva e da «longa, notável e saborosa obra de olisipógrafo»⁴⁹⁶ de Matos Sequeira. Embora citado na maioria dos novos trabalhos académicos desenvolvidos na sua área de estudo⁴⁹⁷, Castilho era cada vez mais uma entidade à deriva.

É neste equilíbrio instável que a Olisipografia se tem sustentado ao longo das últimas décadas. O centro nevrálgico da produção de estudos históricos de Lisboa transferiu-se definitivamente da autarquia para as universidades, em cuja docência e centros de investigação têm pontuado os seus principais cultores. Notabilizados nas respetivas áreas de especialização, rejeitam a qualificação de olisipógrafo, orgulhosamente

⁴⁹⁵ Orlando Ribeiro, *op. cit.*, p. 6.

⁴⁹⁶ José-Augusto França, *Lisboa. História Física e Moral*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 617-618.

⁴⁹⁷ Não só em Portugal, sendo também as suas obras amplamente citadas em estudos estrangeiros.

abraçada apenas por um pequeno conjunto de investigadores, de entre os quais Irisalva Moita, Fernando Castelo Branco, Appio Sottomayor e José Sarmiento de Matos. Este último soube fazer a ponte entre dois mundos que pareciam destinados a se antagonizarem, encontrando um agradável balanço entre uma Olisipografia escrevinhada à pena por um poeta e o rigor metodológico dos textos académicos do seu tempo. Em pleno século XXI, teve a ousadia de assinar os seus trabalhos como *olisipógrafo*, provando que era, afinal, ainda possível sê-lo.

Perfilam-se assim duas Olisipografias, que talvez um dia consigam reconhecer as semelhanças por entre as suas diferenças: uma *clássica*, vocacionada para a divulgação a um público mais abrangente, tomada maioritariamente por amadores e assente num estilo de escrita mais livre que mistura universos literários e académicos, transversais às diferentes áreas do conhecimento; e outra *científica*, mais rigorosa nos princípios e nas formulações, mas quase sempre contida nos fundamentos de uma única disciplina do conhecimento e dirigida aos seus pares. Duas formas de estudar Lisboa, dois modos de a amar e de a dar a conhecer.

Esta evolução do modo de *fazer Olisipografia* refletiu-se no seu próprio conceito. Quase quatro décadas depois de Rodrigues Cavalheiro ter ariscado uma primeira definição, Fernando Castelo Branco recuperou o tema, traçando-lhe o que parece ser cada vez mais o seu desígnio, ser um *ramo da História*:

«Por olisipografia parece-nos dever-se considerar o estudo do passado de Lisboa, realizado de acordo com as regras da metodologia histórica. Se a olisipografia é história, não pode ser realizada fora ou em desacordo com a metodologia desta ciência. O que não puder ser incluído na história, não pode obviamente incluir-se num dos seus ramos.»⁴⁹⁸

Os anos continuaram a passar e as décadas formaram um século. Como Fernandes Costa certamente previu, as obras de Castilho (e dos respetivos discípulos) continuam a ser lidas pelos amantes da arte pela arte e consultadas por curiosos e eruditos sempre que delas precisam. São os pontos de partida seguros que o tempo teve o condão de transformar em clássicos da história de Lisboa. O devido distanciamento crítico permitirá retirar-lhes o rótulo de falta de cientificidade e compreender o seu valor, sem nunca negar as suas óbvias limitações — são disso exemplo os estudos de George Kubler e de Joana Cunha Leal.

⁴⁹⁸ Fernando Castelo Branco, *A Olisipografia no Conspecto da Historiografia Portuguesa de 1850 a 1950*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1978.

Em 2019, assinalou-se o primeiro centenário da morte do *Mestre da Lisboa Antiga*, evocado através de colóquios, ciclos de conferências, roteiros, mostras bibliográficas, um pequeno estudo biográfico⁴⁹⁹, uma reinterpretação ilustrada de uma obra sua⁵⁰⁰ e uma exposição, que recuperaram traços do seu viver e dos seus trabalhos. O tempo acabou por provar que a sua obra continua viva e estudada. E que na sua Lisboa, e por via da Olisipografia, Castilho tornou-se, afinal, num dos homens a quem a grandeza dispensa nome próprio.

—
Busto de Júlio de
Castilho velando
Lisboa, Jardim Júlio de
Castilho, [1929-1959].



⁴⁹⁹ Orlando da Rocha Pinto, *op. cit.*

⁵⁰⁰ Mário Linhares, Ketta Linhares (desenhos), *Lisboa Moderna. Júlio de Castilho*, Lisboa, Caleidoscópio, 2021.

OBRAS PRINCIPAIS DE JÚLIO DE CASTILHO

1864 «Castilhos» (nota inserida na 2.ª edição de *Camões*, de António Feliciano de Castilho)

1865 *O Senhor António Feliciano de Castilho e o Senhor Anthero de Quental*

1866 *Memórias dos Vinte Annos. Fragmento*

1867 *Primeiros Versos*

A oração do pontífice: poesia

1875 *António Ferreira: Poeta Quinhentista*

D. Ignez de Castro: Drama

O Ermitério: colecções de versos

1876 *Requerimento a Sua Magestade El-Rei pedindo a abolição das touradas em Portugal* (não assinado)

1879 *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*

1880 *Os Últimos Trinta Annos (1848 a 1878)* (César Cantu, tradução de Júlio de Castilho)

1881 *Memórias de Castilho* (1.ª edição incompleta, 2 tomos)

1883 *Jesu Christo* (Luís Veuillot, tradução de Júlio de Castilho)

1884-1890 *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes* (7 tomos)

1886 *O Archipelago dos Açores*

Ilhas Occidentais do Archipelago Açoriano

O Paço de Sintra (não assinado)

1889 *Manuelinas: cancioneiro*

1889-1890 *António José Viale, Apontamentos Fugitivos* (publicada em *O Instituto: jornal científico e litterario*)

1890-1914 *Memórias de Castilho* (publicada em *O Instituto: jornal científico e litterario*; incompleto, livros III-XI)

1891 *Apontamentos para o elogio histórico do senhor Ignacio de Vilhena Barbosa lidos na sessão solemne da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes*

1893 *A Ribeira de Lisboa: Descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*

1895 *D. António da Costa: quadro biographico literário*

1896 *Mocidade de Gil Vicente: Quadros da Vida Portuguesa nos Séculos XV e XVI*

A Religião na Lisboa Antiga (publicada no jornal *O Correio Nacional*)

1897 *Elogio histórico do Architecto Joaquim Possidonio Narciso da Silva, proferido em sessão solemne da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes a 28 de Março de 1897*

O Christianismo e o Operariado: Conferência pronunciada perante a Associação Protectora dos Operários em 27 de Abril de 1897

1900 *Amor de Mãe*

1901 *O Rei da Ericeira* (Jacinto Heliodoro de Faria Aguiar e Loureiro, adaptação de Júlio de Castilho)⁵⁰¹

1902 «Lisboa» (texto inserido em *A Arte e a Natureza em Portugal*, vol. I)

501 «Antiga comédia [...], revista, reformada, refundida e muito ampliada pelo seu moderno reformador em Maio de 1897, representada em 1898 no lisbonense Theatro do Gymnasio, onde "acintosamente" foi pateada!!!!!» (Xavier da Cunha, *op. cit.*, p. 13) e apenas se representou duas vezes.

1902-1904 *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa* (2.^a edição acrescentada, 5 volumes)

1906 *Os Dois Plínios: Estudos da Vida Romana*

1909 *José Rodrigues, Pintor Português: estudos artísticos e biographicos*
Paulino António Cabral. Poesias

1910 *Amadis de Gaula* (Gil Vicente, tradução do castelhano e adaptação de Júlio de Castilho)

1913 *A Parochia do Lumiar* (publicada no jornal *Universal*, incompleto)

1918 *Manuelinas* (2.^a edição)

Fastos Portugueses: poema em seis livros (incompleto)

Póstumas:

1926-1934 *Memórias de Castilho* (2.^a edição incompleta, 7 tomos)

1927 *Fausto: poema dramático: theatro* (Johann Wolfgang von Goethe, tradução de Júlio de Castilho)

1934-1938 *Lisboa Antiga: Bairros Orientais* (2.^a edição acrescentada, com anotações de Augusto Vieira da Silva, 12 volumes)

1936 *A Quinta de Sant'Anna. Ameixoeira*

1940-1944 *A Ribeira de Lisboa* (2.^a edição acrescentada, com anotações de Luís Pastor de Macedo, 3 volumes)

1954-1966 *Lisboa Antiga: O Bairro Alto* (3.^a edição, com anotações de Gustavo de Matos Sequeira, 5 volumes)

1959 *Dom Quixote de La Mancha* (Miguel de Cervantes, tradução de Júlio Castilho)

A publicar:

Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa (4.^a edição, ilustrada e atualizada)
Júlio de Castilho no Porto. Relato de uma viagem (1877)

FONTES E BIBLIOGRAFIA CITADAS

Fontes manuscritas

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro de Escrituras 76-A.

Repartição dos Serviços Culturais, Livro de Ofícios Expedidos 1939.

Tomada de Lisboa aos Mouros, Caixa 27. Livro de Atas da Comissão encarregada do Estudo do Plano das Publicações.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

11.º Cartório Notarial de Lisboa – Ofício A, Livro de Notas n.º

Fundo Ávila e Bolama, Caixa 13.

Fundo Joaquim Possidónio Narciso da Silva, t. XVI.

Fundo Júlio de Castilho, Caixas 2, 3, 4, 5, 6, 7, 16, 17, 18, 19, 55, 58, 60, 68, 70, 76.

Fundo Júlio de Castilho, Caixa Lacrada n.º 1, Macete 2. *Lições ao Príncipe Real e minhas subsequentes relações com o Paço.*

Fundo Júlio de Castilho, Caixa Lacrada n.º 2, Macete 4. *Recordações da minha viagem à Horta (1877-1878).*

Fundo Júlio de Castilho, Caixa Lacrada n.º 3, Macete 1. *Recordações. Memórias Íntimas de Júlio de Castilho.*

Fundo Júlio de Castilho, Caixa Lacrada n.º 3, Macete 2. *Recordações da minha ida a Paris e a Londres (1881).*

Fundo Júlio de Castilho, Caixa Lacrada n.º 3, Macete 3. *Recordações da minha ida a Moçambique e Zanzibar.*

Fundo Júlio de Castilho, Pastas 2, 10, 11, 12, 13, 15, 16.

Biblioteca Nacional de Portugal

Espólio A/1060.

Espólio N53.

Museu de Lisboa

ML.ESP.DOC.0281.

ML.ESP.DOC.1739.

Secretaria-Geral da Educação e Ciências, Arquivo Histórico do Ministério da Educação

Coleção de álbuns de desenhos de Júlio de Castilho, AHME, proc. 107, Caixa 249.

Fontes impressas: artigos e livros

AA. VV., *Cidade Perdida. A maquete de Lisboa anterior ao terramoto de 1755*, Lisboa, EGEAC, 2023.

Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa do Anno de 1912, Lisboa, Typographica Bandeira & Brito, 1912.

ALMEIDA, D. Fernando de, «Recordando o amigo e mestre» in *In Memoriam Júlio de Castilho*, ed. lit. Miguel Trancoso, Lisboa, [s. n.], 1920, pp. 49-60.

ALMEIDA, Fialho de, «Lisboa Monumental», *Ilustração Portuguesa*, vol. II, n.º 39 (19 nov. 1906), pp. 497-509.

ARAÚJO, Norberto de Araújo, «Uma Alfama Nova», *Olisipo*, n.º 29 (jan. 1945), pp. 14-28.

_____, «Algumas palavras ditas no cemitério do Lumiar, diante do coval de Júlio de Castilho, na inauguração da “1.ª Semana dos Amigos de Lisboa”», *Olisipo*, n.º 34 (abr. 1946), pp. 64-65.

BENJAMIN, Walter, *Charles Baudelaire: A lyric poet in the Era of high Capitalism*, [s. l.], Verso Books, 1997.

_____, *As passagens de Paris*, Porto, Assírio & Alvim, 2019.

BELDEMONIO (pseud. Alfredo Mesquita), *Viagens no Chiado. Apontamentos de Jornada de um Lisboa Atravez de Lisboa*, Porto, Barros & Filha, 1887.

BELO, Ruy, *Homem de Palavra(s)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1970.

BERTIANDOS, conde de, «O Homem» in *In Memoriam Júlio de Castilho*, ed. lit. Miguel Trancoso, Lisboa, [s. n.], 1920, pp. 145-152.

Boletim da Câmara Municipal de Lisboa, ano VII, n.º 331, Sessão da Comissão Administrativa realizada em 11 de maio de 1933.

BRANCO, Fernando Castelo, *A Olisipografia no Conspecto da Historiografia Portuguesa de 1850 a 1950*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1978.

_____, *Breve História da Olisipografia*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.

BURKE, Peter, *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*, 2.ª ed., São Paulo, Editora Unesp, 1992.

CABRAL, António, *Eça de Queiroz: A sua vida e a sua obra — Cartas e documentos inéditos*, 3.ª ed., Lisboa, Livraria Bertrand, 1945.

CARVALHO, Amadeu Ferraz, «Nota Preliminar» in Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, 2.ª ed., livro I, 1926.

CASTILHO, António Feliciano de, *Quadros Históricos de Portugal*, Sociedade Propaganda dos Conhecimentos Uteis, 1838.

_____, *Camões, Estudo Historico-Poetico liberrimamente fundado sobre um Drama francez*, t. I, 2.ª ed., Lisboa, Typographica Franco-Portugueza, 1863.

_____, *Vivos ou Mortos: Apreciações Moraes Litterarias e Artisticas*, vols. I-VI, Lisboa, Empreza da História de Portugal, 1904.

CASTILHO, Júlio de, «Castilhos» in António Feliciano de Castilho, *Camões, Estudo Historico-Poetico liberrimamente fundado sobre um Drama francez*, t. III, 2.ª ed., Lisboa, Typographica Franco-Portugueza, 1863, pp. 7-140.

_____, *O senhor Antonio Feliciano de Castilho e o senhor Anthero de Quental*, Lisboa, Imp. de J. G. de Sousa Neves, 1865.

_____, *Memórias dos Vinte Annos — Fragmento*, Lisboa, Typographia do Futuro, 1866.

_____, *Primeiros Versos*, Rio de Janeiro, Livraria de B. L. Garnier, 1867.

_____, António Ferreira, *Poeta Quinhentista. Estudos Biographico-Litterarios*, Rio de Janeiro, Livraria de B. L. Garnier, 1875.

_____, *D. Ignez de Castro. Drama em Cinco Actos e em Verso*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1875.

_____, *O Ermitério*, Lisboa, Typographia Universal, 1875.

_____, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, Lisboa, Livraria de A. M. Pereira, 1879.

_____, *Memórias de Castilho*, ts. I-II, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1881.

_____, *Lisboa Antiga: Bairro Orientaes*, t. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1884.

_____, *Lisboa Antiga: Bairros Orientaes*, ts. II-VII, Lisboa, Livraria Ferreira, 1884-1890.

_____, *O Archipelago dos Açores*, Lisboa, David Corazzi, 1886.

_____, *Ilhas occidentais do archipelago açoriano*, Lisboa, David Corazzi, 1886.

_____, *Manuelinas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

_____, *Apontamentos para o Elogio Historico do Ill.mo e Ex.mo Sr. Ignacio de Villhena Barbosa*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1891.

_____, *A Ribeira de Lisboa: Descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

_____, *Mocidade de Gil Vicente. Quadros da Vida Portuguesa nos Séculos XV e XVI*, Lisboa, [s. n.], 1896.

- _____, «Memórias de Castilho», livro VII, Instituto de Coimbra, vol. 47 (1900).
- _____, *Amores de Vieira Lusitano. Apontamentos Biographicos*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1901.
- _____, «Memórias de Castilho», livro VIII, Instituto de Coimbra, vols. 49-50 (1902-1903).
- _____, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, 2.^a ed., vols. I-V, Lisboa, Antiga Casa Bertrand — José Bastos, 1902-1904.
- _____, *Os Dois Plínios. Estudos da Vida Romana*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1906.
- _____, «Memórias de Castilho», livro IX, Instituto de Coimbra, vol. 56 (1909).
- _____, *José Rodrigues, Pintor Português: Estudos Artísticos e Biographicos*, Lisboa, Livraria Moderna, 1909.
- _____, «Memórias de Castilho», livro XI, Instituto de Coimbra, vols. 60-61 (1913-1914).
- _____, «Testamento de Júlio de Castilho» in *In Memoriam Júlio de Castilho*, ed. lit. Miguel Trancoso, Lisboa, [s. n.], 1920, pp. 179-192.
- _____, *Memórias de Castilho*, 2.^a ed., livros I-VI, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926-1934.
- _____, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, 2.^a ed., vols. I-VI, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1934-1938.
- _____, *A Quinta de Sant'Anna. Ameixoeira*, Lisboa, Empresa do Anuário Comercial, 1936.
- _____, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto*, 3.^a ed., vols. I-V, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954-1966.
- Catálogo de livros antigos e modernos que pertenceram aos Exmos. Srs. Visconde de Castilho e Condes de Tovar*, Porto, Tip. Oficina Gráfica da Sociedade de Papelaria, 1931.
- CAVALHEIRO, Rodrigues, «Sob a Invocação de Clio», *Ocidente. Revista Portuguesa*, vol. II, n.º 4 (ago. 1938), pp. 107-120.
- _____, «Júlio de Castilho, Mestre de Príncipes», *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, vol. 18 (1969), pp. 33-92.
- CHAGAS, Pinheiro, «Letras e Artes», *Annuario do Archivo Pittoresco*, n.º 17 (maio 1865), pp. 132-149.
- _____, «Letras e Artes», *Annuario do Archivo Pittoresco*, n.º 35 (nov. 1866), pp. 276-279.
- CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2008.

COELHO, Latino, «Casal Ribeiro», *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, vol. I, n.º 4, 1859, pp. 145-159.

COELHO, Maria Helena da Cruz, «O Monge de Cister de Alexandre Herculano: A história no romance», *Revista Portuguesa de História* — t. LIII (2022), pp. 9-37.

Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, «[Prefácio]» in Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, 2.ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1934.

COSTA, Fernandes, «Elogio Académico do Visconde (Júlio) de Castilho», *Boletim da Classe de Letras*, vol. XIII (1918-1919), pp. 176-195.

COUVANEIRO, João, *O Curso Superior de Letras (1861-1911). Nos primórdios das Ciências Humanas em Portugal*, tese de Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

CUNHA, Xavier da, *Homenagem Posthuma ao Visconde Julio de Castilho*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919.

DANTAS, Júlio, *Um Serão nas Laranjeiras. Comédia em três actos*, Lisboa, Viúva Tavares Cardoso, 1904.

Diário do Senado, Sessão n.º 21 (11 fev. 1919).

FIGUEIREDO, Borges de, «Lisboa Antiga por Julio de Castilho. Parte II Bairros Orientaes. Tom. VI», *Revista Archeologica: estudos e notas*, vol. III, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1889.

FIGUEIREDO, Cândido de, *Homens e Letras. Galeria de Poetas Contemporâneos*, Lisboa, Typographia Universal, 1881.

_____, *Nôvo Diccionario da Língua Portuguesa*, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1899.

FIORI, Ruth, *L'Invention du vieux Paris. Naissance d'une conscience patrimoniale dans la capitale*, Paris, Mardaga, 2012.

FLAUGERGUES, Pauline de, «Horoscope» in António Feliciano de Castilho, *Excavações Poéticas*, Rio de Janeiro, Eduardo F. Henrique Laemmert, 1846.

FONSECA Nuno, «Fisiologias do flanêur: Panorâmicas sobre a experiência estética da cidade» in *Planos de pormenor: leituras críticas sobre a experiência da cidade*, ed. lit. Nêlio Conceição e Nuno Fonseca, Lisboa, Instituto de Filosofia da NOVA (IFILNOVA); Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2023, pp. 103-128.

FOURNEL, Victor, *Les rues du vieux Paris. Galerie populaire et pittoresque*, Paris, Librairie de Firmin-Didot, 1879.

FOURNIER, Edouard, *Paris démoli, Mosaïque de ruines*, Paris, Auguste Aubry, 2.ª ed., 1855.

FRANÇA, José-Augusto, «A Arte Medieval Portuguesa na Visão de Herculano» in *Alexandre Herculano à Luz do Nosso Tempo: Ciclo de Conferências*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1977, pp. 49-67.

_____, *Lisboa. História Física e Moral*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Os Brasões da Sala de Sintra*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.

FREIRE, João, *Augusto de Castilho e a Revolta da Marinha Brasileira em 1893-94: O conflito entre princípios humanitários, rigor militar, acção política e diplomacia*, Lisboa, Academia de Marinha, 2018.

FREITAS, Gabriela, «Reconfigurações do conceito de *flâneur* pelas práticas artísticas do caminhar na artemídia contemporânea», *Acta Poética*, vol. 41, n.º 2, 2020, pp. 131-150.

GARRETT, Almeida, «Ao Conservatório Real», *Theatro de J. B. Almeida-Garrett. III. Frei Luiz de Sousa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844.

_____, *O Arco de Sanct'Anna. Chronica Portuense*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1845.

HERCULANO, Alexandre, *O Monasticon. O Monge de Cister ou A Epocha de D. João I*, 3.ª ed., t. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1869.

KEIL, Alfredo e Júlio de Castilho, *[Peças para Canto e Piano]* [música impressa], Lisboa, [s. n.], 1895.

KUBLER, George, *Portuguese Plain architecture. Between spices and diamonds 1521-1706*, Middletown, Connecticut, Wesleyan University Press, 1972.

LEAL, Joana Cunha, «Legitimação artística e Patrimonial da Baixa de Lisboa», *Monumentos*, 21 (2004), pp. 6-17.

_____, *Arquitectura privada, política e factos urbanos em Lisboa. Da cidade pombalina à cidade liberal*, tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, vol. I, 2005.

_____, «A individualidade de Lisboa e o tipo de casa portuguesa em Júlio de Castilho», *Vinte e um por vinte e um. Revista da Escola Superior Artística do Porto*, n.º 2 (2006), pp. 73-85.

_____, «Plain, Pombaline and (Post)modernism: on some pre and post-Kublerian narratives on portuguese architecture», *System of History. George Kubler's Portuguese Plain Architecture. CES Contexto*, n.º 3 (2013), pp. 7-15.

LEAL, Miguel, «Palácios Oitocentistas em documentação inédita de Júlio de Castilho», *A Cidade de Évora. Boletim cultural da Câmara Municipal de Évora*, III Série, n.º 1 (2016), pp. 166-175.

LINHARES, Mário e Ketta Linhares (desenhos), *Lisboa Moderna. Júlio de Castilho*, Lisboa, Caleidoscópio, 2021.

LOURENÇO, Tiago Borges, «A Lisboa Antiga de Matos Sequeira: Reconstituição de um trecho da antiga cidade nas Festas de 1935», *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.ª Série, n.º 18 (jul.-dez. 2022), pp. 1-26.

LUSO, Eduarda, Paulo B. Lourenço, Manuela Almeida, «Breve história da teoria da conservação e do restauro», *Engenharia Civil UM*, n.º 20 (2004), pp. 31-44.

MACEDO, Luís Pastor de, «Amigos de Lisboa», *Olisipo*, n.º 1 (jan. 1938), pp. 8-9.

_____, «No descerramento de uma lápida na casa onde nasceu Tinop», *Olisipo*, n.º 27 (jul. 1944), pp. 145-150.

MARINHO, Maria de Fátima Marinho, «O Romance Histórico de Alexandre Herculano», *Línguas e Literaturas*, n.º 9 (1992), pp. 97-117.

MARQUES, A. H. Oliveira, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Edições Cosmos, 1964.

MATOS, José Sarmento de, *Uma Casa na Lapa*, Lisboa, Quetzal, 1994.

MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Séc. XIX*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

MENA JÚNIOR, António César, «Um Alvitre» in *In Memoriam Júlio de Castilho*, ed. lit. Miguel Trancoso, Lisboa, [s. n.], 1920, pp. 111-114.

NETO, Maria João Baptista, «Os Restauros da Catedral de Lisboa à Luz da Mentalidade do Tempo» in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 131-141.

NEVES, Azevedo, *Júlio de Castilho. Discurso pronunciado na sessão do Senado da Exma Câmara Municipal de Lisboa, em 18 de Janeiro de 1924*. Lisboa, [s. l.], 1924.

OLIVEIRA, Eduardo Freire, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1.ª Parte, ts. I-II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1882-1885.

PATO, Bulhão, *Memórias. Quadrinhos de outras epochas*, t. III, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1907.

PESSOA, Fernando, «Ode Triunfal», *Orpheu*, n.º 1 (jan.-fev.-mar. 1915), Lisboa, Tipografia do Comércio, pp. 77-83.

PEREIRA, Virgínia Soares, «Leituras da Antiguidade: Os Dois Plínios de Júlio de Castilho», *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, 3 (2001), pp. 157-181.

PIMENTEL, Alberto, *Os Netos de Camilo*, Lisboa, Empreza da História de Portugal, 1901.

PINTO, Orlando da Rocha, *Júlio de Castilho — O último dos humanistas de Portugal*, Rio Tinto, Mosaico das Palavras, 2021.

QUEIROZ, Eça de, *Textos do Distrito de Évora 2*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1980.

RAMALHO, Margarida de Magalhães, *Thomaz de Mello Breyner. Relatos de uma Época*, Lisboa, INCM, 2018.

RAPOSO, Hugo, «Uma Entrevista com Matos Sequeira», *Olisipo*, n.º 69 (jan. 1955), pp. 7-16.

RELVAS, Eunice, *Muitas Lisboas de Júlio de Castilho (1840-1919)* (brochura), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2019.

REMÉDIOS, Mendes dos, «Em Fôrma de Prefácio» in Gil Vicente, *Obras de Gil Vicente*, t. III, Coimbra, França Amado, 1914, pp. 262-263.

RESENDE, Nuno, «As Casas Fotográficas e os Fotógrafos Profissionais do Porto no Século XX» in *Prontuário de fotógrafos e casas comerciais de fotografia no Porto (1840-1980)*, coord. Nuno Resende, Porto, CITCEM, 2021, pp. 147-170.

RIBEIRO, Orlando, «Evolução e perspectivas dos Estudos Olisiponenses», *Revista Municipal*, n.º 27 (4.º trimestre de 1945), pp. 3-12.

RIBEIRO, Victor, *A Velha Lisboa e os Estudos de Arqueologia da Capital*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916.

_____, «Parecer da Secção de História e Arqueologia» in Gustavo de Matos Sequeira, *Depois do Terremoto. Subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, vol. I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1916, pp. v-XI.

_____, «A Julio de Castilho. Última homenagem» in *In Memoriam Júlio de Castilho*, ed. lit. Miguel Trancoso, 1920, pp. 83-91.

SABUGOSA, conde de, «Castilho II. Poeta e Santo» in *In Memoriam Júlio de Castilho*, ed. lit. Miguel Trancoso, Lisboa, [s. n.], 1920, pp. 95-108.

SAMPAIO, Albino Forjaz de, *Como devo formar a minha biblioteca (ensaio)*, Lisboa, Sá da Costa, 1938.

SANTANA, Francisco (dir.) e Eduardo Sucena (dir.), *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, [s. n.], 1994.

SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos, «Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)» in *Análise Social*, vol. XV (57), 1979-1.º, pp. 69-115.

_____, *Os intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

SANTOS, Mário Berberan e, *Gustavo de Matos Sequeira: Retrato de um Olisipógrafo*, Lisboa, INCM, 2012.

_____, «Gustavo de Matos Sequeira: Olisipógrafo Olisiponense ou Olisiponense Olisipógrafo?», *Actas I Colóquio de Olisipografia*, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2012, pp. 66-69.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Depois do Terremoto. Subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, vol. I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1916.

_____, «In Memoriam» in *In Memoriam Júlio de Castilho*,
ed. lit. Miguel Trancoso, Lisboa, [s. n.], 1920, pp. 31-36.

_____, «Prefácio Explicativo» in Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto*, 3.ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. XI-XXIX.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos Sequeira e Luís Pastor de Macedo, *A Nossa Lisboa: Novidades antigas dadas ao público*, Lisboa, Portugalíia, [1945].

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, «Júlio de Castilho» in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. IV, Lisboa, Verbo, 1963, pp. 1414-1415.

SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da, *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): Ciências e hibridismo numa periferia europeia*, tese de Doutoramento em História e Filosofia das Ciências, Universidade de Lisboa, 2015.

SILVA, Augusto Vieira da, «Prefácio do anotador» in Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, 2.ª ed., vol. VI, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1936, pp. 5-11.

_____, *O Castelo de S. Jorge em Lisboa*, 2.ª ed., Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1937.

_____, *Plantas Topográficas de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950.

SILVA, F. Vieira da, [Prefácio] in J. M. da Silva e Albuquerque, *O Operário e a Associação: Comédia-Drama em Dois Actos*, Lisboa, Typ. de M. J. Coelho, 1867, pp. I-XII.

Sociedade Protectora dos Animaes, *Requerimento a Sua Magestade El-Rei pedindo a abolição das touradas em Portugal*, Lisboa, Editora de Mattos Moreira, 1876.

TRANCOSO, Miguel, «Aos leitores d'este "In Memoriam"» in *In Memoriam Júlio de Castilho*, ed. lit. Miguel Trancoso, Lisboa, [s. n.], 1920, pp. 5-8.

_____, (ed. lit.), *Camilo e Castilho. Correspondência do primeiro dirigida ao segundo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930.

VASCONCELOS, Joaquim de, *Archeologia Artistica*, vol. II, fasc. VI, 1879.

VILHENA, Tomás de Almeida Manoel, «Júlio de Castilho» in *In Memoriam Júlio de Castilho*, ed. lit. Miguel Trancoso, Lisboa, [s. n.], 1920, pp. 153-164.

Fontes impressas: publicações periódicas

A Ideia Nova, 1 jun. 1878.

Archivo Pittoresco, t. IV, n.º 24 (1861), p. 185.

BEIRÃO, Caetano, «"Os Fastos Portuguezes"», *A Monarquia, Diário Integralista da Tarde* (16 fev.1918), p. 1.

BRANCO, Camilo Castelo, «Notas bibliográficas. Lisboa Antiga por Julio de Castilho», *A Arte* (dez. 1879), pp. 185-187.

CASTILHO, Júlio de, «O Arco de Santo André», *Diário de Notícias* (16 mar. 1910), p. 4.

_____, «A Parochia do Lumiar», *O Universal* (21 set. 1913, 28 set. 1913 e 20 out. 1913).

_____, «O Cruzeiro do Lumiar», *A Nação* (29 ago. 1913), p. 1.

_____, «Um Vandalismo», *A Nação* (29 abr. 1914), p. 1.

CAVALHEIRO, Rodrigues, «Um Novo Gênero Literário», *Dom Casmurro* (23 ago. 1941), p. 7.

_____, «Júlio de Castilho e a olisipografia», *Dom Casmurro* (10 abr. 1943), pp. 2 e 7.

«Chronica Litteraria. Lisboa Antiga», *Commercio de Portugal* (13 fev. 1880), p. 1.

Diário Oficial do Rio de Janeiro (25 set. 1870).

FERRO, António, «Política do Espírito», *Diário de Notícias* (21 nov. 1932).

HERCULANO, Alexandre, «Quadros Históricos de Portugal — 2.ª», *O Panorama*, vol. II, 1.ª Série, n.º 84 (8 dez. 1838), pp. 391-392.

_____, «O Chronista», *O Panorama*, n.º 126 (28 set. 1839), pp. 305-309.

_____, «Moral. (fragmento de um livro inédito). A Velhice», *Panorama*, n.º 170 (1 ago. 1840), pp. 242-245.

LEITE, Luís Filipe, «Júlio de Castilho. Estreias Poeticas», *Revista Peninsular*, vol. II, 1856.

MACHADO, Júlio César, «Uma Poesia», *Portugal Independente* (14 fev. 1862), pp. 3-4.

_____, «Folhetim. Revista da Semana», *Revolução de Setembro* (5 nov. 1866), p. 1.

«Mais Outro Vandalismo?», *A Nação* (7 maio 1914), p. 1.

MENDONÇA, Henrique Lopes de, «A edição monumental da “Lisboa Antiga”», *Diário de Notícias* (26 jan. 1900), p. 2.

OLIVEIRA, Freitas, «Folhetim — Julio de Castilho. Memorias dos Vinte Annos», *Revolução de Setembro* (14 nov. 1866), p. 1.

SANTOS, Alfredo Elviro dos, «O Museu do Patriarchado», *Diário de Notícias* (4 out. 1905), p. 1.

«Secção Bibliographica. Lisboa Antiga», *Commercio de Portugal* (15 set. 1886), p. 1.

Un amateur [pseud. J. Castilho], «Beaux-Arts. Exposition artistique du groupe du Lion», *Gazette Française du Portugal* (28 dez. 1884, 11 jan. 1885, 18 jan. 1885).

«Variedades», *O Globo. Jornal Commercial, Litterario e Politico* (15 jul. 1853), p. 2.

ÍNDICE ONOMÁSTICO E DE OBRAS DE JÚLIO DE CASTILHO

Aça, Zacarias de, 47
Acenheiro, Cristóvão Rodrigues, 189
Afonso Henriques, D., 74
Afonso IV, D., 226
Alexandrino, Pedro, 158
Almeida, Fialho de, 212
Almeida (tio), Simões de, 147, 156, 157
Alves, Lobo, 98
Alves, Maximiliano, 263
Amadis de Gaula, 111
Amélia, D., 88, 91, 180
Amor de Mãe, 135, 187
Amores de Vieira Lusitano, 136, 159, 163, 187
Andrada, Miguel Leitão de, 263
António Ferreira, Poeta Quinhentista, 118, 129, 135, 141
António José Viale, Apontamentos Fugitivos, 135
Anunciação, Tomás da, 149, 158
Apontamentos para o Elogio Histórico do Senhor Ignacio de Vilhena Barbosa, 135
Aranha, Brito, 126
Araújo, Norberto de, 214, 235, 254, 259, 262
Archipelago dos Açores, O, 135, 187
Arriaga, Manuel de, 68
Aulete, Francisco José Caldas, 27, 105
Ávila, António José de, 61, 96, 105
Ávila, duque de, 61, 62, 67, 222
Azurara, Gomes Eanes de, 189
Baião, António, 249, 251
Balzac, Honoré de, 70
Barbosa, Inácio de Vilhena, 107, 130, 140, 149, 183, 186, 187, 215, 232
Bárcia, José Artur, 96, 164, 183, 264
Barradas, Jorge, 226
Bastos, Victor, 158
Baudelaire, Charles, 189
Beirão, Caetano, 163
Benjamin, Walter, 183, 188, 189, 194
Berquin, Arnaud, 31
Berquó, Rodrigo Maria, 32
Bertiandos, conde de, 96, 251

Berty, Adolphe, 149
 Bocage, Manuel Maria Barbosa du, 74, 209
 Boito, Camillo, 227
 Borges, Adelaide Máxima, 82, 92, 96, 99, 249
 Botto, Sacadura, 223
 Branco, Camilo Castelo, 128, 129, 135, 140, 240
 Branco, Fernandes, 110
 Branco, Fernando Castelo, 236, 239, 266
 Braunio, George, 180, 181
 Breyner, Tomás de Mello, 88, 251
 Brites, D., 226
 Brito, Gomes de, 241, 242, 249, 259, 261
 Brito, Nogueira de, 254
 Burnay, Henrique, 63
 Cabedo, António de, 105, 127, 154
 Caldas, Júlio, 110
 Camões, Luís Vaz de, 79, 80, 93, 209
 Cantu, César, 136
 Capelo, Hermenegildo, 78, 79
 Carlos, D., 88, 91
 Carvalhal, Maria Carlota do (avó materna), 25, 32, 36, 146
 Carvalho (Tinop), Pinto de, 241, 242, 251, 261
 Carvalho, Tomás de, 109
 Casanova, Enrique, 180
 Castilho, Afonso de (sobrinho), 79
 Castilho, Alexandre Magno de (tio), 110, 115
 Castilho, António Feliciano de (pai), 19, 24, 25, 26, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 44, 45, 46, 48, 52, 53, 55, 58, 59, 66, 69, 70, 72, 82, 83, 87, 93, 96, 98, 100, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 115, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 175, 176, 177, 183, 187, 189, 200, 204, 209, 227, 230, 231, 233, 254, 257, 262
 Castilho, Augusto de (irmão), 82, 85, 86, 88, 96, 241, 254, 257
 Castilho, Augusto Frederico de (tio), 27, 115
 Castilho, Cristina de (irmã), 30, 36, 96
 Castilho, Emílio de (irmão), 30, 36, 96
 Castilho, Eugénio de (irmão), 30, 85, 87, 96
 Castilho, Ida de (irmã), 30, 96
 Castilho, João de (ascendente), 24
 Castilho, Jorge de (sobrinho), 254

Castilho, José Feliciano de (avô paterno), 26, 107, 108, 166
 Castilho [Barreto e Noronha], José Feliciano de (tio), 53, 75, 107, 113, 115, 116, 118, 124, 125, 128, 129, 131, 132, 137, 138, 141, 145, 153, 158, 187
 Castilho, Manuel de (irmão), 30, 96
 Castilho, Maria Luísa de (sobrinha), 82
Castilhos, 116, 125, 130
 Castro, José Luciano de, 78, 86
 Castro, Machado de, 145, 146, 158
 Cavalleiro, Rodrigues, 234, 239, 256, 266
 Cerdà, Ildefons, 213
 César, Júlio, 137
 Chagas, Pinheiro, 118
 Cicouro, Manuel José Fernandes, 136
 Coelho, Caetano Baptista, 222
 Coelho, José Ramos, 86, 120, 186
 Coelho, Latino, 105, 106, 132
 Coelho, Pereira, 256
 Colaço, Branca de Gonta, 251
 Corazzi, David, 135
 Correia, Gaspar, 189
 Corvo, Andrade, 110, 113
 Costa, Clementina da, 149
 Costa, D. António da, 45, 52, 59, 60, 61, 67, 69, 74, 82, 83, 96, 105, 119, 140, 159, 187
 Costa, Fernandes, 20, 251, 266
 Costa, Francisco António Pereira da, 40
 Costa, Henrique Feijó da, 47
 Cristino, João Ribeiro, 157
 Cunha, António Pereira da, 110
 Cunha, Sebastião Pereira da, 164
 Cunha, Xavier da, 18, 41, 74, 96, 135, 183, 251
 Dalhunty, Marcus, 44
 Dalich, José Tulio (pseudónimo), 164
 Dantas, Júlio, 254
 Deslandes, Venâncio, 75
 Dias, Jaime Lopes, 256
 Dinis, Júlio, 106
Dois Plínios, Os, 90, 136
Dom António da Costa, Quadro Biographico-Litterário, 135
Elogio Histórico do Architecto Joaquim Possidónio Narciso da Silva, 135, 136
 Enes, António, 75, 78, 86

Ermitério, O, 124
 Faria, Simão Paes de, 41, 82, 105, 166, 167
Fastos Portugueses, 97, 135, 163
 Fernando, D., 219
 Ferreira, Andrade, 126
 Ferreira, António, 118, 129, 130
 Ferrieri, Innocenzo, 44
 Ferro, António, 257
 Figanière, Jorge Cesar de, 137
 Figueiredo, António José de, 44
 Figueiredo, Borges de, 175
 Figueiredo, Cândido de, 131
 Fiori, Ruth, 200
 Folque, Filipe, 116
 Folque, Pedro Romano, 223
 Fonseca, António Manuel da, 146, 147
 Fournel, Victor, 197
 Fournier, Édouard, 197
 França, José-Augusto, 265
 Franzini, Marino Miguel, 110
 Freire, Anselmo Braamcamp, 82, 117, 164, 183, 251
 Freitas, José Valentim de, 181, 245
 Fuschini, Augusto, 224
 Garnier, B. L., 124
 Garrett, Almeida, 24, 52, 93, 110, 111, 113, 188, 205, 209, 210, 215, 219
 Gauthier, Abbé, 31
 Goes, José Gomes, 120
 Góis, Damião de, 182
 Grande, José Maria, 36, 105, 110
 Haussmann, Georges-Eugène, 197, 213
 Herculano, Alexandre, 24, 33, 93, 107, 116, 139, 140, 204, 210, 215, 219, 227, 228, 232, 237, 241
 Holanda, Francisco de, 182
 Hugo, Victor, 31, 40, 41, 69, 70, 123, 223
Ignês de Castro, D., 130
Ilhas Ocidentais do Archipelago Açoriano, 135, 187
 Infante, João Caetano Pato, 105
 Infante D. Henrique, 158
 Ilsley, José M., 36
 Joanes, Bartolomeu, 226
 Jordão, Levy Maria, 46

José Rodrigues, Pintor Português, 136, 158
 Karausch, Franz, 88
 Keil, Alfredo, 135, 147
 Korrodi, Ernesto, 224
 Kubler, George, 195, 266
 Lacroix, Paul, 197
 Leal, Joana Cunha, 192, 193, 215, 266
 Leal, José Mendes, 75, 105, 215, 223
 Leão, Duarte Nunes de, 189
 Leite, Luís Filipe, 123, 132
 Lemos, João de, 110
 Lino, Raul, 180, 249
Lisboa Antiga, 18, 39, 67, 69, 73, 74, 75, 85, 88, 98, 104, 120, 135, 144, 167, 169,
 170, 174, 175, 176, 177, 181, 183, 186, 187, 192, 195, 196, 197, 205, 207, 208,
 210, 211, 216, 225, 226, 227, 228, 233, 234, 235, 236, 239, 240, 241, 242, 245,
 246, 247, 248, 255, 257, 259, 263, 264, 267
 Lobo, Augusto Maria de Sousa, 46
 Lopes, Fernão, 189
 Luís, D., 53, 58, 62
 Luís Filipe, D., 88, 90
 Lupi, Miguel Ângelo, 109, 147, 155, 156, 157, 158
 Lurine, Louis, 196
 Lusitano, Vieira, 136, 140, 157, 158, 249
 Macedo, Luís Pastor de, 234, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262,
 264
 Machado, Álvaro, 224
 Machado, Júlio César, 45, 118, 124, 188
 Magalhães, José Estevão Coelho de, 154
 Maia, Manuel da, 193
 Malhoa, José, 158
 Manuel II, D., 90, 91, 92
Manuelinas, 135, 163
 Mardel, Carlos, 193
 Maria Amélia, D., 114
 Marques, Henrique, 87
 Matos, José Sarmiento de, 237, 266
 Maximiliano da Áustria, 136
 Melo, conde de, 105
Memórias de Castilho, 58, 73, 75, 92, 132, 135, 141, 155, 162, 163, 167, 170, 171,
 174, 177, 192
Memórias dos Vinte Annos, 118, 128, 141, 187

Mena Júnior, António César, 87, 96, 183, 229, 254
 Mendonça, António Lopes de, 111
 Mendonça, Henrique Lopes de, 257
 Meneses, Pedro Arnaud, 223
 Meneses, visconde de, 147, 153
 Méry, Joseph, 72
 Millevoye, Charles Hubert, 31
Mocidade de Gil Vicente, 135, 138, 187
 Moita, Irisalva, 266
 Morris, William, 227
 Mota (tio), Costa, 254
 Napoleão III, 137
 Neto, Maria João Baptista, 224
 Neves, Azevedo, 254
 Nisa, marquês de, 110
O Senhor Antonio Feliciano de Castilho e o Senhor Anthero de Quental, 36
 Oeirense, Silva, 148
 Oliveira, Eduardo Freire de, 239, 240, 241
 Oliveira, Freitas, 119, 123
 Ortigão, Ramalho, 157, 205, 210, 215, 227
 Ottolini, Mariana, 81
Parochia do Lumiar, A, 170
 Pato, Bulhão, 40, 96, 105, 109
 Patrício, António José, 158
 Pedro IV, D., 222
 Penalva, marquês de, 231
 Pereira, Gabriel, 78
 Pereira, Leonel Marques, 111
 Pereira Júnior (Pereira Cão), José Maria, 147, 158
 Pessanha, D. José de, 251
 Pezerat, Pierre-Joseph, 28, 40, 212
 Picaluga, Cândida Possolo, 48, 49, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 67, 68, 104, 124, 145, 149, 156, 157
 Picaluga, Possidónio, 48, 52, 53, 57
 Pina, Ruy de, 189
 Pinheiro, Columbano Bordalo, 158
 Pinheiro, Manuel Maria Bordalo, 105, 147
 Pinto, Joaquim da Silva, 256
 Pinto, José Machado, 38
Poesias de Paulino António Cabral, Abbade de Jazente, 136
 Portuense, Vieira, 158

Portugal, Maria Isabel de Baêna Coimbra, 25
 Possolo, Francisca, 167
 Praia, visconde da, 34
 Prieto, Joaquim Nunes, 158
Primeiros Versos, 124, 125
 Queiroz, Eça de, 60, 128, 205
 Quental, André de, 34
 Quental, Antero de, 34
 Quintanilha, Veríssimo, 78
 Ramalho, António, 226
 Ramos, Manuel Sanchez, 152, 155
 Remédios, Mendes dos, 144
Requerimento a Sua Magestade El-Rei pedindo a abolição das touradas em Portugal, 53
 Resende, Garcia de, 144, 254
Ribeira de Lisboa, A, 75, 104, 169, 175, 234, 235, 242, 245, 262, 264
 Ribeiro, Hintze, 86
 Ribeiro, Orlando, 264
 Ribeiro, Tomás, 67, 112
 Ribeiro, Victor, 25, 222, 230, 239, 251
 Rocha, Amália, 59
 Rodrigues, Faustino José, 158
 Rodrigues, Francisco Assis, 36, 146, 147, 209
 Rodrigues, José, 147, 155, 156
 Róxa, Pedro, 60, 61
 Ruskin, John, 227
 Sá, Sebastião Ribeiro de, 110
 Sabugosa, conde de, 96, 97, 164, 168, 170, 180, 249
 Saldanha, Marechal, 44, 105, 110
 Sampaio, Albino Forjaz de, 234
 Santana, Francisco, 237, 264
 Santa-Rita, António José Vieira, 62
 Santo António, 136
 Santos, António Florêncio dos, 27
 Santos, António Ribeiro dos, 144
 Santos, Eugénio dos, 193
 Sanzio, Rafael, 148
 Saraiva, António Ribeiro, 72
 Seabra, visconde de, 27
 Sendim, Maurício José do Carmo, 146, 147, 158, 162

Sequeira, Gustavo de Matos, 213, 229, 232, 242, 246, 247, 251, 254, 259, 261, 262, 263, 264, 265

Serrão, Joaquim Veríssimo, 236

Silva, Augusto Vieira da, 27, 223, 224, 233, 242, 243, 244, 245, 247, 251, 254, 257, 259, 261, 265

Silva, Domingos Parente da, 223

Silva, Inocêncio Francisco da, 126

Silva, João Cristino da, 147, 155, 157, 158, 159

Silva, Joaquim Possidónio da, 84, 96, 140

Silva, Júlio Cristino da, 155

Silva, Luís Augusto Rebelo da, 46, 47, 111

Silva, Marciano Henriques da, 147, 157, 158, 159

Soares, Joaquim Pedro Celestino, 105

Sottomayor, Appio, 266

Soumet, Alexandre, 31

Soveral, marquês de, 18

Sousa, Frei Luís de, 136, 147, 175

Sucena, Eduardo, 237

Taramela, Ambrósio de (pseudónimo), 115

Tavares, José Jacinto, 41, 109

Teles, Baltazar, 167

Terra, Miguel Ventura, 251

Tinoco, João Nunes, 180, 182

Tinop, v. Carvalho (Tinop), Pinto de

Tomás, Aníbal Fernandes, 120

Torrebella, Maria Carolina, 105

Trancoso, Amélia, 96

Trancoso, António da Costa, 96, 183

Trancoso, Joana, 96, 249

Trancoso, Miguel, 96, 249, 251

Túlio, António da Silva, 105, 110

Valadim, Eduardo António Prieto, 79, 80

Vasconcelos, Joaquim de, 181, 182, 195

Vasconcelos, Joaquim José Dias Lopes de, 47

Vaz, João, 158

Veiga, Estácio da, 123

Viale, António José, 36, 46, 140

Vicente, Gil, 138, 139, 140, 144, 189

Vidal, Ana Carlota Xavier de (mãe), 25, 26, 33, 41, 56, 123, 130, 166

Vidal, Leonor (tia), 25, 28, 38

Vidal, Manuel Cláudio Xavier (avô materno), 29
Vieira, Padre António, 28
Vila Flor, conde de, 222
Violante, Ticiano, 259
Viollet-Le-Duc, Eugéne, 223, 227
Viterbo, Sousa, 180, 229
Wyss, Johann David, 34

CRÉDITOS DE IMAGENS

Separador Capítulo I Júlio de Castilho, 1887. AML, BAR000432.

José Artur Leitão Bárcia.

Separador Capítulo II Júlio de Castilho, década de 1910.

AML, BAR000696. José Artur Leitão Bárcia.

Página 17 AML, BAR00431. José Artur Leitão Bárcia.

Página 26 António Feliciano de Castilho, *Quadros Históricos de Portugal*.

Página 27 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Coleção Pasta 13, n.º 466, Documento 33. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 29 AML, JBN001098. Joshua Benoliel.

Página 30 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 13, n.º 466, Documento 58. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 35 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 13, n.º 466, Documento 74. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 39 (cima) ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 13, n.º 466, Documento 69. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 39 (baixo) ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 13, n.º 466, Documento 70. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 42 (cima) ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 13, n.º 466, Documento 91. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 42 (baixo) ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 13, n.º 466, Documento 88. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 43 (cima) ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 13, n.º 466, Documento 108. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 43 (baixo) ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 13, n.º 466, Documento 113. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 50 AML, BAR000390. Reprodução fotográfica de José Artur de Leitão Bárcia.

Página 51 (cima) MNAC, n.º inv. 1222. Reprodução fotográfica de José Pessoa, DGPC/ADF.

Página 51 (baixo) MNAC, n.º inv. 555. Reprodução fotográfica de Arnaldo Soares, DGPC/ADF.

Página 54 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 13, n.º 466, Documento 97. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 57 AML, MNV001743. Reprodução do Estúdio Mário Novaes de fotografia de Augusto Bobone.

Página 58 José Vicente (CML/DMC).

Página 59 José Vicente (CML/DMC).

Página 64 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa Lacrada n.º 2, Macete 4. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 65 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa Lacrada n.º 2, Macete 4. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 70 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa Lacrada n.º 3, Macete 2. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 76 (cima) AML, BAR000434. José Artur Leitão Bárcia.

Página 76 (baixo) AML, BAR000441. José Artur Leitão Bárcia.

Página 77 AML, BAR000433. José Artur Leitão Bárcia.

Página 81 AML, FAN003296. Machado e Souza.

Página 83 *Olisipo*, n.º 80 (out. 1957), p. 151.

Página 84 ANTT, Quadros n.º 364. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 89 AML, BAE001159. Augusto Bobone.

Página 93 AML, BAR001021. José Artur Leitão Bárcia.

Página 94 (esquerda) AML, EDP002055. Eduardo Portugal.

Página 94 (direita) AML, PAG000169. Paulo Guedes.

Página 95 (cima) AML, BAR000553. José Artur Leitão Bárcia.

Página 95 (baixo) AML, BAR000436. José Artur Leitão Bárcia.

Página 97 *O Occidente*, n.º 1048 (10 fev. 1908), p. 29.

Página 100 AML, BAR000435. José Artur Leitão Bárcia.

Página 101 ML, MC.FOT.1717. José Artur Leitão Bárcia.

Página 106 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 10, Macete 3, n.º 4. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 112 *A Semana, Jornal Literário* (1 jan. 1851).

Página 114 BNP, Inv. 14825.

Página 117 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 10, Macete 2, p. 20, n.º 61. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 121 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 10, Macete 1, n.º 8. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 127 BNP, H. G. 9305 V.

Página 130 AML, BAR000940. Reprodução fotográfica de José Artur Leitão Bárcia.

Página 133 BNP, Esp. A/2907.

Página 136 Júlio de Castilho, *Amores de Vieira Lusitano*, p. 24.

Página 142 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa Lacrada n.º 3, Macete 1. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 143 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa Lacrada n.º 2, Macete 1. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 150 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 13, n.º 466, Documento 139. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 151 *Archivo Pittoresco*, n.º 24 (1861), p. 185.

Página 154 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 13, n.º 466, Documento 96. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 160 (esquerda) ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 13, n.º 466, Documento 49. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 160 (direita) AML, EDPO02058. Reprodução fotográfica de Eduardo Portugal.

Página 161 (cima) Museu de Lisboa, ML.GRA.2374.

Página 161 (baixo) ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 13, n.º 466, Documento 44. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 163 O *Occidente*, n.º 774 (30 jun. 1900), p. 144.

Página 165 AML, PEX001537. Rocha Peixoto.

Página 168 Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho, Tomo I* (1881), p. 2.

Página 170 AML, NEG002719, autor desconhecido.

Página 172 (cima) ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 70. Composição fotográfica de José Vicente (CML/DMC).

Página 172 (baixo) ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 70. Composição fotográfica de José Vicente (CML/DMC).

Página 173 (cima) ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 85. Composição fotográfica de José Vicente (CML/DMC).

Página 173 (baixo) ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Caixa 85. Composição fotográfica de José Vicente (CML/DMC).

Página 178 (cima) ML, MC.GRA.0033.

Página 178 (baixo) ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 16, n.º 130. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 179 (cima) MNAz, 1 Az.

Página 179 (baixo) ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 16, n.º 144. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 182 BNP, e-191-r.

Página 184 (cima) ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 15, n.º 35. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 184 (baixo) ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 15, n.º 10. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 185 (esquerdo) ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 11, n.º 348. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 185 (direito) ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 16, n.º 139. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 190 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 12, n.º 337. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 191 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 13, n.º 226. Imagem cedida pelo ANTT.

Página 198 AML, HNV000194. Horácio Novais.

Página 199 AML, JBN001260. Joshua Benoliel.

Página 200 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 11, n.º 104.
Imagem cedida pelo ANTT.

Página 201 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 11, n.º 90.
Imagem cedida pelo ANTT.

Página 206 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 11, n.º 33.
Imagem cedida pelo ANTT.

Página 214 AML, JBN001538. Joshua Benoliel.

Página 217 ML, MC.GRA.2030.

Página 220 ML, MC.GRA.2197.

Página 221 AML, PAG000446. Paulo Guedes.

Página 222 AML, LSM000515. Leitão Soares & Mendonça.

Página 225 AML, EDP001629. Eduardo Portugal.

Página 238 (cima) AML, FEC000110. Ferreira da Cunha.

Página 238 (baixo) AML, FEC000882, Ferreira da Cunha.

Página 244 ANTT, Fundo Júlio de Castilho, Pasta 12, Caixa 3, n.º 10.
Imagem cedida pelo ANTT.

Página 250 AML, EDP000667. Eduardo Portugal.

Página 252 (esquerda) AML, BAR000361. José Artur Leitão Bárcia.

Página 252 (direita) AML, BAR000384. José Artur Leitão Bárcia.

Página 253 (esquerda) AML, BAR000443. José Artur Leitão Bárcia.

Página 253 (direita) AML, BAR000548. José Artur Leitão Bárcia.

Página 262 AML, POR056903. Eduardo Portugal.

Página 263 Arquivo Família José Sarmiento de Matos.

Página 267 AML, ACU002523. Eduardo Alexandre Cunha.

Índice de abreviaturas

AML — Arquivo Municipal de Lisboa
 ANTT — Arquivo Nacional da Torre do Tombo
 BNP — Biblioteca Nacional de Portugal
 CML/DMC — Câmara Municipal de Lisboa/Direção Municipal
 de Cultura
 DGPC/ADF — Direção-Geral do Património Cultural/Arquivo de
 Documentação Fotográfica
 ML — Museu de Lisboa
 MNAC — Museu Nacional de Arte Contemporânea-Museu do Chiado
 MNaz — Museu Nacional do Azulejo

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem às seguintes pessoas: Alexandre e Pedro de Castilho, Hélia Silva, Inês Cordeiro, Jorge Ramos de Carvalho, José Vicente, Paulo Almeida Fernandes, Raquel Henriques da Silva, Regina Pinheiro, Rita Mégre, Rosa Azevedo, Rosário Dantas, Salete Salvado, Silvestre Lacerda, Susana Flor e Susana Martins.

E às seguintes instituições: Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional de Portugal, British Museum, Câmara Municipal da Horta, Câmara Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Odivelas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Hotel do Canal (Horta), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (e ao seu grupo de *Lisbon Studies*), Museu de Lisboa — EGEAC, Secretaria-Geral da Educação e Ciências.



OLISPÓGRAFOS

-OS CRONISTAS DE LISBOA-

Júlio de Castilho abriu, na parede mestra do indiferentismo nacional, esse largo vão por onde os curiosos, pela primeira vez, espreitaram o passado da nossa cidade, até aí apenas entrevisto nas prosas de Herculano, de Vilhena Barbosa, de Silva Túlio e de poucos mais. Cabe-lhe essa honra e essa glória.

Os outros que lhe seguiram o exemplo, e entre os quais modestamente me conto, mais trabalho não tiveram do que passar por esse espaço rasgado pela sua pena ilustre e apontar aos outros os pontos de vista que ele não teve tempo de indicar no deslumbramento da visão de momento. A ele tudo devemos.



Gustavo de Matos Sequeira

ISBN 978-972-27-3190-4



IMPRENSA
NACIONAL

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO